

DISCRIMINAÇÕES RACIAIS:

NEGROS EM CAMPINAS (1888 - 1926)

ALGUNS ASPECTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CLEBER DA SILVA MACIEL

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

UNICAMP

ORIENTADOR

PETER EISENBERG

Este exemplar corresponde a redação final da tese defendida por Cleber da Silva Maciel e aprovada pela Comissão Julgadora.

1985

Campinas, 16 de dezembro de 1985

Peter Eisenberg

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de dissertação de mestrado só foi possível, inicialmente, graças ao Programa Institucional de Capacitação Docente da CAPES que forneceu a bolsa de estudos e ao Departamento de História da UFES que facilitou como pôde o meu afastamento das atividades docentes durante 3 anos.

A Peter Eisenberg fico especialmente grato pela atenção, dedicação, paciência e ajuda na orientação, organização e revisão, sem o que este trabalho não existiria. Embora ainda possa ser repensado.

Aos professores do Departamento de História da Unicamp que sempre solícitos procuraram colaborar com suas orientações e indicações de bibliografia e fontes, onde particularmente destaco Milchel Hall, a todos agradeço.

Peter Fry foi um incentivador de primeira hora.

Agradecimentos devo a muitas pessoas outras que de forma direta ou indiretamente deram valiosas colaborações em diversos momentos e de diversas formas aqui não nominadas. principalmente os gentis e atenciosos funcionários de todas instituições visitadas. Da mesma forma agradeço aos colegas de estudos da Unicamp que preocuparam-se com a consecução satisfatória deste trabalho.

Os amigos de convivência cotidiana e íntima foram fundamentais para a orientação do trabalho com suas opiniões e vivência da problemática do ser negro. Professor Jonas Romualdo de Araújo, Fausto, Adelina, Cidinha, Ivan, Reginaldo e Wesley foram pessoas que com suas experiências de negros militantes do Movimento Negro deram apoio e força à realização deste trabalho e gastaram incontáveis horas a discutir a nossa história.

"... meteu entre os dedos uma afiada navalha e gingando o corpo à moda capoeira, de safiou a todos que o cercavam a aproximarem-se dele".

Comércio de Campinas 23.04.1912, referindo-se à prisão de Benedito Amaral Gonçalves, um preto qualquer, numa rua qualquer, por um crime não identificado.

SUMÁRIO

I. DISCRIMINAÇÕES RACIAIS

1. INTRODUÇÃO 1
2. TEMA, LOCAL E PERÍODO 2
3. FONTES E MÉTODO 3
4. O PROBLEMA E AS HIPÓTESES 4
5. A PRÁTICA RACISTA 7
 - 5.1. Preconceito, Discriminação e Racismo
 - 5.2. Discriminações Raciais Locais
6. NOTAS 17

II. CAMPINAS E A POPULAÇÃO NEGRA

1. CAMPINAS NO PERÍODO 19
 - 1.1. Crescimento e Urbanização
 - 1.2. Saúde e Higiene
 - 1.3. Habitação e Custo de Vida
 - 1.4. Economia
 - 1.5. Serviços Públicos
2. POPULAÇÃO 30
 - 2.1. O Negro vai sumir
 - 2.2. Os números
3. NOTAS 43

III. CULTURA E SOCIEDADE

1. HOMENS DE COR 47
 - 1.1. Na grande imprensa
 - 1.2. Elite negra e entidades
2. COMEMORAÇÕES DO 13 DE MAIO 59
3. IMPRENSA NEGRA 68
 - 3.1. Conjuntura Histórica
 - 3.2. Alguns Jornais
4. RELIGIÃO 74
 - 4.1. O Catolicismo
 - 4.2. A Religião Africana: Bruxaria; Feitiçaria, Curandeiros e Jogos de Búzios
5. OS DESVALIDOS 82
 - 5.1. Mendigos e Vagabundos
 - 5.2. Enfermos Abandonados, Loucos e Prostituição
 - 5.3. A Caridade Pública
6. NOTAS 91

IV. TRABALHO

1. ASPECTOS GERAIS 99

2. TENTATIVAS DE ORGANIZAR O TRABALHO APÓS A ABOLIÇÃO	104
3. RELAÇÕES RACIAIS E TRABALHO	108
4. ESCRAVIDÃO APÓS 13 DE MAIO: TRABALHO ESCRAVO	116
4.1. O Caso Mendes	
5. ONDE HAVIA TRABALHO	124
6. NOTAS	130

V. VIOLENCIA

1. VIOLÊNCIA POLICIAL	136
1.1. A Força Policial	
1.2. O Recrutamento	
1.3. A Cadeia	
1.4. O Código de Posturas e o Termo de Bem Viver	
1.5. As prisões e as Estatísticas Criminais	
1.6. Corrupção e Arbitrariedade	
1.7. Relações Praças e Populares	
2. DISSENSÕES, AGRESSÕES E CRIMES	155
2.1. Casais, Pais e Filhos	
2.2. Brancos e Negros	
3. NOTAS	161

VI. PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO

1. BRANQUEAMENTO E NACIONALISMO	164
2. LUTAS POLÍTICAS	169
3. NOTAS	174

VII. CONCLUSÕES

1. COMEÇAR DE NOVO	175
2. NOTAS	181

VIII. FONTES

1. INSTITUIÇÕES	182
1.1. Bibliotecas	
1.2. Arquivos	
2. JORNAIS	182
3. ENTREVISTA	182
4. LIVROS, TESES, ARTIGOS e RELATÓRIOS	183

IX. ANEXO: RECORTES ILUSTRATIVOS

I. DISCRIMINAÇÕES RACIAIS

1. INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de investigação histórica que foi motivado por uma preocupação. Esta foi a razão que me levou à matrícula no Programa de Pós-Graduação da Unicamp. A preocupação era estudar o racismo e fazê-lo por uma perspectiva histórica. Não sabia ainda como fazê-lo.

O primeiro problema pareciam ser as fontes. A ideia inicial era estudar o racismo e isso podia ser feito em relação ao Estado de São Paulo ou comparando São Paulo capital com Campinas.

Foi esta inclusive a razão pela qual optei por não pesquisar sobre o meu estado de origem, o Espírito Santo, para estudar outra região. No meu estado só teria fontes para estudar a escravidão, era o que pensava.

As orientações acadêmicas e minhas próprias decisões, em termos de como resolver isso, acabaram definidas também pelas fontes engendradas pelo processo histórico da cidade de Campinas.

As diversas etapas do trabalho foram sendo cumpridas da forma mais honesta possível. Aprendi bastante em relação às questões raciais, vivi situações, vi coisas e foi a partir delas que tentei dar esse mergulho no passado e produzir algo que contribuisse para colocar mais clara a história dos negros, esses que são os maiores prejudicados com as discriminações.

2. TEMA, LOCAL E PERÍODO

A historiografia sobre o processo geral da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, em São Paulo, tem privilegiado as figuras do trabalhador escravizado e do trabalhador livre. Nesse quadro destacam-se os trabalhos de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Clóvis Moura, Octávio Ianni e João Batista Borges Pereira.(1) Entretanto a maior parte destes estudos não considera esta especificidade: acabada a escravidão, o ex-escravo vai constituir um contingente de força de trabalho que se diferencia dos trabalhadores imigrantes por dois fatores relevantes; 1. o fato de serem negros e em maioria com ascendentes escravos; 2. estar fora da nova preocupação com a chamada formação da força de trabalho livre, o que significava, na realidade, formação de força de trabalho livre com homens brancos.

Os estudiosos desse período quase sempre enfocam os imigrantes europeus destacadamente e quase nunca os brasileiros enquanto componentes do quadro histórico, que aí se processa. Faz-se, então, necessário um estudo que esclareça o destino que teve a população negra nas décadas imediatas a 1888, data que marca o fim da escravidão.

Para tal estudo, Campinas adquire uma importância fundamental enquanto centro da economia cafeeira no oeste paulista. Esta zona foi extremamente dinâmica no processo de modernização da estrutura de produção, tanto no que se refere às transformações da força de trabalho, como da mecanização da produção, do desenvolvimento do capital agrário, da produção industrial, e da urbanização.

O período inicia-se em 1888 porque, em primeiro lugar, o estudo trata de período quando não mais existia escravidão legal. Isto é, o interesse foi o homem negro nos anos que se seguem imediatamente após o fim da escravidão. Pretende-se investigar como foi que os negros, todos legalmente livres, após 1888, defrontaram-se com o processo social.(2)

Em segundo lugar, nesse período imediatamente pós-abolição, ainda foram exercidas, por parte de ex-escravistas, tentativas de continuar a prática de relações sociais e de trabalho típicas da escravidão.

O período termina em 1926 porque estes 38 anos caracterizam uma época em que para os negros de Campinas já estava clara sua situação social de meio cidadão, assim como estava definida uma política econômica e social que os jogava cada vez

mais para baixo, no que diz respeito às extratificações sociais, em relação aos imigrantes brancos que eles viram chegar. Isto promoveu a necessidade, de os próprios negros tomarem iniciativas de luta, resistência, assistência, conscientização e ajuda mútua voltadas especificamente para seus interesses de "classe".

O processo de organização, discussão e busca de soluções para os problemas que enfrentavam os negros de Campinas provocou, então, o surgimento de muitas organizações abrigadas sob a promoção do lazer, da saúde e da cultura, culminando com o surgimento dos jornais negros A Redentora e o Getulino. O primeiro não resistiu muito tempo mas o segundo circulou semanalmente de 1923 a 1926 quando, por problemas financeiros, desentendimentos e prisões, se desfez e seus articulistas se separaram.

Considera-se, então, 1926 não somente o momento do desaparecimento de uma importante fonte de pesquisa, mas também como uma data que marca, em Campinas, o fim de uma fase da luta dos negros na busca da liberdade sem restrições.

3. FONTES E MÉTODO

De certa forma as próprias fontes determinaram o período. A proposta metodológica original era da utilização de fontes que fossem, preferencialmente, produzida por negros, isto é, que evidenciassem uma outra perspectiva histórica que não a oficial. Porém os limites impostos pela raridade desses documentos, somada à necessidade de inserção dessas fontes originais no quadro geral das fontes históricas do período, causaram o abandono desta idéia inicial.

Outra questão metodológica preocupante era quanto à parcialidade consciente ou não da análise e crítica do discurso das fontes oficiais, primárias ou secundárias, brancas ou negras. Assim, a tentativa foi de conduzir a investigação com objetividade e com o máximo de consciência possível sem permanecer ao nível apenas do discurso ideológico.

É nesse sentido que a memória dos trabalhadores fornece elementos para se avaliar as possibilidades de interpretações do mundo e manifestações da força do processo histórico. Durante a gravação da memória de Sebastião Gomes, por exemplo, essa força da ideologia das ditas verdades aflorou quase apagando-lhe a própria experiência de vida. Assim é que num primeiro momento ele registra que "racismo não existe". Registra, num segundo momento que "todo mundo fala por aí que racismo não existe" e num terceiro momento registra casos de racismo vivido por ele e por ele

mentos da comunidade na qual vivia. Num quarto momento, registra também comentários críticos em relação à prática racista da sociedade branca, e mesmo em relação aos "patrícios", isto é, negros, tal como estes mesmos se identificavam. (3)

A análise do jornal negro Getulino revela que também a forma organizada dos negros campinenses interpretarem a realidade histórica não fugiu à tendência geral de se reproduzir a versão da visão do mundo dada pelas classes dominantes brancas. Isto apesar do jornal tentar ser veículo de expressão da visão do processo histórico pela ótica do negro e, como tal, com forte tendência a ir contra a postura ideológica forjada nas mentalidades dos dominantes brancos.

4. O PROBLEMA E AS HIPÓTESES

O racismo existe. Sua cristalização se dá através da prática de ações concretas diversas. Entretanto sua existência é negada pela utilização de afirmações retiradas da idéia de que é harmonioso o convívio entre os diversos grupos raciais. (4)

A preocupação deste estudo está centrado na dissimulação, isto é, no processo pelo qual a prática racista adquire uma aparência que lhe dá condições de não ser interpretada como tal. Em outras palavras, pretende-se demonstrar que a prática racista é exercida ao mesmo tempo em que se afirma que não tem o caráter discriminatório que nela, os negros principalmente, identificam.

O fato de a democracia racial já vir sendo desmentida desde a década de 1950 não impede que existam afirmações de que o racismo não existe. Assim, a prática racista real, pela manifestação do preconceito de cor e discriminação racial, permuta-se numa ação que pode ser vista como normal, isenta de má fé e não discriminatória.

Cor e raça tendem a ser omitidos como estímulos de uma ação discriminatória, embora eles sejam componentes de peso nos critérios geradores das ações. A negação sistemática da existência do racismo permite a minimização dos componentes cor e raça nas relações sociais. Nesse sentido, a preocupação aqui é exatamente destacar os componentes raça e cor como elementos integrantes dos fios que costuram as relações sociais. Neste caso, estas se transformam em relações raciais. Para evidenciar os mecanismos de dissimulação do racismo, as relações raciais serão aqui vistas por uma abordagem histórica.

A evidência destes mecanismos será feita através do estudo da situação do homem negro durante período no qual o processo de transição do modo de exploração da força de trabalho do homem escravizado para a exploração da força de trabalho do homem livre ainda pode ser observado em Campinas, depois de 1888.

Este estudo busca entender o racismo através das seguintes hipóteses:

Primeiramente, findada a instituição escravista, as relações raciais tendem a ser cada vez mais conflituosas. Novos mecanismos são desenvolvidos para orientar essa tendência. Em segundo lugar, apesar da experiência como profissionais em diversas atividades agrárias e urbanas, a população de cor é deslocada de suas áreas de trabalho para ceder ocupações aos novos contingentes de homens brancos, dentro do contexto de formação de uma maior população relativa e excedente de mão-de-obra. Aí aparece o critério racial como componente importante no processo de oferta de oportunidades ocupacionais. Em terceiro lugar, o ideal de branqueamento era muito forte entre significativa parcela de negros. Em quarto lugar, a hipótese é de que o processo de organização da população negra para a consecução de seus objetivos sociais, econômicos e políticos, embora não estivesse vinculado diretamente aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores brancos pobres, tal processo é afetado pelas condições gerais de avanços ou recuos destes últimos. Isto quer dizer, na medida em que o ascenso e refluxo do movimento de massas se faz sentir, dadas as condições históricas, a população negra responde a essas tais condições. Assim, o período de 1888 a 1926, em Campinas, surge como época onde as condições históricas objetivas acusam participação representativa de reivindicações específicas de caráter racial, no interior das mobilizações gerais das lutas populares. Em quinto lugar, a hipótese é de que a violência é uma constante dentro do processo de manutenção da população de cor fora da participação na distribuição do resultado da produção social. Em sexto e último lugar a hipótese é de que todas as manifestações culturais negras são, no mínimo, restringidas.

Colocando-se a proposta de contribuir para as discussões sobre relações raciais por via de uma perspectiva histórica, realiza-se um corte diacrônico. Nesse sentido, a proposta de estudo sofre uma variação e o ângulo de enfoque pode ser descrito como: tentativas de detectar mecanismos de dissimulação do racismo, discriminação racial e preconceito de cor em um momento crucial para os interesses do processo de acumulação do capitalismo periférico brasileiro.

Pretende-se investigar a limitação à participação dos negros no aproveitamento das oportunidades de trabalho nos momentos de ampliação e retração das ofertas de empregos. Isto em relação aos trabalhadores brancos que, nitidamente, à revelia de períodos de crise econômica, participam do processo de ampliação do mercado e das melhorias das condições de trabalho.

Indaga-se como o capitalismo, modo de produção dinâmico, ao revolucionar as relações de produção transformando-as de escravistas em livres, atinge o município, a cidade e o campo. Considerando a existência, antes de 1888, de homens escravizados em todos os setores da produção, e a imigração da cidade e do campo num processo econômico único, procura-se ver como tanto no campo como na cidade o homem negro vai perdendo locais de trabalho.

Mediante a possibilidade de utilizar o trabalho dos imigrantes, aliada à necessidade de se cumprir o preceito legal, muitos dos utilizadores de trabalhadores antes escravos, passam a dispensá-los. Isto equivale a dizer que a abolição da escravidão funcionou como o fim do interesse pelo homem negro como trabalhador.

No campo o negro vai deixando de ser trabalhador da terra e na cidade deixa de ser artesão. O processo inicial de burguesamento ou proletarização lhe é podado, não lhe permitem nada mais do que a ação marginal do processo de produção agrícola, como também da industrialização e urbanização. Não lhe permitem nada mais do que o trabalho mau remunerado e da vida em condições sub-humanas.

A investigação também pretende demonstrar como, nesta fase do processo de acumulação do capital, acontecem as competições no mercado de trabalho entre brancos e negros, no que diz respeito à venda da força de trabalho. É necessário ter em vista aí, o processo de surgimento da indústria, a chegada de imigrantes também para a cidade, a migração interna e o processo de seleção para a composição da força de trabalho ativa e o exército de reserva.

Neste caso os não brancos poderão ser considerados uma categoria específica de pessoas, porque estão colocadas na condição de dominadas, são desprovidas dos meios de produção e são também discriminadas por mecanismos tais onde o fator raça é identificável. Esses mecanismos garantem não só a reprodução do sistema como um todo, mas garantem a reprodução da própria impossibilidade de o grupo organizar-se no sentido de promover transformações nas formas como acontecem as relações entre brancos e

negros ou entre dominadores e dominados.

Os negros de todos os matizes, principalmente os mais escuros, aparecem então como um grupo social distinto que, articulados ou não, constituem um segmento da classe não dominante na estrutura de classes na sociedade capitalista. Constituem a fração da população que aqui é enfocada.

Pretende-se verificar como, para os homens negros e mestiços, apresentavam-se as mudanças do período.

5. PRÁTICA RACISTA

5.1. Preconceito, Discriminação e Racismo

Para este trabalho, o preconceito está sendo entendido como uma forma de pensar os negros tendo como princípio idéias apriorísticas que lhes atribuem qualidades negativas. A discriminação é entendida como a ação prática discriminadora ocorrida com fundamento nos princípios preconceituosos, mas não assim justificada. O racismo é entendido como a discriminação racial declarada e/ou institucionalizada através de práticas sociais aceitas pelos costumes e leis.

Durante a escravidão a prática da discriminação racial pôde ser levada a um extremo possível, dadas as condições históricas marcadas pelo capital comercial e pela gênese do capitalismo como modo de produção. O apartheid, na África do Sul, é a prática da discriminação racial levada ao extremo possível, dadas as condições históricas do século XX e do capitalismo, tal como ele se dá nesse tempo.

A escravidão moderna, enquanto forma violenta de exploração do trabalho de negros, engendrou suas justificativas com base em princípios raciais alimentando a discriminação; o apartheid tornou-se a institucionalização mais clara da violenta discriminação racial, ou seja, racismo, como forma de justificar a mesma exploração, causando aos negros, em ambos casos, vasto leque de prejuízos físicos, culturais, econômicos e políticos.

Entre esses dois extremos modos, a escravidão e o apartheid, em que se cristalizou a teoria da inferioridade dos povos não brancos e onde especificamente a vítima é o homem negro, houve, e há, muitos degraus que tipificam a prática discriminatória por critério racial e de cor, atingindo com diversos matizes populações das mais variadas como, por exemplo, os diferentes grupos índios nas suas próprias terras, resultando genocídio e superexploração da sua força de

trabalho, ou a discriminação sofrida pela população asiática imigrante para a América. Ou, ainda como, as discriminações que sofrem os negros e mestiços de negros de todas as cores, onde quer que o branco seja dominante.

O preconceito racial, em si, não é prejudicial ao grupo racial não branco visto preconceituosamente pelo branco. Acontece, porém, que não se pode desvincular a prática da teoria.

Nesse sentido, a prática discriminatória está antecederida pelo preconceito e a primeira é uma cristalização do segundo. Considera-se que uma opinião é algo subjetivo e está restrito ao nível do pensar, e desta forma, por estar fora dos controles alheios e imediatos, as medidas contrárias à discriminação têm sempre recaído sobre a prática.

Ser preconceituoso é ser alienado. Ao passar da alienação à consciência, o indivíduo deveria deixar de ser preconceituoso. Entretanto, as argumentações sobre os quais se fundam os preconceitos são retirados de condições objetivas, isto é, são as condições em que se encontram os negros e mestiços que são usadas para explicar o porquê estão naquelas condições.

Como fala a Professora Marilena Chauí, "a ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir idéias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio..."(5). Quer-se partindo daí, inferir que, quando se diz que a maioria dos negros são pobres, analfabetos, desnutridos, doentes, desempregados, etc., não se pode pensar que todos esses adjetivos sejam inerentes ao substantivo negro. Estes, por não poderem compreender que fatores, como e porquê as condições históricas são como estão dadas, ou porque, em outras palavras, aquela situação de piores colocados na sociedade, são levados a pensar que assim sempre foi e que tal situação não é apenas uma circunstância histórica e fruto da ação dos homens, num processo de exploração no qual são vítimas.

Fica parecendo a muitos negros e mestiços que a culpa da sua condição histórica cabe a eles próprios. Aquilo que poderia ser visto como decorrência, é visto como causa. É nesse sentido que se pode compreender as observações de Sebastião Gomes, sobre a impossibilidade dos negros comprarem casa própria pelo sistema de financiamento de casas populares. Ele diz: "É ..., meu pai morreu e não deixou nada para mim, eu também não vou deixar nada para ninguém... Ah! não. Então, ignorância, né? Ignorância. Porque, por exemplo, se eu

hoje com o ordenado que ganho e coisa e tal, eu não podia sustentar minha família e estar morando numa casa com meus filhos. Eu não podia. Eu podia dar graças a Deus, se eu desse um jeito de pegar uma casa popular aí, né? É isso. Porque eu não quero dizer... outra coisa. Eu quero dizer que é falta de capricho dos patrícios sobre esse ponto. Os patrícios eram muito caprichosos em vestir, calçar e, enfim, em diversões e essas coisas toda. Mas na parte de moradia os patrícios não foram caprichosos" (6).

Sebastião Gomes percebe que os patrícios, ou seja, os negros, não conseguem comprar as desejadas casas. Quando ele mesmo investiga as causas, acaba apontando para uma explicação que reproduz o estereótipo da impossibilidade histórica de as famílias negras acumularem economias: "meu pai morreu e não deixou nada para mim, eu também não vou deixar nada para ninguém". Como Gomes é um dos poucos patrícios que conseguiu comprar casa própria. Seu raciocínio, então, leva-o a pensar que "ser caprichoso" é atributo daquele que pode comprar casa. Pelo inverso, se não se pode comprar casa, não se é caprichoso. A maioria dos pretos não compram casas, porque não são caprichosos.

Enquanto grupo organizado, classe dominada em luta contra outra classe dominante e disposta a permanecer no poder, os negros e mestiços desenvolvem a consciência de classe ou grupo dominado e, como tal, podem evidenciar os mecanismos de exploração a que são submetidos. Individualizados, podem ser envolvidos pela ideologia (do branqueamento, da democracia racial e da inferioridade racial negra) e, em dominados ideologicamente, não perceberem a prática discriminatória como tal.

Embora haja legislação com objetivo de impedir a prática discriminatória, leis não impedem o preconceito, a alienação. Dito de melhor forma, isto quer significar que as leis são dirigidas no sentido de tentar impedir apenas uma continuidade da prática discriminatória, ficando, desta forma, encobertos os processos que engendram a prática referida.

O preconceito, enquanto alienação, fruto da ideologia de dominação dos indivíduos e da exploração de classe, fica imune à ação da legislação.

O racismo em Campinas, na República velha, justificou-se, então, através da ideologia de branqueamento. Mas existia também a luta de negros para que a sociedade os aceitasse como eram, isto é, negros na cor da pele, na raça e na expressão cultural.

As restrições à participação plena no processo podem ser deduzidas da idéia de que os negros não participaram por

que não queriam, ou melhor, não tinham capacidade para participar, devido a fatores tais como: primeiramente, a inferioridade racial e desta forma sem condições de compor plenamente o quadro geral da democracia, como pensou Oliveira Vianna (7), por exemplo; segunda-mente se não eram inferiores geneticamente, os negros estavam inferiorizados moral e socialmente pelas condições históricas consequentemente do escravismo, como pensou Florestan Fernandes (8). Tal forma de pensar era dominante no período e estava apoiada na teoria da inferioridade racial.

Assim a prática discriminatória aparece esfumada e camuflada por uma "normalidade" comum e inerente ao próprio discriminado. A idéia também pode ser colocada assim: A prática racista se traveste em não discriminatória. Na aparência, surge, então, que o discriminado já carrega em si as evidências de sua inadequação. A percepção da aparência em toda sua superficialidade pode ser detectada em falas tais como a de que "o negro não é discriminado, ele é que não tem capacidade...". Ou "Sempre fui adversário intransigente da chamada doutrina da superioridade racial... Mas apesar de tudo não posso ser adepto do extremado de mocratismo racial...".

Estou convencido de que o negro, mesmo educado, não pode nivelar-se ao branco" (9).

Essa publicação de Alfredo Ellis, com o aval de Oliveira Viana, demonstra claramente que o racismo atua no sentido de impedir a participação dos negros e que há mesmo uma ação dirigida com esse objetivo.

5.2. Discriminações Raciais Locais

Aqui são descritas situações concretas nas quais o racismo em Campinas foi explicitado e a partir de tais descrições são tiradas análises e conclusões sobre a prática do racismo, destacando-se os casos onde o racismo foi explicitado na forma de ação que objetivava impedir ou restringir a presença de negros em determinadas áreas públicas.

Destacam-se, assim dois episódios semelhantes pois constituem-se de protestos de populares contra a presença de pretos ou pretas na rua Regente Feijó e no Largo Riachuelo porque "cafilam", "incomodam" e ferem os "os bons costumes e a moral" (10).

Noutro episódio chama-se atenção da polícia para a "aglomeração de gente de cor, que durante o dia e uma parte da noite perturba a ordem pública", escandalizando "a vizinhança e as famílias" (11).

Neste outro, anuncia-se que foram presas várias pretas e mulatas "porque estavam na rua General Câmara, esquina com São Carlos", e "foram intimadas a tomarem ocupação" 10; já aqui foi feito um pedido à polícia para "fiscalizar o trecho da rua Conceição entre Barão de Jaguará e Francisco Glicério..." pois por ali era "impossível transitar as exmas famílias..." porque "sábado vimos estacionados lá grossos magotes de pretas..." (12). E houve pedido idêntico para a rua Regente Feijó porque "nosso companheiro presenciou uma cena de agarrar entre 2 pretalhões..., ali se juntam mais de vinte indivíduos dessa classe... vagabunda...", também repete-se o mesmo pedido para o trecho da "rua Dr. Quirino, compreendida entre Dr. Cezar Bierrembark e General Osório"... pois ali estaciona grande número de pretas"... tornando-as "intransitável por famílias" (13).

Inclusive a Sociedade Dançante União, que congregava maioria de negros, foi advertida de que apesar de "tudo muito certo", as "danças, brinquedos e parlatórios, em vozes altas..." não poderiam aparecer nas ruas, devendo ficar restritas ao interior da sede da entidade porque "as famílias merecem respeito, ou seja, as "ruas" pertencem às famílias. (14).

O racismo explicitado na interdição de áreas já era, em Campinas, uma prática em 1923. Isto é denunciado pelas orientações do Getulino para os pretos não ficarem somente na parte extrema do jardim da praça Carlos Gomes e por este protesto-indagação: "Por que razão não poderão os pretos de Campinas, rapazes apessoados e de comportamento invejável, ou de outras quaisquer localidades, quando ali se acharem a passeio, estacionarem no jardim público?"

Por que os senhores do poder lhes tolem os passos e dispersam-nos quando em reunião amigável naquelas imediações? Ora, é lícito ao povo a liberdade de reunião desde que sem tumulto e sem armas, queira se manifestar sobre as necessidades públicas ou sobre as medidas que julgar contra os direitos a que deve fazer jus em face da lei.

Uma vez porém que a reunião possa atentar contra a liberdade individual pode e deve a autoridade dissolvê-la, depois de 3 intimações.

Creio que os colegas jamais se reuniram naquele logradouro público para atos de desacato a esta ou aquela pessoa. Sendo o jardim um logradouro público, acessível a todas as pessoas corretas, é um absurdo a proibição dos pretos naquele lugar de diversão e entretenimento" (15).

Diário de Campinas protesta contra o caso do preto que foi espancado e jogado escadas abaixo do teatro Rink apenas porque os soldados não gostaram de ver um preto divertindo-se no meio do povo. Um repórter que estava perto reclamou e foi ameaçado também. "Se Campinas fosse uma povoação com falta de civilização; que desconhecesse as regras da justiça e os preceitos da lei ainda poderíamos fechar os olhos; mas assim não acontece, e cremos, que o Largo do Rosário e da Matriz Velha não é campo nem mato" (16).

Noutro caso, o bilheteiro do teatro São Carlos chamou a polícia para retirar do camarote uma preta, mesmo sob protesto de populares que foram ameaçados, espancados e um deles preso, também. (17).

Havia também o "costume daquela odiosa separação que havia na ampla platéia do coliseu", a "separação nos cinemas e a colocação dos pretos na frente da procissão" que servem de base para o pedido do Getulino no sentido de que os negros observem certas normas de conduta em público para evitar o "desprezo que legam à nossa raça" (18).

Com base nesses casos, diz-se então que, no período, o racismo apresenta-se principalmente pela mão da polícia em sua arbitrariedade e violência, e caracteriza-se principalmente pela tentativa de interceptar a participação do negro nas atividades e espaços públicos.

Nesse período constata-se também, incontáveis anúncios de ofertas de empregos onde "preferem-se brancos". Aliás, são abundantes estes anúncios em relação ao trabalho de menores pretas para criadinhos. Destacam-se aqui, dois casos menores serem açoitados como eram os antigos escravos. Num dos casos, a criança torturada tinha 8 anos e o exame de corpo delito revelou marcas "terríveis de açoites" (19). Também neste período muitas são as evidências de práticas racistas nas relações de trabalho denunciadas pelo Getulino. Uma delas foi a recusa de uma fábrica têxtil em empregar operárias negras. (20) Outra foi a denúncia da campanha policial contra mulheres negras residentes em cortiços, visando a obtenção de

empregadas domésticas. (21) Uma outra denúncia de que a companhia de bondes não empregava pretos para o trabalho nos bondes. "Porque eles não se apresentam", foi a resposta da diretoria da empresa. Entretanto os negros sabiam de casos em que chefes de famílias pretas foram recusados "por não haver vagas" quando, logo em seguida eram contratados empregados brancos. (22)

Mais exemplos de racismo nas relações de trabalho foram denunciados por leitores, testemunhando ocorrências nas quais foram vítimas ou que assistiram. Assim é que "para nós tal caso já não passa de corriqueiríssimo fato..." (23).

Uma dessas denúncias foi formulada pelo jornalista negro Benedito Florêncio, tomando por apoio um artigo publicado, em São Paulo, no jornal A Gazeta, no qual se descreve a péssima situação dos pretos no estado. "Nosso patrício, Sr. Bernardo Viana, recentemente chegado do Rio e por ser preto não consegue emprego em parte alguma" (24).

A denúncia foi acompanhada de citações de A Gazeta que dizia que um preto vai às fábricas, mas não lhe dão serviço e muitas vezes nem lhe deixam falar com os gerentes. Dizia também a denúncia que os pretos procuravam anúncios nos jornais e corriam para onde precisavam de empregados, mas embora chegassem primeiro que outros candidatos, por causa da cor, acabavam postos à margem e recusados.

"Em repúdio de que nos fala o Sr. Viana, é um fenômeno social muito conhecido em São Paulo, não só na Capital com em quase todas as cidades do interior paulista, fenômeno esse que cresce dia a dia, aumenta constituindo já uma grave ameaça para nossa tranqüilidade e para a estabilidade dos nossos direitos" (25).

Poucos são os negros que hoje se vêem pelas nossas ruas. Raríssimos são os que se nos adequaram ao comércio, nas indústrias, nas repartições públicas. É que os brancos, como se houvesse um tácito acordo nesse sentido, os vão expulsando de seu meio" (26).

Outro que não conseguiu emprego por causa da cor "apesar dos ofícios de sua especialidade foi Joaquim Brandão Costa, que também tornou público o fato. Entretanto tal acontecimento não nos alarma, é certo, por que afinal não é elegante proteger nacionais ..., digo, negros..."

"Não precisamos especificar aqui o feitiço dessa perseguição ... contra o negro brasileiro, pois que ele é muito variado tanto quanto conseguido: começa em alguns barbeiros e vai até certas casas de bebidas."

"Não temos barbeiros, não temos sapateiros, nem alfaiates, não podemos entrar nos hotéis, nos bares, nos cinemas, nas lojas, nos teatros ..." (breve) "seremos expulsos dos bondes e enxotados dos trens, ficando mesmo

sem o direito de transitar pelas calçadas" (27).

O racismo atuou também como elemento de força para a restrição, confinamento e combate às manifestações culturais negras.

As perseguições contra os sambas, contra os capoeiras e os bailes, contra religiosos e as religiões são exemplos disso. O fato de que dificilmente os negros dispõem de casas com amplas dependências para realização de encontros desses tipos, com várias pessoas, leva tais encontros a serem realizados, em geral, na rua, em frente às casas ou cortiços ou nos quintais e terreiros.

Sob a alegação de que o resultado dos sambas são sempre brigas, as autoridades policiais resolveram regularizar, via legislação própria e específica, a realização de sambas nas ruas ou praças públicas, a partir do que, somente poderiam ter lugar em quintais e terrenos murados, fosse no centro ou bairros da cidade. (28)

Para os brancos de Campinas todas manifestações culturais negras que tinham músicas, eram indistintamente, classificadas como sambas e bailes.

Nesse sentido, ficou registrado o equívoco do Delegado quando em maio de 1891, "meteu na cadeia" grande número de pessoas que estavam numa "folia ou maxixe" no qual fora transformada a reza para qual um "preto, morador da rua da Conceição", tinha pedido autorização. A reza constituía-se da música e da dança.

Também não existiam salões de corte de cabelo e barbearias de negros ou para negros. Os jornais apresentam essa ausência e denunciam a recusa dos profissionais brancos em cortar cabelos ou barbear pretos. O princípio racista era de que cabelo de preto era "duro", "sujo", "ruim", "embaraçado", etc. Os poucos profissionais brancos estabelecidos que atendiam negros, em geral o faziam a contragosto.

Finalizando, apresenta-se o caso de um preto louco que tendo recebido de presente um saco de laranjas, dados por uma caridosa senhora, foi tomado por ladrão, acusado por um civil, um soldado e pelo delegado de polícia, sendo por esse motivo, espancado e assassinado. O assassinato ocorreu porque o preto não explicara de forma convincente a origem das laranjas. O pressuposto racista era de que todo preto portando algo era ladrão. (29) E também o episódio de um rapaz negro que pretendendo namorar uma "senhorinha", manifestou seu desejo, motivo pelo qual foi humilha

do, perseguido por um grupo de brancos incitados pela moça, espancado e preso, além de ser colocado no jornal como "um preto atrevido" (30).

Conclui-se, então, que nesse período a prática rracista estava voltada para a tentativa de restringir e interceptar áreas públicas aos negros, incidia sobre as relações de trabalho e pressupostos racistas oportunizavam a morte de inocentes.

Nos anos de 1921 e 1920, destacam-se dois pedidos de interdição de "sambas de pretos, para evitar conflitos" (31). Nestes casos, o racismo atuou camuflado em ação preventiva da ordem pública e foi dirigido para reprimir o lazer. Encontraram-se também dois casos de negação, por parte de garçons, em atender fregueses negros. Em um dos casos, o garçom espanca um menor alegando que "preto era um preto" e no outro os garçons da Casa Folle não atenderam a um grupo de negros alegando a cor como impedimento. Houve queixas e protestos de brancos e negros. O importante aqui é destacar que neste caso o racismo é uma ação clara; objetiva e sem dissimulação. (32)

Aliás, esse período caracteriza-se também exatamente, pelo número de ações racistas explicitadas de forma objetiva.

Conclui-se então que nesta fase final do período, existia uma tendência para o racismo ser institucionalizado, ao mesmo tempo que as interdições e restrições à presença de negros em áreas publicas, crescem. Acentua-se também a prática da seleção de trabalhadores tomando-se o critério racista, da cor, na oferta de empregos. Acentuam-se também as declarações públicas de posições e ações fundamentadas na idéia de inferioridade racial do negro. Seja para lhe negar um serviço num restaurante, como para lhe negar a possibilidade de um namoro com branca, e mesmo para lhe impedir a entrada no país, como força de trabalho imigrante.

Finalizando, destaca-se o uso ideológico da linguagem que explicita o racismo de forma mais elaborada, ao nível da fala enquanto veículo de poder manifesto nos ditos populares, nas descrições literárias dos negros, nas sua classificações e objetivações, e no relacionamento de palavras de significados diferentes como se fossem sinônimas.

Cristovam foi brutalmente preso e violentamente espancado pela polícia, mesmo sem nenhuma culpa formada e mesmo

sendo reconhecidamente um "moço de bem". Várias pessoas acharam que o espancamento era merecido, parabenizando a polícia pelo feito sob argumento de que um "preto era um preto" (33).

O aconselhamento, pela polícia, à mãe de uma menor alemã encontrada em companhia de um preto, para que não permitisse que sua filha andasse pela rua acompanhada de pessoas "incompetentes" é uma tentativa de disssimulação do racismo através do uso da linguagem. (34)

A abundância do uso da palavra preto diretamente relacionada e vinculada à palavra vagabundo, juntamente com os acima citados, compõem exemplos de explicitação da discriminação através da utilização da língua.

6. NOTAS

1. De Florestan Fernandes podem ser citados, no caso, O negro no Mundo dos Brancos. S.P. DIFEL, 1972; A Integração do Negro na Sociedade de Classes. S.P. Ática, 1978; e Brancos e Negros em São Paulo em co-autoria com Roger Bastide, Cia Editora Nacional. S.P. 1971; além de Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. S.P. Anhembi, 1955, também em co-autoria com Bastide. De Roger Bastide cita-se Estudos Afro-Brasileiros. S. P. Perspectiva S/A. 1973. De Clóvis Moura podem ser citados, especialmente, "Organizações Negras" in São Paulo: O Povo em Movimento. Vozes/Cebrap. 1980; e Rebeliões na Senzala. S.P. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. Em Octávio Ianni não se encontrou nenhuma referência específica à cidade de Campinas e de João Batista Borges Pereira pode-se citar Cor, Profissão e Mobilidade: O Negro e o Rádio em São Paulo. S.P. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais/USP, 1967.
2. A constatação de que a sociedade oferece aos negros uma liberdade restringida não se situa exclusivamente no período pós-1888. Pelo contrário, desde antes de 1888, negros livres, ao tentarem exercer os direitos de liberdade, percebem que esta lhes aparece incompleta pelo fato de sua cor ou seus traços de negritude serem vistos como marcas características do cativo.
3. Sebastião Gomes, nascido em 1898, é um trabalhador negro aposentado pela Cia Mogiana, ex-presidente da Irmandade de São Benedito e ex-assinante do jornal negro Getulino que muito ajudou a clarear certas questões referentes às entidades negras de Campinas, além de fornecer valiosas informações sobre a vida da comunidade negra.
4. A esse respeito é interessante o artigo de FERRARI, Alfonso Trujillo. "Es tudo do Preconceito Racial através da Path Análise não Paramétrica". in Revista Brasileira de Sociologia. julho/dezembro. 1975. vol. I nº 2. Neste artigo, o autor mostra o grau de preconceito racial existente na cidade de Campinas em 1970, através de um tratamento de path análise não paramétrica. A análise considera as atitudes da população campinense dentro de variáveis econômicas, políticas, educacionais e religiosas. Para o autor, não pode ser colocada em dúvida a existência do preconceito de cor em Campinas. Sua intenção foi apenas avaliar o grau do preconceito racial face aos diferentes sistemas sociais.
5. Que é Ideologia. Brasiliense. Coleção Primeiros Passos nº 13 7.^a ed. SP. p. 18.
6. Da série de entrevistas concedidas aos estudantes da UNICAMP entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981. Campinas.
7. Oliveira Vianna além de endossar posições claramente racistas como a de

Alfredo Ellis Jr., explicita suas próprias idéias de forma sintetizadas na sua "Apresentação" ao Recenseamento de 1920.

8. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Ática. S.P. 1978. Principalmente no Capítulo II "pauperização e anomia social" p.p. 98 e seg.
9. Ellis, Alfredo. Populações Paulistas. Cia Editora Nacional. São Paulo. 1934.
10. Diário de Campinas 17.01 e 10.03.1899.
11. idem 09.05.1900.
12. Cidade de Campinas 27.04.1901.
13. Comércio de Campinas 09.03.1909.
14. Cidade de Campinas 08.04.1910.
15. idem 06.08.1901.
16. Getulino 09.03 e 23.03.1924.
17. Diário de Campinas 21.01.1893.
18. Cidade de Campinas 15.05.1901.
19. Getulino 24.08.1924.
20. Comércio de Campinas 02.03, 03.03.1909 e 29.01.1911.
21. Getulino 09.09.1923.
22. idem 11.11.1923.
23. idem 09.12.1923.
24. idem 05.10.1924.
25. idem 21.09.1924.
26. idem 21.09.1924.
27. idem 05.10.1924.
28. idem 05.11.1924.
29. Diário de Campinas 17.05.1890, 14.06.1893 e 04.08.1896.
30. idem 24.06.1900.
31. Diário do Povo 10.09.1918.
32. Comércio de Campinas 14.05 a 30.06.1912.
33. Diário do Povo 13.05.1917 e 24.03.1920.
34. Diário de Campinas 28.01.1890.
35. idem 06.01.1891.

II. CAMPINAS NO PERÍODO E A POPULAÇÃO NEGRA

1. CAMPINAS NO PERÍODO

1.1. Crescimento e Urbanização

O município de Campinas fica localizado na área centro-oeste do Estado de São Paulo, distante da capital em aproximadamente cem quilômetros. Em 1920 compunha-se o município dos distritos de Conceição e Santa Cruz, consideradas áreas urbanas, além de Souza, Cosmópolis, Rebouças, Valinhos e Americana, consideradas áreas rurais. Topograficamente esta região fica situada dentro da Depressão Periférica, isto é, uma área relativamente mais baixa entre os planaltos Atlânticos e Ocidental, de forma alongada e que os separa, formando uma faixa que corta São Paulo de nordeste a sudeste, na parte central.

Desde 1870 notam-se os sinais da urbanização e crescimento industrial da cidade de Campinas conforme demonstra Ademar Gebara, baseado nos Almanaques de Campinas, publicados por José Maria Lisboa, entre 1870 e 1873, ao afirmar que já naquela época a cidade passava por um "processo de urbanização, no qual acomodavam-se as estruturas agrícolas da família patriarcal, com os componentes de uma comunidade atendida por inúmeros serviços urbanos como ferrovia, correio, telégrafo, teatro, clubes, escolas, iluminação a gás, jornal, serviços que, entre outros, oferecem a viabilidade de aflorarem atitudes menos integradas àquelas pré-existentes, à medida que alguns desses serviços tendem a modificar mecanismos de controle social quer pela participação dos elementos urbanos e das categorias não comprometidas com o sistema" (1).

A população em 1890, de uma forma geral, foi calculada, para todo o município, em 60 mil pessoas pelo Intendente Municipal, Dr. Vieira Bueno. Já em 1909 o cálculo era de 100 mil pessoas. Porém o recenseamento de 1920 dá o número total de 115.595 pessoas. Isto significa que nesses 30 anos essa população quase duplicou. No mesmo período o número de prédios quase triplicou, passando de 7 para 19 mil, evidenciando um inegável processo de urbanização.

Em 1906 Campinas foi apontada pela imprensa local com a 2.^a cidade do Estado, posição que conquistara muito antes e que conservaria muito tempo depois, constituindo-se em notável centro comercial. (2) Por causa da sua "posição geográfica em relação a Santos e pela posição comercial tão importante, devido a sua ligação com todo Estado de São Paulo e parte de Minas pela linha Mogiana, Funilense e talvez Sorocabana e Ramal Férreo" (3).

Um outro aspecto que evidenciava a urbanidade de Campinas foi a mecanização dos transportes. Sendo grande centro ferroviário, a partir de principalmente 1912, a cidade começa a sentir também a presença dos automóveis que rapidamente aumentam em número. Os trollys, os cabrioletes, as carroças e os carros puxados a burro vão desaparecendo. Em 1913 Campinas tinha 71 automóveis e em 1925 seu número era de 4.411. (4) Nesta década de 1920-30 o automóvel foi um grande assunto nos jornais por causa de seus atropelamentos, acidentes diversos, abalroamentos e velocidade. A inauguração da estrada de rodagem ligando Campinas a São Paulo, em 1921, foi um grande feito. Entretanto, o trem ainda se manteve presente na vida de cada vez mais pessoas. A maioria da população o utilizava, e era nas estradas de ferro que o negro encontrava os melhores empregos.

O processo crescente da urbanização de Campinas também fica evidente com o fato de que em 1920 quase 50% dos homens e mulheres com ocupação definida estava dedicada às atividades urbanas. (5)

1.2. Saúde e Higiene

Conforme Jolumã Brito, os anos de 1889 e 1890 foram marcados pelos sucessivos surtos de febre amarela e varíola. Diz ele que, em consequência, havia muitas mortes de vitimados, além de brigas entre médicos, protestos populares contra a incapacidade das autoridades sanitárias de debelarem as epidemias. Diz também que o crescimento da dívida pública municipal impedia uma aplicação maior de verbas na saúde e em obras de limpeza e saneamento urbanos.

Assim é que "tanto quanto acontecera no ano anterior, também em 1890 morriam-se pelas ruas da cidade, cadáveres eram encontrados em vias públicas, morriam-se sem assistência alguma, e famílias inteiras pereciam faltas de quaisquer socorro" (6).

A cidade de Campinas, então, era insalubre, isto é, faltava higiene, os quartos de hotéis tinham alta densidade demográfica, grande sujeira pelas ruas eram encontradas, muitas cloacas eram situadas próximas de poços de água para consumo doméstico e muitos aterros foram feitos com o próprio lixo da cidade. Tal situação levou o serviço sanitário a adotar algumas medidas preventivas como: multar aqueles que tivessem lixo e outras imundícies em seus quintais; invadir e desalojar os cortiços considerados promíscuos e sujos; promover campanha de incineração de ratos; promover, através de visitas periódicas às casas, a desinfecção de fossas, de bocas de lobo das ruas e mictórios públicos e; incre

mentar campanhas em geral pela saúde pública. (7)

Não obstante a luta do serviço sanitário, a situação da saúde pública continuava com as mesmas deficiências, conforme o Intendente Municipal em 1895 e a Comissão Sanitária do Estado, em 1909. De forma que a mortalidade infantil era muito grande, com significativa incidência de mortes causadas por doenças do aparelho digestivo. (8)

Tentando determinar quais as principais causas de mortalidade entre negros, verificou-se que, sem ordem de importância: morriam em sua maioria sem indicação de causa, quando achados já mortos nas vias públicas; morriam de "marasmo senil", isto é, velhice; morriam de síncope cardíaca, inanição, assassinados com facadas, tiros, espancamentos, envenenamento e enforcados, afogados nas enchurradas de chuvas e nos rios; morriam de frio e atropelados pelo trem, quando não trabalhavam; e de acidentes de trabalho, quando estavam empregados. (9)

Entre julho de 1912 e maio de 1916 foram encontrados mortos nos trilhos dos trens 66 homens pretos e pardos. Nos trilhos aconteciam muitos desastres com os trabalhadores ou eram depositados corpos de mortos. Inclusive suspeita-se que muitos desses tenham sido assassinados pela própria polícia que quando encarregada de expulsar migrantes mendigos, inválidos e outros indesejáveis, os fazia embarcar nos trens que saíam ou nem desembarcar dos trens que chegavam. Ou então, após recolher os que conseguem chegar até o centro da cidade, levava-os até os trilhos e os mandava embora para fora da cidade assuntando-os com tiros em sua direção. (10)

A maioria dos corpos encontrados eram de velhos ex-escravos e surpreendentemente haviam muitos identificados com nome, idade e ex-dono. Isso confirma que muitos ex-escravos, na velhice e liberdade, encontraram mesmo o abandono e a solidão. (11)

Doentes de todas as idades e corpos de crianças, principalmente, eram abandonados também pelos familiares nas portas dos cemitérios ou nas estradas, com indicações para que aquele que tivesse os recursos, que faltaram aos parentes, fazer o enterro. Essa falta de recursos para enterrar seus mortos, foi motivo para o surgimento de entidades assistenciais objetivando, entre outras coisas, dar o "auxílio funeral" (12).

Um fato marcante entre os encontrados mortos: muitos já estavam enfermos e/ou mendigavam pelas ruas, no caso da área urbana; dos encontrados nos bairros, a maioria estava próximo às

fazendas onde trabalhavam.(13)

O problema da falta de assistência médica era mais grave, obviamente, para aqueles que dispunham de menos recursos financeiros. Os registros, em geral, só tinham as seguintes indicações: morreu na rua um preto que teve agonia prolongada, sem assistência médica; ou então: morto sem assistência médica, vindo de fazenda. Entende-se que a maioria das notícias de óbitos com referência "vindo de fazenda" significa, também, que não houve assistência médica.

Em 1890 houve muitos protestos contra o "relaxamento do serviço do cemitério municipal" que registrava "mortos sem assistência médica", destacando-se que o registro civil exigia "esclarecimento muito positivo a respeito das pessoas que devem ser dadas à sepultura"(14).

Para os negros, essa assistência médica, era substituída pelos conselhos dos curandeiros ou dos "pais e mães de santo".O número deles era tal que os médicos chegaram mesmo a promover reuniões da classe em busca de meios e soluções para combater os concorrentes. A providência primeira foi solicitar a ação repressora da polícia. Em 1890, 1901 e 1909, esses fatos afloram com maior intensidade. Em 1901 por exemplo, houve inicialmente a retomada da campanha para que os mortos fossem necropsiados, objetivando a emissão de atestado de óbito com declaração da causa, conforme pedia o regulamento. Neste ano, de janeiro a outubro, 131 corpos já haviam sido enterrados sem declaração da causa da morte. Em seguida, a campanha, já assumida pelos médicos, passa a ser colocada nestes termos: "Há em Campinas uma grande quantidade de curandeiros, que vão impunemente aplicando suas ervas e beberragens a numerosos clientes, os quais falecem sem que se saiba de que moléstia foram vítimas...". O resultado prático dessas campanhas acabou sendo a prisão de implicados, tanto curandeiros como clientes, que eram obrigados a assinar "termo de bem viver" após uma "boa coça", isto é, receber açoites. (15)

Para os negros, que por condição econômica e religiosa formavam potencialmente a maior parte dos clientes de curandeiros, tal campanha deve ter aparecido, primeiramente, como uma ameaça da perda de esperança de cura para seus males. Em segundo lugar, como mais uma repressão da polícia contra suas vidas. E em terceiro, como mais uma forma de destruição do seu saber, da sua cultura e das suas informações sobre o homem na sua relação com a natureza. Paralelo a esse processo e complementando-o, incentivavam-se e desenvolviam-se as obras de caridade onde a Igreja e as classes abastadas aperfeiçoavam suas alianças utilizando-se de entidades como a Santa Casa de Misericórdia, a Matriz Nova, o Asilo de Órfãos, o Asilo de Morféticos, o Asilo de Inválidos, as Sociedades Benefici

entes, o Asilo de Dementes, as Irmandades e a Cadeia.

O período de 1910 até 1926 não se diferencia do anterior, em termos de saúde geral para a população. Muitas mordidas de cobras denunciavam ainda o aspecto rural da cidade, muitos suicídios denunciavam um momento de aflição social. Os indigentes ainda eram presos na cadeia. Novos surtos de doenças surgiram, como a gripe espanhola, de 1918, que teve um total de 6.872 casos notificados até janeiro de 1919, com registro de 204 óbitos. A única novidade parece ser o número volumoso de ossada humana que foi encontrado no início de 1917 nas áreas periféricas, onde estavam construindo novas ruas e habitações.(16) Possivelmente tais ossadas constituíam vestígios de cemitérios clandestinos, talvez de escravos das fazendas próximas.

1.3. Habitação e Custo de Vida

Os cortiços na cidade e, em geral os mesmos prédios das antigas senzalas, nas fazendas constituíam a maioria das habitações dos negros. "Campinas não se libertou desses antros" (17).

Os cortiços foram tema, inclusive, de obra literária e o Diário de Campinas percebendo a semelhança entre a obra de Aloísio de Azevedo e a realidade campinense, publicou trechos do famoso livro em abril de 1890, para complementar uma série de artigos intitulados "A luta pela vida".

Um desses artigos anunciava que cada cômodo podia custar entre 10 a 15 mil réis de aluguel. Em 1892 esses preços já tinham subido para 20 a 30 mil réis, ainda conforme Diário de Campinas em artigo intitulado "Cortiços" (18). O que denuncia a grande inflação do período.

O problema era que os quartos de cortiços além de caros, constituíam-se focos de epidemias uma vez que, onde não se devia admitir mais de 3 pessoas, eram colocadas 20 ou 30 por noite. Por serem objetos de especulação imobiliária, os donos dos cortiços não os reformavam visando melhorar sua salubridade. Um dos artigos "Cortiços" do Diário de Campinas também publicados em 1896 dizia que entre as ruas Conceição e do Goes, na travessa Rodovalho e Praça Carlos Gomes, "existiam uns 3 ou 4", e que nos dias recentes ocorreram no local "uns 10 casos de febre amarela". Destacava também que tais prédios tinham "níveis inferiores ao rés do chão, com poças paradas". Terminava pedindo providências da Intendência Municipal para promover visitas sanitárias na área.(19)

Os cortiços eram palco de grandes tragédias, desde brigas e pequenas escaramuças, até crimes graves. Foi assim que acon

teceu, em 1904 com Manoel José do Nascimento, mulato, 30 anos, ex-praça do destacamento local que amasiado com Francisca Pereira de 19 anos, tinha um filho de 4 meses. Manoel, desempregado fazia muito tempo, pessoa calma, tinha sido bom policial. Saíra com Francisca e a criança em visita à sogra num cortiço da rua Culto à Ciência. Francisca chegando ao quarto da mãe lhe pedira um café, explicando que nada comeria naquele domingo. Manoel indignado e humilhado, ordenou que a mulher se calasse sobre as suas dificuldades. Ela não se calou e ao contrário, passou a relatar "a vida amarga que passava". Um empurrão, uma queda e duas machadadas na cabeça, foi o que recebeu Francisca. Sua mãe correu gritando perseguida pelo jovem alucinado que não conseguindo alcançá-la, acalmou-se e entregou-se na delegacia.

O local do crime: "um quarto atijolado sem forro, pequeno, sem janelas, tendo uma cama pobre a um lado, a outro lado um fogão humilde feito de tijolo; sobre a parede uns quadros de imagens, sobre o chão perto da única porta, um caixão sobre o qual estavam uns panos velhos em forma de trouxa, no centro do quarto a assassinada que trajava saia de brim xadrez e paletô de chita cor de rosa, descalça ..." (20). Manoel ficou preso e em 1905 tentou suicídio na cadeia, mas foi socorrido e salvo.

Esses são os elementos do episódio: desemprego, fome, relações matrimoniais informais, instabilidade emocional e violência. Esses elementos eram comuns e muito presentes na vida cotidiana dos cortiços, os quais muitas vezes foram comparados a antros de vagabundos e redutos de outros desclassificados. (21)

O jornal negro Getulino, também lido nos cortiços, pedia em diversas ocasiões que os lá residentes discutissem seus problemas e sugerissem formas de solucioná-los. Tais reuniões eram fáceis de fazer já que moravam todos muito próximos e o sistema de informação boca a boca funcionava bem. Era dessa forma que, por exemplo, eram convocadas as reuniões para discutir problemas como as greves e suas consequências para as famílias. Essas reuniões ocorriam no próprio cortiço, como podiam também acontecer nas sede das Associações e até nos locais onde eram realizados os ensaios de bailes.

Em 1895, o Diário de Campinas notou que "uma das maiores dificuldades de vida em Campinas é sem dúvida a casa para morar... especialmente pelo que respeita a gente pobre". Tal afirmativa foi acompanhada por reivindicações de "habitações para operários" e "vilas populares". Pois que "aos governos cabe facilitar e modificar para melhor as condições de vida da população. Isso é princípio elementar e não carece de discussão". Nesse sentido, surgiram as propostas de "diminuir o imposto predial" e criar facilidades para edificação de morádias", sob o argumento de que "se as

peças moram às meias dúzias em um quarto, onde cozinham, onde comem, às meias dúzias também morrem e a devastação então das populações é enorme". (22)

O mesmo jornal denunciou, em dezembro de 1899 que os aluguéis habitacionais eram muito caros. Uma casa "avaliada em 4 ou 5 contos de réis, isto é, uma casa comum e simples de dois quartos", estava sendo "alugada por 80 ou 100 mil réis". A proposta inicial do jornal era investigar e publicar as "causas determinantes deste estado de coisas, deste desequilíbrio (entre capital e juros), que tão vivamente vem ferir a maioria da população, as classes desfavorecidas da fortuna, as remediadas mesmo". Acreditando que os altos impostos eram as causas dos altos preços dos aluguéis, a ação do jornal foi reivindicar reformas das tabelas de cobrança dos impostos sobre a propriedade imobiliária. Isso interessava aos negros inquilinos. Vê-se aí a convergência de interesses de proprietários e inquilinos contra os impostos. (23)

Uma evidência do crescimento urbano era o aumento do número de prédios, isto é, habitações térreas ou sobrados. Entretanto no primeiro semestre de 1898 apareceram apenas 11 prédios novos na cidade, contra 24 novas construções em 1894. O Diário de Campinas denunciou uma queda significativa na taxa de crescimento urbano nesse fim de século como consequência da crise do café. Mas essa queda foi apenas temporária.

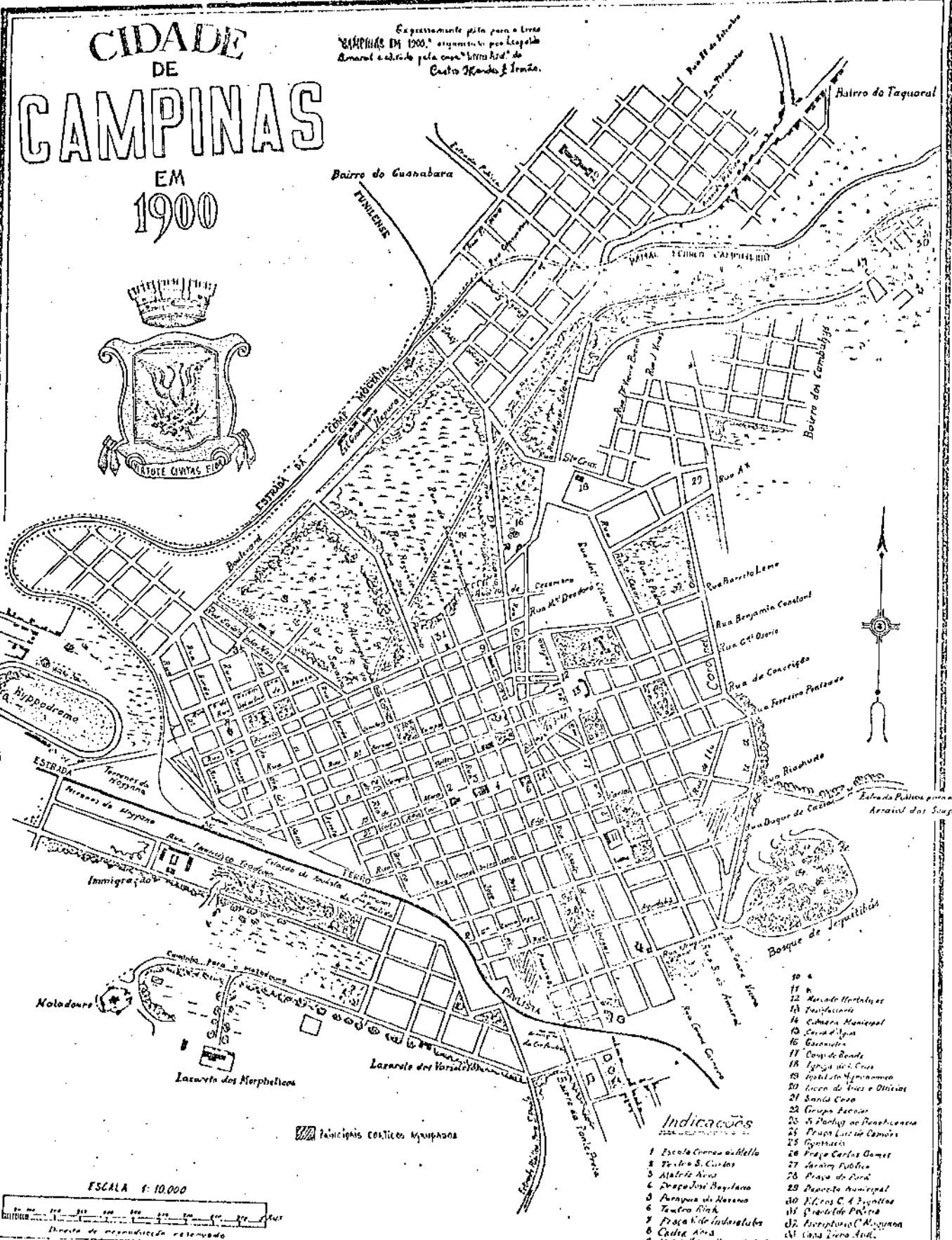
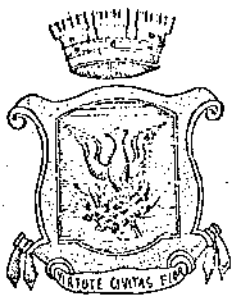
O levantamento dos prédios existentes em Campinas em novembro de 1910 feito pelo Sr. Juvêncio Fernandes de Oliveira, Lançador Municipal de Impostos, apontava para todo município 6.188 prédios, sendo 5.478 na cidade e subúrbios e 710 nos bairros. Aos nacionais pertenciam 3.027 desses, e a estrangeiros pertenciam 3.161, assim distribuídos: portugueses 1.239, italianos 1.201, alemães 447, espanhóis 147, franceses 70, americanos 34, ingleses 9.

Menos de 50% do total de prédios eram de brasileiros. Aceitando o percentual de 18% de participação negra na população de Campinas em 1910, a probabilidade de negros serem proprietários de imóveis cai para 18% de 3.027, isto é, 544. Porém entre 1890 e 1910, os jornais existentes apontavam apenas 5 casos de negros proprietários de imóveis urbanos em Campinas.

O recenseamento de 1920, em sua "Estatística Predial e Domiciliária" apontou para Campinas um total de 19.068 prédios, entre os quais 341 assobradados, 722 desocupados, 48 em construção e 9 em ruínas. (24) Houve então uma triplicação do número de prédios entre 1910 e 1920. Mas a tendência é o desaparecimento dos cortiços e um movimento de saída dos negros do centro da cidade

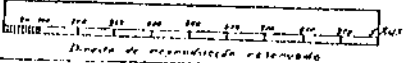
CIDADE DE CAMPINAS EM 1900

Esquema para a linha
CAMPINAS EM 1900, organizado pelo engenheiro
 Amaral e editado pela casa "Litteraria" de
 Castro Kanda & Irmão.



- Indicações**
- 1 Escola Nossa Senhora
 - 2 Pr. São B. Custódia
 - 3 Alameda Nova
 - 4 Praça José Bayetano
 - 5 Paróquia de Nossa
 - 6 Teatro Alibi
 - 7 Praça de Indaialuba
 - 8 Cadeia Nova
 - 9 Alameda de São João
 - 10
 - 11
 - 12 Mercado Hortaliças
 - 13 Paróquia de São
 - 14 Câmara Municipal
 - 15 Casa d'Água
 - 16 Casuarina
 - 17 Casa de Renda
 - 18 Igreja de São
 - 19 Instituto Agronômico
 - 20 Praça de São e Otília
 - 21 Santa Casa
 - 22 Grupo Escolar
 - 23 Paróquia de São
 - 24 Praça Carlos Gomes
 - 25 Jardim Público
 - 26 Praça de São
 - 27 Praça Municipal
 - 28 Alameda C. A. S. Santos
 - 29 Praça de São
 - 30
 - 31
 - 32
 - 33
 - 34
 - 35
 - 36
 - 37
 - 38
 - 39

ESCALA 1:10.000



para as regiões periféricas, na medida em que ampliava-se a urbanização e aumentava a especulação imobiliária.(25)

A partir de março de 1913, o jornal Comércio de Campinas estampou grandes manchetes encabeçando enormes artigos comentando e protestando contra a carestia. Em setembro desse ano, Diário do Povo estampou muitos artigos comentando a grave crise econômica que afeta a agricultura, indústria e comércio, destacando que as falências eram em número crescente. Em janeiro de 1914, o mesmo Diário do Povo abordando "a pavorosa crise", denunciou o fechamento de fábricas e os 500 desempregados que existiam na cidade a espera de trabalho.

Entre 1918 e 1925, Diário do Povo sistematicamente falava da carestia destacando-se aí os altos preços dos gêneros de primeira necessidade como pão, leite, carne, feijão e arroz, além de vestuários e aluguéis, particularmente nos anos 1924 e 1925. "Vamos mal a pior. Além do encarecimento de tudo, a falsificação o abuso por toda parte... em tudo isso quem paga o pato é o povo". (26)

Aliás, Getulino dizia que em relação ao custo de vida, "a crise continua..." apesar das medidas tomadas pelos dirigentes do município para atenuar a carestia da vida, ainda não se fizeram sentir os benefícios provindos... para minorar a situação. As feiras tão ansiosamente esperadas, não surtiram o efeito desejado pois foi quase que a mudança do Mercado para outro local tendo de feira somente o título".

"E o pobre, o operário, cuja vida é tão penosa, não tem esperança nenhuma de ver melhorada sua situação".

"É preciso que a Prefeitura ponha cabo a essa torpe exploração, abrindo armazéns por sua conta ou então obrigando por qualquer maneira os gananciosos a terem um pouco de piedade com a pobreza... gozando dos lucros auferidos pela prepotência com que zombam das leis do nosso país"....

"Urge, pois, reparar o mal..."

"A paciência pode se extinguir e aí será tarde para remediar"(27).

Tal estado de encarecimento resultou, em 1925, na criação de um armazém da prefeitura destinado a vender gêneros de primeira necessidade por preços menores.(28)Importante aí é que a campanha na imprensa contra a carestia continuou, em consequência do que, a alta dos preços diminui seu furor.(29)Contudo no segun

do semestre de 1925, havia na cidade 90 casas vazias porque seus donos não conseguiam alugá-las em vista da campanha de boicote que foi promovida pela imprensa local visando a baixa dos preços.(30)

1.4. Economia

No fim do século XIX a economia cafeeira colocou o município de Campinas em segundo lugar no quadro de desenvolvimento do Estado de São Paulo, de tal forma que entre 1885 e 1889 "se fundam e prosperam em grande número novas casas comerciais" destacando-se "as do ramo de comestíveis e ferragens". Também eram muito importantes as lojas de fazendas, alfaiatarias, sapatarias, relojarias, livrarias, papelarias, agências de jornais, farmácias, casas de móveis, fotografias, chapelarias, charutarias, casas de artigos para agricultores, empresas telefônicas, de fogões, corretores de café, homens de negócios e cambistas. O comércio cresce bastante, de modo que, em 1907, surgiu a Associação dos Empregados no Comércio de Campinas e em 1910 foi fundada a Escola de Comércio e em 1911, sete Casas Bancárias atendiam ao movimento financeiro local. (31)

Entretanto, uma "crise" econômica que afetou a agricultura, indústria e comércio, gerando "os sem emprego" pela paralização de atividades nas fazendas e fechamento de fábricas, aconteceu em 1913 e 1914. (32)

Em 1900 o desenvolvimento industrial já era marcado pelas gráficas e 47 diversas fábricas onde se destacavam refinação de açúcar, fábrica de chapéus, de máquinas para a lavoura, de móveis, calderarias, olarias e curtume. Campinas apresentava, já em 1912, "aspectos de cidade industrial"(33).

A implantação de uma fiação e tecelagem de algodão em 1902, acionada por energia elétrica produzida por usina própria, levou a prefeitura a expandir o serviço por toda a cidade, com a criação da Cia. Campineira de Iluminação, Luz e Força, surgida com a compra da usina pertencente à fiação. O contrato entre esta companhia e a Câmara Municipal previa tarifas muito baixas para as indústrias, o que facilitou a intensificação do processo de industrialização. Já em 1912 eram em 83 o número de fábricas. Segundo Benedetti "Esta intensificação, ocorrida entre 1910 a 1940, tem origem em vários fatores, sendo o principal a suspensão da navegação mercantil durante a primeira guerra mundial, forçando a criação de indústrias domésticas - tecido, laticínios, artigos de couro e madeira. Esse incipiente processo de substituição das importações foi favorecido ainda pelo baixo custo de energia elétrica e pelos incentivos concedidos pela prefeitura: cessão gratuita de terrenos e

isenção de impostos municipais por cinco anos"(34).

A mecanização da agricultura campinense pode ser percebida pelo recenseamento de 1920 que, cobrindo 837 estabelecimentos rurais, fez o levantamento de 301 máquinas neles existentes. Dessas máquinas, 77 eram movidas por força motriz elétrica, 117 eram hidráulicas, 30 por força animal, 61 por vapor e 121 indeterminadas. Aqui se quer evidenciar o processo de eletrificação rural, sin toma evidente do progresso econômico, embora ainda predominasse a força hidráulica.

1.5. Serviços Públicos

Em 1890, a Cia de Bondes funcionava puxada por ani mais e durante um mês, transportava, em média, 20 mil pessoas. O transporte de cargas geralmente era feito em carroças. Os carro ceiros, cocheiros e condutores de "carros de praça" constituíam uma categoria de trabalhadores bastante presente nos noticiários: pe las prisões que sofriam, por pararem "fora do ponto", pelas discus sões e brigas causadas pelos abalroamentos; pelos acidentes de ca valos em disparada; pela falta de controle dos animais; pelos a tropelamentos de pedestres, principalmente velhos e crianças; pe las reivindicações da classe; e pelas escaramuças desses trabalha do res com a polícia, motivadas pelas "arruaças e algazarra" que faziam nos momentos que estavam estacionados, aguardando solicita ção de serviços. (35)

O trânsito, inclusive constituía-se sempre um proble ma, com muitas ruas esburacadas e de difícil utilização, embora em 1892 a cidade já tivesse ruas calçadas com paralelepípedos de pe dra, pelo menos as centrais.

Em 1901 um confusão de veículos, animais e pessoas con gestionava as ruas. Bondes elétricos, bicicletas, cavaleiros, car regadores a pé e carros puxados a tração animal assustavam e des lumbravam adultos e menores.

Cidade de Campinas, em setembro de 1901, num artigo in titulado "Tração Elétrica", falava sobre o progresso local. Para o trânsito, revela, os animais eram o maior problema, pois além de sujarem as ruas provocando uma outra preocupação, isto é, com a saúde pública, vez por outra causavam transtornos pelas dispa radas, empacamentos, roubos, alimentos e banhos, que faziam parte do cotidiano e imprevistos de suas utilizações. As cocheiras, in clusive, constituíam alvo constante da crítica preocupada com a higiene e aparência da cidade.

O abastecimento d'água encanada foi iniciado em 1891 quando pela primeira vez jorrou água nas torneiras das casas. Entretanto em fins de 1892 o serviço de esgoto ainda era apenas projeto, e o Diário de Campinas insistia em reclamar contra a "podridão ambulante" na qual se constituíam as "carroças de transporte das águas servidas". Entretanto quando esse serviço de esgoto surgiu, no início de 1893, surgiram com eles os mictórios públicos, serviço que muitas cidades jamais conheceram. Em 1920, o serviço de abastecimento de água embora só tivesse 153 medidores, o consumo era de 7 milhões de litros diários, com 18 km de linhas adutoras e 65 km de rede distribuidora, com canos de ferro de 14/15 polegadas. Essa água era aproveitada dos ribeirões Bonjardim e Iguatemy.

A Energia Elétrica era fornecida pela Cia Campineira de Tracção, Luz e Força, com duas usinas. A mais velha de 1904 e a outra de 1916, totalizando 12.000 Hp. de força, com 38 km de extensão de linhas de transmissão, colocando a cidade em oitavo lugar entre as maiores possuidoras de companhias elétricas do país.

O serviço de iluminação pública, desde 1912 já era com energia elétrica. Embora fosse reduzido o número de medidores do consumo de energia, e o total de consumidores fosse de apenas 6.100, o preço da energia em 1920 era barato, em relação a outras cidades interioranas. Enquanto o consumidor em Campinas pagava \$ 400 por cada kw/h, o mesmo custava \$800 em Igarapava, uma das energias mais caras do Estado. (36)

É importante aqui responder à seguinte questão: Em que medida esses serviços públicos eram acessíveis à população negra? Parece que foram poucas os negros que se constituíssem consumidores e usuários dos serviços públicos, embora um número significativo deles trabalhasse nestes serviços, como mão-de-obra nos serviços de água e esgotos, nas instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, nas construções e manutenções de ruas, nas estrebarias e como carregadores. Há alguns registros de negros proprietários de carroças.

Sintetizando, parece que os serviços públicos somente afetavam os negros na medida em que serviam de área de trabalho. Os cortiços e fazendas, onde havia maior concentração de negros, não dispunham de água encanada, esgoto ou eletricidade para uso destes.

Concluindo, verificou-se que Campinas nesse período estudado passava por um crescente processo de urbanização, principalmente identificado depois de 1910, onde destacam-se a industrialização e o aumento dos serviços públicos que o acompanham. Ao

mesmo tempo a cidade crescia e modernizava seus meios de transporte. Entretanto também aumentava o custo de vida o que provocou muitos protestos principalmente no que se refere à alimentação e moradia. As condições de saúde e higiene ainda permaneciam deficientes.

Para a população negra esse progresso teve pouco significado pois especialmente para ela as condições de habitação e saúde eram ainda piores.

2. POPULAÇÃO

2.1. O Negro Vai Sumir

Qual a importância da população de cor em Campinas? Como ela mudou no período de 1888 a 1926? Quais seriam as relações entre este número e as relações raciais?

Vários pesquisadores da primeira metade do século XX afirmaram que o negro estava desaparecendo e, explicavam este desaparecimento como resultado da inferioridade racial negra. Assim é que a apresentação feita por Oliveira Vianna para o Recenseamento de 1920, um ensaio francamente racista, estabelece que as raças negra e vermelha são inferiores, e que os portugueses são a formação étnica mais "complexa" da Europa. As conclusões dos estudos feitos com os dados embora "muito conjecturais" foram baseados nas mais "modernas revelações da antropologia, da etnologia e da crítica histórica". Assim é que se pode afirmar que na formação do povo brasileiro, o "elemento negro", ou melhor "os tipos africanos" vão trazer a "maior confusão e discordância". O texto foi todo orientado pela idéia da superioridade branca e tal idéia servia de dado básico para explicar a organização social. "Cada raça se distribui pelas diversas classes sociais conforme as suas aptidões específicas, e já vimos como os brancos sabem distinguir essas aptidões e orientar a distribuição e a fixação das duas raças inferiores no sentido do seu melhor aproveitamento".

Para Oliveira Viana os negros foram até então os maiores representantes do "trabalho agrícola, os grandes manejadores do machado, da foice e da enxada". Porque eram menos inteligentes, "na cidade, recebiam os serviços mais rudes, braçais e de carregadores". A relação direta da inferioridade racial com a inteligência menor, explicava então o desemprego na cidade e a perda de emprego no campo, observando nos dados do recenseamento.

A inferioridade era relativa ao outro grupo racial, e era demonstrada pela impossibilidade do "negro puro" civilizações, is

to é, assimilar a cultura ariana. O negro imita imperfeitamente o branco, esta é uma demonstração da inferioridade, dizia o autor.

Oliveira Vianna insistia ainda que os negros norte americanos eram superiores aos negros brasileiros, assim como os brancos, lá também eram superiores aos do Brasil. Ele acrescentava que a ascensão ocasional de algum negro decorria de seu caráter servil e imitador e argumentava que existia uma atitude de conciliação com os mestiços, colocando-os entre os polos do que era entendido, por ele, como a inferioridade mais negra e a superioridade mais branca. É o princípio do contínuo da cor funcionando de forma prática. Vianna ainda acrescentava que a inferioridade atávica corrói, nos mestiços, as suas possíveis qualidades genéticas brancas. O "coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população". Entre outras causas porque o negro diminui por "miséria, vício e castigo". (37)

Tal extinção seria facilitada, em primeiro lugar, pela inferioridade histórica e sociológica (anomia) que "faz o negro deixar-se vencer pela vida"; em segundo lugar, pela inferioridade fisiológica e psicológica que o impele ao alcoolismo e aos vícios nocivos; e em terceiro lugar, por uma certa inadaptação do homem negro ao planalto paulista, também apontada por Alfredo Ellis Jr. (38).

Ellis estudou as condições de saúde, alimentação e habitação nos cortiços de São Paulo, capital, e as qualificou como idênticas às das antigas senzalas e as responsabilizou pela grande incidência de enfermidades naqueles locais. Uma das mais graves, a tuberculose vitimou 28,7% de negros e 20,0% de mulatos em Campinas; em 1929, 7,4% dos óbitos em Campinas foram causados pela tuberculose.

Alfredo Ellis disse que os negros estavam desaparecendo: "em 1872, os negros e mulatos constituíam no território paulista 62% da população e que, contudo, em 1923, passaram a ser apenas 16%. Baseando-se nas taxas de mortalidade e natalidade da década de 1920, ele previa a extinção dos negros dentro de, no máximo 50 anos. (39)

A idéia de inadaptação climática do negro à São Paulo foi também partilhada por Samuel Lowrie ao colocar a gripe e outros problemas de saúde da população negra e mestiça, como o riginárias das condições do clima regional. Lowrie, baseando-se nos registros vitais, concordava que na década de 1920, os negros representavam 16% da população paulista.

Com relação à distribuição da população de cor, Lowrie

ainda destacava que não existiam áreas definidas de concentração de negros e alertava para apenas as concentrações do tipo das fei-
tas nos passeios públicos como acontecia na rua Direita, em São Paulo, isto é, longe das áreas de concentração residencial negra. Ele parece ignorar a existência dos cortiços nos centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, embora aponte firmemente que entre 1920 e 1934, negros e mulatos estavam mudando-se para as cidades.
(40)

Conclui-se que ao perceberem a diminuição relativa do número de negros no conjunto da população de São Paulo, os estudiosos da época identificaram esse fenômeno como evidência do que eles chamaram desaparecimento do negro. Chegando mesmo à certeza de sua extinção prevista para, no máximo, 50 anos. Esses estudos e as previsões deles decorrentes fundavam-se em pressupostos racistas.

2.2. Os Números

Conforme o recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 19 de agosto de 1872, o quadro geral da Paróquia de N. S. da Conceição de Campinas somado ao quadro geral da Paróquia de N. S. do Carmo e Santa Cruz, apresentava-se assi: (41)

POPULAÇÃO		Branca	Parda	Preta	Cabocla
LIVRE	H 9.623	6.785	1.280	1.027	530
	M 8.069	5.439	1.218	843	569
ESCRAVA	H 8.806	-	1.133	7.473	-
	M 4.879	-	825	4.054	-
T 31.377		12.224	4.456	13.397	1.099

Aí observa-se que o número de escravos é 3,13 vezes maior que o número de negros livres e que os escravos representam 43,6% do total da população, que somados aos negros livres resulta em 60,8%. Portanto em 1872 a população negra era maioria em Campinas.

De acordo com a Diretoria Geral de Estatística, a população recenseada em 31 de dezembro de 1890, na relação sexo, raça e estado civil, nas duas freguesias que compunham a região de Campinas, apresenta-se assim:

	Branco	Preto	Caboclo	Mestiço	Total
HOMEM	12.132	3.824	278	1.588	17.822
MULHER	10.889	3.236	268	1.706	16.099
T	23.021	7.060	546	3.294	37.021

Considerando-se a classificação "mestiço" como e quivalente a "pardo" ou "mulato", esta somada aos pretos, totaliza 10.354 pessoas, isto é, 30,5% da população. Logo, tem-se que de 1872 a 1890 a população negra relativamente à branca, decaiu de 60,8% para 30,5%. Por outro lado deve-se considerar que os estrangeiros, em 1872 representavam 18% da população livre e 12% da população total do município e em 1890 eram 21% da população da cidade.

Gabriel de Carvalho, funcionário postal recebeu as folhas-listas de questionários do recenseamento de 1890 para Campinas pelo correio e ele próprio e alguns auxiliares visitaram 3.841 prédios onde preencheram-nas. Dessas listas, 311 foram devolvidas sem respostas porque os prédios a elas correspondentes estavam fechados. "Por aqui se vê perfeitamente que, se a população não foi recenseada com a exatidão matemática, a diferença será diminutíssima, quase nula", conforme a opinião do Diário de Campinas, no dia 21 de março de 1891, que também publicou "o recenseamento desta cidade". "Particularizamo-lo do melhor modo que pudemos, segundo os dados positivos que nos foram fornecidos"... "apesar do relaxamento do governo que nem ao menos forneceu número de listas suficientes" e da "falta de verbas para remunerar pessoas, também escassas".

Este recenseamento de 1890 omitiu muita gente pois cobriu apenas a cidade e não todo o município de Campinas. Pelo relato de um jornalista que acompanhou este recenseamento, entende-se que este foi feito junto aos prédios urbanos. Isto significa que também ficaram fora deste levantamento todos indivíduos não fixados, todos indivíduos sem residência, todos aqueles desvalidos e sem teto que compõem parcela significativa da população do campo e da cidade, na qual os negros e mulatos tinham representação percentual bastante elevada.

O jornal Comércio de Campinas(42) fala de um recenseamento da República realizado conforme Decreto nº 8.382 de 13 de novembro de 1910 e conforme a Lei nº 2.356 de 31 de dezembro de 1910. Entretanto, só se tem outra notícia de seus resultados no Diário do Povo(43) afirmando que por aquele recenseamento, em 1910, a população do município era de 113.584 habitantes e que

pelo recenseamento de 30 de junho de 1912, tal população era de 112.637 habitantes.

Em 21.07.1912 o Diário do Povo fez críticas e correções aos dados do livro Comarca do Estado de São Paulo, organizado pelo Sr. Norberto de Castro, chefe da 1.^a seção da Diretoria de Justiça, referentes a Campinas, alegando que "ninguém ignora que a nossa comarca conta hoje com mais de 100.000 habitantes", enquanto aquele autor falava em 60 mil.

A Câmara Municipal de Campinas decretou a criação de uma Junta Comercial Recenseadora para processar o levantamento demográfico e econômico do município, conforme Lei nº 226 de 15 de março de 1918. Este recenseamento realizou-se em 30 de abril de 1918 e conforme o artigo 2º da lei que o criou, deveria o município ter sido dividido em 14 seções, uma das quais era constituída pela Vila Americana, na época, uma das sub-prefeituras do Município de Campinas.

O jornal Comércio de Campinas apenas deu uma pequena nota sobre esse recenseamento, acusando um total de 105.973 habitantes. (44)

Já o jornal Gazeta de Campinas (45) referindo-se ao mesmo recenseamento, deu esse quadro abaixo "extraído do relatório inédito da Junta Central do Recenseamento", para todo município:

	Homens	Mulheres	TOTAL
Nacionais	40.188	40.309	80.497
Estrangeiros	13.426	11.089	24.515
Não Declarados	47	78	125
T O T A L	53.661	51.476	105.137

Os resultados mais específicos de recenseamento, referentes a Vila Americana, foram publicados nos vários jornais do município. Assim é que se vê o seguinte quadro populacional na aquela sub-prefeitura de Campinas:

Branços - 83,10%
Caboclos- 5,99%
Mulatos - 7,10%
Não declarados (-) 1,00% (46)

Entretanto conforme os resultados deste mesmo recenseamento, publicados pelo Diário do Povo 17.07.1918, apenas 17,8% da população era de cor, o que confirma as proporções calculadas por Lowrie e Ellis para o período.

Infelizmente o recenseamento de 1920 não tem dados sobre cor da população, fato que impede uma visão mais precisa do número de negros nesse período. Entretanto pode-se ter uma idéia das naturalidades dos negros pela análise dos livros de registros de associados da Liga Humanitária dos Homens de Cor, onde no cruzamento cor-naturalidade, vê-se que a maioria de negros registrados era natural de Campinas, num total de 147. A segunda cidade é Amparo com um total de apenas 7. Entre os brancos, 100 eram naturais de Campinas, 10 da Itália e 7 de Portugal.

Não há mestiços registrados na Liga. O entendimento entre os 339 associados era de que existiam apenas duas cores: brancos e pretos.

QUADRO I

ESTRANGEIROS EM CAMPINAS

ANO	NÚMERO	% DO TOTAL
1872	3.171	12%
1890	7.045	21%
1918	24.515	23%
1920	23.515 *	20,3%

- (A) Em 1872, entre os 3.171 estão incluídos os escravos, isto é, os estrangeiros livres eram apenas 1972, ou seja, 11%.
- (B) 1890 não reflete bem a imigração porque só registra a cidade. Os imigrantes, neste período, ainda estavam majoritariamente no campo.
- (C) O percentual de estrangeiros dobra até 1918 e começa a decair a partir daí.
- (D) O número absoluto de estrangeiros torna-se aproximadamente 6,5 vezes maior.
- (*) há sete pessoas com nacionalidades desconhecidas.

QUADRO II

ANO	B R A N C O S			NEGROS E MULATOS		
	HOMENS	MULHERES	H/M x 100	HOMENS	MULHERES	H/M x 100
1872	6.785	5.439	124	10.913	6.940	157
1872*				8.806	4.879	180
1887*				6.799	3.187	213
1890	12.132	10.889	111	5.412	4.942	100
1918**	2.847	2.742	103	557	574	0,97

- (A) em ambos grupos raciais o percentual de mulheres aumenta.
- (B) entre negros, o maior número de homens é típico da escravidão, tal situação tende ao equilíbrio após 1888.

* são escravos. Fonte para 1887: "Resumo geral dos escravos matriculados desde o dia 30 de março de 1885 até o dia 30 de março de 1887..." Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tempo imperial, Escravos, Caixa 2, documento nº 5535.

** somente em Americana, conforme o Censo de 1918.

QUADRO III

POPULAÇÃO DE CAMPINAS - 1872-1926 (47)

ANO	BRANCOS		NEGROS E MULATOS		TOTAL	FONTE
	Número	%	Número	%		
1872	12.224	39,2%	17.853	57,2%	31.176	Censo 1872
1875 *			12.147			Diretoria Geral de Estatística Relatório. 31 de dezembro de 1876 "Província de São Paulo.
1886					41.253	Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Anuário Demográfico. Secção de Estatística tica Demographo-Sanitária. Ann. XXVI - 1919 vol II, 1921. p.12
1887 *			9.986			Diretoria Geral de Estatística Relatório. 1888.
1890	23.021	67,8%	10.354	30,5%	33.921	Censo 1890.
1891					44.000	J.David Jorge. "Campinas: Notas Históricas". Última Hora. 21.10. 1959.
1891					25.000	Diário de Campinas. 25.10.1891
1894			13.440	28%		Projeção.
1895					48.000	J.David Jorge. "Campinas: Notas Históricas" op. cit.
1896					45.330	Departamento Estadual de Estatística. São Paulo 1889-1939. p.12
1897			12.375	27,3%		Projeção.
1900					67.694	Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de S.P. Anuário Demográfico... op. cit.
1901					88.000	J.David Jorge. "Campinas: Notas ... op. cit.
1902					125.495	Departamento Estadual de Estatística. São Paulo - 1889-1939.p.12
1904				24,15%		Projeção.

ANO	BRANCOS		NEGROS E MULATOS		TOTAL	FONTE
	Número	%	Número	%		
1907					30.000	Cidade de Campinas. 08.09.1907 "Calculo" para a "população urbana".
1908					85.366	Departamento Estadual de Estatística. São Paulo. 1889-1939 p. 45.
1908					88.000	Diário do Povo. 18.07.1912 citando o livro Comarca do Estado organizado pelo chefe da 1ª seção da Diretoria de Justiça Campinas.
1910					113.584	Recenseamento de 31.12.1910 citado pelo Diário do Povo 30.09.1916.
1911					91.502	Boletim Oficial do Centro de Informações sobre o Brasil em Paris citado pelo Diário do Povo 10.08.1913.
1911			19.178	20,96%		Projeção
1912					100.000	Diário do Povo 18.07.1912
1912					90.000	J.David Jorge. "Campinas..." op. cit. idem.
1912					122.637	Recenseamento de 30.06.1912 citado pelo Diário do Povo 30.09.1916.
1912					104.894	Diretoria do Serviço Sanitário do Est. São Paulo. Anuário Demográfico - Anno XXVI.
1914					102.657	Departamento Estadual de Estatística. São Paulo 1889-1939. p.44
1914					100.000	Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas. 1914. Benedicto Otavio e Vicente Melillo.
1914					130.000	Relatório da Prefeitura Municipal 1914, citado no Diário do Povo 02.02.1915.
1914					100.000	J.David Jorge. "Campinas..." op. cit. idem.
1916					104.772	Diretoria do Serviço de Sanitário. Anuário... op. cit.
1918 **	88.064	83,1%	18.863	17,8%	105.973	Recenseamento de 30.04.1918 citado pelo Diário do Povo 17.07.1918.

ANO	BRANCOS		NEGROS E MULATOS		TOTAL	FONTE
	Número	%	Número	%		
1918					105.160	Boletim da Junta Central Censadora do Censo 1918 realizado pela Câmara Municipal de Campinas.
1920					116.309	Departamento Estadual de Estatística. São Paulo 1889-1939. p.51.
1920 **			20.557	17,8%	115.602	Censo 1920.
1925					153.149	Diário do Povo 04.12.1925.
1925			22.421	14,64%		Projeção de 1926
1925					152.245	Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal. 1925 - citado no Diário do Povo 13.01.1926.
1926			17.898	14,64%	122.257	Departamento Estadual de Estatística. São Paulo 1889-1939. p. 55.

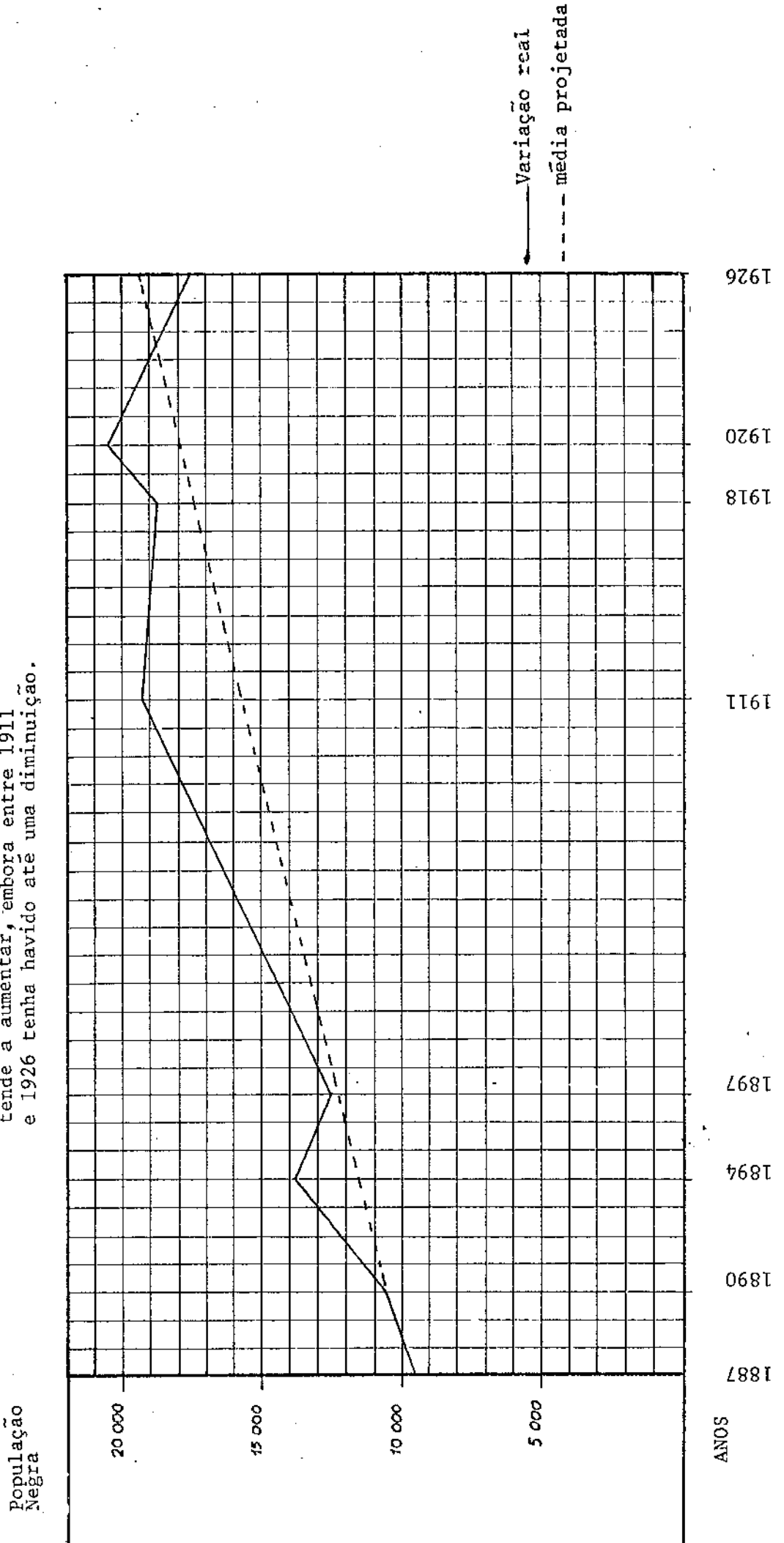
*Somente escravos.

**Calculado como se o percentual de negros e mulatos em Americana fosse mesmo para todo o município de Campinas.

QUADRO IV

Variac~ão da populaç~ão negra em Campinas de 1887 a 1926 em números absolutos

Este quadro objetiva demonstrar que entre 1887 e 1926 o número absoluto de negros em Campinas tende a aumentar, embora entre 1911 e 1926 tenha havido até uma diminuição.



Para calcular as projeções do quadro III, primeiramente, considera-se a variação da população uniforme, contínua e ignora-se os efeitos acumulativos. Em seguida, somam-se os dois percentuais de negros e mulatos básicos:

ANO	NEGROS E MULATOS
1890	30,5%
1918	17,8%

- Logo, tem-se que em 28 anos, isto é, de 1890 a 1918 o percentual cai de 30,5 para 17,8%. Isto significa que em 14 anos, metade desse período, ou seja, em 1904, esse percentual estava em torno de 24,15%;
- Se em 14 anos, isto é, de 1890 a 1904, o percentual cai de 30,5% para 24,15%, calcula-se que na metade desse tempo, isto é, em 1897, o percentual era 27,3%;
- Se em 14 anos, isto é, de 1904 a 1918, o percentual variou de 24,15% para 17,8%, calcula-se que na metade desse tempo, isto é, em 1911, o percentual era de 20,96%. Para 1925 foram usados os dados de 1926, 14,64%.

Pelos quadros I, II e III vê-se, então que:

- a) O número de estrangeiros aumentou 7,4 vezes e 11,9 vezes excluindo os escravos estrangeiros, no período estudado, o que indica a grande importância da imigração em Campinas.
O peso real dos estrangeiros foi ainda maior porque os filhos deles nascidos no Brasil foram contados como brasileiros embora muitos permanecessem na colônia estrangeira;
- b) A influência da escravidão faz-se evidente na maioria constituída de homens da população negra e mulata;
- c) O número absoluto de negros e mulatos declinou até 1890; depois recuperou vagarosamente e até 1925 já estava num nível absoluto duas vezes maior que o nível absoluto em 1890. Mas a proporção de negros e mulatos na população campinense caiu constantemente entre 1872 e 1925, nesta data constituindo menos da metade da proporção de 1872.

Para melhor raciocínio tomam-se, do quadro III, os principais dados numéricos referentes a negros e mulatos e tem-se esta síntese:

ANOS	NEGROS E MULATOS	T O T A L
1872	17.853 57,2%	31.176
1875	12.147	
1887	9.986	
1890	10.354 30,5%	33.921
1894	13.440	
1897	12.375	
1911	19.178	
1918	18.863	105.160
1920	20.557 17,8%	115.602
1926	17.898 14,64%	122.257

Conclui-se então que: percentualmente, de 1872 a 1926 negros e mulatos declinam vertiginosamente na participação da composição populacional total por causa da imigração européia; a parentemente o número absoluto de negros e mulatos é o mesmo em 1872 e 1926; houve uma queda sensível do número absoluto de negros e mulatos entre 1872 e 1887 cuja causa pode ter sido a migração que acompanha o processo fim da escravidão;

A partir de 1890, a tendência do número absoluto de negros e mulatos é crescer, embora decaia entre 1894 e 1897 e entre 1920 e 1926; Na realidade os negros e mulatos não estavam desaparecendo em Campinas como previam Oliveira Vianna para o Brasil, e Alfredo Ellis Jr., para São Paulo, mas relativamente sim. A população de Campinas aumentou quase 4 vezes entre 1872 e 1926 mas a população de cor, praticamente, não cresceu.

3. NOTAS

1. GEBARA, Ademir. Campinas (1869-1875). Republicanismo, Imprensa e Sociedade. mimeo. Tese de mestrado. USP. 1975. p.18.
2. Cidade de Campinas 12.01.1906.
3. Idem 10.09.1907.
4. Recenseamento de 1920. "Coeficiente da População dos Municípios por sexo, segundo as profissões". Volume IV, 5ª parte. Tomo I. p. LXXXIII.
5. Diário do Povo 31.03.1913.
6. BRITO, Jolumã. História da Cidade de Campinas. 1967. volume 23. p.63.
7. Diário de Campinas 03.06.1890.
8. Diário de Campinas 25.04.1895 e 02.03.1909.
9. Diário de Campinas entre 1890 e 1912.
10. Diário do Povo entre julho de 1912 e maio de 1916.
11. A respeito do abandono de cadáveres, a Lei nº 57 da Câmara Municipal de Campinas em seu artigo 19 § proibia a condução de cadáveres de menores em carros de praça ou particulares, devendo tal condução ser feita unicamente em veículos apropriados para esse fim, pelas empresas fúnebres. Enquanto o Regulamento dos Cemitérios de Campinas no seu artigo 19 previa que "se por qualquer motivo algum cadáver for lançado furtivamente nas imediações do cemitério ou dentro do mesmo, o zelador incontinentemente comunicará à autoridade policial que procederá como for de direito". É a mesma regulamentação do artigo 95 do § 2º do Código de Posturas de 1880. O abandono de cadáveres insepultos nas imediações do cemitério tende a aumentar após a Lei 61 da Câmara que aumenta os preços das sepulturas. (Leis e Resoluções - 1890 a 1900. Leis Orgânicas da Câmara Municipal de Campinas. Tipografia Livro Azul).
12. "Por ordem do Sr. Dr. Intendente Municipal, foi ontem sepultado o cadáver de um menor que dois pretos abandonaram ante-ontem na porta do cemitério para não pagar emolumentos". Citado no Cidade de Campinas. 11.04.1902.
13. Dada a abundância de casos de encontrados mortos, são destacados aqui apenas 4 que ilustram a diversidade das ocorrências: Em setembro de 1897, Pedro Cassiano, preto da Fazenda Ponte Alta foi à cidade procurar remédio para o filho que passava mal. Morreu no caminho, sem indicação de causa. Morreu o filho também sem indicação de causa; Em fevereiro de 1905, foi encontrado o cadáver de um preto. "Ex-escravo de D. Maria Egydio de Souza Aranha, chamava-se Adriano Egydio, estava muito doente e vivia de esmola". Aqui também se deseja chamar a atenção para o caso em que o escravo recebeu o nome da família do dono e com ele ficou até a morte. Este processo

parece ter sido muito usado em Campinas; em maio de 1901, foi encontrado o cadáver de um preto na linha Mogiana, Km 34-35.

14. Diário de Campinas entre janeiro e junho de 1890.
15. Idem 23 e 24.09.1902, também Cidade de Campinas 11.04.1902.
16. Diário do Povo abril de 1917.
17. Diário de Campinas 17.02.1892.
18. Idem 15.04.1890 e 13.03.1892.
19. Idem 02.05.1896.
20. Cidade de Campinas 10.04.1904.
21. Outras duas notícias sobre cortiços: Em 1909 faleceu o preto Manoel do Nascimento, de 22 anos, em consequência de briga num cortiço onde residia na rua José de Alencar "onde moravam outros pretos". Citado pelo Cidade de Campinas 14.08.1909; O artigo "Briga em um cortiço" na Rua Duque de Caxias, esquina da rua Antônio Cesarino é um flagrante da sua vida cotidiana. Duas pretas, lá residentes, começaram a discutir "por um fato qualquer", alteraram os ânimos e "exaltaram-se chegando as barulhentas a vias de fato" e foram presas pela polícia. Citado pelo Diário do Povo 18.02.1914.
22. Diário de Campinas 23, 24.01 e 05.02.1895.
23. Essa campanha continuou por bastante tempo.
Em agosto de 1900, novamente foram feitas diversas denúncias sobre os altos impostos. Vez ou outra o assunto volta às páginas dos jornais, sempre com o argumento de que somente baixando os impostos, os aluguéis também baixariam.
24. Recenseamento de 1920 volume IV 6.^a parte pp. 606 e 606 e 607.
25. Este fenômeno é apontado por Sebastião Gomes que afirmou ter presenciado a derrubada de vários prédios, antes cortiços, e a mudança de inúmeras famílias de pretos para pontos periféricos desvalorizados da cidade, principalmente depois de 1930.
26. Diário do Povo nos meses de fevereiro, março e abril, especialmente dia 01.02.1925. Também Gazeta de Campinas em quase todos dias de janeiro e fevereiro de 1924 e especialmente dia 25.01.1924.
O problema dos aluguéis, vestuários e alimentos muito caros também era assunto constante.
27. Getulino 13.04.1924.
28. Diário de Campinas março 1925.
29. Diário do Povo 27.03.1925.

30. Diário do Povo 18.07.1925.
31. Diário de Campinas 09.04.1893.
32. Cidade de Campinas 24.12.1910.
33. Diário do Povo 14.07.1912. O desenvolvimento industrial de Campinas também foi comentado, nas edições do Diário do Povo de 27.04.1919, 02.10.1913, 18.08.1925, 11.01.1925, 02.09.1923 e 10.02.1925 e Gazeta de Campinas de 07.12.1921.
31. AMÊNDOLA, João. "Comércio de Campinas" in Monografia Histórica de Campinas IBGE. Rio de Janeiro. 1952. pp. 514 e 518.
32. Diário do Povo entre 21.09.1913 e 08.01.1914.
33. GODÓI, Silvino de. "A Indústria em Campinas" in Monografia Histórica...
34. BENEDETTI, Luiz Roberto. Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido. Um estudo sobre religião e sociedade em Campinas. Edições Paulinas. SP. 1983. p. 104.
Entretanto, GODÓI, Silvino de. "A Indústria em Campinas". in Monografia Histórica de Campinas. IBGE. Rio de Janeiro. 1952. pp. 514 a 518, diz que "Entre 1912 e 1921, Campinas dormiu o sono de uma quase absoluta inatividade industrial, ficando estacionadas as empresas então existentes.
35. Cidade de Campinas 07.08 e 11.12.1890.
36. Recenseamento de 1920. Volume V, 3ª parte. "Estatísticas Complementares do Censo Econômico". pp. 188 e 189.
37. Recenseamento de 1920. "Apresentação" pp. 317 a 341.
38. ELLIS Jr. Alfredo. Populações Paulistas. Cia Editora Nacional. São Paulo. 1934. pp. 100 a 115.
39. ELLIAS Jr. Alfredo. Idem p.100.
40. LOWRIE, Samuel H. "O Elemento negro na população de São Paulo" in Revista do Arquivo Nacional de São Paulo. 1938. p. 408.
41. Diretoria de Estatística. Recenseamento da População do Império do Brasil. Rio de Janeiro. 1873 - 76. p. 81.
42. Comércio de Campinas 04.08.1910, 15.10.1910 e 14.05.1911.
43. Diário do Povo 30.09.1916.
44. Comércio de Campinas 16.11.1918.
45. Gazeta de Campinas 05.05.1920.
46. Diário do Povo 10.10.1919.

Um as perguntas surgem aqui: O que aconteceu com o recenseamento?

Foi todo realizado nas suas 14 secções? Foi feito somente em Americana? Onde foram parar as fichas dos dados preenchidos pelas Juntas setoriais recenseadoras? Por que o prefeito não o coloca no seu relatório de atividades uma vez que estava em plena Campanha Eleitoral? Por que os historiadores de Campinas não se referem a esse recenseamento? De concreto, sabe-se que o minucioso recenseamento, de Vila Americana, teve a intenção de contra-argumentar com os políticos daquelas Vila que lutavam pela sua elevação à condição de Município, emancipando-se desta forma. Fato que acontece em 1925.

47. Todos esses dados numéricos são duvidosos, quer tendo em vista a divergência entre os dados das diversas fontes não censitárias consultadas que muitas vezes constituem-se em "cálculos", "projeções" e "estimativas", como quer tendo em vista os próprios censos que também não eram de precisão absoluta. Para os anos de 1872 e 1890 foram desprezados os números referentes a caboclos e índios.

III. CULTURA E SOCIEDADE

1. HOMENS DE COR

As palavras usadas na imprensa para se referir às pessoas de cor variavam muito. Na grande imprensa escrita predominantemente por brancos, os vocábulos parecem obedecer também a critérios sócio-econômicos, e não, puramente à cor visível do indivíduo.

1.1. Na Grande Imprensa

Os maiores jornais do período eram estes seis: o Diário de Campinas, fundado em 1875. Foi o primeiro jornal diário, mas fechou em 1901; o Gazeta de Campinas foi fundada em outubro de 1869 como bi-semanário e em 1876 passou a ser diário. Desapareceu em maio de 1889 e ressurgiu no período de maio de 1921 a outubro de 1930 com o nome de Nova Gazeta de Campinas; o Correio de Campinas surgiu em janeiro de 1885 e fechou em dezembro de 1919, o Cidade de Campinas iniciou em dezembro de 1890 e fechou em 1915; o Comércio de Campinas nasceu em setembro de 1900 e circulou até fins de 1920; e o Diário do Povo que iniciou em janeiro de 1912.

O Correio de Campinas, tinha como pontos básicos o abolicionismo e o republicanismo, além de ser um informativo diário da vida campinense onde a população negra é notícia constante. Este jornal tem uma visão liberal da sociedade campinense e de oposição à violência das autoridades, conforme os momentos conjunturais e seus interesses políticos, de tal forma que proporciona um desenho bastante dinâmico da sociedade. Esse mesmo modelo de jornalismo predomina no Cidade de Campinas, "órgão do partido Republicano Federal".

De forma geral, todos seguem o mesmo padrão com apenas algumas pequenas variações de enfoques, dependendo dos interesses e preocupações de suas direções. A apresentação gráfica, invariavelmente, é a mesma para todos, inclusive as preocupações com paginação ou privilegiamento de certos assuntos, ou com opiniões para defender ou atacar. Suas diferenças só ficam explicitadas, de forma definida, em algumas situações determinadas como por exemplo, em uma campanha ou outra, em que tomando posições diferentes, defendem ou atacam uma ou outra autoridade representante do poder local.

Nesse quadro, a população negra aparece na imprensa quase totalmente ligada à violência e ao negativo social, de tal forma que em 1910 já é bem definido no Cidade de Campinas, por exemplo, a junção de três palavras como se fossem substantivos e adjetivos com

complementares, sinônimos, equivalentes ou inerentes um ao outro: pretos e vagabundos; ou pretos e desordeiros. Contrastando com outras duas palavras: italianos e operosos. A contradição maior, no caso, é o grande apoio dado pela imprensa às entidades negras que obedecem ao esquema de continuidade dos princípios que regiam o abolicionismo protecionista. Neste caso, são então chamados de "homens de cor" e recebem o tratamento dispensado ao cidadão comum, embora nitidamente paternalista. Exemplo típico aparece em 27 de dezembro de 1906, no Cidade de Campinas, onde um artigo fala do progresso de Campinas e cita entre outros exemplos o "Colégio de São Benedito que espalha a instrução por dezenas de crianças desamparadas, que descendem da raça outrora escravizada...".

Esses jornais são responsáveis também pelo processo de desenvolvimento do pensamento mais liberal em relação à violência policial, em relação ao desenvolvimento de uma visão menos escravista do homem negro, em relação ao desenvolvimento do que depois será conhecido como o puritanismo negro, em relação ao próprio surgimento de uma imprensa negra, ou mesmo em relação ao respeito que as entidades organizativas de interesses especificamente negros vão ter perante a opinião da sociedade campinense, principalmente a urbana.

Assim, "homens de cor" era uma referência para aqueles que pareciam melhor situados na escala sócio-econômica e que, em decorrência desse fato, eram reconhecidos como pessoas de bem. "Brasileiros pretos" eram aqueles negros da sociedade campinense que, mesmo pobres, tinham trabalho e moradia conhecidos, de tal forma que lhes eram, pelo menos, assegurado o uso do título da nacionalidade brasileira. "Mulatos", "pardos" e "mestiços" eram os brasileiros descendentes de negros que dada sua condição sócio-econômica miserável passavam anonimamente. "Pretos" e "pretas" eram, em geral, os negros totalmente desprovidos de meios de vida, sem moradia e sem trabalho. (1)

Os "africanos" constituíam um tipo de gente em extinção, alguns poucos que sobreviveram eram encontrados mortos pelas ruas, já que os últimos chegaram escravizados no Brasil, na década de 1850, quando o tráfico internacional foi definitivamente fechado.

Por outro lado, na imprensa negra essa caracterização era diferente. Assim ao longo de sua existência, Getulino

referia-se aos negros como "raça pigmentada", "raça negra", "raça em evolução", "raça preta", "raça produtora da riqueza e criadora indireta da nossa cultura mental", "raça infeliz", "heróica raça" e "raça africana". Referia também como "brasileiro negro", "homem de cor", "homem de cor preta" ou "escura" e "gente negra brasileira". Referia-se ainda como "nossa classe", "classe dos patrícios", "classe explorada", "classe preta" e "classe dos pretos". Afirmava que os negros "têm muitos problemas", "são naturalmente inimigos dos trabalho, indolentes, preguiçosos, atávicos, resignados e humildes" além de promoverem uma "desordem na formação do caráter nacional". Contraditoriamente também dizia que "somos homens e queremos ser tratados como homens" e aconselha a "mocidade preta" à "lutar pela evolução da raça" dos "descendentes de Can".

O Baluarte, outro jornal negro campinense, também falava em "classe dos homens de cor". (2)

Quanto ao mulato, duas posições distintas eram evidenciadas. Na primeira negava-se-lhe a existência. Na segunda, reconhecia-lhe uma certa posição social e racial diferente do preto. Ao reconhecer a existência do mulato e sua situação deferente no conjunto da sociedade, a postura do Getulino, então, se caracterizava por duas orientações: uma de incentivar os mulatos para que tenham "ingresso na prosperidade do Brasil" e, outra de criticar os mulatos por causa de suas tendências de aliam-se aos brancos e renegarem seu lado negro.

Tais caracterizações da grande imprensa e do Getulino tinham muito em comum: quando ambos falavam usando os vocábulos de grande imprensa, referiam-se aos mesmos tipos de pessoas. Porém quando o Getulino falava em "raça" e "classe", não estava significando, especificamente, grupos de negros mas seu conjunto total. Isto é, a utilização, por ambos, de certos vocábulos com conteúdo hierarquizante entre si, era comum. Realmente, a situação sócio-econômica de negros podia ser avaliada conforme fosse referenciado com palavras acima citadas.

Isso tudo leva a crer que Florestan Fernandes equivocou-se ao fazer a afirmativa de que "foi Vicente Ferreira quem introduziu o termo 'negro' para substituir o então vazio e usado 'homem de cor', baboseira que não quer dizer nada". Conforme citado por Mirian Nicolau Ferrara. (3)

Nesse sentido, resta colocar então que para a grande imprensa de Campinas havia claramente, pelo menos, dois grupos sociais negros. O primeiro constituído dos "pretos" e "pretas", "mulatos" e "pardos", geralmente desqualificados ou qualifi

cados como bêbados, vadios e vagabundos, para os quais só restava a ação policial e repressão como referência e indicação. O segundo grupo, constituía-se dos "ex-escravos", "libertos" e "homens de cor" que eram identificados com alguma entidade reconhecida ou que não tinham maiores referências, a não ser: "trabalha para fulano", ou "trabalha na fazenda de cicrano". (4)

1.2. Elite Negra e Entidades

Existia uma pequena elite social de homens de cor.

O Almanach Histórico e Estatístico de Campinas, 1912, organizado por Octávio e Melillo estampa entre as poucas fotografias publicadas, uma da diretoria da Sociedade Recreativa Familiar Estrela do Norte onde aparecem 8 homens de cor.

Em duas ocasiões bem distintas, julho de 1914 e setembro de 1919, José Pereira Rebouças, negro, engenheiro, diretor da Cia Mogiana teve sua foto publicada com destaque nos jornais e foi chamado um homem "de verdadeiro mérito". Na segunda ocasião, junto ao artigo que acompanha a foto, se pergunta "Por que será que todos os homens de verdadeiro mérito tornam-se esquecidos e até aborrecidos pelos nossos governantes?" tal pergunta denuncia alguma injustiça sofrida por aquele honrado cidadão de cor. (5)

Irene Maria Ferreira Barbosa em seu estudo Socialização e Relações Raciais: Um estudo das famílias negras de Campinas, citando Borges Pereira, Conrad e Florestan, destaca o surgimento de uma consciência diferente de "classe", entre os negros, que o estudo caracteriza como "elite".

A "elite" surge como categoria para identificar a fração do grupo negro que não compõe o quadro dos desclassificados e que, por esse motivo, possui certo poder de resistência ao racismo. A elite preocupa-se em "purificar" o homem, incorporando valores conservadores, lutando por ascensão social com base no individualismo familiar e no elitismo isolacionista em relação aos negros não elites. Tal processo é incentivado pelos quadros das classes médias e pequeno burguesas mestiças e brancas de tradição patriarcal.

Apesar do relativo isolamento de eventuais elementos das elites de cor, durante o período estudado houve uma proliferação de organizações de pessoas de cor.

"A formação histórica de Campinas, assim como a de outras cidades brasileiras com tradições ligadas ao passado escravista, refletiu-se por muito tempo nas relações entre brancos e negros. Esse reflexo pode ser percebido pelo maior ou menor número de manifestações organizadas por negros na cidade, que ocorrem pelos mais variados objetivos. Dessas manifestações, surgem entidades a serviço da população de cor, numa tentativa do negro de criar um mundo paralelo ao do branco, em resposta às suas dificuldades ou impossibilidades de sobrevivência, não apenas física, mas também cultural.

Essas criações paralelas, em resposta à discriminação do branco, representam também na opinião dos próprios negros, um passo inicial para que gradativamente as distâncias sociais sejam diminuídas".

Nesse sentido, "a grande variedade de entidades criadas por negros em Campinas é muito significativa"(6).

As entidades assumem o papel de veiculadoras e organizadoras dos anseios do conjunto dos negros, ao contrário das elites, que enquanto indivíduos, tendem ao isolamento. As elites normalmente não participam das entidades. Conhecem-nas, mas delas apenas tomam informações ou tornam-se membros honorários.

Dentro de uma visão idealista, junto à propostas de posicionamento frente às necessidades de luta contra o racismo, Getulino, por exemplo, coloca sua expectativa na existência de um caráter democrático do Estado, adquirido no processo de transformação da monarquia escravista exportadora em república. A luta contra o racismo reveste-se então, de uma capa de legalismo, ficando entendido que ela deva começar pelo domínio dos direitos cívicos-sociais, assim tende a ganhar o apoio e sustentação das elites, lançando-as como modelo para o conjunto da comunidade negra.

Coerentemente com esta posição, o Getulino convoca todos os negros a "centuplicar os esforços", educar os filhos, "sacrificar" e "elevar-se à altura do perfeito cidadão".(7) Isto revela também o anseio pacifista, integracionista e dentro de limites determinados pela própria sociedade questionada, que caracteriza a ação das elites e da maioria das entidades do período.

Muitas entidades negras existiram sem que ficassem registros de suas atividades. Algumas foram referenciadas apenas ligeiramente, de forma que, por vezes, tem-se apenas seu nome sem maiores certezas sobre data de surgimento, composição, finalidade, atividades e desaparecimento.

Assim foram:

Flor da Mocidade que existia já antes de 1888 e embora pouco referenciada nas fontes, resiste até 1920;

Filhas de Averno que existiu entre 1888 e 1895;

Sociedade Beneficente Luiz Gama.

Foi fundada apenas 5 dias depois da lei de 13 de maio de 1888 já com diretoria eleita e com uma comissão composta para elaboração de estatutos.

Esta entidade teve uma certa dificuldade em manter-se e, principalmente, de realizar sua proposta de fazer funcionar um colégio que com dificuldades sobrevive metade da década de 1890. O colégio, com cursos noturnos, visava atender à educação de adultos trabalhadores, além da educação de jovens, pelo dia.

Tal entidade desapareceu sem deixar vestígios. (8)

Sociedade 13 de Maio.

Provavelmente fundada logo após a abolição, em substituição às entidades abolicionistas, existiu durante toda década de 1890, tendo sua sede na Rua Francisco Glicério. Possuía um tipo de estandarte que a identificava, no qual se reconhecia um santo padroeiro e um padrinho da sociedade branca. Da sociedade fazia parte o Club 13 de Maio que cuidava dos esportes e de uma programação de cursos e outras atividades culturais desenvolvidas nos salões do club, na Rua da Conceição. Na realidade, tratava-se de uma sociedade recreativa cultural e beneficente. (9)

Violeta que existiu em 1895 e;

Estrela do Oeste que existiu também em 1895. (10)

Sociedade Beneficente Isabel a Redentora

Fundada em 3 de setembro de 1899 com a finalidade de "auxílio mútuo, auxílio pecuniário por moléstia, desastre ou velhice, auxílio funeral, luto de família e doações a órfãos de associados". Teve uma atuação que lhe garantiu em 1913 um capital de 17.943.500\$000, constituídos de quatro prédios e um depósito bancário de 4.086.300\$000, além de contar com atuação de 121 associados. No período de 1920 a 1924 passa por grandes dificuldades reveladas nas constantes convocatórias para reuniões, seguidas de novas chamadas, por falta de número mínimo de associados, até que se reforma os

seus estatutos e se dá posse a nova diretoria em 1926. (11)

Sociedade Dançante Familiar União da Juventude

Fundada em 1901. Às vezes chamada de União, União da Juventude, Juventude ou União Faz a Força. É uma entidade que congregava diversos tipos de atividades culturais e de lazer como jogos, danças, esportes, reuniões sociais e políticas, palestras, cursos e excursões. Esta entidade foi responsável por muitos encontros culturais também. Aliás, a participação de brancos nesses encontros oportuniza certos problemas como o provocado pelo discurso de um professor que convidado para falar aos sócios, critica os pretos por sua "preguiça, embriaguêz e vadiagem" ao mesmo tempo que reprovava a abolição porque não tinha sido bem usada pelos libertos.

Não se admira de acontecer tais casos se a própria entidade impede seus associados de permanecerem na sede "descalços" e pior ainda, "sem colarinhos".

Como tantas outras, suas reuniões organizativas acontecem durante a semana e aos sábados e domingos fazem os "ensaios", isto é, bailes e jogos.

Internamente a direção da entidade é assim composta: Presidente, vice e 1º e 2º secretários, tesoureiro, 1º e 2º fiscais, 1º e 2º procuradores, a Diretoria das Senhoritas com presidente, vice e 1.ª e 2.ª secretárias, um mestre sala e um ensaiador, a banda musical de jazz e a Diretoria dos jogos. A sede da entidade, sempre alugada, mudou de endereço três vezes ocasionando problemas e ameaçando sua continuidade "... a Juventude nunca poderá desaparecer porque é a sociedade mais antiga e estimada em Campinas não só dos homens pretos como de muitos brancos...".

Em 1919, União é cumprimentada pela Prefeitura pela participação na Campanha de combate à gripe espanhola.

Embora haja perseguição policial, nas dependências da sede da entidade estuda-se a capoeira e pratica-se religião de origem africana durante muito tempo. Em 1920 uma nova diretoria resolve empreender uma campanha para erradicar, de sua sede, a prática da capoeira, da umbanda e do candomblé, assim como das chamadas "danças modernas e imorais" como o "one-strepp", ou "reich teim" ou "reg time".

Em 7 de maio de 1919, o primeiro envolvimento da Sociedade Dançante União da Juventude com a luta dos trabalhadores

aparece com o adiamento das atividades de comemoração da data de 13 de maio "em face da greve que estamos envolvidos". A partir daí a sociedade começa a ter problemas de divergências internas na diretoria, atrasos de aluguéis, problemas de administração. Em março de 1920 o presidente da Sociedade, Armando Gomes, participando de uma greve da Mogiana, "defendendo a causa justa, cumprindo um dever humanitário foi traiçoeiramente preso e obrigado a cumprir pena que lhe acusaram em São Paulo para onde seguiu". O Centro Humanitário José do Patrocínio de São Paulo deu um voto de sentimento pela prisão de Armando Gomes.

O União teve em 1920 uma direção efetiva de cerca de 40 pessoas, distribuídas em várias comissões, mas o roubo de um cofre, contendo 200\$ mil réis da entidade, cria grande tumulto e divisão. Um grupo dissidente se retira para criar o "Club União" com objetivo de "diversões, cultura física, moral e instrutiva a bem do desenvolvimento da classe".

Os atrasos dos aluguéis e a perseguição política e policial acabaram por levar ao fim da entidade, apesar dos esforços ainda realizados por um grupo de pessoas na primeira metade de 1922. (12)

Federação Paulista dos Homens de Cor

Fundada em 1902, teve uma atuação significativa no meio negro principalmente em relação à organização política e social. Teve também destaque especial na organização de comemorações de datas como 13 de maio e 28 de fevereiro.

Em setembro de 1910 a Federação tinha 188 associados, uma biblioteca e uma sede com "amplo" salão onde se faziam reuniões quinzenais. Entretanto em dezembro do mesmo ano o número de associados anunciado era de 70 pessoas.

A Federação apoiou o Partido Republicano em 1922, fazendo campanha para o candidato a Vice-presidente da República e em 1925 comemorou seus 23 de existência.

Esta entidade foi, talvez, a responsável pelo maior volume de atividades sociais e políticas no meio negro, em relação às reivindicações junto à sociedade inclusiva. Durante sua existência promoveu encontros, palestras, excursões, quermesses, assembléias, campanhas políticas e participou de ações comunitárias como voluntária nos períodos de crise e calamidade públicas como durante o surto da gripe espanhola. Participou também de obras de caridade e assistência aos pobres, famintos, doentes e

encarcerados, além de se articular com diversas entidades dos diversos municípios de São Paulo, com políticos e intelectuais de projeção nacional. (13)

Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de Maio

Foi fundado em 1909 e nos seus 10 anos de comprovada existência teve muita importância em termos das organizações das comemorações da Abolição. Apareceu, também, em diversas ocasiões como Sociedade Dançante 13 de Maio. (14)

Filhos do Progresso

Existiu entre 1910 e 1918. Provavelmente foi mais uma sociedade dançante já que seu maior destaque foi um "mestre sala". (15)

Elite

Também uma sociedade dançante, existiu em 1912. (16)

Liga Humanitária dos Homens de Cor

Fundada em 1915 com objetivo primeiro de dar assistência médica, hospitalar, pecúlio e auxílios funerários aos associados, preferencialmente negros, em vista das dificuldades que estes encontravam nas associações similares de brancos. Tanto por causa dos pagamentos muito altos para seus bolsos, como por causa do não atendimento a pretos.

É uma gerência de pequenas poupanças financeiras depositadas mensalmente pelos associados.

Pelas atas de reuniões que levam à fundação da entidade e, pelas atas subseqüentes, vê-se que entre os sócios fundadores, em número de 36 trabalhadores, há vários brancos estrangeiros (portugueses, italianos, francês e alemão), e que na vida da Liga, desde sua fundação até 1930, o número de trabalhadores brancos estrangeiros é significativo, chegando, em determinados momentos, a constituir-se até 40% dos associados. Entretanto, a Liga Humanitária dispunha em seus estatutos iniciais, de uma cláusula que impedia explicitamente aos brancos de ocuparem posição na diretoria da entidade.

A participação de brancos nas associações criadas com objetivo de atender aos interesses específicos de negros, evidencia o caráter não exclusivista dessa entidade. Por outro lado,

demonstra que nela organizava-se uma categoria de pessoas que pela sua condição comum de pobreza, colocam as divergências raciais num plano inferior aos interesses de classe, enquanto grupo pobre e explorado pelo capital.

Observa-se que a partir de 1927 aumenta a movimentação de entradas e saídas de associados, também aumenta o número de associados punidos ou eliminados por falta de pagamento das contribuições mensais, assim como também, diminui, sensivelmente, o número de associados brancos. A explicação para estes fatos pode ser a crise do mercado de trabalho que acompanha a tendência geral da crise econômica, cujo momento mais agudo foi 1929.(17)

Sociedade União Cívica dos Homens de Cor

Existiu em 1915 participando da organização do 13 de maio, realizou algumas palestras em 1917 na sua sede à rua Regente Feijó nº 127 onde também promoveu e realizou muitas palestras e "festivais". (18)

Grêmio Recreativo Dançante Estrela Celeste

Existiu em 1916 e 1917, provavelmente como Clube de bailes.(19)

Estrela do Norte

Existiu entre 1916 a 1917. Foi mais uma sociedade dançante.(20)

Clube Recreativo 28 de Setembro

Existiu entre 1916 a 1917. Possivelmente tinha caráter cultural e de lazer.(21)

Grêmio Recreativo Dançante Familiar José do Patrocínio

Fundado em 1917 e já em abril desse ano promoveu uma grande festa com a colaboração e participação de Filhos do Progresso e Estrela Celeste, duas outras entidades negras destinadas ao lazer.

Também era chamado de Sociedade Dançante José do Patrocínio. Sua sede era na rua Duque de Caxias. Foi ainda confundido com o Centro Humanitário José do Patrocínio que ficou apenas em projeto durante 1920.

O Patrocínio, como era mais conhecido entre os negros, era uma espécie de clube que congregava um time de futebol, o Sport Club José do Patrocínio, um grande salão de festas na sede da rua Ferreira Fenteado nº 141, um grupo teatral e uma Banda Musical.

O time de futebol foi considerado, entre 1923 e 1925, o melhor da cidade. Tendo, inclusive, disputado a recém criada Taça Getulino, em 1923, de cuja finalíssima foi jogada contra o Fluminense F.B.C. "Branco contra preto, pode-se denominar a peleja".

O Grêmio promoveu também muitas apresentações e atividades culturais além de funcionar como colaborador e incentivador do desenvolvimento das demais entidades negras, dando apoio em termos de permitir reuniões e ensaios nas suas dependências, como também promovendo o encontro de diversas entidades. (22)

Liga Protetora dos Homens de Cor

Fundada em dezembro de 1917 destinada ao desenvolvimento do escotismo e da educação militar, moral e intelectual. Um longo artigo do Diário do Povo de 11 de dezembro desse ano, fala dos participantes e apoios recebidos.

Alliados

Existiu entre 1918 a 1923. Foi mais uma sociedade dançante. (23)

Associação Protetora dos Brasileiros Pretos

Surgiu em janeiro de 1918 com o nome de Liga dos Brasileiros Pretos e tendo por objetivo "promover a reunião dos cidadãos descendentes da raça negra; facilitar-lhes diversões de utilidade prática; educação e instrução, dar-lhes assistência moral, judiciária e pecuniária quando possível". Entretanto, foi registrada como Associação Protetora dos Brasileiros Pretos no Cartório do Sr. Edmundo de Oliveira, no livro I, página 78, nº 90 com data de 14 de setembro de 1918. Apesar disso, a entidade também era conhecida como Sociedade Protetora dos Brasileiros Pretos ou simplesmente como a Protetora ou até mesmo como Federação Protetora. Esta entidade publicava o jornal A Protetora e ajudava a manter o Colégio São Benedito.

Em 1920 A Protetora recebe formalmente o apoio da Liga Operária, da Sociedade José do Patrocínio, da União da Juventude

tude e do Grupo Dramático Luiz Gama.

Em 1922 a Associação foi tema de grande reportagem do Diário do Povo onde destacam-se suas realizações, sua atuação nas comemorações do 13 de maio e o fato de contar com grande número de negros atuantes na sociedade campineira. Neste mesmo ano, em novembro, esta entidade promove reuniões com as "associações confederadas de homens de cor da cidade".

Seu último registro consta de uma assembléia para a tomada de posse da nova diretoria, em janeiro de 1928, composta no primeiro escalão por Manuel Miranda, Benedicto Pompeu e João Camilo de Oliveira. (24)

Grêmio Dramático Luiz Gama

Surge em 1919 e faz apresentações artísticas em benefício do hospital de dementes. Sua atuação foi registrada até 1923. (25)

Excêntricos

Club organizado para o Carnaval de 1919. Sofreu violenta perseguição e violência da polícia. (26)

Centro Cívico dos Homens de Cor

Fundado em maio de 1922.

Sociedade Campineira dos Homens de Cor

Fundada em dezembro de 1922.

Associação Campineira dos Homens de Cor

Reuniu-se em janeiro de 1923.

Estas três últimas entidades representam tentativas de articulação coordenada das diversas entidades existentes no período e provavelmente tiveram vida efêmera embora surgindo no período de grande movimentação de resistência negra. Interessante notar que aparentemente não havia uma entidade que se caracterizasse como de apoio ao Getulino, quer dizer, esse jornal constituiu-se em um empreendimento empresarial particular, por iniciativa de jornalistas profissionais e não como porta-voz de uma determinada entidade como o foram a maioria dos jornais negros do período. "surgiu esta folha sob o amparo de um grupo de rapazes portadores do

mais sublime ideal - a defesa dos interesses dos homens pretos" (27)

Centro Cívico Palmares

Fundado em 1926. Tinha o objetivo de unificar a ação política de todas entidades negras locais. (28)

Concluindo, parece que as propostas mais duradouras eram as voltadas para a formação cívica, isto é, social, educacional, cultural e esportiva, veiculando atividades como jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo criando programas comuns de assistência, beneficência e filantropia.

A diversidade da organização social por si só já oferece espaços para aprofundamento das discussões que interessam aos negros. Os inúmeros piqueniques, excursões, bailes, grupos teatrais, esportivos e musicais e outras formas de ação coletiva são espaços onde as questões raciais são assuntos obrigatórios ao lado de tantos outros que variam desde a sobrevivência até a economia política.

2. COMEMORAÇÕES DO 13 DE MAIO

Aqui dá-se uma visão da vida organizativa da população negra através de sua participação e envolvimento nas comemorações da data da abolição da escravidão. Neste caso, então, o 13 de maio é tomado como referência para se pensar a integração social e política do negro ao esquema-modelo de participação dado pela sociedade dominante. Considera-se a comemoração da data como uma obra primordialmente promovida por brancos, como afirma Emília Viotti. (29)

Três dias após a abolição, o Diário de Campinas coloca que "Ontem conservavam-se ainda muitos edifícios embandeirados durante todo o dia e a noite muitos pretos com zabumbas, percorreram as ruas dando vivas a liberdade, à imprensa, etc... Até alta noite estiveram em samba ... O mau tempo e precipitação com que os festejos tiveram que ser organizados lhes diminui o brilho... Houve no entanto a mais completa ordem e acreditamos em quaisquer manifestações que tenham ainda de realizar-se tudo ocorra como até o presente".

Além disso, publica também nesse mesmo dia 16, a "Manifestação dos Libertos" onde convidavam os "sócios das sociedades Filhos de Averno, Luiz Gama e Flor da Mocidade, assim como todos libertos residentes na cidade a reunirem-se... para tratar da manifestação à comissão de festejos e mais abolicionistas" e

para qual reunião "espera-se o comparecimento de todos".

Entretanto, em meio a essa manifestação, percebe-se a preocupação básica que as classes dominantes têm em relação aos negros, ou seja, garantir que mesmo com o 13 de maio, estes continuem constituindo força de trabalho barata. Tal preocupação é expressa na ameaça velada de que "Seria muito desairoso que houvessemos de reclamar a atenção da polícia para os desmandos daqueles que acabam de adquirir a liberdade e que devem mostrar-se sempre dignos de serem livres pelo seu bom procedimento e pelo seu amor ao trabalho". Esperando que "possam realizar-se as mais brilhantes esperanças. Possam os fatos corresponder, sem nenhuma exceção, às mais gratas provisões. Possa o Brasil, agora verdadeiramente livre, prosperar e engrandecer-se. Seja cada brasileiro, na órbita da sua atividade, obreiro laborioso da reconstrução das forças nacionais. Esforcemo-nos todos para que a extinção do cativo nos proporcione dias agitados apenas pelos rumores suaves e harmônicos do trabalho livre, a forma perfeita, estável e definitiva do trabalho humano". (30)

É claro que desde o próprio dia 13, a comissão encarregada de realizar as festas já vinha atuando e tentando não deixar ninguém indiferente a tamanha alegria. O Diário de Campinas, na sua contribuição ao movimento abolicionista, publicara seis matérias sobre o assunto. Uma das matérias era o texto da lei; uma outra, intitulada "Não há mais escravos no Brasil"; uma terceira, "Ao Povo"; a quarta, "Salve a Liberdade"; uma quinta fazendo considerações sobre "O Brasil livre" e; a última sob o título "A Abolição". (31)

Os conteúdos desses artigos são todos seguindo a mesma linha, utilizando as mesmas expressões e praticamente dizendo a mesma coisa, isto é, acontecera a abolição e por isso todos deveriam ficar alegres. Todos terminam dando vivas e salvas. São matérias de júbilo, sem nenhuma informação de importância.

Já no ano de 1889 não se fala em abolição no Diário de Campinas. Das pequenas referências feitas à data em 1890, uma é no próprio dia, na qual, considerando-se os anos de liberdade passados, pede-se que sejam construídas "escolas e mais escolas onde a desprestigiada raça vá beber a luz que o eito e a senzala não lhe facilitavam". Duas outras referências são a dois ex-escravos que tiveram suas penas perdoadas porque tinham sido condenados pelas leis escravistas do Império e uma curta referência de uma ex-escrava que anuncia querer saber o paradeiro de seu filho, vendido quando ambos eram escravos, compõem o quadro de lembranças do

jornal à data de 13 de maio de 1890.

Entre 1891 e 1895 não há nenhuma referência significativa à data nos jornais campinenses. Em 1896, apenas os próprios libertos comemoraram a data com uma "marcha aux Flambeaux" e banda de música, isto é, sem o apoio da população branca, como nas comemorações ocorridas anteriormente. (32)

Em 1897, novamente a data 13 de maio volta a ser matéria do Diário de Campinas que discutindo quem teria sido beneficiado com ela, põe as coisas nos seguintes termos: "Outrora quando os abolicionistas trabalhavam em prol da redenção dos cativos, ouvia-se sempre a seguinte linguagem dos antigos senhores dos escravos: 'A escravidão é uma propriedade instituída à sombra da lei, e que só tem beneficiado a nossa pátria; porque o negro não agradece semelhantes serviços?"

Contudo a extinção do elemento servil foi um bem inestimável para a sociedade brasileira. Os tristes augúrios se não realizaram e nosso país, sem peias, logra ascender a regiões mais puras e mais perfeitas".

O ex-escravo "pouco ou nada lucrou materialmente com a decretação de sua liberdade.

Onde param essas levas imensas de homens pretos que arrotearam nossas florestas virgens e criaram com as bagas de seus suores, a riqueza agrícola que é ainda o elemento estável da fortuna pública do Brasil?

Que destino tiveram, que rumo seguiram, e que empreendimento se entregaram quando foram investidos da condição de seres livres por um decreto da soberana vontade nacional?

Sumiram-se como que por encanto, desapareceram e acabaram-se, à semelhança daquelas plantas que, tendo sido mudadas de um terreno em que se desabrochavam, ao calor natural, pela só virtude de sua mesma força; ressequiram-se e mirraram ao contato de um outro arrebol, atiradas para um clima diferente e sob a ação de um seio mais fecundo, mais nobre e mais puro.

O rebento da liberdade estiolou pela inadequada existência que viera a ter quem nunca possuía aprendizagem conveniente para o exercício de direitos imprescriptíveis, somente reservados ao homem.

O preto se extinguiu na realidade, lutando contra hereditariedades invasoras que lhe legara sua desgraçada condição de cativos - o vício; originário na constituição de suas famílias,

o pouco apreço que davam à integridade das donzelas, o embrutecimento característico de sua inteligência, pela vida animalizada que levavam, a embriaguez constante deles, ou o alcoolismo crônico de seus antepassados e como remate doloroso a sífilide bestial que traziam na massa do sangue, por transgressão das leis humanas, alterando as funções essenciais do próprio organismo.

Os destroços desses infelizes, que constituíram os primeiros elementos da fortuna agrícola entre nós, restos de uma raça valente e operosa, hoje dispersa, devem se reunir e seguir uma (ilegível), para que o germe de morte, não contamine as suas entranhas e não se realize as profecias de seus antigos senhores.

Esta solene missão está talvez reservada a um novo Luiz Gama, que levantando-se do meio dessa turba malta degenerada, consiga impor-se incondicionalmente, procurando salvar o tipo peculiar da espécie, aperfeiçoando embora com as iluminações claríssimas da civilização contemporânea que é ainda suficientemente cristã para criar e desenvolver a prosperidade feliz desses antigos párias de nossa geração" (33).

Este artigo é muito interessante pois coloca alguns pensamentos que tipificam a forma como, durante todo o período, mesmo as pessoas mais esclarecidas e liberais analisaram a situação do negro face a abolição da escravidão, ou seja, eles deveriam agradecer às autoridades pela lei embora estas reconhecessem que o escravo nada lucrara com ela. Mais importante ainda é a afirmativa de que com a abolição os negros "sumiram" e este sumiço tinha suas causas na deformação genética, moral intelectual e social promovidas pela escravidão na forma dos vícios de embriaguês, promiscuidade e ócio, além do que uma possível recuperação somente se daria via resurgimento de lideranças negras exemplares que orientassem a comunidade no sentido da integração à dita sociedade cristã.

Em 1898, um mês antes já se organizava a festa com uma comissão ativa incentivada pelo jornal. A festa realizada no Largo do São Benedito, teve queima de uma bateria de fogos de artifícios, ao som da Banda de São Benedito e um desfile das diversas associações com seus estandartes. Realizando assim, como acontecia desde 1889, a tradicional "marche aux flambeaux" que parava em frente aos prédios da Intendência Municipal, do Diário de Campinas e do Correio de Campinas, para que os oradores oportunos fizessem seus discursos e dessem vivas à República, a Luiz Gama e às outras figuras do abolicionismo republicano local. Em geral voltavam ao Largo de São Benedito, hasteavam a bandeira do Brasil e dispersavam-se.

(34)

No ano de 1899, os ânimos estavam, ao nível do Diário de Campinas, bastante quietos. Há apenas um artigo no qual se reproduz o discurso da necessidade de apagar o passado escravista, de tão tristes recordações. Ao mesmo tempo tenta-se reforçar o republicanismo como motor das transformações sociais e cita-se a própria abolição como um feito republicano, lembrando que em São Paulo, um busto de Antônio Bento seria posto sobre sua sepultura, no cemitério da Consolação, por um grupo de, jornalistas e a comissão abolicionista paulistana que, apesar do nome, tinha a função de organizar os festejos comemorativos da abolição. (35)

Em 1900 a data "correu pouco animada" com missa, sermão na capela de São Benedito, banda de música e marcha de numerosa multidão seguindo o esquema costumeiro. Mas os "edifícios públicos não embandeiraram-se e na municipalidade, não tendo comparecido nenhum dos vereadores, falou longamente sobre a data da Lei Áurea o Sr. Sabino Ribeiro", tendo como ouvintes os membros da Sociedade 13 de Maio e da Irmandade de São Benedito. Apesar do desânimo, o Diário de Campinas publica, com 4 dias de atraso, dois artigos sobre a questão. Em um deles, faz um histórico das origens da escravidão negra e sobre as origens dos africanos do Brasil. No outro, transcrito de outro jornal local, chamado A Platéia, coloca-se que estava apagando-se "aos poucos, o entusiasmo pela data gloriosa de 13 de maio", a qual constituía "a mais genuína conquista popular" e que simbolizava a "mais luminosa idade política da Pátria brasileira, se não a mais legítima revolução social que se há ferido em prol da liberdade neste canto da América".

Neste artigo d' A Platéia já se fazia uma crítica ao papel da Princesa Isabel que "não fez mais do que sancionar a vontade popular". Dessa forma adota-se a posição de negar a ela a glória que se lhe quer dar: "Nego à história o direito de chamar redentora a quem apenas cedeu à força bruta do momento histórico; Nego que sejam justas as glorificações com que a mal entendida gratidão abolicionista distingue aquela senhora, respeitável por outros títulos".

O artigo termina afirmando que "A Abolição fê-la o povo, fizeram-na José do Patrocínio, João Cordeiro, Antônio Bento, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, Joaquim Serra, Carlos Lacerda e outros brasileiros..." (36)

No primeiro ano do século XX só houve em Campinas uma passeata dos pretos silenciosos e descontentes com a sua situação social e econômica. No segundo, a deduzir pelo Diário de Campinas, não houve nem isso. Entretanto publicou-se outro artigo on

de o 13 de maio foi motivo para questionar-se, de novo, a legitimidade do título de "a redentora" para a princesa Isabel: "A história imparcial e severa jamais poderá aceitar"(37).

Em 1903 já está bem definido que cabe aos próprios pretos cuidarem da sua sorte, porque a libertação oficial, a esta altura, era apenas um "mero registro comemorativo" para os brancos. Para os negros augurava-se que "as gerações futuras completassem a obra de sua própria emancipação, pelo depuramento de sua raça com a instrução e o trabalho persistente". De fato, apenas os próprios negros festejaram a data, repetindo a programação tradicional de missa, discursos e passeatas, tendo apenas o apoio do jornalista Paulo Lobo, redator do Cidade de Campinas. (38)

Não há notícias sobre as comemorações em 1904. No ano seguinte repetiu-se a velha programação dos homens de cor, sem a participação de outras entidades. No Cidade de Campinas, apenas um confuso artigo, sobre o sofrimento dos "camitas" ou africanos, discute a exploração a que foram submetidos pelos "cúpidos aventureiros de além mar", finalizando com a conclusão de que a abolição fora muito cara face ao genocídio que a escravidão promovera, vitimando "setecentas mil" pessoas. (39) Em 1906 também nenhuma notícia.

Já em 1907 "felizmente não passou despercebida como nos anos anteriores a gloriosa data da abolição", pois naquele feriado nacional, "desde pela manhã em edifícios públicos e particulares a bandeira nacional tremulava...". Conforme o relato do Cidade de Campinas esse parece ter sido o 13 de maio mais badalado até então, pois a Federação dos Homens de Cor "resolvera solemnizar a auspiciosa data e dirigira convites a todas as associações campineiras para acompanhar as manifestações que ela ia prestar".

À cinco horas da manhã houve salva de 21 tiros no largo de São Benedito, a banda percorreu ruas, e à tarde houve uma reunião em frente do colégio São Benedito, com a participação das seguintes entidades: Luiz Gama, Colégio São Benedito, Sociedade Artística Beneficente, Círculo Italiani Uniti, Sociedade Operária, Club Atlético Recreativo, Sociedade Hispanhola de Socorros Mútuos, Sociedade Beneficente de Padeiros e Liga Operária.

"O major Antonio Sarmiento encerrou a sessão, convidando as pessoas para tomarem um copo de cerveja", ocasião que destacou a presença dos cidadãos campinenses Araujo Mascarenhas, Turíbio Costa, Benedito Florêncio, Alberto Faria, J. Villagelins, Antonio Lobo, João Rais, Albino Aranha, Torquato Braga e Antonio Pacheco. (40)

Em 1908, a Federação Paulista dos Homens de Cor também assumiu a organização das comemorações da data, de forma que o artigo publicado no Correio de Campinas, por força da orientação política da Federação, coloca a abolição como uma conquista do povo e os abolicionistas com seus articuladores, dando ênfase à participação de Patrocínio, Luiz Gama e Nabuco. Na organização da velha programação de discursos e passeatas colaborou a recém-criada Sociedade Beneficente Isabel a Redentora.(41)

O ano de 1909, na realidade, teve seu 13 de maio melhor registrado pelo Comércio de Campinas que já um mês antes da data anunciara todos os passos da Federação dos Homens de Cor em seus preparativos. O interesse desse jornal pelas atividades da Federação decorria do fato de que nesse período, nele estava atuando o jornalista negro Benedito Florêncio. Esse jornalista fez publicar, na data, um grande artigo louvando a figura do primeiro deputado federal negro, eleito pelo Partido Republicano Democrático do Rio de Janeiro que inclusive visitou Campinas no mês de setembro deste mesmo 1909, ocasião em que Comércio de Campinas fez uma grande reportagem e promoveu grandes manifestações em homenagem ao visitante nos moldes da que fora feita para Rui Barbosa, por ocasião de sua visita no ano seguinte.

A data da abolição neste 1909 então, conforme Comércio de Campinas, só não passa despercebida por causa da atuação da Federação que contou com o apoio da Loja Maçônica Independência e por que publica um longo artigo poético sobre a abolição, assinado por "Sirius", que escreve regularmente crônicas e contos abordando aspectos das relações sociais e da vida de negros.(42)

A Federação Paulista dos Homens de Cor organiza as festas de 13 de maio. Por exemplo, em 1909, uma comissão da Federação, com 5 representantes do comércio, 1 da Cia Mogiana, 3 da Cia Lidgerwood, 3 da Cia Mac Hardy e 4 dos Armazéns da Cia Paulista, organizou retretas da Banda Carlos Gomes, quermesses na Vila Industrial, inaugurou salões de leitura, jogos e palestras, fez assinaturas de jornais, revistas e folhetos e convocou uma comissão de pessoas brancas e alheias à Federação para compor um conselho fiscal.(43)

Em 1909 a abolição quase passa despercebida porque o assunto que ocupava a todos era a greve geral.(44)

Em 1910, Cidade de Campinas volta a se preocupar com o 13 de maio, promovendo um concurso literário no Primeiro Grupo Escolar, tendo como tema a abolição. Os quatros considerados melhores são publicados. Enquanto isso a Federação Paulista dos Homens de Cor e o Grupo 13 de Maio fazem alvorada com salva de 21

tiros, missa, passeata e discursos durante o dia. À noite fazem uma palestra sobre a escravidão antiga e moderna, americana e africana, no Brasil Colônia e Império, além de um sumário dos heróis abolicionistas, finalizando com abordagem das conseqüências políticas e sociais do regime escravista. (45) Ao mesmo tempo que o Comércio de Campinas destaca a participação da Federação, da Banda Musical e da Sociedade Dançante Princesa do Oeste. (46)

Em 13 de maio de 1912 a Loja Maçônica Independência e Ordem comemora a data juntamente com todas entidades negras da época. Em 1915 organizando o 13 de maio surge o Campinas Black Team, com atletas fornecidos pelo Centro Cívico dos Homens de Cor, pela Federação e pelo Centro 13 de Maio.

No período de 1911 a 1920, de um modo geral, o panorama não se modifica, isto é, a Federação continua como entidade que assume cada vez mais o compromisso de comemorar a data. A Federação conta com a "ajuda financeira de capitalistas" em 1914, e por força dos que ajudam, tem que simplificar as comemorações da abolição porque os capitalistas impõem que se comemore junto, neste ano e no seguinte, a memória de republicanos falecidos.

A partir de 1916, em 13 de maio passou a ser também comemorado o aniversário da morte de Francisco Glicério que passa a receber mais destaques, na data, do que a própria abolição. (47) Aliás as antigas marchas "flambeaux" deixam de acontecer a partir de 1915 quando a Prefeitura nega o envio do auxílio pedido pela comissão organizadora do evento.

Dessa forma em 1917, sem movimentação de rua, sem banda e sem desfile, a Federação fez uma sessão na sua sede contando apenas com as representações de entidades negras. Nesse ano acontece em Campinas o maior encontro de negros até então ocorrido. O Centro 13 de Maio comemora seu sétimo aniversário e recebe representantes de Jundiaí e São Paulo. É lançado o jornal A União, representante da União Cívica dos Homens de Cor que pretende ser o porta-voz do pensamento das entidades Estrela Celeste, União da Juventude, José do Patrocínio, Beneficência dos Homens de Cor e Estrela do Norte.

Em 1921, pela primeira vez, o Diário de Campinas relaciona o 1º de maio com o 13 de maio e coloca o ex-escravo como um trabalhador. Assim as suas datas históricas surgem como se fossem parte de um mesmo processo de transformação das relações de trabalho entre produtor e dono dos meios de produção. Na realidade tal percepção do processo é montada por cima da homenagem a Francisco Glicério. (48) Em contrapartida, a Gazeta de Campinas, nes

sa mesma data, relembra cenas da escravidão e junto com seu colega publicam a programação comemorativa organizada pela Federação dos Homens de Cor, pela Protetora dos Pretos, pelas Sociedades Dançantes e pelo Centro Cívico 13 de Maio.

Mil novecentos e vinte e dois é marcado pelo festival literário dos pretos, pela apresentação do Grupo Luiz Gama de Teatro e por um artigo de Leopoldo Amaral, escritor, jornalista e respeitado intelectual de cor, publicado no Comércio de Campinas e no Gazeta de Campinas. Também nessa data já estava circulando o jornal A Protetora e que impulsiona o surgimento, em 1923, do Getulino. Aí, quando dos doze anos de existência do Centro 13 de Maio, no Tiro de Guerra 176 e no quartel da Força Pública há hasteamento da Bandeira e canta-se o Hino Nacional ao mesmo tempo que duas bandas musicais tocam na praça. (49)

Em 1923 o Diário do Povo recorda a data original de 1888, tal como vista pelos jornais do período, isto é, Gazeta de Campinas, Diário de Campinas e Correio de Campinas e publica um artigo racista que afirma ser o negro geneticamente inferior mas que merece a liberdade porque também é humano. Já a Gazeta de Campinas conta com minúcias de horas como foram os dias 12, 13 e 14 de maio da Princesa Isabel, em 1888. (50)

Em 1924 e 1925, anos das atuações mais significativas dos jornais negros A Protetora e Getulino, o 13 de maio foi para a grande imprensa apenas uma programação de festas, missas, bandas e espetáculos de gala, muito mais em homenagem a Francisco Glicério do que à Abolição. Apenas Gazeta de Campinas publica um artigo importante, por que explicita, de forma clara, seu entendimento da diferença entre os negros, ao falar em homens de cor como tendo sido os beneficiados com a abolição, diferentemente dos demais brasileiros pretos. (51) Isto é, dos homens de cor, negros reconhecidos pela sociedade branca como cidadãos por terem alguma instrução, trabalho fixo, moradia certa ou outras características aceitas como de idoneidade moral e cívica, lucraram com a abolição. Porém os demais negros, sem trabalho, instrução, moradia ou outra característica social, econômica ou política que os distingam são chamados de pretos e não foram beneficiados pela abolição.

Getulino, inclusive em 1924, saiu com uma edição comemorativa com foto da Princesa Isabel, além de uma tarja verde e amarela diagonal sobre grande artigo de capa intitulada "Data Memorável", onde se dizia que o 13 de maio constituiu-se "das mais notáveis dos registros dos fatos da história pátria".

Finalmente, em 1926 além da edição especial, em

13 de maio, para o Getulino, "a data... vai ser comemorada com pouco entusiasmo em Campinas" (52).

Conclui-se que a data de 13 de maio inicialmente foi utilizada pelos grupos dominantes brancos para reafirmação da história oficial e que teve pouca penetração no meio negro mais pobre.

Conclui-se também que depois de 1900 certos negros de Campinas já enxergavam a necessidade da organização independente e a urgência de uma luta específica com estratégias próprias dirigidas pelos negros e voltada para os interesses negros, sem o que, a liberdade comemorada na data 13 de maio não passaria de uma ilusão.

Finalizando conclui-se que os brancos desinteressaram-se pela data e sua comemoração passou a ser feita, basicamente, por negros através das entidades. Ao mesmo tempo os negros passam a utilizar a data para, além de homenagear a princesa, reforçar as entidades organizativas mobilizadoras da comunidade.

3. IMPrensa NEGRA

3.1. Conjuntura Histórica

Nenhum dos historiadores da imprensa em Campinas informa nada sobre a existência da imprensa negra. Jolumá Brito lista, entre 1890 e 1930, um total de 115 impressos em Campinas, entretanto entre eles não aparece nenhum dos jornais negros conhecidos no período, embora aí estejam incluídos, ele afirma, todos os periódicos, pequenas publicações, diários, semanários, bi-semanários e mensários. (53) Da mesma forma, o Correio de Campinas lista, no período de 8 de agosto de 1890 até 15 de dezembro de 1907, um total de 47 jornais, também sem referência a publicações de negros. (54)

Igualmente, Júlio Mariano, em seu artigo "História da Imprensa em Campinas" (55) ignora a existência da imprensa negra. O mesmo acontece com Mário L. Erbalato que escreve um artigo sobre o "Diário do Povo", uma tradição em Campinas onde destaca outros jornais e vários jornalistas. (56) Entre os jornalistas, destaca como "integrantes da redação" do jornal, Benedito Florêncio e Lino Guedes, sem observar o fato deles serem negros, nem que constituíam-se os criadores do jornal Getulino.

"Uma das seções que deram vida e nome ao Diário do Povo foi o conhecidíssimo Tome Nota, de Machadinho, pseudônimo de BENEDITO FLORÊNCIO que, no dizer de ANTÔNIO CARDOSO, tinha dedo

para escrever a coisa. Sabe comentar os fatos de maneira que dificilmente outros poderiam igualar-se a ele e era a leitura predileta de quase todos os campineiros. Os acontecimentos da cidade eram por ele ironizados, esclarecendo que soubera de certos e de terminados fatos por intermédio de compadres e comadres. E nesse diapasão conseguia estender-se até meia ou uma coluna, fiel ao aforismo de que ridendo castigat mores..." o qual tornou-se lema do Getulino.

"Depois de sua mudança para S. Paulo, BENEDITO FLORENÇIO continuou a enviar de lá os seus Tome Nota, embora não com tanta regularidade, até que veio a falacer" (57).

Da grande imprensa em Campinas apenas o Comércio de Campinas fez uma referência elogiosa ao Baluarto em 20.12.1903; o Diário do Povo citou o Getulino, fazendo referência à chegada de máquinas tipográficas e uma edição recebida; e Gazeta de Campinas anunciou também uma edição recebida em 23.09.1923.

Historicamente este período tem sido caracterizado como de grande mobilização popular e de grande produção cultural, de investigação das ciências, de grande crítica social e política. Assim a emergência da imprensa negra fica colocada no panorama conjuntural das condições objetivas do período.

Enquanto existem evidências de que imigrantes europeus passam por processo de ascensão social no sentido de entrar na pequena burguesia, a maioria da população negra sofre uma trajetória inversa ou permanente. Hasenbalg, referindo-se ao estado de São Paulo, diz que em "nenhum lugar do país foram os imigrantes brancos tão claramente os ganhadores e os negros os perdedores do desenvolvimento econômico e da prosperidade... Os imigrantes europeus e seus descendentes estabeleceram rapidamente um quase monopólio das oportunidades de mobilidade social ascendente". Concluindo que "o fechamento aos não brancos dos primeiros canais de mobilidade social ascendente dentro de uma situação de rápido desenvolvimento econômico e igualmente acelerada modificação nas posições relativas dos dois grupos aumentou a visibilidade da discriminação racial como causa da posição subprivilegiada dos negros"(58)

A resultante dessa conjuntura histórica em Campinas, um dos maiores centros urbanos de São Paulo, foi o surgimento dos jornais negros como forma das organizações colocarem seus protestos. Como o emparedamento era maior, a consciência da existência do racismo e da necessidade de combatê-lo apareceu primeiro. Verifica-se que de 1888 à 1926 as organizações negras conseguem um nível de eficiência que suas articulações extrapolam o âmbito da popula

ção apenas não branca. Percebe-se também que a atuação organizada de mulatos e negros passa a ser determinação importante no processo de transformações sociais do período.

3.2 Alguns Jornais

O Baluarte, "órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Cor e dedicado a defesa da classe", começou a circular em 1903, organizado por Benedito Florêncio e Francisco José de Oliveira, contudo não parece ter passado de 1904. No único número encontrado, de 15.01.1904, tem um artigo que procurando identificar as origens e as causas do alto índice de mendicância na cidade, àquela época, diz que tal índice ocorre por causa da "crise financeira e desorganização dos créditos", da "manifestação do pensamento reacionário", do "enfraquecimento do comércio e dos desvarios da administração pública", os quais promovem a "iminência de uma grande desgraça, miséria, dor e fome além do turbilhão de mendigos". Ainda nesse artigo pergunta-se quem são esses mendigos e em resposta diz-se que são de três tipos: "1) servidores da pátria, veteranos do Paraguai, voluntários de ontem e desgraçados de hoje; 2) pretos alquebrados sobre o peso de mil sofrimentos, disformes pelos hediondos castigos físicos que sofreram, mártires de ontem e desgraçados de hoje; 3) pobres estrangeiros que deixando o límpido céu poético de seu país amado, deixando filhos, esposa e parentes, vieram a este país...".

D' O Bandeirante, surgido em 1910, parece que não restou nenhum exemplar, a exemplo do que aconteceu com a quase totalidade deles. Após esse, surgiram outros jornais que desempenharam importantes papéis na formação de associações negras, pois, como diz Bastide, esta é "raramente uma imprensa de informação: O negro lê os jornais dos brancos; é uma imprensa que só trata questões raciais e sociais, que só interessa pela divulgação dos fatos relativos à classe da gente de cor... é uma imprensa adicional... é um órgão de educação e em segundo lugar um órgão de protesto". Funciona como elemento de aproximação dos negros aos padrões dos brancos, pois mostra "seu status e sua honorabilidade" (59).

Em 1912 ficou "definitivamente resolvida a criação nesta cidade de uma nova agremiação educativa dos homens de cor", isto é, o jornal O Combate que "analisará a atualidade dos homens de cor, criticando seus erros e aplaudindo seus atos de boa orientação" pretendendo reunir toda ação dos homens de cor do interior.(60)

A União, fundado em 1917, foi o jornal editado pela União Cívica dos Homens de Cor e representava 5 entidades negras.

Apesar disso, também não ficou nenhum exemplar. Até 1926 muitos outros pequenos jornais surgiram e desapareceram. Entretanto, com certeza de terem circulado em pelo menos 5 números, pode-se apontar os jornais Luiz Gama, A Juventude, O Discípulo, A Renascença, e O Raio, todos feitos por negros em Campinas. (61)

O principal foi o Getulino, cujo aparecimento foi justificado pelo "acentuado desenvolvimento, e na crescente prosperidade material e social da formosa Campinas". Sua ação fêz-se "necessária para a estabilidade e progredimento das instituições de que se constitui o defensor extremo".

"Ridendo castigat mores: eis a nossa divisa; rindo castigar os costumes.

É, pois o nosso escopo, como já ficou dito, trabalhar pelo bem geral, o que faremos com o possível humor e empenhando nossas forças a favor da raça pigmentada, que não obstante os seus esforços e o muito que tem conseguido, ainda se resente de grandes prejuízos derivados da quadra de nefanda memória, em que esteve sujeita ao martírio inenarrável da escravidão pelo motivo de não ser branca ou amarela.

Queremos a prosperidade da raça negra, lutaremos para que a inteligência do homem de cor seja aproveitada, para que o seu caráter iluminado pela fulgurante luz da instrução seja outro fator da grandeza deste país tão belo e que em tudo diz ser falado para um futuro invejável.

Getulino, nome de guerra do grande paladino da abolição, que foi o saudoso Luiz Gama, eis a denominação que escolhemos para a folha que hoje vem colocar-se em linha de combate na imprensa campineira.

Já foi dito o nosso programa, entretanto, acrescentamos que todas as causas justas encontrarão em nossas colunas a mais decidida defesa, pois estaremos sempre ao lado dos fracos reivindicando seus direitos quando conspurgados pelo mais forte" (62).

Getulino, "Órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos", circulou semanalmente de junho de 1923 até maio de 1926, com uma tiragem de 1.500 exemplares.

Dessa forma, por um período de quase 3 anos, tem-se uma idéia dos problemas que afligiam parte da população negra de Campinas, bem como suas opiniões sobre questões políticas, econômicas etc, além do seu cotidiano. Assim pode-se perceber as posições externadas sobre o racismo, ideologia de branqueamento, democracia racial, imigração, situação dos mulatos frente ao contínuo da cor,

desemprego, custo de vida, análises sobre a escravidão, costumes sociais, mobilizações populares e movimentos políticos, violência policial etc.(63)

Em segundo lugar aparece A Protetora, "órgão da Associação dos Brasileiros Pretos" que dava uma visão diferente das mesmas questões abordadas pelo Getulino, chegando mesmo a caracterizar-se como de oposição a este último. Surgiu antes de 1923, talvez em 1922. A Protetora, segundo o Getulino, critica e "atira-se de unhas e dentes contra todos os pretos que não comungam das suas idéias". Tem um projeto negro de "quatro paredes", é isolacionista, enquanto o Getulino é integracionista. É o combatente e desafiante do Getulino. (64)

Foi "um periódico mal inspirado", pois a "situação de desarmonia que se evidencia atualmente entre os homens de cor de Campinas não foi provocada, como mentirosamente afirma, pelos membros do Luiz Gama ou pelo grupo chefiado pela corrente que a põia e mantêm o Getulino, mas sim pelo grito de guerra contra Getulino, isto é, pelo A Protetora que foi tão somente criado para provocar a sizania no meio da classe em Campinas... e vomita jacobismo vermelho" (65).

A Protetora também era um "periódico cheio de frases intempestivas, de ameaças terroristas, de arrogâncias e agressões históricas, todas visando macular o grupo lúcido dos Getulos" (66).

Assim, por exemplo, sobre a questão da imigração para o Brasil, enquanto o Getulino tem posição contra a vinda de negros norte-americanos agricultores de algodão, por entender que esta agravaria a tensão das relações raciais, A Protetora é totalmente favorável à referida imigração, entendendo que tal ocorrência somente iria favorecer o Brasil e as suas relações raciais. A Protetora conseguiu ganhar, como seus opositores, os associados do União da Juventude, quando publicou um artigo intitulado "essa juventude é uma lâstima" (67).

As caracterizações feitas pelo Getulino acerca de A Protetora evidenciam um grupo bem revoltado. Também deste jornal não ficou nenhum exemplar.

Estes jornais têm correspondentes por grande parte do centro oeste paulista e mesmo ocasionalmente publicam notícias de outros estados, principalmente do Rio de Janeiro.

O desaparecimento do Getulino, em 1926, marca o fim de uma fase na vida organizativa da população negra e marca

também o limite cronológico dessa proposta de trabalho de investi
gação histórica. (68)

4. RELIGIÃO

Para Luiz Roberto Benedetti, "As irmandades são um fenômeno tipicamente urbano e no catolicismo brasileiro colonial constituem mesmo o contraponto urbano e laico de um catolicismo o
ficial centralizado nos engenhos e fazendas abrigado à sombra dos patriarcas. Sua origem deve ser buscada, segundo Jolita Scarano, na tradição medieval das confrarias. Só que enquanto estas se di
videm por categorias profissionais, no Brasil as irmandades se or
ganizavam em torno de critérios raciais e sociais". Nelas manifes
tava-se realmente o "espírito religioso da população", afirma. A
crescenta também que através delas, a população patrocinava os cultos, construía as igrejas, paramentava-as, organizando a vida católica local. (69) Porém o papel das Irmandades além de decisivo no campo religioso, era fundamental no campo social já que "todos os acontecimentos, do nascimento à morte, eram comemorados nas con
frarias e quem estivesse fora delas era olhado com desconfiança, privado do convívio social, quase um apátrida dentro dos grupos que se reuniam em associações tentando estabelecer alguma ordem e orgã
nização" (70).

Ainda Benedetti, comentando o caso específico de Campinas na sua relação Igreja-povo, pelo aspecto do controle e poder do primeiro sobre o segundo, considera que no processo de modernização e urbanização do período que aqui interessa, a Igreja também moderniza-se, para, servir à conciliação dos interesses de comerciantes, senhores de terras e pequenos industriais e adaptar-se à cidade. Logo, muitas inovações surgem nas Irmandades representativas das classes dominantes, como manifestações de transição da Igreja do mundo rural para urbano. Assim a prática cotidiana e a retórica da fé, embora divergentes, não impedem que juntos estivessem interesses dos mais diversos. Nesse sentido é que "mais tarde, a partir de 1908, com o catolicismo romanizado implantado, o fenômeno se repetia: Em nível interno, da Igreja local, as Irmandades serão o mecanismo pelo qual a instituição assegurará a fidelidade e coesão em suas fileiras e a busca de sustentação num 'mundo' (isto é, tudo aquilo que não é 'eclesiástico') visto como inimigo que é preciso combater.

Mas o combate se refletirá apenas nas classes dominadas, uma vez que à elite modernizada, tais condenações pouco ou nada significarão" (71).

É nesse contexto que são enquadradas as perseguições aos "feiticeiros" e outros representantes de religiosidades negras, e colocada a Irmandade de São Benedito, enquanto espaço de enquadramento do domínio e controle dessa religiosidade.

Graças à ação do Bispo Correia Nery, Campinas constituiu-se região privilegiada na orientação religiosa de empedernida e dedicada perseguição, com o apoio logístico da polícia, contra os feiticeiros, os curandeiros e os jogos de búzios.

Gaffre, viajante francês de passagem por Campinas em 1910, encontrou o Bispo Nery e registrou que na sua opinião o grande religioso tinha uma única explicação para tudo aquilo que não podia compreender: o diabo. Isto é, para o bispo qualquer manifestação religiosa dos negros só podia ser coisa do diabo e como tal, destruída. (72)

7.1. O Catolicismo

Mestre Tito, curandeiro, conhecedor de ervas medicinais, conhecido em todo o município de Campinas, ex-escravo, pediu à autoridade eclesiástica de São Paulo licença para construir uma Capela à São Benedito, em 1831, no lugar do antigo cemitério de escravos. Conseguiu a licença e começou a construção com esmolas. Para ajudar mais, foi criada a Irmandade de São Benedito. Mestre Tito morreu e a sociedade local assumiu a construção. O projeto original foi modificado e entregue a um arquiteto belga recém-chegado à cidade. (73)

A Irmandade de São Benedito, dessa forma, desde sua fundação nunca se constituiu um espaço de atuação autônoma dos negros, ao contrário, constituiu-se sempre um espaço de afirmação da submissão de grupos de negros aos ditames da imposição ideológica e religiosa dos grupos dominantes. Contra essa submissão recebia-se o reconhecimento de uma branquitude de alma, isto é, submetendo-se, o homem negro passava a ter alma branca, com possibilidade de chegar até o céu do deus dos brancos, embora não conseguisse se livrar da pele negra.

A Irmandade, na realidade, aparece como um grupo de negros organizados com uma aparente autonomia e autogestão. Porém são controlados por uma rígida rede de poderes meio difusos, representados pela figura do padre e das imagens dos santos. O controle é ampliado através do mistério religioso, do qual os negros só percebem claramente os ensinamentos de humildade, e de que embora pobres, pobres e cansados do trabalho estafante, além de terem outros

problemas como a saúde, alimentação, moradia, etc., era necessário ter fé e esperar a justiça divina que reservaria, para eles, um lugar no céu, após a morte.

A fundação da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos, tem a intenção de evitar que um grupo religioso negro católico, formado por escravos e negros libertos, se desviasse dos dogmas fundamentais.

Os presidentes da Irmandade como Gomes, e seu antecessor, Francisco de Oliveira, foram levados a este posto porque, falando italiano, poderiam servir de mediadores entre o poder da Igreja (na figura dos padres italianos) e os interesses da comunidade negra.

Exemplo de relação brancos e negros organizados, pela iniciativa branca, os membros da Irmandade, conforme Sebastião Gomes, são todos muitos pobres e não sabem bem informar porque estão naquela organização. Informam que ali é a Igreja, onde vão rezar. A figura do padre dá a limitação do conhecer, porque tudo quem sabe é o padre.

Sem querer neste momento, aprofundar essa questão, deseja-se lembrar o trabalho de erradicação da cultura religiosa de origem africana promovido pela Igreja Católica. Sebastião Gomes, filho de ex-escravos, somente tomou conhecimento da existência de candomblé e umbanda aos quarenta anos, mas como católico praticante já tinha ouvido falar em feitiçarias dos pretos. Tinha também ouvido muitas histórias orais dos patrícios mais velhos e de seus próprios pais sobre uma religião que os negros, quando havia escravidão, queriam criar.

Sebastião Gomes informa que haviam muitos brancos sócios contribuintes com certa quantia simbólica para a Irmandade. Tais contribuições davam às famílias brancas um certo status e uma certa posição de protetores dos negros. Constituir-se um protetor dos pretos, pela ação de uma contribuição, ainda que pequena, para a Igreja, via Irmandade dos Pretos, gerava bons lucros políticos e lucros em forma de trabalho não pago, pois todos pretos da Irmandade, sempre que necessário, faziam alguns serviços, pagos com uma "cachacinha" apenas, para os brancos contribuintes da Irmandade, bastava para isso que o padre ordenasse.

"Não vou dizer que lá só tinha preto, preto. Mas muito raro. Às vezes quando tinha aí uns cem (negros), se contasse um, dois ou três brancos, era o máximo"(74). Assim Gomes define a proporcionalidade de participação dos brancos e negros na Irman

dade dos pretos.

A salvação conseguida através da obediência a São Benedito, que embora preto até também era representado com os olhos azuis de Cristo, dependia também da obediência ao padre local, sem maiores questionamentos que não se explicassem pelos "mistérios da fé". Esse não questionamento é que permite a permanência da Irmandade, a construção da Igreja e o surgimento do Colégio São Benedito em 1901.(75) Este último teve um papel muito importante no processo de afirmação do homem negro campinense livre, enquanto cidadão e ser capaz de perfeitamente integrar-se ao modelo, idealizado pelo grupo branco, de qual deveria ser o lugar do negro na sociedade.

As festas de São Benedito organizadas pela Irmandade tendo, abertamente ou não, a direção e vontade da Igreja, mobilizam significativa parcela da população de cor local, e arrecadam prendas e doações diversas para o serviço da caridade, por exemplo. O colégio foi construído com tal sistema. Nem todos os negros com pactuam desse processo. Nas notícias sobre o Colégio, sobre as festas da Irmandade ou dos sambas, ou sobre as coletas de esmolas, percebem-se alguns conflitos de opiniões:

"O vigário da Matriz da Conceição queixou-se à polícia de que os pretos Theodoro José e Fausto Romão, ameaçam de impedir o esmolar da Irmandade de São Benedito de exercer as suas funções, estando elas de acordo com o aprovado pelo bispo" (76).

Contudo, é exatamente a afirmação do não conflito, da submissão e da subserviência que garantem a continuidade de entidades negras atreladas. Quando o colégio São Benedito fez 6 anos, tinha 422 alunos e realizou uma festa "em homenagem de gratidão e reconhecimento à imprensa local e ao altivo e generoso povo campineiro que tão heroicamente tem sabido amparar e proteger o Colégio de São Benedito" (77).

O funcionamento do Colégio era precário, além de dependente. Apesar disso, em 1907, no relatório do Inspetor Escolar, depois de visitar o Colégio, diz que tinha tido "excelente impressão"(78) e o Gal. Francisco Glicério, quando em 1907, visitou minuciosamente" também teve impressão idêntica, até felicitando o diretor, professores e estudantes pelo "progresso" que viu.(79)

Em março de 1908 foi publicada a Resolução nº 260 da Intendência Municipal autorizando a prefeitura a conceder à Igreja de São Benedito, 3.463 metros quadrados de terreno para aumento das dependências do colégio, anexo à mesma Igreja. Acrescen

tava a resolução que esta última "fica somente com o uso e gozo do referido terreno que não constituirá seu patrimônio, não ficando a câmara obrigada a indenização em qualquer época, precisando do terreno para atender a necessidade de utilidade pública"(80).

Apesar disso, muitas dificuldades eram enfrentadas: O Colégio, em 20.06.1908, havia pedido recursos materiais ao Secretário do Interior para poder continuar funcionando, a resposta foi que aguardasse. No dia 21.06.1909, novo ofício foi enviado ao Dr. Carlos Guimarães, o Secretário, pedindo que tais recursos fossem providenciados com "urgência ao instituto de que carece para funcionar com regularidade". Tais recursos não foram recebidos, mas o colégio continuou funcionando. (81)

Em junho de 1910, o Dr. Alberto Sarmiento doa ao Colégio a quantia de 860\$000 de uma subscrição de "bons campineiros".(82)

Com isto evidenciado fica que a instituição, sob a custódia da Igreja Católica, embora com dificuldades, consegue sobreviver por certo período e conta com "a generosidade" das classes abastadas.

Nesses termos, enquanto veículo de expressão da ideologia branca, de penetração profunda no meio negro, enquanto expressão do que idealiza o ser branco com sendo a meta do negro, São Benedito e sua fé cristalizada na Irmandade ou no Colégio, constituem-se um espaço de purgação dos pecados dos dominantes, pois simbolizam a obra da sua fé, da sua caridade e do seu espírito católico. Isto é, dos brancos e não dos negros. Isso garante a existência do Colégio por todo período.

4.2. A Religião Africana: Bruxaria, Feitiçaria, Curandeiros e Jogos de Búzios

A intenção é demonstrar, através de fatos, a existência de ações repressoras contra as manifestações religiosas, identificadas como de origem negra, e que tal repressão é motivada por uma visão racista e discriminadora. Na maioria dos casos, essa motivação estava explicitada na justificativa do combate à feitiçaria e aos curandeiros.

A ação repressora fica a cargo da polícia que, em geral, é mobilizada pelas desconfianças e denúncias de populares ou pela própria movimentação das pessoas em torno de um "terreiro", por exemplo.

Assim é que foi presa para averiguações, sob acusação de bruxaria, a parda Luiza Laurinda que foi denunciada. "Ela

protestou veementemente" mas o delegado prometeu visitá-la outras vezes. (83) Assim é que "O italiano Rafael Pagani, residente no bairro do Bom Fim, de certo tempo a esta parte, começou a suspeitar de feitiçarias de uma preta de 100 anos de idade, sua vizinha.

A infeliz velha, ultimamente, causava-lhe até horror.

Ontem, o supersticioso encontrou-se com a 'feiticeira', e como esta o encarasse, descarregou-lhe várias e violentas pancadas com um pau de rolo de fumo, prostando-a em estado grave.

A polícia tomou conhecimento do fato, fazendo medicar a ofendida" (84).

A acusação de feitiçaria era tida como degradante. Esse foi o motivo para que duas pretas brigassem na fazenda do chapadão: "Sofia chamou Placidina de feitiçeira" e levou pancadas na cabeça. Ambas foram presas. (85) E também motivo para que se apresentasse à polícia, "uma preta velha de nome Eugênia" declarando que "não é e nunca foi feiticeira".

"Desconfiando a polícia, dessa declaração toda livre e espontânea mandou dar uma busca nos guardados de Eugênia, na da encontrando de fato, que a pudesse comprometer" (86).

A ação repressora contra a feitiçaria, em geral dirigida contra uma ou duas pessoas de cada vez, pode se desdobrar em violenta repressão contra a prática de religiões negras. Assim é que em março de 1890 o Diário de Campinas, sob o título comum de "Feitiçaria", noticia a invasão, pelo delegado e seus auxiliares a uma casa onde prenderam 16 pessoas.

O jornal dá todo apoio e pede providências maiores e mais enérgicas. Na mesma edição, sob o título "Grande Caçada", comenta-se a ação local onde é louvado o trabalho da polícia que prendeu homens, mulheres e crianças e confiscou o dinheiro de todos, no total de 14\$150, além de vários "objetos necessários ao seu trabalho". Tratava-se de um candomblé ou assemelhado.

As atividades religiosas promovidas por negros eram quase sempre enquadradas em "feitiçaria", exceto aquelas que sob o controle da Igreja, tais como rezas, orações, e reuniões dominicais eram autorizadas ou realizadas via as irmandades de pretos.

A feitiçaria, assim como as atividades dos curandeiros sofrem, quando descobertas, a ação policial de busca e apreensão dos possíveis objetos utilizados nessas práticas, bem como a prisão dos denunciados. Muitas vezes, as informações pas

sadas pelas fontes parecem falsas pelo exagero e evidência de que além da realidade, muita fantasia envolve tais ocorrências. Um exemplo significativo foi a prisão da preta Generosa de tal, moradora no Taquaral e que tendo sido denunciada, a polícia foi à sua casa e encontrou "todos apetrechos indicadores da arte... baralhos velhos e sebentos, cabelos, cascas de cobras, lagartos em álcool, olhos de gato preto e de coruja..."(87).

A feitiçaria tem aspectos inusitados e um bom exemplo é o caso de um colaborador do jornal Cidade de Campinas que tendo ouvido, na rua, "dois criados que conversavam sobre os feitiços duma mestiça", informou-se do dia e horário dos trabalhos e para lá foi:

" - Hoje, às 9 horas, dizia um, é mão de lá estarmos, pois é certo que vai muita gente consultar a feiticeira...

O samba, o mais requebrado, regado à questão pinga com raízes de gengibre aquecida ao fogo, era tudo. Os convivas de olhos acesos no vaivém da festa, num lufa lufa sem jeito, mimos cavam-se com ditos de todo jaez.

Pretos, mulatos, caboclos numa masela sem conta, em miserável mulambo, ali estavam juntos à fogueira ao relento.

Num momento tudo emudeceu ouvindo-se unicamente os estalidos da fogueira...

De repente rompe o alarido e num crescente ensurdecido aos gritos de oiém a feiticeira, ao toque de bombos e pandeiros, ao ronco de paitas, sai da palhoça, toda risonha, uma crioula alta esbelta e mal trajada empunhando um pandeirinho e toda palítica, chega-se perto da fogueira gingando o corpo. Os convivas, festejando-a colocam-se em círculo dentro do qual ficou a crioula aos pinchos macabro em revolteios, ora lentos, ora aligeirados, na dança até que se cansando, parou, olhou em redor, riu e saiu do centro do cerco indo ficar na roda.

Tudo cessou.

A crioula, arfando o seio, fatigada em anhelitos violentos ali estava, suada e triunfante, risonha e bizarra, de olhos vivos, fitando tudo e todos, a descansar.

Era a feiticeira.

Quebrando o silente intervalo da festa, eis que de um pulo salta no meio do círculo, um preto retinto, espaldado, carapinha basta, alva dentuça, camisa aberta ao

peito e diz que está enfeitado e repete que está enfeitado e grita que está enfeitado, dizendo-se cabra bão e sem catinga que duma vez, na sua terra fez recuar os mais topetudos por causa de uma morena... que era forçudo, tinha muita força...

Nem bem acabou de falar salta-lhe na frente um caboclinho franzinho que também arrastou as asas e disse lêreas primeiramente depois aceitando o repto...

Engalfinharam-se. Obra dum nada, o preto baqueou subjugado.

Terminada a luta, os contendores amigos de novo, se foram cada um para seu lado.

Esfriou o entusiasmo.

Dali os convivas foram pouco a pouco se dispersando e a fogueira se apagando, ficou ali abandonada...

E assim foi o final da festa que teve como heroína uma mestiça moça namoradeira que por andar machucando os corações dos malandros estes, por vingança lhe puseram o gracioso apelido de feiticeira"(88).

Essa narrativa contém alguns elementos importantes sobre a percepção da vida de negros no período. O artigo é de junho de 1904. Logo, época do inverno, o que explica a fogueira e a pinga com gengibre aquecida, isto é, o quentão.

Evidentemente para o articulista, mestiça é igual a crioula. Ele faz questão de usar certas palavras de origem africana para dar mais ambiente ao episódio narrado. Entende-se que tais palavras deveriam ser utilizadas no cotidiano.

Quando ao centro da narrativa, com certeza não se tratava de um "samba" apenas, isto é, de promoção de música para dançar, mas sim de um ritual religioso. A descrição da incorporação é típico. As pessoas presentes colocadas em círculo, os revoltos da moça, a luta dos rapazes e a dispersão após os cumprimentos de todos.

Um aspecto que se deseja comentar é a vinculação que o articulista faz entre crioulos, mestiços, caboclos, etc. e malandros. Outro aspecto é o que denuncia a total desinformação do articulista sobre o que presenciara, e que denuncia também a visão distorcida da realidade religiosa dos negros, além do fato dessa visão estar impregnada do preconceito piedoso que caracteriza a postura católica em relação às religiões de origem africanas e indígenas.

Finalmente, em relação ao artigo em foco, destaca-se a insistência do autor em afirmar sempre o caráter de "feitiçaria" do caso e de "feiticeira" daquela que, pensa-se, era a chefe do terreiro.

Em 1912 aparecem notícias sobre feitiçarias nas quais nota-se perfeitamente o objetivo especificamente racista de atingir as religiões negras. Os casos mais completos nesses aspectos são dois. Primeiro, após denúncia "confirmada", foram pedidas providências à polícia para acabar com certas feitiçarias. Esses pedidos são acompanhados de uma carta enviada por um popular que aconselha o jornal a não classificar todos "Centros Espíritos" de feiticeiros e acusa de feitiçaria os "pais de mesa" e os "chefes de candomblé" (89). Segundo, foram pedidas providências à polícia para evitar que "Campinas crie fama nos anais da medicina africana" e o "grande número dos que procuram esta cidade para se receitarem aos discípulos inspirados do deus Xangô". Além disso, era comum procurar relacionar charlatanismo, feitiçarias, medicina africana e prostituição como sendo componentes de uma mesma situação e circunstância de vida dos negros. (90)

Nessa perspectiva são percebidas as ações repressivas de fevereiro de 1926, em que, os moradores da rua Carlos Freire nº 28 foram presos por causa de "bataques e benzimentos". A prisão foi feita com 2 carros de polícia que "visitaram" o cortiço e prenderam as 5 pessoas responsáveis, isto é, o pai e quatro filhos, todos pretos, "exceto a mãe que era branca". Foram encontrados e apreendidos muitos objetos como "raízes, couros, cascas, ervas, chifres, ossos, velas, pês e mil e uma bugingangas".

"Cortiço é infeccionado, sem luz e sem asseio, onde moram diversas pessoas e existem camas avulsas" (91).

Foram encontrados lá muitos nomes de pessoas da sociedade campineira com seus respectivos pedidos em bilhetes, cartas e papéis e referências de outras "casas de mandinga". Tal fato denuncia que parte da sociedade acredita e utiliza-se dessas "casas".

Anuncia-se a destruição do "conga" dessa família chamada Paula Correia e uma rigorosa caçada às outras casas já listadas. Um mês depois a família mudou-se para São Paulo.

Ainda nesse mesmo fevereiro um "novo profeta escuro" ia ser procurado pela polícia em consequência de uma queixa formada. (92)

Os curandeiros constituem outra categoria de religio

sos perseguidos. Aparecem pela primeira vez, como notícia, em 1916 quando foi publicado, no Diário do Povo, uma crônica satirizando a atuação de um mulato com grande fama de curandeiro. Na crônica diz-se que ele usa "agulhas de saco, besouros, bico de tucano, folhas de sabugueiro, pó de gato" (93). Pode-se ter uma idéia de sua importância pela ação da comissão sanitária que sugere publicamente que os curandeiros fossem presos, multados e processados. (94)

Aliás o caráter racista de ação contra as religiões negros fica definitivamente explicitado com os dois longos artigos do Gazeta de Campinas nos quais não se admite que "façam sacrifícios a um deus africano no pagode de um certo pai Joaquim que soubera conservar um prestígio religioso transplantado da Senzala. Religião que eles (os negros) não conhecem", "infiltram no cérebro dentro dos ignorantes revelações que levam ao desequilíbrio mental.

Não procurem ver os que têm preconcebidas intenções, campanha ou grito contra qualquer religião.

Toda seita merece o respeito... porém essa dos pretos que a polícia tome providências" (95).

O jogo de búzios é outra atividade bastante perseguida e neste caso a denúncia e as "providências policiais" são simples. As informações mais completas sobre essas ocorrências limitam-se a notícias como esta do jornal Cidade de Campinas, em 1901: "por estarem jogando búzios na porteira da estrada do mata-douro, foram presos 6 homens e a preta Catarina Luiza de Jesus" (96); ou como esta outra do Diário do Povo que denuncia também um jogo de búzios que causa "grave escândalo aos passageiros" e envolve uma "malta de vagabundos" (97).

Tem-se então que na religião dois aspectos podem ser destacados: o primeiro é a repressão às manifestações religiosas e; o segundo é o aspecto da convivência, isto é, certos brancos, de certo modo, aceitam e às vezes até participam.

5. OS DESVALIDOS

Aqui se pretende dar uma descrição da situação da mendigância e vadiagem, bem como das providências que se toma em relação a estes problemas, considerando a legislação, a ação penal policial e a assistência caritativa. Destaca-se a situação da população negra nesse quadro.

5.1. Mendigos e Vagabundos

A preocupação em controlar e disciplinar mendigos e vagabundos foi uma constante. O Diário de Campinas. Passados apenas 16 dias da lei de 13 de maio, em editorial, pede a representação à vadiagem destacando a necessidade de se dar tratamento especial aos libertos considerando sua classificação em: a) "diligentes" e b) "desidiosos e indolentes". Para isso, orientava no sentido de se aplicar o artigo 295 e seus parágrafos do Código Criminal, podendo-se dessa forma, caçar e prender legalmente os tais indolentes e indolentes lá previstos. Também o Código Penal já era utilizado para justificar as ações específicas da polícia contra mendigos, vadios, bêbados, jogos de loterias, rifas e apostas. (98).

Em 1889 um pároco da Igreja Católica de Campinas convenceu a polícia local de instituir um tipo de atestado médico para todos aqueles que, após exame, fossem reconhecidos como mendigos, ao que recebiam então uma placa numerada com o número correspondente à sua ficha nos arquivos da polícia. Tal idéia pretendia evitar a mendicância de falsos incapacitados.

Instituída a idéia da placa, foi feita uma intimação a 25 mendigos conhecidos para que passassem por uma triagem da qual o próprio Major Mendes, o delegado, participou como examinador. Dessa triagem, 12 foram considerados mendigos e receberam as placas de licença e aos outros 13 foi dada ordem de em 24 horas acharem ocupação. Assim estes últimos passaram a ser considerados falsos mendigos, isto é, vagabundos.

As placas, com o decorrer do tempo, tornam-se disputadas por número cada vez maior de pessoas. Alguns mendigos vendiam ou alugavam suas placas, que funcionavam como certificados da condição de mendigo, garantia-lhes a livre circulação, lhes abria as portas de hospitais e instituições de caridade como o Asilo dos Inválidos criado em 1906 para atender os casos mais graves, e ainda lhes davam direito à partilha do dinheiro arrecado pelo serviço de caridade pública que recebia as esmolas dadas pelos fiéis, bondosos e políticos.

Apesar da idéia inicial das placas ter sido evitar as cenas horríveis de mendigos famintos e doentes pelas ruas, houve casos como de um mendigo preto que apodreceu numa rua central da cidade. (99)

As placas eram renovadas periodicamente e em 1902 estas passaram a ser de metal branco, em substituição às antigas de metal vermelho, já imprestáveis para o uso.

A substituição também visara atualizar e regulari-

zar o serviço de mendicidade. Assim em 1902, Campinas tinha, devidamente registrados, 44 mendigos, incluindo até a Maria Candelária Gomes de Moraes, madrinha preta do maestro Carlos Gomes. (100) Des- ses 44, o mais novo tinha 42 anos e o mais velho 90. (101) Esta era, inclusive, a média de idade dos mendigos negros desde 1888. A par- tir da primeira metade da década de 1900 essa média passa a ser de 60 anos, quando também diminui o número de mendigos de origem afri- cana e aparecem muitos baianos. (102)

Após as "caçadas" aos vagabundos, isto é, mendigos sem placas, faziam-se novas triagens. Dessa forma, alguns reinci- dentes tornavam-se conhecidos e punidos com um enérgico "sabão" , isto é, repreensão verbal, ou com prisão por alguns dias indeter- minados a depender de conjunturas diversas determinadas pelos de- legados ou pela comissão de triagem.

Entretanto as queixas contra os falsos mendigos e ram abundantes, de tal forma que mendigos e vagabundos constitui- am duas categorias muito semelhantes, uma permitida e protegida pre- cariamente e a outra perseguida sistematicamente. (103)

Dá-se aqui uma indicação do número de prisões por vagabundagem em meses que tais dados foram publicados:

Ano Mês	1891	1892	1894	1895	1899	1901	1902	1905
janeiro					12			
março	11							
abril								15
junho			08					
julho		10						
setembro								
outubro				42				
novembro						17	15	

FONTE: Diário de Campinas e Cidade de Campinas nas datas referidas

Por outro lado, o próprio Cidade de Campinas dizia que a polícia nada fazia para debelar a vadiagem, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, acrescentava que a média mensal de vadi- os presos em 1904 era de 72 pessoas e que a média mensal de 1905 era de 153 pessoas. Isso, na realidade, demonstrava um aumento no

número de prisões por vadiagem.

Havia também a vagabundagem específica das mulheres de "vida fácil", prostitutas, que "nessas condições são piores que os homens". Constituindo motivo de muitos pedidos à polícia para que tomem as providências cabíveis com base em numerosas denúncias de casas suspeitas de funcionarem como prostíbulos espalhados pela cidade. (104)

A partir de 1906, com a criação do Asilo de Inválidos, foi decretado o fim da mendicância na rua e todos encontrados passaram a ser perseguidos como vagabundos sob o argumento de que se fossem mendigos estariam no asilo.

A contradição é muito bem colocada pelo Cidade de Campinas no artigo "Vagabundos e Mendigos" onde se lê: "A alma cam pineira condeu-se desses desafortunados... Feito o Asilo não ha via motivos para continuarem nas ruas... a população dava agasalhos e o conforto de que careciam e uma lei justa e racional...

... tormenta que se julgava passada, surge de novo ... É necessário... cumprir a lei. É forçoso mostrar-lhes o sombrio das prisões... aplicando-se contra eles o rigor do código e a severidade dos regulamentos policiais...

... Não façam letra morta da lei, executem-na e assim esses dois males deixarão de posar sobre nossa sociedade " (105).

São muitos os artigos pedindo à polícia providências contra a prática da mendicância que aumenta notadamente a partir de 1890, possivelmente em decorrência da abolição da escravidão. Com eles cresce o número também de desocupados e desempregados. A estação ferroviária é uma das regiões onde se concentram, fazendo ponto. Às vezes jogam cartas, brincam, etc, esperando a chegada do trem e com isso a possibilidade de alguns dinheiros. Mas de trem chegam também mais outros desempregados e mendigos de outros municípios, e logo seu número aumenta provocando irados protestos nos jornais locais.(106)

A estação ferroviária passou a ser uma área de ação policial constante, tendo sido até baixada uma portaria proibindo pretos e pretas de estacionarem na região e em frente às casas comerciais, sob alegação de que não esperavam trabalho, mas sim promoviam arruaças e impediam a circulação das famílias.(107)

Embora o combate aos desocupados continuasse por vários anos, as famílias e os jornais estavam sempre reclamando contra o seu aumento, de forma que ainda em 1901, em vista disso a polícia resolve fazer uma operação de "prender diversos pretos

e pretas desocupadas que andam pelas esquinas embriagadas e detê-los no xadrez". Procurando-se, assim, atender aos apelos.

"O Dr. delegado está resolvido a proceder com toda energia no sentido de por paradeiro à vagabundagem que se está alastrando nesta cidade" (108).

Mesmo assim ainda em duas outras ocasiões, especialmente, o número de mendigos aumentou. Primeiro, em 1904 quando foi criado o asilo de mendigos de Santos e todos os sobrantes que não podiam lá ficar, foram considerados vagabundos e expulsos daquela cidade, migrando para Campinas e São Paulo. A segunda ocasião foi em 1910 quando, em vista da chegada de imigrantes, ocorreram substituições de trabalhadores nas fazendas de Campinas e muitos negros ficaram desempregados, aumentando o número de desocupados no centro urbano.

O ano de 1907 parece que foi dedicado pelo Cidade de Campinas ao vagabundo, chegando mesmo a defini-lo como: pessoas que "pelas esquinas dia e noite permanecem, de ambos os sexos, se comprazem em dar espetáculos triste aos transeuntes, soltando improperios, dificultando o trânsito, armando brigas e exibindo cenas de alcoolismo" (109).

A idéia de vagabundo era ligada à de vadio, sendo que às vezes essas palavras eram utilizadas como sinônimos. Mas em geral, vagabundo tinha uma conotação mais grave.

Para o juris-consulto Duarte de Azevedo, comentando os artigos do Código Penal sobre "vadios e capoeiros", existiam duas categorias:

1. "vagabundos, com ausência de domicílio certo, sem meios de subsistência, sem ofício ou profissão, caracteres a que se deve acrescentar o propósito de viverem desse modo, sem procurarem trabalho ou recusando o trabalho oferecido".

2. "...os que provem a sua subsistência com ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes".

Para Duarte Azevedo, mesmo que tivesse domicílio certo, o acusado de vadiagem, podia e deveria ser processado, além de ter que assinar o "termo de bem viver"(110).

Preocupado com o número de vadios, o Dr. Bandeira de Mello, Delegado de Polícia em 1910, fez muitas caças.(111)

Cidade de Campinas inclusive definiu a imagem do vagabundo num artigo intitulado "Pretos Vagabundos" dizendo que "todas as noites reúnem-se nos botequins da rua Conceição, no tre-

cho compreendido entre as ruas Francisco Glicério e Barão de Jaquara, uma malta de pretos vagabundos que embriagando-se cometem toda sorte de tropelias.

Por aquele trecho não podem transitar senhoras que na sua passagem se vêem obrigadas a presenciar cenas escandalosas além de um sem número de provocações e às vezes pequenas desordens".

Ontem à noite, dois pretos divertiam-se em frente a um dos botequins daquele trecho no jogo de capoeiragem provocando um ajuntamento de desocupados e impedindo o trânsito".

"Dois policiais avisados do ocorrido efetuaram a prisão dos capoeiras levando-os para o xilindrô onde pernoitaram".

"Convém que o trecho referido seja policiado rigorosamente para se evitar cenas dessa natureza" (112).

Conforme o Diário do Povo, em 1920 a média de pessoas presas por cada uma dessas caças foi de 20. (113) Dois anos depois a Gazeta de Campinas julgou que uma média de 18 pessoas presas nestas caças indicava que a vagabundagem estava aumentando. Em vista disso sugeria o estabelecimento do trabalho forçado na lavoura para os condenados por este crime. (114)

Em agosto, ainda de 1923, noutras caças, também chamadas na época de "canoas policiais" foram presas em média 20 pessoas, por vagabundagem. (115) Aliás, em outubro desse 1923, o artigo "Contra a Vagabundagem" dizia ainda mais claro que "A polícia está agindo contra as pretas desocupadas.

Mais uma campanha feliz iniciou a polícia local... hostilidade contra as pretas sem ocupação.

... percorreram vários cortiços prendendo mulheres ali residentes...

O resultado dessa campanha será de benefício para as donas de casa que lutam com a falta de empregadas de cor de Campinas com um aparelhamento completo em matéria de sociedade como se pode verificar" (116).

As "caças" continuaram e as prisões também. "Nos botequins, suspeitos e vagabundos são presos" e a "vadiagem vira profissão" (117).

Apesar de todo combate à vagabundagem e mendicância, a Festa dos Veteranos da Guerra do Paraguai, em 1925, foi feita para os mendigos, "heróis de ontem" (118). Diário do Povo continua pedindo providências até 1925. (119) E Gazeta de Campinas diz que em

1926 o número de mendigos é "cada vez maior" (120).

5.2. Enfermos Abandonados; Loucos e Prostituição

Nos jornais frequentemente haviam notícias de negros enfermos presos ou mortos. Das 154 pretas presas por estarem doentes abandonadas nas ruas da cidade de Campinas, entre 1888 e 1910, nenhuma tinha menos de 16 e nenhuma mais de 27 anos. Depois de recolhidas ao xadrez para triagem, eram mandadas para a Santa Casa de Misericórdia ou para o Asilo de Inválidos, quando não ficavam na cadeia ou eram logo liberadas. Também algumas pessoas requeriam seus trabalhos o que lhes facilitava a saída da cadeia ou o recebimento de alta da Santa Casa ou do Asilo mesmo sem estarem recuperadas.

Os pretos doentes e abandonados, em geral vindos das fazendas próximas ou do interior, morriam pelas ruas sem assistência médica. Aqueles que tinham conseguido a placa numerada de mendigo e morriam com ela podiam ser identificados. Entretanto, na maioria, as notícias diziam apenas "preto enfermo... morreu... na rua...", em cinco ou dez palavras. (121)

No que se refere aos loucos, a postura dos jornais era bastante moralista porque aqueles quase sempre acabavam ficando nus em público, fato que constituia vergonha moral e atentado ao pudor público. Alguns inofensivos eram motivo de chacota por parte de adultos e crianças. Outros com suas brincadeiras e maluquices perturbavam os transeuntes, as famílias ou autoridades policiais que nas tentativas de removê-los acabavam provocando acidentes fatais, ferimentos, espancamentos, prisões e até mesmo linchamento com participação de praças e populares. (122)

As casas de prostituição não se confundiam com os cortiços. Estes são, geralmente, mais caracterizados pela sua especificidade, ou seja, conjunto de pequenos cômodos com alta densidade demográfica e péssimas condições, embora muitas prostitutas também morassem em cortiços. Em 1895, o Diário de Campinas pediu que a prostituição fosse restringida a apenas uma região e não espalhada por todas ruas, para não prejudicar as famílias que não queriam morar vizinhas a estas mulheres. (123) Este fato, combinado às diversas prisões de mulheres que moravam juntas ou sozinhas, parece indicar que as casas de prostituição eram, apenas, casas que receberam essa classificação em vista das atividades ali desenvolvidas pelos moradores, e que as "zonas" de prostituição, isto é, áreas de concentração das prostitutas foram instituídas mais tarde como

forma de controle social e proteção da moral e pudor das "famílias".

Para as mulheres negras, a prostituição era sempre uma ameaça que as perseguia a cada minuto, da infância à morte. Tal afirmação apoia-se nas várias notícias de defloramento de crianças negras, criadas de casas de famílias.

5.3. A Caridade Pública

A pena dos pobres, velhos e enfermos também era tomada pela ação da polícia e das famílias bondosas, principalmente quando a pessoa era conhecida. Entretanto até velhos pretos ex-escravos, quando presos, eram roubados pelos soldados nas parcas moedas que conseguiam mendigando.

Foi em consequência da miséria, pobreza e velhice abandonada, que assolava a cidade de Campinas que se propagou a idéia de um asilo de mendicidade, em 1904.

Uma comissão de cidadãos campinenses foi formada para recolher e administrar os recursos destinados à criação do asilo de mendigos. Quando a notícia da criação do asilo chegou ao interior do Estado, as autoridades de Campinas tiveram bastante trabalho tentando impedir o desembarque nas estações ferroviárias locais de dezenas de loucos, mendigos, aleijados, etc, que chegavam das outras cidades em busca de uma vaga no tal asilo.

As autoridades campinenses tentaram, até na base do tiro, devolvê-los para seus lugares de origem.

Quando morreu o principal veiculador da idéia, Paulo Florence, a comissão continuou sua campanha até comprar a Chácara República por 35.000\$ mil réis, nela instalando o asilo que recebeu o nome do ilustre falecido. Apenas faltava construir instalações adequadas. Em fins de 1906 já estava funcionando e recebendo doações, com as quais mantinha uma média de 35 mulheres e 35 homens internados.

Movimento do Asilo dos Inválidos:

Mês e ano	Número de pessoas
03. 1914	121
09. 1915	154
03. 1917	159
04. 1917	150
01. 1918	151
02. 1918	153
03. 1920	137
10. 1920	124
01. 1924	145
03. 1924	146

Fonte: Diário do Povo nos meses referidos publicando relatórios da administração

O Albergue Noturno da Sociedade Amiga dos Pobres em 1924 e o Hospício de Dementes desde 1923, quando foi inaugurado, completaram o quadro da caridade oficial.

Conclui-se que logo após a lei de 13 de maio e em vista dela, autoridades de Campinas percebendo a migração de libertos sem trabalho, tentaram, através da repressão à vadiagem, combater e evitar a concentração deles nas áreas centrais da cidade. O artifício de controle e assistência dos casos mais graves de necessitados por incapacidade para o trabalho mostrou-se insuficiente dado o número crescente de mendigos e outros desvalidos que eram inclusive atraídos a Campinas oriundos de outros municípios. Mesmo a vigilância utilizada para impedir a chegada de mais desempregados e doentes não foi suficiente assim como não foi solução satisfatória a criação de asilo para mendigos.

O número de mendigos e desvalidos aumentava na medida em que a cidade crescia e parcela significativa deles era constituída de negros doentes, velhos, loucos ou somente desempregados.

NOTAS

1. Estas constatações foram resultante de amplo levantamento do uso dessas palavras nos diversos jornais campinenses do período, isto é, estas definições não foram colocadas de forma explícita mas foram deduzidas comparando as suas utilizações tendo em vista as situações, assuntos, enfoques e circunstâncias com que foram colocadas as notícias.
2. Único número encontrado. Ver imprensa negra.
3. FERRARA, Mírian Nicolau. A Imprensa Negra Paulista (1915-1963). Estudo Monográfico. Dissertação de Mestrado. Depto Ciências Sociais. FFLCH. USP. 1981. p. a58.
4. A grande imprensa do período é tão abundante nessas utilizações que seria um esforço inútil referenciar exemplos.
5. Diário do Povo 17.07.1914 e Comércio de Campinas 13.09.1919.
6. FERREIRA BARBOSA, Irene Maria. Socialização e Relações Raciais: um estudo de famílias negras em Campinas. mimeo. S.P. Tese de mestrado. Antropologia. USP. 1975.
7. Getulino 29.07.1923.
8. Diário de Campinas 18.05.1888, 19.01, 21.01, 17.06, 28.09 e 10.10.1890, 29.09 e 06.11.1891 e 30.09.1892. Todas essas referências juntas identificam historicamente as entidades respectivas.
9. Diário de Campinas 08.12.1891, 18.10, 31.12.1891, 12.05, 17.11, 21.06, 15.05.1892, 21.12.1893, 25.04.1894, 09.01.1897, 22.05.1897, 12.06.1898.
10. Idem 16.05.1895.
11. Comércio de Campinas 20.01.1913, 06.05.1909, 04.01.1912.
Diário do Povo 06.01.1918, 02.07.1918, 23.01.1920, 14.01.1921, 24.01.1922, 02.02.1923, 15.01.1924, 26.01.1924, 26.01.1924, 18.04.1924 e 20.02.1926.
Atas de Reuniões da Liga Humanitária dos Homens de Cor de 1916 a 1921
Atas de Reuniões da União da Juventude de 1901 a 1922.
Diário de Campinas 20.12.1900
12. Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da S.D.F. União da Juventude de 1901 a 1922
Diário de Campinas 06.08.1901
Atas de reuniões da Liga Humanitária H. Cor de 1916 a 1921

Comércio de Campinas 18.09.1909

Diário do Povo fevereiro 1917, 19.12.1922.

13. Diário do Povo 07.09.1912, 27.09.1914, 10.09.1915, 12.11.1916, 07.09.1920, 14.05.1922.

Comércio de Campinas 04.05.1909, 24.11.1913

Gazeta de Campinas 07.09.1921, 29.09.1922, 13.11.1922, 15.11.1925

Cidade de Campinas 28.09.1910, 04.12.1910.

14. Comércio de Campinas 13.05.1911

Diário do Povo 10.11.1912, 10.03.1914, 12.05.1914, 11.10.1919

Atas da Liga Hum. Homens de Cor 05.06.1916.

15. Diário do Povo 19.01.1917.

16. Comércio de Campinas 15.05.1912.

17. Os estatutos da Liga Humanitária tinham cláusula vedando a participação de branco na diretoria. Tal cláusula só foi eliminada numa reforma havida por força da lei Afonso Arinos em 1950 que a tornava ilegal, sob acusação de racismo invertido. Entretanto a Liga foi fundada por brancos e negros e visava cobrir a falta de assistência que era vedada aos negros por estatutos das entidades similares fundadas apenas por brancos ricos ou de classe média.

18. Diário do Povo 21.04.1915, 10.01.1917, 11.02.1917.

19. Atas de reuniões da Liga Humanitária dos Homens de Cor 05.06.1916

Diário de Campinas 21.01.1917.

20. Atas da Liga Humanitária dos Homens de Cor 05.06.1916

Atas da União da Juventude 21.03.1917.

21. Atas da Liga Humanitária dos Homens de Cor 06.11.1916 e 21.01.1917.

22. Diário do Povo 08.04.1917, 04.04.1918, 18.07.1918, 23.11.1921, 23.01.1923, 28.10.1923, 02.12.1922.

Gazeta de Campinas 22.05.1921

Atas de Reunião da Liga Humanitária dos Homens de Cor 1916 a 1921.

O Ponte Preta, time de futebol, fundado em Campinas em 11.08.1900 com o nome de Associação Atlética Ponte Preta, "numa afirmação então e ainda hoje para rara de plena cidadania por parte das camadas populares", não foi referenciado em nenhuma das fontes consultadas como uma importante agremiação atlética.

"Nos primeiros anos da Ponte..., negros recém-saídos da escola

vidão usavam solenemente camisas negras com gravatas branca como uniforme".

Citado pelo Diário do Povo 09.08.1985, comentando a passagem dos 85 anos do time.

23. Getulino outubro 1918

Atas da União da Juventude outubro 1918.

24. Diário do Povo 15.01.1918, 05.03.1918, 19.09.1918, 14.05.1922, 16.11.1922, 03.01.1924, 25.02.1920, 23.01.1920, 26.02.1920.

Atas da Liga Humanitária dos Homens de Cor 08.03.1920, 10.01.1922, 10.12.1928.

Atas da União da Juventude 27.02.1920, 10.01.1922 e 10.12.1928
Gazeta de Campinas 06.09.1922 e 10.11.1922.

25. Atas de reuniões da Liga Humanitária dos Homens de Cor de 1916 a 1921

Diário do Povo julho 1923.

26. Diário do Povo novembro 1919.

27. Getulino 24.08.1924.

28. Referindo-se a esta entidade e sua fundação Ferrara diz que "inicia-se nessa época um período de grande agitação em torno dos problemas do negro brasileiro. Discursos, conferências, artigos de todos os lados e por todos os meios via-se e sentia-se os elementos da raça negra num trabalho intenso de propaganda dos ideais da raça". (FERRARA, Miriam Nicolau. A Imprensa Negra Paulista...).

29. VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Senzala à Colônia. 1982, p. 436

30. Diário de Campinas 16 e 17.05.1888.

31. idem 13 e 16.05.1888.

32. idem 13.05.1896.

33. idem 13.05.1897.

34. idem 13.05.1898.

35. idem 13.05 e 07.12.1899.

36. idem 15, 17 e 18.05.1900.

37. idem 13 e 18.05.1901 e 13.05.1902.

38. Cidade de Campinas 13 e 16.05.1903.

39. idem 13.05.1905.

40. idem 14.05.1907.

41. Correio de Campinas 13.05.1908.

42. Comércio de Campinas 16.04, 13.05 e 20.07.1909. Infelizmente não se conseguiu descobrir a identidade real do articulista "Sirius", com certeza um pseudônimo.
43. Cidade de Campinas 17.04, 14.05, 08.08.1909 e 28.06.1910.
44. Comércio de Campinas 13.05.1913; 13.05.1919.
Diário do Povo 12.04, 13.05, 17.05.1914, 13.05.1915, 05.05, 13.05.1916; 13.05 15.05.1917.
45. Cidade de Campinas 13.05 e 15.05.1910.
46. Comércio de Campinas 13.05.1910.
47. Francisco Glicério era um tipo mulato claro, quase branco. Os brancos enaltecem o mulato para diminuir a importância da abolição.
48. Diário do Povo 13.05.1921.
49. Diário do Povo 12.05 e 13.05.1922.
50. Diário do Povo 13.05.1923 e
Gazeta de Campinas 13.05 e 26.09.1923.
51. Diário do Povo 13.05, 14.05.1924 e 13.05.1925 e
Gazeta de Campinas 27.04.1924 e 13.05.1925.
52. Getulino 13.05.1926 e
Diário do Povo 13.05.1926.
53. BRITO, Jolumá. História de Campinas. Edição do autor. 1975. 7º volume. p. 145.
54. Correio de Campinas 12.04.1908.
55. MARIANO, Júlio. "História da Imprensa em Campinas" in Monografia Histórica de Campinas. IBGE. 1972. pp. 301 a 314.
56. ERBOLATO, Mário L. "Diário do Povo. uma tradição em Campinas" in Monografia Histórica de Campinas. IBGE. Rio de Janeiro. 1952. pp. 315 a 328.
57. ERBOLATO, Mário L. idem p. 321.
58. HASENBALG, Carlos. Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil. RJ. 1978. p. 254 e 255.
59. BASTIDE, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. 1973. p.137.
60. Comércio de Campinas 16.05.1912.
61. Todos esses jornais foram citados pelo Getulino.
62. Getulino Ano I nº 1 29.07.1923.
63. Getulino "dá início a reivindicações que irão prosseguir até 1937, notadamente através da defesa da educação, contra o pre-conceito e algumas vezes, pela participação do negro na vida

social, política e econômica da sociedade brasileira" e "Este ideal de luta formado a partir do 'Getulino' irá ganhar força com a fundação em São Paulo do Jornal 'O Clarin da Alvorada' iniciando o segundo período da imprensa negra". FERRARA, Mírian Nicolau. A Imprensa Negra Paulista 1915-1963. Estudo Monográfico... pp. 53 e 183. Enquanto Mírian utiliza Getulino para marcar o início de um período na imprensa negra, aqui Getulino é utilizado para marcar o fim de uma fase histórica da organização negra campinense.

Reforçando a idéia de que Getulino marca um período organizativo há no Alvorada, jornal negro paulistano que circulou semanalmente entre 1945 e 1949, na edição de 13.05.1947, um artigo intitulado "Um capítulo de Nossas Lutas. História dos Nossos Periódicos (De 1916 a 1926)" que diz "... a idade áurea que bem concepciona o surgimento desse movimento (o nosso periodismo), teve o seu melhor aspecto a partir de 1924, pouco mais ou menos, época em que surgiu, em Campinas, com grande entusiasmo - o "Getulino", jornal negro..."

64. Getulino 05.08.1923.

65. idem 05.08.1923.

66. idem 08.06.1924.

67. idem 05.08.1923.

68. Getulino 02.03.1924.

69. BENEDETTI, Luiz Roberto. Os Santos Nômades e o ... p.108

70. SCARANO, Julita. 1976. p. 28 citado por Benedetti op. cit. p. 108.

71. Benedetti op. cit. p. 107.

72. GAFFRE, L. A. Visions du Brésil. Francisco Alves e Cia. Rio de Janeiro e Aillaud, Alves e Cia. Paris. 1972. pp. 221 à 230

73. BENEDETTI, Luiz Roberto. Os Santos Nômades e o ... p. 83 e BRITO, Jolumá. História... vol. 2. p. 19

74. Sebastião Gomes, trabalhador negro campinense nascido em 1898, aposentado da Cia Mogiana, ex-presidente da Irmandade de São Benedito, leitor do Getulino, em entrevista concedida ao grupo de estudantes negros da UNICAMP em janeiro de 1981.

75. Sobre o Colégio São Benedito há a referência de MARIANO, Júlio. "O ensino em Campinas na atualidade" in Monografia histórica de Campinas - IBGE.

Rio de Janeiro 1952 p. 422 onde se lê:

"Fundado a 15 de julho de 1902, no antigo e pitoresco prédio 109 da Rua Dr. Moraes Sales, este educandário, que se elevou em conceito e por largos anos mereceu a preferência das famílias campineiras, tem a crônica de sua existência resumida num só nome - o do seu fundador e único diretor - Professor FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA. Cidadão de cor preta, à frente de um estabelecimento de ensino mais ou menos ligado a uma entidade de homens de cor. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA fez do Colégio São Benedito uma escola-modelo, sem quaisquer resquícios exclusivistas de raça, tornando-o, com o correr do tempo, verdadeira comunidade de alunos pobres e alunos ricos, os pequenos de cor em número insignificante, por sinal.

A fama que ainda perdura do Professor FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA é a de conceituado educador. Um mestre talvez nos moldes da escola antiga, de métodos antiquados para a correção dos alunos rebeldes, mas todo ele dedicação ao seu Colégio e ao mister de bem ensinar. São testemunhas ainda hoje dessa dedicação as referências elogiosas de inúmeras pessoas, atuais chefes de família, que em sua meninice passaram pelas carteiras do velho Colégio São Benedito.

Estabelecimento de ensino primário, comercial e secundário, com preparatórios para ginásio e escola complementar, a lembrança que nos ficou do Colégio São Benedito é do seu funcionamento, durante trinta e cinco anos ininterruptos, no antigo 109 da rua Dr. Moraes Sales (hoje parcialmente demolido), no quarteirão formado pelas vias Boaventura do Amaral e Padre Vieira. Temos, no entanto, de 1912, uma referência ao funcionamento de uma sucursal da escola - seção suburbana - na Vila Industrial, à rua Alferes Raimundo, 21.

A existência regular do Colégio é assinalada até o ano de 1937. Falecendo no dia 21 de outubro de 1936, o velho Professor FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA, que sempre fôra absoluto em sua atuação no estabelecimento, deixou atrás de si uma herança de documentos confusos, para demanda de duas associações de homens de cor, que reclamaram em juízo, cada uma de per si, direito à posse do Colégio São Benedito, com o seu velho prédio e vasta área de terreno. E a tradicional escola, nesse ambiente de hostilidade, encerrou melancolicamente suas aulas e trancou definitivamente suas portas".

76. Cidade de Campinas 30.01.1906.

77. idem 20.07.1907.

78. Cidade de Campinas 26.04.1907.

79. idem 14.04.1909.
80. idem 17.03.1908.
81. idem nas datas citadas.
82. idem 26.06.1910.
83. idem 15.05.1901.
84. idem 05.06.1903.
85. idem 27.07.1909.
86. idem 28.02.1902.
87. idem 05.01.1908.
88. idem 19.06.1904.
89. Diário do Povo 23 e 24.09.1912.
90. idem 03.05 e 06.09.1924.
91. Gazeta de Campinas 24.02.1926.
92. idem 04.02.1926 e 24.02.1926.
Diário do Povo 25,26 e 27.02.1926.
93. idem 01.08.1916.
94. idem 02.08.1917.
95. Gazeta de Campinas 07 e 08.04.1924.
96. Cidade de Campinas 14.10.1901.
97. Diário do Povo 27.11.1913.
98. Diário de Campinas 08.11.1889.
99. Cidade de Campinas 31.12.1901.
100. idem 16.03.1902.
101. idem.
102. Diário de Campinas 21.08.1891 e 20.08.1889.
Cidade de Campinas 31.01.1902 e 18.05.1901.
103. Cidade de Campinas 22.07.1904, 18.05.1901, 25.05.1901, 30.10.
1907, 27.08.1907.
Diário de Campinas 08.11.1889, 06.08.1899.
104. Cidade de Campinas 05.06.1904, 09.12.1907, 31.12.1907.
105. idem 30.10.1907.
106. idem 22.07.1904.
107. Diário de Campinas 12.11.1897.
108. Cidade de Campinas 27.08.1901.

109. idem 19.01.1907.
110. idem 23.08.1907. Duarte Azevedo comentava o livro II, cap. XIII., artigos 341 e 399 combinados com os artigos 39, 304 e 374 do Código Penal.
111. idem 10.05.1910.
112. idem 20.12.1910.
113. Diário do Povo 24.03.1920.
114. Gazeta de Campinas 23 e 28.10.1922.
115. Diário do Povo 24.08.1923.
116. idem 30.10.1923. Contra essas caças Getulino fez muitos protestos.
117. idem 23.01.1924, 12.03.1924 e 04.01.1925.
118. Gazeta de Campinas 29.07.1925.
119. Diário do Povo 25.08.1925.
120. Gazeta de Campinas 23.02.1926.
121. Cidade de Campinas 07.03.1906.
122. Diário de Campinas 16.03.1898 e 30.06.1890.
123. idem 13.05.1895.

IV. TRABALHO

1. ASPECTOS GERAIS

Durante a segunda metade do século XIX, milhares de homens negros escravizados foram comprados e transferidos de outros estados para São Paulo onde foram colocados a trabalhar, principalmente, nas plantações de café. Campinas, neste processo, tornou-se grande centro produtor de café, enriqueceu e embelezou-se com base na exploração do trabalho dos negros escravizados. Toda essa riqueza ficou nas mãos dos senhores de café e dos intermediários comissários e comerciantes e de outros brancos que constituíam a elite de livres. Estes organizavam a vida da cidade de acordo com a satisfação de seus interesses, excluindo dessa forma muitos dos não brancos da participação dos benefícios resultantes da economia do café.

Tal situação ficava mais grave ainda na medida em que a partir da década de 1880 inicia-se o processo de imigração massiva de trabalhadores europeus.

A memória de Sebastião Gomes exemplifica também o caso de sua família, cujo pai migrante oriundo da Bahia "porque já nesses tempos lá eles já eram moço e não tinha serviço para trabalhar" na lavoura, tentou fixar-se como colono na região cafeeira de Campinas, porém foi obrigado a mudar de fazenda, passando por quatro fazendas diferentes até não encontrar mais emprego na lavoura e mudar-se para o centro da cidade. O motivo das mudanças de fazenda em fazenda era a negação dos proprietários em ter a família de Sebastião como colono.(1)

Não havia maiores explicações para a dispensa dos colonos, a não ser que o café já não dava mais e não era possível renovar o contrato de trabalho, que era sempre de um ano. Em determinado momento o pai de Sebastião já não conseguiu mais contrato de colono, a família se dispersou pelo casamento dos filhos. Ademais as ofertas de trabalho que surgiam como "camarada" não eram vantajosas comparadas ao contrato de colonato que possibilitava alguns ganhos relativos em alimentação produzidas nas ruas do cafezal.(2)

Contudo a questão persiste e quase sempre não fica bem explicada: Porque um número grande de pobres imigrantes brancos conseguiu melhorar de vida e a maioria dos trabalhadores negros continuou em situação não muito diferente da de escravo?

Uma explicação seria a de que, o homem negro foi

eliminado do processo de competição na oferta da força de trabalho livre, tendo que vendê-la, quando conseguia, por preço inferior ao pago ao branco, no mercado.

Em sua maioria, os trabalhadores negros, mestiços e mesmo alguns brancos, moravam em cortiços no centro da cidade de Campinas e muitos deles tinham vindo das regiões próximas de fazendas de café, onde tinham sido, juntamente com os pais, trabalhadores. Nas fazendas, conforme Sebastião Gomes, a vida tinha sido mais fácil pois se podia plantar nas ruas do cafezal e produzir-se alimentação para a família. Mas com a proibição de se plantar nas ruas do café, o terreno cedido para aquele fim, fora do cafezal, não era suficiente para produzir o necessário, exigindo uma complementação através da compra de produtos alimentares. Como os salários eram demasiadamente baixos e insuficientes para tais despesas, muitos colonos viam-se obrigados a abandonar as fazendas em busca de outros empregos cujos salários fossem mais atrativos e permitisse comprar a moradia, vestuário e alimentação.

Esse processo de eliminação e marginalização do homem negro do mercado de trabalho era feito através de mecanismos diversos e sutis. Tais mecanismos variavam desde projetos de leis discutidos no Congresso Nacional até ditos populares.

Ao fim do regime de exploração da força de trabalho pela escravidão, trabalhadores negros perdem suas áreas de trabalho.

Florestan Fernandes diz que o negro "esteve presente e assistiu a duas revoluções econômicas na história social do Estado de São Paulo", ou seja, a Revolução agrícola e a Revolução Burguesa. Nesta última "o negro só teve uma importância indireta, como agente humano do trabalho que permitia captação do excedente econômico que iria condicionar a constituição do complexo urbano-comercial de São Paulo e dinamizar o desenvolvimento do capitalismo comercial como realidade econômica interna. Não obstante, o negro ficou à margem desse processo histórico-social, cujos heróis, no Estado de São Paulo, foram o fazendeiro de café e o imigrante. Também ficou à margem dos proventos dessa revolução econômica, social e cultural, da qual só iria tirar algum proveito de modo muito tardio, quando o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial passavam a mobilizar intensamente a reserva de trabalho existente na sociedade nacional, portanto depois das décadas de 1920 e 1930".

Fernandes afirma também que "o trabalho escravo foi explorado pelos paulistas de modo mais eficiente e sistemáti-

co. Isso não melhorou a condição do seu agente de trabalho e teve conseqüências insignificantes para o seu destino, quando se tornou 'liberto' ou 'cidadão'. O mundo que surgiria posteriormente, em função do crescimento urbano-industrial e comercial, não corrigiria essa situação; para que ele viesse a contar, para o 'negro' e o 'mulato', era preciso que estes se transformassem previamente, assimilando atitudes e comportamentos do homem da cidade da era do trabalho livre e do capitalismo. Daí o quadro desolador, que cerca a desagregação do sistema servil e a formação da ordem social competitiva. O negro e o mulato, postos à margem, atravessam um duro período de desorganização social, de apatia e de desmoralização coletiva. Os processos descritos dizem respeito à cidade de São Paulo, mas certos informantes afirmam que, em escala variável, as coisas se passaram do mesmo modo em outras cidades, como Campinas, Santos, etc".

Examinando o período após 1888, o autor ainda insiste que "a Abolição ocorreu em condições que foram verdadeiramente 'expoliativas', do ponto de vista da situação de interesses dos negros. Estes perderam o único ponto de referência que os associava ativamente à nossa economia e à nossa vida social. Em conseqüência, viram-se convertidos em 'párias' da cidade, formando o grosso da população dependente de São Paulo nos três primeiros decênios do nosso século". Esses fatos foram descritos por vários viajantes e estudiosos, tendo merecido análise mais completa por parte de Bastide e do sociólogo norte-americano Lowrie. Para participar das garantias e dos direitos sociais, consagrados por nosso sistema de vida, os negros tiveram que desenvolver um esforço próprio de auto-educação e de auto-esclarecimento, em escala coletiva.

Quando Florestan Fernandes escreve junto com Roger Bastide o artigo "Do Escravo ao Cidadão", eles sintetizam toda a questão da abolição do ponto de vista negro, isto é, dos interesses dos negros tal e qual eles, os sociólogos, percebiam do processo histórico, colocando que

"O panorama econômico nacional se modifica de tal modo (no último quartel do século XIX), que o eixo da economia agrícola se desloca do norte para o sul do país (para as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), as quais acabariam conhecidas como as províncias negreiras da Nação.

A lei de 13 de maio generalizou esse impulso (de abandonar as antigas ocupações) no seio da população ex-escrava, levando-a às zonas em que a desorganização do trabalho escravo

não se processara tão intensamente e provocando novos movimentos de evasão coletiva para as cidades. Em consequência, o regime de trabalho que se construía através da escravidão ruía completamente... Passados os momentos da 'loucura da liberdade' muitos dos libertos pretenderam retornar às antigas fazendas. Onde se se_nhores não dispunham de outra mão-de-obra, eles foram readmitidos, na condição de assalariados. Nas regiões em que viviam muitos imi_gigrantes, porém, os senhores replicaram altivamente, chocados com a 'negra ingratidão' dos ex-escravos: repeliram-nos, acabando de substituí-los por trabalhadores brancos. Pequeno foi o número dos fazendeiros que souberam relegar seus sentimentos pessoais para segundo plano e que se esforçaram para orientar as transformações do regime de trabalho de modo a garantir aos seus ex-escravos uma situação de relativa segurança e estabilidade econômica" (3).

Foi somente após a guerra de 1914-1918 que o negro tomou consciência da sua condição. Primeiro, contra o inimi_grate que, tendo chegado ao Brasil tão pobre como ele, conseguiu subir na escala social, enquanto ele permaneceu embaixo. E também sob a influência dos partidos socialista e comunista que faziam uma propaganda ativa entre o proletariado de cor. Ao mesmo tempo, o movimento modernista descobriu a estética africana e con_{tr}ibuiu assim para que o negro se sentisse orgulhoso de suas origens; não se deve esquecer, com efeito, que o movimento modernista nasceu em São Paulo" (4).

Conforme a "Carta aos Libertos", editorial do Diário de Campinas, "é sabido que após a lei de libertação dos ca_tivos, aqueles a quem ela beneficiou têm em grande maioria mostra_do quão dignos eram do gozo da liberdade que lhes foi autorizada, não abandonando seus antigos hábitos de trabalho e continuando nos estabelecimentos em que até então estiveram ou então passando a outros, sem contudo entregarem-se à vadiagem e ao vício que sem_pre decorre, assim como o crime, da ociosidade".

A "Carta" diz ainda que "nem todos porém seguiram a mesma norma de conduta e alguns houve e ainda há os que preferi_ram seguir a errada trilha em que só encontrarão dissabores, o desprezo público, a miséria e a repressão legal, quando pelas ne_{cess}idades imperiosas da existência sejam levados a apropriar-se do alheio, em vez de nobremente conquistarem meios de subsistên_{cia} pelo próprio esforço".

Por fim, destaca-se que para esses últimos, "que vivem transviados da virtude e dos deveres sociais e aos quais se depara com o único futuro o fundo lóbrego dos cárceres, deve seguir o exemplo de seus ex-companheiros de infortúnio, afatigan-

do-se na procura do bem estar pelos meios lícitos e mourejando um nascer ou por do sol para adquirirem as comodidades e os gozos de que se desejam cercar e à família que constituíram" (5).

Por este documento vê-se então que muitos negros não abandonaram o hábito de trabalhar e não entregaram-se ao vício e ócio. O documento entretanto não esclarece a causa que levou outros negros a viverem transviados. Isto é, não ocorreu a tão divulgada "loucura da liberdade". De qualquer forma os negros que não obtiveram mais empregos após a abolição, foram levados à marginalidade porque foram substituídos por brancos.

Durante o período estudado, verificou-se que os trabalhadores em obras e manutenção de serviços públicos, bem como em obras e manutenção das estradas de ferro, eram, em sua maioria, negros. Eles realizaram ou participaram de diversas greves das quais aqui são destacadas as das estradas de ferro que tiveram maior repercussão no seu meio. Neste caso podem ser colocadas: a greve dos trabalhadores da Mogiana em 1894; a dos maquinistas da Paulita em 1896; a geral dos trabalhadores da Paulista e Mogiana que envolveu todas as estações e teve apoio de várias categorias profissionais não diretamente ligadas às estradas de ferro, em 1906; a da Mogiana em 1920; e da Paulista em 1925.

Em geral, estas greves tiveram como principais reivindicações a jornada de trabalho de 8 horas e pagamento em dia. Os grevistas reclamavam também contra arbitrariedades de chefes de setores, contra o empreguismo de afilhados de chefes em detrimento e demissões de operários capazes e exemplares e contra a corrupção nas entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Todas essas greves sofreram repressão violenta da polícia, exceto a de 1906, porque o delegado de Jundiaí negou-se a iniciar os primeiros atos de repressão solicitados. Seus resultados foram, geralmente, pequenos "uma ou outra ligeira e isolada concessão, aqui e ali, em empreendimentos de caráter provisório..." (6).

De modo mais geral, as ofertas de trabalhos aos negros se faziam nos locais de maior insalubridade e para serviços cujos pagamentos eram mais baixos, conforme Getulino denunciou em diversas ocasiões: em 26.08.1923, diz que "o estrangeiro chega ao Brasil... põe-lhe a colher e o martelo na mão e dias depois ele é mestre e empreiteiro, está no primeiro plano, sendo preferido..." enquanto isso "o negro, por misericórdia, continua amassador de barro, carregador de caçambas"; em 09.09.1923, destacou que uma fábrica têxtil de Campinas impediu a entrada de operárias negras

inicialmente mas depois passa a empregar algumas nas atividades mais insalubres; em 11.11.1923, protestou contra a campanha policial feita contra mulheres nos cortiços objetivando prender algumas e oferecê-las como trabalhadoras domésticas; em 09.12.1923 demonstrou sua indignação pelo fato de que a Cia de Bondes de Campinas recusou trabalhadores negros por falta de vagas, empregando brancos logo em seguida; em 21.09.1924 fez uma denúncia mais abrangente contra discriminação de negros no trabalho em fábricas que recusaram negros e citou o caso específico do Sr. Bernardo Viana, recusado em um emprego, para o qual estava habilitado, por causa da cor; em 28.09.1924 denunciou que os negros estavam sendo aliçados do trabalho nas grandes e pequenas cidades do interior paulista; em 05.10.1924 destacou que poucos negros conseguiam trabalho no comércio, nas indústrias e nas repartições públicas. Acrescentando "é que os brancos, como se houvesse um tácito acordo nesse sentido, os vão expulsando..." e ainda mais outro caso de cidadão negro, Joaquim Brandão Costa, recusado também em trabalho por causa da cor; e em 05.10.1924 reforçou a denúncia de que negros estavam sendo discriminados no trabalho e perdendo empregos.

2. TENTATIVAS DE ORGANIZAR O TRABALHO APÓS A ABOLIÇÃO

Imediatamente após a lei de 13 de maio de 1888 uma das preocupações maiores da sociedade campinense era exatamente a questão do trabalho, isto é, da força de trabalho, pois a partir de então, por um lado, deixava de existir o trabalhador escravizado e, por outro, formavam-se as novas relações sociais e as novas relações de trabalho para os ex-escravos. Baseando-se no argumento de alguns proprietários que a lavoura, principalmente, sofreria a falta de braços, se não fosse levada ao colapso, surge a idéia de se criar agências de trabalho em vilas e cidades, visando, em princípio, atender as necessidades da área rural. (7)

Essas agências deveriam estar em correspondência com a Sociedade Promotora da Imigração a fim de agilizarem informações sobre oferta e demanda de força de trabalho.

Os libertos, por essa idéia, para conseguir trabalho, em hipótese, bastariam ir até a agência tomar informações sobre as ofertas de trabalho.

O Diário de Campinas foi contra a idéia de promover o recrutamento forçado com o objetivo de garantir a tranquilidade do processo de passagem do escravismo ao trabalho livre: "Entre outras medidas que têm sido lembradas para impedir que os

libertos abandonem o trabalho rural e se entreguem à ociosidade, figura a de fazer vigorar a lei do recrutamento forçado, mandando servir no exército todos aqueles indivíduos que não tenham ocupação certa e definidas, do qual passam haver honestamente os meios de subsistência.

Devemos todos ter o máximo empenho em aqueles que acabam de adquirir a sua liberdade e em geral todos os cidadãos válidos utilmente a sua atividade, apliquem a sua inteligência ou o esforço de seus braços a qualquer trabalho proveitoso e digno de ser exercido, porém entendamos que o meio acima indicado é talvez o menos próprio para tal fim" (8).

Nesse sentido, o Diário de Campinas assegura que "toda a boa vontade dos legisladores jamais poderá ser bastante eficaz nesta questão do trabalho, se o bom senso dos lavradores não lhes ditar primeiro as leis que devam escrupulosamente seguir, para terem bons trabalhadores e para manterem os seus estabelecimentos na melhor ordem.

Não é com leis opressivas que se pode compelir o liberto a ser diligente, e já temos disso exemplo muito frisante...

Ao governo cabe reprimir, pelos meios ao seu alcance o incremento da vagabundagem... aos lavradores, que têm todo o interesse na perfeita regularidade dos serviços rurais cumpre ter bem presente que é findo o regime servil e que nunca encontrarão quem os auxilie se não resolverem a modificar os antigos hábitos, adquiridos quando o cativo existia.

... O bom patrão faz em grande parte o bom empregado, assim como que o mau patrão faz o mau empregado.

... O rigor excessivo gera a má vontade e o desgosto entre os trabalhadores e a demasiada complacência traz o relaxamento e a desordem".

Desta forma fica claro que a idéia do recrutamento forçado teve seus opositores. Estes são, entretanto, não para proteção à liberdade do indivíduo, do cidadão, mas sim para evitar que as forças públicas fossem contaminadas pela degenerescência característica daqueles sobre os quais recairia o recrutamento, isto é, os "vadios", "vagabundos", "mendigos", "ociosos", etc. Em geral, a crítica ao recrutamento forçado para formação dos quadros das forças militares, seguia a proposta de que os "vadios" fossem enviados para colônias penais agrícolas: "nenhuma conveniência resulta para o país de manter em tempo de paz um exército

numeroso; ao contrário, somente lhe resultariam males, pela despesa a que a nação seria obrigada, despesa a que a nação seria obrigada, despesa toda uma pura perda, visto que o soldado apenas consome. Aceitar o recrutamento forçado para os vagabundos, é equivalente a trocar uma espécie de ociosidade por outra igualmente nociva pois que o indivíduo não iria adquirir o hábito de trabalho..."

A idéia das colônias agrícolas, enquanto forma de garantir a tranqüilidade da passagem do trabalho escravo ao livre, também visava atingir os negros. Tal idéia consistia em processar-se à coleta dos "vagabundos" e "vadios", para aproveitá-los "antes que o hábito da indolência, se apodere daqueles que até ao presente momento foram laboriosos, e que convém encaminhá-los para a verdadeira senda que devem trilhar..." (9).

Desta forma, findada a escravidão, os "vagabundos" ex-escravos, antes que se tornassem também vagabundos, seriam remetidos para colônias agrícolas, "bem administradas", "longe do contato com criminosos". Haveriam colônias, ainda mais longe, nas fronteiras agrícolas para os "vadios reincidentes". Os fazendeiros, quando necessitassem braços, iriam então fazendo suas solicitações nestes viveiros de trabalhadores. (10)

Nenhuma dessas idéias se tornou política oficial mas elas foram bastante discutidas entre os fazendeiros e as atitudes que embasaram estes projetos ficaram condicionando o tratamento dado ao ex-escravo e ao "vagabundo", pela sociedade empresarial.

O Diário de Campinas de maio de 1893 manifestou sua preocupação em relação a uma possível "imigração negra" para o Brasil diante de notícias de que emissários do governo norte-americano teriam consultado países sul-americanos sobre as possibilidades destes receberem emigrantes negros. Embora o jornal não se manifestasse claramente contra, o artigo evidentemente demonstrava o temor a tal possibilidade. Anos mais tarde um outro artigo rejeitava a possibilidade de imigração de negros norte-americanos dizendo: "É de se prever que surjam na República, dificuldades políticas e sociais com o desenvolvimento de uma classe média entre a população negra, capaz de lhe dar um chefe efetivo, e que não serão maiores as resultantes do contínuo crescimento relativo em certos estados de uma massa de mourejadores pretos..." (11):

Esta preocupação fundava-se em notícias que afirma

vam um relativo desempenho de famílias negras dos EUA que tendo economizado dinheiro, enfrentaram a liberdade com sucesso e notícias que falavam do sucesso de certos negros americanos em atividades como o comércio, o agenciamento de seguros e corretagem de serviços.

O jornal Diário de Campinas defendia o negro, era republicano, combatia a violência policial, mas revelava temor de que os negros pudessem vir a ser competidores fortes dos brancos em atividades importantes. Isto significa que aquele jornal via o negro como um pobre coitado. Tinha-se pena dele, reclamava-se para ele melhores condições de vida, desde que essas não afetassem as relações de poder e sua continuidade na condição de inferiorizado de dependente dos brancos.

A atitude de campinenses para com os asiáticos não era diferente. Em 1888, a Sociedade Central do Imigrantes já havia publicado manifesto contra a introdução de trabalhadores asiáticos. No início de 1892 a Comissão de Finanças do Senado Federal também decidira da mesma forma. Mesmo assim, a imigração de asiáticos foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada como lei em outubro de 1892. Nesse ano então, em Campinas houve um intenso debate sobre a questão. As opiniões contra a imigração dos "chins" argumentavam que estes são "piores que judeus russos", são imorais, viciados, não respeitavam a família, tinham mau caráter, eram falsos, "incapazes de atividades mentais", dóceis e favoreciam a uma "nova escravidão". As posições favoráveis à vinda de asiáticos afirmavam que eles eram trabalhadores, honestos, dedicados e quebravam a "exclusividade da raça branca" e "ajudam a combater as greves constantes dos italianos". Os favoráveis à vinda de asiáticos foram fazendeiros que chegaram mesmo a enviar lista de abaixo assinado ao ideólogo racista Alfredo Ellis protestando contra suas opiniões, além de formarem a Comissão de Lavradores de Campinas que pedia a "entrada imediata" de 50 mil chineses no Estado. A argumentação oficial da "Mutualidade Agrícola", o órgão da Associação dos Lavradores de Campinas destinado a fazer a imigração dos chineses, era de que existia insuficiência de ex-escravos e imigrantes europeus e de que o "chinez" era mais apto e mais barato que qualquer outro. (12)

Acredita-se que isso demonstra que, na realidade, os chineses também estavam servindo de força de trabalho de segunda categoria, mesmo sendo defendidos pelos próprios fazendeiros que somente os queriam na medida em que serviriam como arma para diminuir o poder de luta de todos os trabalhadores em geral e principalmente dos italianos, tidos como os mais experientes nesse

campo. Quanto aos racistas, sua prática ficou evidente no episódio em que o Diário de Campinas anunciou oferta de emprego para tipógrafo em sua própria oficina e 2 candidatos que aparecem, foram recusados, merecendo até um artigo e uma nota de desprezo, pois são "crianças poderão dar serviço aos dois bonecos chineses"(13).

A política de formação de força de trabalho livre estava intimamente ligada à idéia de trabalhador branco. Os não brancos, negros e asiáticos, sobretudo, poderiam constituir uma mão-de-obra semi-livre, porque constituída de homens inferiores, sobre os quais era necessário exercer um controle rígido para mantê-los nessa posição.

3. RELAÇÕES RACIAIS E TRABALHO

Para Emília Viotti da Costa, a discussão sobre as relações raciais no Brasil avança quando, nas décadas de 50 e 60, "uma nova geração de cientistas sociais", "revisionistas", desmascaram a ideologia mítica da democracia racial.(14) Entre eles, são apontados como mais importantes, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Octávio Ianni, representando os brasileiros, e Marvin Harris, Carl Degler e Richard Morse, os norte-americanos.(15)

No meio da comunidade intelectual negra o debate tem avançado principalmente após a segunda metade da década de 70 em vista do processo de ascensão do movimento de reivindicações populares. Novos pensadores das relações raciais surgiram, alguns trazendo em si toda uma carga de luta prática, pela própria condição de serem negros, mesmo que suas opiniões sobre relações raciais quase nunca alcancem o destaque merecido. Este é o caso de Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e Joel Rufino.(16)

Não é intenção aqui fazer um quadro completo do processo de avanços do debate sobre relações raciais, mas apenas tomar alguns pontos de certos autores, sobre os quais deseja-se estabelecer pontos de partida para algumas reflexões críticas.

Florestan Fernandes marca os estudos das relações raciais no Brasil com uma vasta obra onde, juntamente com outros autores, desfaz o mito da democracia racial e procura dar interpretação de como ocorre A Integração do Negro na Sociedade de Classes. E faz suas interpretações de maneira que, se por um lado abre perspectivas - das quais pretendemos aproveitar -, por outro concretiza afirmações passíveis de críticas. Estas últimas devem

ser reelaboradas em termos do próprio avanço das discussões, onde as interpretações adquirem novos elementos introduzidos pelas pesquisas posteriores. à sua, e pela participação dos próprios negros nos debates.

Nesse sentido, em sua introdução ao capítulo primeiro: "O negro na emergência da sociedade de classes", surge a afirmação de que o homem negro, ao sair da ordem escravista, não dispunha de meios materiais e morais para dar conta de si e de seus descendentes nos quadros de uma economia competitiva. (17)

A questão fundamental é colocada em termos de que os negros estavam despreparados para o modo de exploração da força de trabalho livre e, que os imigrantes eram mais afeitos ao novo regime de trabalho. Daí, na seqüência, ele coloca a idéia de "abandono" do negro pelas classes dominantes, isto é, o homem negro, meio homem, porque ex-escravo, foi abandonado ao fim da escravidão e assim "desprotegido", se degrada e fica nos estratos inferiores da estrutura social capitalista, para ele, nova.

Neste caso coloca-se o seguinte questionamento: Como é possível, através de pesquisa histórica-sociológica, determinar a deficiência moral de uma população? Moral não seria uma categoria ideológica, determinada pelas circunstâncias históricas dadas pelas visões dos dominadores sobre os dominados? Parece que o autor estava estendendo aos ex-cativos e livres de cor, um modelo comportamental que exprimisse o ideológico moral dos ex-senhores e posteriores senhores-patrões ou mesmo de todas as classes dominantes brancas, após o fim da escravidão.

De fato, esta forma de pensar desconsidera o homem negro enquanto tal, na sua relação com outros negros, enquanto grupo dominado e superexplorado, e o homem negro na relação com o grupo dominante branco, levando o autor, por várias vezes, a aceitar a existência de uma suposta incapacidade moral-social do homem negro livre.

Embora vinculando uma duvidosa visão da situação de ser negro, Fernandes parece entender que os negros estavam sujeitos a serem recolocados em situação análogas às de antes de 1888, ou ainda a uma degradação em vista da desvantagem de concorrerem com os trabalhadores brancos importados. (18)

Fernandes verifica que em São Paulo o imigrante europeu absorveu as melhores oportunidades de trabalho do tipo assalariado e de trabalho autônomo (mesmo os mais modestos, como engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixes,

explorar o comércio de quinquilharias, etc), até tomarem as "posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano que eram ou melhor, passam a ser, monopolizados pelos brancos" (19) e, mais ainda, verifica que os negros e mulatos são "eliminados das posições que ocupavam" (20).

Em outras palavras, após a abolição da escravatura, as oportunidades onde trabalhadores negros podem exercer suas profissões, passam a ser ocupadas por outros trabalhadores, porém brancos. Isto significa desemprego para os negros. Desemprego aqui está colocado como perda do local de trabalho, uma vez que para aquele que não dispõe dos meios de produção, perder emprego pode significar perder o local onde poderia, com os meios de produção alheios, trabalhar. A perda do local de trabalho, ou do direito ao trabalho, num primeiro momento, por parte dos negros, oportuniza a fundamentação do argumento racista de que os negros são ociosos. Na realidade o ócio decorre do desemprego foi não o contrário.

Fernandes parece deixar entender que o processo da substituição do trabalhador negro pelo branco se explica pela incapacidade, despreparo ou fardo escravista que deforma o negro diante de uma sociedade capitalista em formação. Daí decorre o apelo para as explicações morais do insucesso do povo de cor ante o rápido progresso dos imigrantes e, por tabela, a aceitação dos estereótipos da inferioridade racial travestida em suposta deficiência oriunda da distorção moral e "deformações introduzidas em suas pessoas (negros) pela escravidão (que) limitava sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro em escala grupal das oportunidades novas" (21).

De qualquer forma é destacado pelo sociólogo que "todo o processo orientava-se, pois, não no sentido de converter, efetivamente o escravo ou liberto em trabalhador livre, mas de mudar a organização do trabalho para permitir a substituição do negro pelo branco. A clareza com que esses fins foram colimados socialmente em São Paulo, encontra abundante fundamentação" (22).

Entretanto, por entender que a sociedade de classes capitalista é competitiva, aberta e democrática, a péssima situação dos negros é explicada pela manutenção do antigo modelo de relações raciais. Aliás, esta é a principal "debilidade interpretativa" de Florestan Fernandes, apontada por Hasenbalg.

Pela leitura de Florestan, percebe-se que ele coloca o racismo como originário da escravidão e das condições objeti

vas próprias daquele sistema, as quais tenderiam a desaparecer na medida em que, historicamente, se fosse afastando de 1888. Daí retira-se que há dois tipos de racismo. O primeiro, próprio das condições determinadas pelo escravismo e o segundo determinado pelas condições da sociedade livre e competitiva.

Por estas considerações deseja-se demonstrar que Florestan Fernandes perdeu de vista o conteúdo ideológico racista que determinava as opções dadas aos trabalhadores negros e brancos no processo fim da escravidão, como perdeu de vista também as explícitas manifestações racistas por parte de classes dirigentes e ou empregadores no tratamento da questão de oferta de trabalho. Esse racismo pode ser detectado até em discussões parlamentares e jurídicas. (23)

A intenção desta dissertação é demonstrar, primeiro, que embora Florestan Fernandes seja um marco nos estudos das relações raciais no Brasil, seus argumentos que apontam deficiência no ex-escravo e seus descendentes, contra melhor poder adapttivo do imigrante às condições determinadas pela sociedade capitalista, são débeis. Em segundo lugar, deseja-se enfatizar que a situação de degradação a que são levados os negros também após o fim da ordem escravocata não são resultantes de sua aversão ao trabalho, como forma de negação do passado escravista, mas sim, que tal situação decorre da não existência de oportunidades de trabalho. O negro não foi abandonado pelas autoridades, pelo contrário, houve sim uma preocupação em deslocá-lo dos seus antigos locais de trabalho. Em terceiro lugar, pretende-se demonstrar que todo esse processo foi determinado por forte componente racista engendrado nas classes dominantes para dar cumprimento à expectativa idealista das tradições de superioridade européias.

Um outro autor que se considera nesta abordagem crítica da bibliografia é Octávio Ianni, porque ele põe a questão racial vista em sua especificidade e como um aspecto a mais da luta de classes. Este, apesar de inicialmente ter seguido as linhas gerais argumentativas dos revisionistas, deles se diferencia ao colocar a questão racial dentro de uma discussão de perspectiva mais profundamente marxista.

Ianni põe em evidência as aspirações dominantes reveladas pelas manipulações estatística censitárias (24), e verifica que o componente racial está intimamente ligado às questões de posições ocupacionais, ou seja, que há um condicionamento dos negros e mestiços não brancos a um processo seletivo para as oportunidades de trabalho, embora a legislação outorgada pelo poder

branco aparentemente garante a todos uma igualdade. Ainda nesse ensaio, dá uma nova apresentação às suas abordagens da questão racial, situando o debate na base da crítica às posturas metodológicas de alguns pensadores.

Nesse sentido, Ianni afasta-se da relação causal direta entre escravidão e racismo ao afirmar que após 1888 "reaparecem verbalizações, imagens, estereótipos e idéias pré fabricadas", (mas isso) "não indica, por si mesmo, que a continuidade entre o passado e o presente é importante, decisiva e explicativa" das relações raciais verificadas. (25) Daí Ianni parte para a "historicidade do presente" (26) e, por esse caminho abre portas para romper com a idéia de se buscar um possível fardo do passado escravista para explicar o período posterior, destacando que "a interpretação das relações raciais, precisa começar pela análise das relações de produção, compreendidas como relações de expropriação econômica e dominação política" (27). Ianni afirma também que "é no contexto da formação social capitalista, nos Estados Unidos, no Brasil e outros países, nos quais existem negros, mulatos e brancos que as manifestações e os movimentos de tensão e conflito ou de preconceito, discriminação, segregação e violência raciais podem ser reconhecidos" (28).

Ianni ainda dá uma clara visão da sofisticação da escala de discriminações na seleção dos candidatos ocupantes das oportunidades de trabalho, por parte dos capitalistas, e generalizada entre os próprios trabalhadores, por força da hegemonia da cultura dominantes imposta. Também não lhe passa despercebido o fato de que na sociedade capitalista, ao contrário do que pensou Florestan, os problemas raciais tendem a agravarem-se, evidenciando uma articulação possível entre a exploração capitalista e o racismo, isto é, entre a acumulação do capital e a exploração do negro pelo branco.

Em suas colocações fica entendido que raça e classe não se reduzem uma à outra. Porém isto ainda não é satisfatório, pois seria equivocada e incompleta a interpretação de problemas raciais que não incorporasse a condição das pessoas na estrutura de classes da sociedade, sejam elas classes sociais em formação, amadurecidas ou em situação de crise.

Outro autor que se considera, é Carlos Hasenbalg porque ele discute raça e estrutura social na sociedade de classes. Ele entende que a prática da discriminação racial é um meio para a reprodução das desigualdades nas distribuições das oportunidades ocupacionais, e contribui para a reprodução da estratifi-

cação social, para a reprodução da estrutura de classes e do modo de produção capitalista.

Hasenbalg leva a discussão da questão racial adiante quando afirma que o poderoso mito da democracia racial brasileira tem função de "instrumento ideológico de controle social" e de legitimador da "estrutura vigente de desigualdades raciais e (de) impedir que a situação real se transforme numa questão tão pública" (29). Ele denuncia que os intelectuais chamados progressistas colaboram para "reduzir os problemas dos negros e mulatos àqueles da classe operária e das massas populares" (30).

Na sua pesquisa, Hasenbalg estuda as formas específicas de dominação a que os brasileiros de cor estão sujeitos, já partindo da não aceitação de relações causais diretas entre o legado escravista, as posteriores e as atuais relações raciais. Hasenbalg determina o racismo e a discriminação pós-abolição como sendo as principais causas do que ele chama "subordinação social" dos negros e também de seu recrutamento apenas para as posições sociais mais baixas na escala de estratificação social, dentro da estrutura de classes capitalista. Assim ele avança na medida que destaca os mecanismos adotados pelas elites brancas "com vistas a assegurar a aquiescência dos socialmente subordinados" (31).

Este autor também critica o mito da democracia racial, ao constatar que o ideal democrático contrasta com a prática racista restritiva da mobilidade dos não brancos. Entretanto, embora tenha avançado com o debate sobre o racismo na sociedade brasileira, este autor ainda deixa questões não resolvidas na sua discussão. Especificamente quando no encerramento de seu trabalho, ele pretende colocar em questão uma suposta "subordinação aquiescente dos negros". Aí percebe-se que após situar o debate num nível bom, em relação aos autores que critica, ele próprio recua, quando tenta caracterizar o comportamento político do homem negro em relação ao domínio branco.

Isto posto, aponta-se sinteticamente, os momentos em que Hasenbalg retorna sobre seus próprios passos ao discutir o racismo, usando suas palavras, numa subordinação aquiescente e mantenedora da tradição da escola revisionista já referida.

O primeiro momento é aquele em que afirma que "faltou aos escravos emancipados a fantasia de um passado ou mundo tradicional em que os homens fossem tratados com justiça" (32). Aí existe uma concordância com a tese usada por Florestan Fernandes da anomia dos escravos, segundo a qual pela ausência de leis,

normas e regras de organização, em virtude do passado escravista, os negros não estavam preparados para a liberdade. A dúvida situa-se exatamente na base da afirmação de ausência de um mito, de um passado idealizado e de uma identidade cultural.(33)

O segundo momento é aquele em que ao falar dos movimentos negros, destaca que estes tiveram vida curta e local, querendo dizer que fracassaram. Porém seu destaque à violência com que a sociedade burguesa branca reage contra as manifestações de organizações negras é rápido e superficial.

Nesta dissertação pretende-se demonstrar que a repressão policial violenta promove o desaparecimento de muitas organizações negras em Campinas, apenas deixando existir aquelas que efetiva ou aparentemente não representavam qualquer ameaça à ordem e correlação de poder instituído, ou que, pelo seu próprio caráter, são veículos de cooptação institucional, como os grupos religiosos, e os de lazer controlado, por exemplo.

O autor fala ainda de uma tímida resposta branca às formas de protesto racial, indicativa da modesta ameaça colocada pelos negros ao "status quo racial" (34). Ocorre que a tímida resposta" é traduzida em acionamento de eficientes mecanismos repressores. Ademais a afirmativa é contraditória com todo trabalho demonstrativo do processo de repressão que os negros sofrem. Outrossim, é possível pensar que uma resposta não tímida à luta dos negros contra a opressão se configurasse em massacres sangüinários, conforme acusa Abdias do Nascimento em Genocídio do Negro Brasileiro. Ou pela eliminação dos chamados marginais, em sua maioria homens negros desempregados e em condições sub-humanas de vida, isso aliado à cotidiana perseguição por parte das autoridades policiais, num processo de aterrorizamento ininterrupto. Intenciona-se, com isso, dizer que Hasenbalg vê com clareza a ideologia, identificando-a. Entretanto, não percebe a sua manifestação na forma mais concreta para o cotidiano dos negros, isto é, a violência policial.

O terceiro momento é aquele em que ao considerar o potencial de ação coletiva dos negros no Brasil, retoma mais uma vez a tese da anomia, desta feita, pela aceitação de uma falta de aquisição de habilidades organizacionais. Depois estende isso ao princípio de que a não participação dos negros nos setores mais combativos dos trabalhadores industriais causa atraso no desenvolvimento de habilidades políticas, técnicas e organizativas daqueles. Desta forma acena-se na direção de aceitar as formas orga

nizativas oriundas do processo de luta da classe trabalhadora industrial como paradigma da organização da luta específica contra a discriminação racial.

Pelo exposto, fica fácil entender porque, embora Hasenbalg perceba a violência policial de forma rápida e superficial contra as organizações negras, não relaciona isso ao fato do isolamento político, isto é, que este ocorre não só pela especificidade das suas reivindicações como pela, mas principalmente, pela ação violenta de repressão policial contra a organização da comunidade negra.

Um outro autor, Thomas H. Holloway, discutindo o trabalho dos imigrantes na zona cafeeira do oeste paulista demonstra as vantagens que estes tiveram, as possibilidades de melhorias em suas condições de vida, comparativamente aos brasileiros negros, mestiços e mesmo brancos e aponta no sentido de que os imigrantes recebiam incentivos, contrapostos a dificuldades que os nacionais encontraram, principalmente nos anos pós-abolição da escravidão até fins da velha república. (35)

Holloway mostra que a mobilidade da força de trabalho chegada prejudica a estabilidade dos trabalhadores já empregados e ainda declara que o sistema de colonato (para citar o exemplo que ele utiliza na sua análise) era direcionado para o trabalhador branco. Poucos negros foram colonos. E afirma "os brasileiros de pele escura sofreram preconceitos e discriminação, tanto na mão dos fazendeiros quanto na dos imigrantes, e os caipiras e ex-escravos era relegados a papéis marginais na sociedade rural da zona cafeeira. Contudo, dentro dos estratos econômicos mais baixos o desprezo entre as raças era até certo ponto recíproco, e ambos os grupos, imigrantes brancos e negros libertos eram discriminados pela elite brasileira" (36). Destacando que "muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendas operadas pelo trabalho familiar começaram provavelmente como colonos de café" (37) e que "muitos imigrantes que ingressaram na classe média tinham origens pessoais ou familiares no trabalho das fazendas" (38).

Utilizando o Censo de 1920, Holloway demonstra também evidente melhoria de grupos imigrantes em relação à propriedade rural. (39) Depois conclui que "não é de surpreender que os ex-escravos, um grupo social considerado como um embaraço supérfluo pela classe alta brasileira, tenha, em grande parte, desaparecido do registro histórico após a Abolição. Mas disso não se depreende que eles tenham desaparecido da realidade histórica. Seu 'desapontamento' deve ser visto em relação ao influxo maciço dos europeus

brancos".

"Muitos libertos permaneceram nas fazendas, realizando uma variedade de tarefas fora dos cafezais, particularmente como camaradas, numa relação patrão-cliente com o dono das terras"(40).

Em resumo, nesta tentativa de situar a questão das relações raciais tal qual ela vem sendo discutida em relação à questão trabalho, verifica-se que a tese básica da anomia do negro divulgada por Florestan Fernandes continua sendo aceita, inclusive por Hasenbalg. Considera-se Octávio Ianni representante de uma vertente diferenciada das interpretações oriundas da escola paulista de sociologia, por ter avançado sobre as discussões da relação entre capitalismo e racismo no contexto da luta de classes. E apesar das críticas aqui apresentadas, Hasenbalg representa o momento mais avançado, da discussão da questão racial dentro do movimento de reprodução das estratificações sociais no interior da reprodução das classes da sociedade capitalista brasileira. Holloway foi utilizado para fundamentar o argumento de que a desorganização e desemprego sofridos pelos não-brancos, não tem origem na anomia, mas no racismo e que este lhes prejudicava também na obtenção de trabalho nas áreas rurais.

4. ESCRAVIDÃO APÓS 13 DE MAIO: TRABALHO ESCRAVO

Provar a prática escravista em Campinas, em certos casos, é um tanto difícil por causa da superficialidade com que as notícias jornalísticas enfocam os episódios. Mas aconteceram vários casos, entre 1888 e 1923 de tentativas de manter práticas escravistas após a abolição. Em 1888, três pessoas foram denunciadas pelos seus vizinhos porque testemunharam castigos corporais impostos a empregados domésticos, ainda mantidos cativos. (41) Em 1891, uma denúncia foi feita pelo preto Silvério que, pretendendo casar, foi impedido pelo patrão da noiva que a mantinha ainda cativa. (42)

Ainda em 1888 ocorreu um caso de tentativa de manter a prática escravista: um cidadão de sobrenome Costa, procurou a coletoria, examinou as matrículas de "ingênuos", isto é, filhos de escravos nascidos após a Lei do Ventre Livre, escolheu

entre eles mais de vinte, com idade de prestar serviços e requereu ao juiz de órfãos a tutela dos mesmos. O requerimento foi deferido, e o Sr. Costa nomeado tutor dos menores. Depois, o tutor saiu pelas fazendas a procurar seus tutelados para colocá-los a trabalhar em sua fazenda. (43) Mais um caso, ocorreu um mês após a abolição, quando uma ex-escrava, mal informada sobre sua condição, pediu numa fazenda em Valinhos que ali ficasse como "alugada" trabalhando para pagar uma peça de agasalho que recebera. Alguns dias depois apareceu na fazenda uma viúva que se dizia proprietária da "escrava fugitiva", motivo pelo qual ameaçava recambiá-la "por bem ou por cacetadas". O Sr. Lima, dono da fazenda, tentou impedir a violência alegando a lei de 13 de maio, mas foi convencido a deixar que a ex-escrava fosse levada porque a viúva era uma senhora distinta. (44)

Este caso é o mais comum de manutenção do regime escravista, ou seja, a sonegação das informações sobre o fim da escravidão por parte dos donos aos seus cativos. Benedito somente foi posto em liberdade 20 dias após a lei. Perguntado sobre a abolição, na sua resposta revelou total desconhecimento do 13 de maio. (45)

Houve também um caso de uma família negra de 10 membros que denunciou a tentativa de um fazendeiro de torná-los escravos. Mas a resposta da polícia, a quem a denúncia foi dirigida, foi de que nada podiam fazer e, mesmo o "Patronato Agrícola", órgão de proteção dos interesses dos colonos, negou-se a tomar conhecimento do fato. (46)

Em 1901, na fazenda de propriedade de Charles Fernig, em Rebouças, ocorreu outro caso. Um homem, depois de ferido, fora amarrado, arrastado e morto pelo administrador, auxiliado por dois camaradas da fazenda, objetivando com isso impedir a fuga, realizada pelo pai da vítima, que levou o caso à polícia. (47)

Também houve o caso de Antônio Grande, preto de 70 anos, que fora, já em 1902, recapturado, depois de fugir de uma fazenda, pelo feitor da mesma, a mando do fazendeiro proprietário e que foi, posteriormente, assassinado a açoites. Esse é um caso típico da tentativa de manter práticas sociais escravistas. O processo criminal corria em segredo na Justiça, enquanto os irmãos Lobo (de família influente onde estavam representados médicos, jornalistas, delegado e fazendeiros), negociavam uma forma de resolver o problema. O fazendeiro assassino e escravista era um "distinto e estimado" velho fazendeiro. Ele foi "preso" na sua própria fazenda, enquanto se decidia que a sua defesa era a de que não lhe cabia a

"imputação de um crime a discussão dos fatos demonstrará não lhe ser atributável" (48).

Havia muitos problemas com as testemunhas e evita-va-se falar no caso até que a imprensa oposicionista local representada pelo Cidade de Campinas exigiu uma fala pública dos irmãos Lobos, do advogado e do delegado.

Em dezembro de 1902, o fazendeiro "foi posto em liberdade" pela defesa indignada com as testemunhas de alguns audezes de "desagravar a honorabilidade e o renome de um velho paulista..." (49).

Então, temos que em Campinas, aconteceram tentativas de manter escravos, principalmente, ainda no ano da abolição e anos imediatos, contudo tais tentativas não são desconhecidas a mais de 30 anos após a Lei Áurea.

Aqui se quis demonstrar que a tradição escravista ainda permanece na mentalidade de campinenses com algumas tentativas, inclusive, de se estabelecer relações sociais e de trabalho nessa base. O trabalho forçado, os açoites, a limitação de ir e vir e o casamento forçado são práticas escravistas que ainda são encontradas depois de 1888, em Campinas. Tais práticas, embora tenham atingido principalmente pessoas de cor, também foram tentadas em relação a imigrantes italianos. O trabalho escravo após 1888 teve seu maior exemplo no caso Mendes.

4.1. O Caso Mendes

O caso do Sr. Delegado de Polícia Major Manuel Francisco Mendes teve início quando em dezembro de 1897 Abelardo Pompeu do Amaral, importante fazendeiro local, protestou contra o Major Mendes porque este invadira sua propriedade para descobrir um suposto "cárcere privado", lá existente. O Major Mendes estava, na realidade, disputando, com o fazendeiro Pompeu, a posse de certo número de trabalhadores tratados como escravos. Pompeu do Amaral fora denunciado por um colono que o acusava de espancamento, coação e prisão de trabalhadores para forçar o trabalho aos domingos. Nada foi apurado pois Pompeu não permitiu investigações em sua fazenda. (50) Entretanto a sua acusação trouxe à luz as condições de trabalho na fazenda do delegado. Isto é, o inquérito instaurado, depois contra o delegado, tornou público que Cipriano Higídio, empregado da fazenda do Major delegado Mendes, lá começara a trabalhar em junho de 1899, a convite dos "agentes secretos" José Frutuoso e Leopoldo de tal, por 2\$000 diários, livres de despe-

sas, para fazer a colheita do café.(51)

Lã existia uma prisão onde Cipriano foi colocado durante 2 dias, sem água e sem comida, por ordem do Major, executada pelo administrador Cícero da Costa Bittencourt, sob a acusação de roubo de roupas de um tal Leopoldo. Recebeu no segundo dia 6 chicotadas de rabo de tatu, dadas por Cícero que se dizia "Inspetor de Quarteirão" na Fazenda. Enquanto apanhava, ele viu também serem espancadas 2 pretas de nomes Luiza Caixão e Brasília de tal, suas conhecidas e que para a fazenda tinham sido levadas por praças de Polícia sob promessa de salário de 1\$000 por dia. (52)

Pelo depoimento de Cipriano, havia na fazenda uma prisão de um só cômodo, onde eram colocados os presos levados da Cadeia Pública. Dali, eram postos a trabalhar durante o dia que começava às 5 horas e terminava após o pôr do sol, todos vigiados por um mulato chamado João. A comida era pouca e composta de "angu e feijão" tendo, às vezes, "barrigada de boi" (53).

O inquérito dava conta de que Luiz Alberto de Oliveira Cruz, ex-sargento do 2º batalhão da polícia, empregado da Padaria Comércio, tinha ido para a fazenda em 1º de julho, contratado pelo Major Mendes que lhe deu uma carta de recomendações endereçada ao administrador Cícero. Nos primeiros dias foi bem tratado, mas depois passou a ser ameaçado de chicoteamento quando Cícero não gostava de algum serviço e levou mesmo umas chicotadas quando foi almoçar com uns camaradas dali. Por esse motivo fugiu da fazenda e foi queixar-se ao Major Mendes o qual lhe pagou 25\$000 pelos dias que tinha roçado. Luiz Alberto confirmou a existência da prisão, destacando que lá ficavam colonos, vagabundos e camaradas presos na cidade. "Disse que viu surrar pretos e pretas, de forma bárbara e selvagem e que os ofendidos não iam queixar-se à autoridade porque a fazenda era vigiada por capangas e secretas, principalmente na hora em que infligiam os castigos" (54). Afirmou que as mulheres pardas ou pretas que para lá eram levadas, colhidas nas ruas, eram distribuídas pelo administrador Cícero que dirigindo-se aos colonos e vagabundos dizia: - "Ô Fulano, ou Beltrano, vai buscar fulana para viver contigo e toma conta dela" (55). Confirmou que para as fazendas eram levados, por secretas, os vagabundos e vagabundas apanhadas na cidade. Testemunhou que entre os espancados existia um, chamado Benedito de Tal, pardo, que por ter furtado uma galinha para saciar a fome, foi espancado barbaramente com o chicote prateado usado pelo administrador. Continuando, disse que Benedito "veio amarrado e escoltado, por João Maranhão, feitor e Miguel, preto, empreiteiro, às dez e meia da noite para esta cidade onde deu entrada no 2º posto policial e que sen-

do ele intimado a comparecer na polícia, ali encontrou o administrador Cícero da Costa, o qual ameaçou agredí-lo" (56). Em seu depoimento, Luiz Augusto também informava sobre a tentativa de suborno feita pelo Major Mendes que o chamou "ao seu gabinete particular oferecendo-lhe dinheiro para se retirar com sua família para São Paulo onde lhe seria arranjado um lugar de Sargento de Polícia".

"Luiz Augusto não aceitou a oferta, por medo e declarou finalmente que durante o tempo que esteve na fazenda nada recebera além dos mantimentos" (57).

Junto ao Diário de Campinas, outros jornais participaram do caso. O Estado de São Paulo publicou um telegrama do Major Mendes onde ele afirmava que "tudo não passava de um plano preparado, com o fim único e exclusivo de difamar e caluniar o legado de Polícia", e que ia processar um rigoroso inquérito. (58)

A este propósito, em grande artigo o Diário de Campinas tenta demonstrar que não estava fazendo campanha contra a pessoa do Major, mas sim contra o abuso da autoridade, com mais alguns depoimentos. Num deles, "Luiza Maria Francisca, alcunha Luiza Caixão, preta, lavadeira e engomadeira, residente na rua Regente Feijão, disse que a mais ou menos 6 e 1/2 meses foi presa na rua Regente Feijão quando estava na casa da parda Antonia Veado, sendo levadas para o 3º posto policial onde foi surrada pelo cabo e conduzida no dia seguinte à repartição policial, foi levada depois ao 2º posto onde foi novamente surrada com o cinturão de soldado" (59).

Disse ainda que "esteve presa durante 8 dias no 2º posto e ao fim desse tempo foi ali o Major Manoel Francisco Mendes que perguntou a ela, a Rosa Maria, a Antonia de Andrade, a dois pretos e a um italiano se queriam ir para a fazenda Santa Leopoldina de sua propriedade, apanhar café.

A declarante respondeu que não, mas sendo ameaçada calou-se, sendo acompanhada no dia seguinte pelo secreta Gregório foi para a fazenda, bem como Rosa, os dois pretos e o italiano.

Disse que chegada na fazenda foi mandada apanhar café e depois carpir um pasto; que durante o tempo que andou apanhando café foi muitas vezes surrada com chicotadas; que lhe foi determinado por Cícero da Costa que vivesse com Manoel preto, o qual teve que abandonar 15 dias depois de se ter juntado a ele por determinação do administrador; que logo que chegou à fazenda

tendo se queixado a Cícero da Costa de que estava doente, este lhe respondeu que morresse debaixo de um pé de café que era essa a ordem do Major Mendes, segundo o próprio Cícero declarou; que toda vez que apareciam com certos gêneros, como açúcar cru preto, fumo, fósforo etc... o administrador inqueria a respeito da procedência desses gêneros e se não fossem justificados, eram castigados; que esses gêneros eram dados pelos trabalhadores da fazenda e se estes negavam esse fato, pelo receio que tinham de apanhar, eram então castigadas as pessoas que tinham os gêneros em seu poder; que para esta devassa, a mulher de Cícero da Costa ia passar revista nas roupas sujas das pretas, trouxas, etc...; que não tentava fugir da fazenda visto que esta era guardada por dois secretas e dois cachorros; que terminada a colheita de café, Cícero chamou a declarante e Rosa dizendo que estava terminado o serviço mas que não se apresentassem ao Major Mendes visto que ele, administrador, havia recebido ordens de não consentir que elas saíssem da fazenda; que nesse dia saiu Rosa, e a declarante no dia seguinte, tendo uma e outra recebido 3\$000 oferecidos por Cícero a fim de que elas embarcassem com a condição de não ficarem em Campinas; que o italiano preso com ela só parou na fazenda 3 dias, pois conseguiu fugir depois de ter sido surrado, na tulha de pedra (prisão) por se ter embriagado; que durante os 5 meses que esteve na fazenda só recebeu uma saia e um paletô; que no dia 13 de maio foi servido um caldeirão de carne para todo o pessoal resultando dessa novidade briga entre os camponeses; que no sábado 6 horas da manhã foi à sua casa Cícero da Costa convidando-a para ir à polícia, chegada ali encontrou o administrador com o Major Mendes. Este pelo seu lado disse que não a queria ali e que o Cícero se entendesse com ela na sua residência.

Dali a diante seguiu para a casa de Cícero, o qual, uma vez ali, lhe propôs que fosse, ela declarante, a favor dele e do Major Mendes se fosse chamada como testemunha e que se isto fizesse receberia los salários que tinha ganho na fazenda; que ela então declarou não poder esconder a verdade do que acontecia na fazenda pois que seria desmentida pelos outros; que depois disso Cícero perguntou-lhe se não tinha dinheiro para matar o bicho e deu-lhe 10\$000, dizendo: agora veja lá o que faz e fala conforme nós combinamos; que hoje, dia vinte, foi a sua casa o pardo Vicente Machado a mandado de Cícero, dizendo que não comparecesse a polícia enquanto não fosse chamada e que quando fosse a ocasião, ele, Cícero, a mandaria chamar" (60).

No dia seguinte chegou pela manhã, Oliveira Coutinho, 2º Delegado Auxiliar, vindo de São Paulo para abrir inquiri-

to sobre os acontecimentos na fazenda do Major Mendes. Os advogados de defesa do Major eram José Manuel Lobo, Moraes Salles e Orozimbo Maia.

O inquérito do Dr. Oliveira sobre as acusações contra o Major Mendes e aos outros implicados provou que: primeiro, houve prisão e espancamento de colonos na fazenda de sua propriedade; segundo, que Cícero, ex-agente de polícia, íntimo do delegado e administrador de sua fazenda, era o autor dos espancamentos; terceiro que os queixosos foram enviados para a fazenda depois de passarem pelos postos policiais; quarto, que as testemunhas foram presas e espancadas na fazenda; quinto, que também foram levados da prisão para a fazenda; sexto, que o Diário de Campinas já havia feito reportagem sobre esse tipo de corretivo; sétimo, que entretanto o delegado alega que não sabia desses fatos; oitavo, que ele mesmo delegado, já organizara tropa para combater um cárcere privado denunciado como existente na fazenda de Abelardo Pompeu. Tudo conforme o relatório apresentado por ele, 2º delegado auxiliar, ao Dr. Chefe de Polícia do Estado.

Cícero e Chaves, auxiliares do Major Mendes, assumiram suas culpas para que os advogados negociassem com o 2º delegado auxiliar, a inclusão em seu relatório da afirmativa de que o Major Mendes era inocente e não sabia que as delegacias funcionavam como "agências de trabalhadores engaiolados" (61).

No início de dezembro, anunciando "o começo do fim" porque "a verdade está em marcha", Diário de Campinas publica mais três depoimentos: de Benedito Seabra de Camargo, pardo, brasileiro; de Brasília da Conceição, preta; e de Miguel Alves, mulato. Benedito disse que fora preso em Valinhos e levado para Campinas onde ficou 13 dias, após os quais foi enviado juntamente com o preto Adão, para a fazenda Santa Leopoldina, mandados pelo Major Mendes. Chegaram na fazenda como camaradas, tendo salário de 1\$500 por dia. Disse também que foi amarrado no tronco e surrado com o rabo de tatu, porque vendeu uns ovos que achara no mato e que depois da surra lhe foi aplicado o "anjinho", isto é, foi torturado com uma espécie de torniquete que aperta as pontas dos dedos da mão até esmagá-los (o fato foi testemunhado por 20 pessoas). Foi levado de volta amarrado, com o anjinho, para a cadeia onde chegou às 3 da madrugada, ocasião em que foi desamarrado e livre do anjinho. Ficou lá 29 dias e depois foi solto. Contra ele havia as acusações de roubo de uma égua, roupas, uma galinha e alguns ovos, as quais negava, admitindo, porém, que realmente vendera os ovos que tinha achado no mato.

Brasília contou que depois de ter ficado uns dias presa na cadeia da cidade, foi levada para a fazenda Santa Leopoldina, uns 6 meses, tendo lá conhecido Eudóxia e Júlia, entre outras pessoas. Contou também que, para a fazenda tinha sido levada por Gregório, juntamente com um preto, para o trabalho de colher café, carpir e outros afazeres da roça. Viu serem castigadas as pretas Custódia, Miguelina e Risoleta, os pardos Olímpio e Benedito e o garoto preto, Lucas, que foi mandado para São Paulo com o filho do Major Delegado e Custódio.

Foi espancada porque se ausentou, indo na fazenda vizinha beber pinga. Foram constatadas na declarante marcas muito feias de ferimentos de açoites. Foi também presa na tulha de pedra e fugiu da fazenda 3 vezes, tendo sido recapturada. Recebeu na fazenda 10\$000 do 1º administrador de nome Valois, porém nenhum mantimento ou roupas. Não foi contratada, mas sim presa e mandada para a fazenda por ordem do Major Mendes.

Contou também que, viu Manoel, pai de Cícero, açoitar Olympio e Benedito; Nhã Carola, mulher de Cícero, também maltratava as raparigas na fazenda; ficou 15 dias presa no xadrez do posto do Jardim, sem comida, exceto um dia que Paulina lhe deu um prato; como estava muito fraca, pois só bebia água, na prisão era tida como sempre bêbeda; a roupa que tinha, lhe foi dada por João Maranhão durante o tempo que ficou morando com ele; quando foi recapturada pela 2ª vez em sua fuga, foi recambiada para a fazenda pelo próprio Major Mendes, um seu filho e Gregório; as ordens de castigos eram dadas pelo próprio Major. A declarante aproveitou a oportunidade para pedir ao Major que mandasse trazer suas roupas que estavam em poder de João Maranhão.

Miguel Alves contou que: em abril de 1899 estando desempregado, pediu colocação ao Major; foi-lhe ofertado trabalho de colher café na Fazenda Santa Leopoldina para si e sua mulher e lhe dito que não era preciso comprar nada na cidade pois tudo lá era vendido pelos mesmos preços; tinha 15\$000 e comprou coisas na fazenda mas a conta deu 11\$000 a mais e ficou endividado; o salário combinado fora de 800 réis, por alqueire colhido de café; calcula ter comprado fiado 50\$000 e recebeu do Major 15\$000; nunca foi castigado; o mulato Benedito roubou 1 dúzia de ovos e uma galinha para matar a fome; viu Benedito ser amarrado e surrado com o relho de cabo de prata; ele próprio levou Benedito amarrado para a cadeia, com duas cartas, uma para o Sub-delegado e outra para o Major. Chegou lá às 2 da madrugada e justificou o estado terrível de Benedito dizendo que ele tinha atijado um cachor-

ro. (62)

O caso Mendes terminou para o Diário de Campinas em 17 de dezembro de 1899 quando, num curto artigo, o Major foi comparado a D. Pedro I, já que aquele havia declarado ao público que ficava no posto que ocupava de qualquer jeito.

5. ONDE HAVIA TRABALHO

Os trabalhadores negros estavam na área rural como colonos, camaradas e agregados, ou por muito tempo continuaram fazendo de tudo nas fazendas, tal qual faziam quando escravos, ou como antes de 1888 mesmo que fossem livres.

Assim os trabalhadores negros participavam na preparação da terra, plantio, carpas, colheita, beneficiamento, ensacamento, carregamento e descarregamento de trens.

Vendedor ambulante e policial eram funções muito solicitadas a pretos. Inclusive a função de policial subalterno parece ser espaço reservado a negros.

Um artigo do Cidade de Campinas em 1909 falando do péssimo estado do prédio onde funcionava a delegacia e onde ficava aquartelado o destacamento de praças de polícias, dizia: "quando o governo adquiriu esse edifício, a força policial destacada nesta cidade era de 80 homens apenas, dos quais uma parcela era ali instalada, por se retirarem daquele número as guarnições dos bairros que reduziam a menos de 50 homens de pretos arranchados". Esses "50 homens de pretos arranchados" demonstram que, pelo menos no início, até 62,5% do contingente policial era constituído de negros e que estes ficavam na cadeia, pois "naquele tempo a repartição atendia perfeitamente ao critério de acomodação", isto é, todos os soldados, pretos, ficavam na cadeia. Os demais, superiores, ficavam em outro lugar. (63)

A polícia ainda empregava, como cozinheira uma preta de nome Bertolina.

As empresas de transportes ferroviários empregavam muitos negros nas atividades menos remuneradas e menos especializadas, tais como a construção e manutenção das estradas.

A Intendência Municipal empregava muitos negros para os trabalhos de limpeza pública. Num longo artigo de março de 1905, Cidade de Campinas criticando o estado em que estava este serviço urbano, destacava que a Intendência pagava baixos salários e somente empregava "rapazotes de idade quase infantil"

e que "quem se defronta com a leva de homens pretos mocinhos - parece estar no domínio anterior à data de 13 de maio; parece achar-se de frente a um terreiro de uma fazenda ou defronte do quadrado, observando a criolada nova no ensaio dos primeiros trabalhos". Também fica comprovado que a prisão era altamente povoada por negros. (64)

Muitos dos trabalhos feitos por negros, eram os ligados às atividades de equipe, de grupos sob comando. Parece ter sido essa a estrutura mais geral da organização do trabalho escravo. Nos trabalhos mais independentes, onde os trabalhadores lidavam com um público e requeriam maiores cuidados de relações sociais e habilidades específicas, encontravam-se também muitos negros. Este foi o caso das profissões de cocheiro, carroceiros, carregadores, portadores diversos e condutores de bondes, durante o período de dominância da tração animal.

Com a supremacia dos bondes elétricos, os negros vão perdendo a posição de condutores. Esse processo teve sua marca final na lei número 119, da Intendência Municipal que regulava o serviço de veículos e transportes de cargas, que exigia, para o exercício destas profissões acima citadas, habilitação por exame feito perante a Intendência. A habilitação consistia de registro da carta e termo de aprovação do exame. Essa era uma primeira dificuldade, as outras podiam aparecer sob diversas formas previstas no interior das exigências legais da dita lei 119, tais como: os deveres desses profissionais incluíam não transportar pessoas "mal trajadas e descalças", não permitir nos veículos "algazaras ou vozeiras" e "vaías", não transportar "embriagados e pessoas que se divertem com gritarias ou palavras obscenas". Tais profissionais não podiam fumar, deviam apresentar-se "bem" vestidos e não podiam "formar grupos" (65).

Estes regulamentos do transporte público afetavam os negros tanto pelo lado do usuário do serviço como pelo lado do agente do serviço. Negativas de transportar pessoas negras nos bondes sob alegação de estarem fora das exigências de asseio e mal vestir foram denunciadas. Assim, como também foram feitas denúncias de que a Cia de Bondes não empregava pretos, por causa da "boa aparência" e para não ferir o "pudor" das famílias. Exatamente tudo aquilo que não podiam ser, tanto os trabalhadores quanto os usuários destes serviços. Entretanto nas cocheiras e como carregadores os pretos permaneceram.

Os trabalhadores desempregados acabavam aceitan-

do encargos de pequenos vendedores de serviços ou biscateiros, vendedores ambulantes e engraxates.

As mulheres dos cortiços, por sua vez, tinham emprego nos "serviços domésticos".

Apesar dos anúncios abundantes de pedidos de trabalhadoras domésticas "brancas" e "estrangeiras", a polícia, incentivada pela imprensa, dedicou uma atenção especial às mulheres negras que eram "caçadas" de forma tão violenta quanto os homens. "Caçada" era a denominação geral utilizada pela grande imprensa para significar incursões policiais ostensivas de repressão à vagabundagem. (66)

Vários artigos e notícias davam conta de que "mulher quando dá para ruim, é pior que homem", assim como outros comentavam a dificuldade de se conseguir empregados domésticos e relacionam esse fato à existência de muitos vagabundos e ociosos. Chegando mesmo a propor repressão policial visando transformá-los em "criados domésticos" (67).

Havia anúncios solicitando mulheres menores, "criadinhas" ou "meninas", em geral, para funcionarem como babás. Aí também existe presença significativa de negros, embora muitos anúncios pedissem "criadinha italiana ou alemã" (68).

A imprensa incentivava a ação policial contra os meninos pobres, os "pequenos vagabundos". Entre os anos de 1895 e 1896, houve uma especial repressão. O resultado foi a criação do emprego de "meninos carregadores", principalmente para aproveitar aqueles que ficavam "vagabundando" nas estações ferroviárias. As estações, os jardins, as portas de restaurantes e de bares, eram os locais preferidos dos menores abandonados da cidade, em sua maioria negros. (69)

A idéia de criação da Liga Humanitária dos Homens de Cor nasceu da união de 36 trabalhadores dos quais 24 eram pretos. Entre eles havia os seguintes profissionais: encarregados de estrada de ferro, operários, seleiros, serrador, fundidores, impressor, ferreiro, pedreiro, escriturário, empregado público, tipógrafo e pintor.

Analisando os dados contidos nos Livros de Registros de Associados da Liga Humanitária dos Homens de Cor, referentes ao período de 1915 a 1930 vê-se que as profissões mais representativas, em ordem decrescente, eram: ferroviário, operário, ajustador, pedreiro e marceneiro. A Liga foi fundada com o objetivo de suprir, para trabalhadores pobres, um tipo de assistência

social específica: auxílio saúde e auxílio funeral. Isto significa que a amostragem consiste de um grupo de negros e brancos que se organizaram na tentativa de cobrir aquela necessidade de previdência social, para eles inexistente embora fossem trabalhadores qualificados e em atividade no circuito produtivo. Dos ferroviários, 57% eram pretos, assim como 40% dos marceneiros e ajustadores e também 25% dos mecânicos.

Entre 1915 e 1930 foi verificada a existência de associados pretos com mais estas profissões: encanador, lustrador, caldeireiro, alfaiate, malhador, lavrador, carregador, ensacador, cocheiro, professor, guarda, motorista, eletricitista, mensageiro, carpinteiro e tipógrafo.

Em atividade lucrativa não assalariada havia o caso da preta Maria Isabel dos Santos, "locatária de alguns quartos à rua Gal. Osório nº 16" (70).

A pequena classe média de negros apareceu na imprensa através de destaques sociais da rica família Rebouças que tinha um membro engenheiro da Cia Mogiana, algumas notas sobre jornalistas, referências ao Diretor do Colégio São Benedito e a alguns intelectuais formam um quadro muito restrito de profissionais negros reconhecidos publicamente por seus méritos.

O trabalho exercido pelos negros, assim como quase todas as circunstâncias que envolvem suas vidas, estava marcado pela violência, tanto a geral da população, quanto a específica da polícia e autoridades. Não se entrará, já aqui, na discussão da violência, porque esta será tratada especificamente. Neste momento, pretende-se apenas ilustrar como a violência permeia as relações de trabalho que envolvem negros.

Com relação à violência geral destacam-se os seguintes exemplos noticiados nos jornais da época: no primeiro, um branco sentiu-se prejudicado por causa de um abalroamento de carroças, a sua com a de um preto, provocado por excesso de velocidade daquele. Este branco "atrevido" chicoteou o preto que não reagiu. Houve protestos da população contra a violência; (71) O segundo exemplo ocorreu na Fazenda Barão Geraldo em 1903. O preto, colono de um irmão de Benedito Vieira, estava sentado na escada chupando cana, quando principiou um incêndio de pequenas proporções numa casa da fazenda. Benedito colocou seus empregados a apagar o fogo que logo foi debelado, após o que repreendeu o preto que não se movera alegando que Benedito não era seu patrão, cuja afirmação era correta. Houve discussão e Benedito matou o preto com um tiro. O relato foi feito pelo próprio Benedito que telegra

fou à polícia justificando o assassinato como legítima defesa, uma vez que o preto o ameaçara com uma foice;(72) O terceiro exemplo inclui dois vendedores ambulantes pretos que ao fazerem suas cobranças aos devedores receberam tiros e facadas; (73) No quarto e último exemplo, reuniram-se 3 casos diferentes: 1. Um carroceiro preto discutia com o empreiteiro de calçamento de ruas sobre transporte de pedras e areia, quando recebeu um tiro mortal pelas costas, dado pelo filho menor do empreiteiro que alegou pensar que o preto estava molestando seu pai; 2. O preto Benedito de tal, colono da fazenda do Cel Antonio Álvaro foi violentamente linchado pelos colonos da fazenda do Sr. Antonio Egydio Nogueira, sem motivos apurados; 3. O preto Francisco de Paula, camarada da fazenda do Sr. José Leite, matou um companheiro de trabalho sem motivos aparentes.

O descaso dos empregadores em relação à segurança dos trabalhadores era grande. Notícias de acidentes que envolviam negros, com mutilações e mortes nas estradas de ferro, ficam em primeiro lugar, em segundo as mutilações e mortes nas fazendas e em terceiro, os casos gerais da cidade.

O modelo geral da notícia era esse: "Preto morreu soterrado na Fazenda Pimentel"; "Ficou ferido homem de cor preta em acidente na Cia Paulista"; "Preto, 19 anos, oficial da oficina Pirotécnica morreu em explosão lá ocorrida"; "Felipe Peregrino, preto, colono na Fazenda Santa Genebra, morreu instantaneamente em consequência da carroça de milho que passou sobre seu corpo"(74).

Comparativamente, o mercado e as condições de trabalho na cidade de São Paulo eram melhores, pois com a experiência adquirida no trabalho de linha era possível o aproveitamento de muitos trabalhadores nos sistemas de transportes urbanos por bondes. Em Campinas essa opção não surgia já que era norma a não aceitação de empregados de cor para os trabalhos de motoneiro, embora fossem aceitos nos serviços de manutenção.(75)

Infelizmente, não se conseguiu detalhar, de forma explícita pelas fontes disponíveis a participação do negro nas manifestações das diversas categorias de trabalhadores em suas reivindicações. Contudo acredita-se que esta participação tenha ocorrido uma vez que, em certos casos, há certeza, havia negros em número significativo no interior dessas categorias que estiveram reivindicando. A preocupação foi, desta forma, destacar as manifestações de categorias nas quais, sabe-se haver negros participando.

As manifestações mais significativas nesses casos são as greves. Destacam-se a greve dos cocheiros (julho de 1891); a greve nas oficinas da Salles Lemes Faber E Co (novembro de 1893); as greves da Mogiana e da Paulista (1894, 1896, 1906 e 1907 princi-

palmente); a greve dos carroceiros (outubro de 1898); a greve das costureiras (junho de 1900); greve dos pedreiros (maio de 1907) e; as greves de colonos liderados pelos da fazenda Angélica, de Souza (agosto de 1909).

Algumas pequenas e de poucas horas, outras maiores que se prolongam por vários dias, umas terminando pela violenta repressão da polícia, outras findando com aparentes conquistas dos trabalhadores, outras simplesmente desaparecendo das páginas dos jornais, sem que se possa saber de seu fim.

Finalizando quer-se destacar, que em relação às condições de trabalho, para os negros após 1888, as práticas escravistas continuaram tanto no sentido mesmo de tentativas de fazer permanecer relações de trabalho escravas, como no sentido do exercício da violência sobre o trabalhador. Além disso quer-se destacar o surgimento da discriminação racial como um fator novo das relações de trabalho que também os negros passam a enfrentar e que foi o principal responsável pela sua marginalização em relação ao mercado de trabalho.

6. NOTAS

1. GOMES, Sebastião. Idoso trabalhador negro. Entrevista ao Grupo de Estudantes Negros da UNICAMP. Campinas, no período de dezembro de 1980 a fevereiro de 1981.
2. SALLUM JR., Brasília João. Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista. 1888-1930. Tesé de doutoramento. Sociologia F. F.L.C.H. USP. 1979. mimeo. Neste trabalho o autor também chega a conclusão que ser colono era preferível a ser camarada.
3. FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. Difel. São Paulo. 1972. p.p. 110
4. idem p. 111

Também a esse respeito pode ser visto o trabalho de AZEVEDO, Célia Marinho de. O negro livre no imaginário das elites (Racismo, Imigrantismo e Abolicionismo em São Paulo). Tese de mestrado. UNICAMP. 1985, bem como existe o trabalho de LUIZETTO: Os Constituintes em face da imigração (estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934, tesé de mestrado. História. USP. 1981.

5. Diário de Campinas. 21.08.1888.
6. Cidade de Campinas. entre 16.06 e 05.07.1906.
7. Emília Viotti diz que "feita a abolição os vaticínios de que a nação seria arruinada não se realizaram. O que houve foi um grande deslocamento de fortunas e a ruína de numerosos proprietários agrícolas" e continua "O movimento abolicionista extinguiu-se com a Abolição. Fora primordialmente uma promoção de brancos, de homens livres. A adesão dos escravos viera depois. Nascera mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura, dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente do desejo de libertar a raça escravizada em benefício dela própria, para integrá-la à sociedade dos homens livres. Alcançado o ato emancipador, abandonou-se a população de ex-escravos à sua própria sorte". Emília então remete o leitor a Florestan Fernandes em A Integração..., que em nota de rodapé nº 28 afirma que "aquí (São Paulo) e lá (zona da Mata Mineira) se fundaram sociedades com o objetivo de amparar os libertos e defender-lhes os direitos e interesses. Esses atos isolados não encontraram entretanto repercursão. E 6 de outubro, alguns meses depois da extinção da escravatura, escrevia Aristides Lobo no Correio Paulistano um artigo

sob o título 'O abolicionismo em vão', onde denunciava a in diferença do abolicionismo pela sorte dos negros.

Ficou a mágoa, o ressentimento daqueles que foram atingidos na sua fortuna e na sua posição social, e que, após, o ato de 13 de maio, se viram arruinados. No seu amargor, voltaram-se contra os abolicionistas, contra todos os que tinham precipitado o movimento e que, para eles, resultara tão desastroso. Esperava-se a indenização como uma medida salvadora para as áreas em decadência e de baixa produtividade. A indenização não viera. A culpa era dos abolicionistas. Continuava-se a afirmar que a abolição deveria ter sido feita de maneira gradual, que a escravidão se extinguiria normalmente sem que para isso fosse preciso ferir de morte todo um grupo de proprietários, incapacitados de transitar para o trabalho livre. Continuava-se a repetir que o negro sempre um incapaz e precisava ser tutelado: a prova dessa afirmação estaria na indolência mostrada pela maioria dos ex-escravos depois da Abolição. Viviam a beber, a vadiar, a perambular de fazenda, trabalhando pouco e mal: não seria este um sinal de sua inaptidão para a liberdade? Contavam-se casos de fazendeiros que sempre tinham sido bons para os escravos e, de uma hora para outra, se viram abandonados por eles, sem ter quem colhesse a safra pendente dos cafezais. Nenhum gesto de 'gratidão' pelo 'carinho' com que haviam sido tratados. Apontava-se o caso de um senhor que não possuindo herdeiros legara sua fazenda aos escravos. Pois estes, depois de terem consumido todos os víveres, abandonaram a fazenda. Formava-se, assim, um estereótipo que as gerações futuras repetirão sem se deter em analisar a origem". (VIOTTI, Emília. Da Senzala à Colônia. Livraria Ciências Humanas Ltda. 1982. p. 438 e seg.).

8. Diário de Campinas 02.06.1888.
9. idem.
10. idem 24.05, 25.05 e 02.06.1888.
11. idem 13.05.1900.
12. idem 06, 07, 10, 13, 14, 16 e 20.09.1892; 01, 04 e 14.10.1892; 27.11.1892.
13. idem 03.12.1892, 24.01.1893 e 10.12.1893.
14. VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. Editora Ciência Humanas. SP. 2.^a ed. 1979. p. 228.
15. O próprio Ianni considera alguns dos revisionistas citados

por Viottí como apenas retomadores e desenvolvedores do pensamento de Gilberto Freyre e Donald Pierson, que são para aquela autora, juntamente com Tannenbaum, pensadores da escola tradicional. Ver Escravidão e Racismo. HUCITEC, SP. 1978. pp. 101 e 126.

16. Clóvis Moura, tem uma longa lista de obras publicadas sobre as questões raciais entre estas destacam-se O Negro. De Bom Escravo a mal cidadão? Conquista, 1977; O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel. Rezenha Universitária, 1976; e Rebelião da Senzala. L.E.C.H. 1981. Publicou inúmeros artigos pelas revistas Jornal de Debates, Revista Brasiliense, Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade e Revista do Arquivo Municipal de São Paulo além dos diversos jornais diários. É incontável sua participação em debates, palestras, seminários etc. sobre questões raciais e de organização do movimento negro.

Abdias do Nascimento é talvez na atualidade o mais antigo líder negro brasileiro em plena atividade. Sua ação inicia-se nos anos quarenta e atualmente é Deputado Federal eleito no Rio de Janeiro pelo P.D.T.

Joel Rufino embora jovem em relação aos dois anteriores também tem se destacado como intelectual e seu livro Que é Racismo. Brasiliense. 1981 tem feito muito sucesso. Estes são uns exemplos de intelectuais negros. Apenas para destacar citam-se mais Lélia Gonzales, Beatriz do Nascimento, Hamilton Cardoso, Milton Barbosa e Jonas de Araújo Romualdo.

17. FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. vol. I. Ática. SP. 1978. p.15.

18. A este respeito ver: BARROS, Antonio de Castro. Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão, in Modos de Produção e Realidade Brasileira. Vozes. Petrópolis, 1980. pp. 77 e 79; Mesmo autor. Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese de doutoramento. Campinas. 1976. mimeo. e; EISENBERG, Peter Louis. "A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878". in Modos de Produção... pp. 180 seg. Mesmo autor. "O Escravo e o Proletário". in Revista de Estudos Econômicos. janeiro-abril. 1983. Ao estudar a problemática da passagem da escravidão para o trabalho livre, este autor compara semelhanças e diferenças entre o trabalho livre e o escravo, e em o fazendo destrói as argumentações de que o

trabalho livre era mais produtivo e competitivo, afirmando que "a escravidão no Brasil não deve ser pensada apenas como um obstáculo ao capitalismo, ou o escravo como um elemento despreparado para participar, uma vez liberto, numa economia capitalista". Pelo contrário, concorda com Antônio de Barros Castro quando diz que "o escravo constitui uma antecipação do moderno proletário", ou "o proletário possível e como tal contribui para possibilitar o capitalismo; seja por meio da realização de uma acumulação primitiva sobre o trabalho escravo, seja pela incorporação de ritmo e métodos capitalistas de trabalho" (p.16).

19. FERNANDES, Florestan, op. cit. p. 19.
20. idem p. 19 a 26.
21. idem p. 20.
22. idem p. 35.
23. "A questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, no caso das fazendas paulistas, em termos de substituição física do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho; mas também a substituição do trabalhador" é o que afirma MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. Livraria de Ciências Humanas. 1975. SP. p.18.
24. IANNI, Octávio. Escravidão e Racismo. HUCITEC. SP. 1979. Raças e Classes Sociais no Brasil. Civilização Brasileira. RJ. 1972; "Negritude e Cidadania" in Cadernos PUC n° 2 EDUC/Cortez Editores. SP. 1980. Neste artigo Ianni faz um estudo onde denuncia as manipulações para que através dos recenseamentos não fique evidenciada a participação da população de cor negra nos dados estatísticos.
25. IANNI, Octávio. Escravidão e Racismo. HUCITEC. São Paulo. 1979. p. 117.
26. idem p. 118.
27. idem p. 125.
28. idem p. 125.
29. HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Graal. RJ. 1979. p. 19.
30. idem p. 19.
31. idem pp. 20 a 24.

32. idem p.
33. Clóvis Moura referindo-se à tradição de resistência organizada do povo negro contra a violência do poder, antes e após o 13 de maio, diz que "o negro brasileiro foi sempre um organizador". A organização a que se refere Moura está situada no interior da resistência e esta cristaliza-se não na mitologia histórica mas na história recente de figuras heróicas de abolicionistas e de negros como Luiz Gama e José do Patrocínio, por exemplo. Cristaliza-se na capoeira, no candomblé, e em tantas outras manifestações que a própria bibliografia branca se encarregou de classificar de expressões da cultura negra. MOURA, Clóvis. "Organizações Negras" in São Paulo: o povo em movimento. Vozes/CEBRAP. Petrópolis. 1980. p. 143.
34. HASENBALG, Carlos A. op. cit. p. 224.
35. HOLLOWAY, Thomaz H. Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo. 1886-1934. Paz e terra. Rio de Janeiro. 1984.
36. idem pp. 160 e 161.
37. idem p. 212.
38. idem p. 218.
39. idem pp. 28 e seg.
40. idem 258 e 259.
41. Diário de Campinas 17.06, 21.06 e 11.08.1888.
42. idem 26.02.1891.
43. idem 07.06.1888.
44. idem 13.06.1888.
45. idem 22.06.1888.
46. Getulino 16.09.1923.
47. Cidade de Campinas 04.10.1901 e 20.05.1901.
48. Cidade de Campinas 10.09.1902.
49. idem 14.12.1902.
50. Cidade de Campinas 21.12.1897.
51. Diário de Campinas 17.11.1899.
52. idem.
53. idem.

54. idem.
55. idem.
56. idem.
57. idem.
58. Citado pelo Diário de Campinas 21.11. 1899.
59. Diário de Campinas 19.11.1899.
60. idem 21 e 28.11.1899.
61. idem 28.11.1899.
62. idem 01, 05, 07 e 13.12.1899.
63. Cidade de Campinas 24.04.1909.
64. idem 16.03.1905.
65. A Lei nº 119 foi publicada no Cidade de Campinas 29.01.1907.
66. Os anúncios de jornais pedindo empregadas brancas ou estrangeiras era tão abundante que para o período pode-se consultar qualquer um dos jornais em qualquer mês ou ano. Entretanto deseja-se destacar o Diário de Campinas em novembro de 1892 tendo em vista a campanha policial contra mulheres residentes em cortiços objetivando torná-las criadas domésticas. Destaca-se também ainda Diário de Campinas 22.01.1890, 12 e 20.04.1891, 29 e 31.05.1891, 21.07.1892, 27.01 e 01.03.1893, 11.07.1894, 16.01.1895, 11.02.1896, 27.05.1897, 14.09.1898, 07.06.1899, além de Cidade de Campinas 20.05.1902, 07.03.1905, 19.02.1907 e finalmente Getulino 11, 18 e 25.11.1923 denunciando nova campanha idêntica àquela de 1892.
67. Diário de Campinas 25.11.1892.
68. idem 02.09.1891.
69. idem 30.03.1895 e 16.06.1896.
70. idem 25.05.1909.
71. Cidade de Campinas 25.11.1897.
72. idem 04.07.1903.
73. idem 09.10.1902 e 19.05.1903.
74. Diário de Campinas diversas datas, principalmente 23.04.1894, 28.04.1898 e 11.06.1901.
75. Getulino 09.12.1923.

V. VIOLÊNCIA

1. VIOLÊNCIA POLICIAL

1.2. A Força Policial

A força policial, em seu quadro de praças era composta em sua maioria de negros.

O delegado e auxiliares imediatos eram as principais figuras da força policial. O delegado era nomeado por decreto do Presidente do Estado de São Paulo e em geral pessoa da classe dominante local. Para exemplificar isso, lembra-se que as campanhas contra ou a favor dos delegados podiam até ser as bases sobre as quais eram montadas as campanhas eleitorais. Paulo Florence, delegado em 1903 e 1904, ao suicidar-se teve o enterro com "a maior manifestação até então havida em Campinas" (1).

A força policial, se forem considerados os apelos do Diário de Campinas, em 1890, para modernização e ampliação, era pequena. De fato, em junho desse ano era composta por 45 praças e recebeu o reforço de mais 13, passando a 58. Em 1892 já estava reduzida a 24 praças e em consequência dos pedidos renovados de ampliação, foi reforçada em mais 11 praças, embora a necessidade prevista fosse de 25. O contingente total de 100 praças distribuídos entre várias atividades, em 1894 não era suficiente, continuava insistindo o mesmo jornal.(2)

Estas variações do contingente da força policial parecem estar relacionadas com o alto índice de deserções, com o sistema de recrutamento das praças e com o fato de a força policial ser formada em São Paulo e enviada para servir em Campinas anualmente. O recrutamento pelo que representa em si já era um fator de incentivo à deserção, além dos problemas de péssima qualidade da alimentação, das precárias instalações do quartel, dos péssimos salários e do aviltante tratamento dado pelo superiores aos subalternos.

Esta situação não se modifica, isto é, durante todo o período, o discurso da imprensa era de que a força policial era insuficiente, mal equipada e não treinada. Havendo artigos que especificavam os problemas da polícia colocando de forma bastante clara sua deficiência em homens, recursos, armamentos, uniformes (roupas e sapatos) e instrução. Ao mesmo tempo muitos artigos exigiam "maior rigor" no policiamento da cidade.

Em 1901, em editorial, o Diário de Campinas pu

blicou mais um veemente pedido de ampliação de força policial que acabou recebendo mais reforços, chegando a ter 140 fardados em 1902, entre praças e superiores. Este número reduziu-se para 87 em 1904, embora contando com o novo pelotão de 16 cavaleiros.(3)

A força pública, como também era chamada, compunha-se, em 1905, de 86 praças sendo 14 guardas de cadeia, 7 guardas de quartel, 7 nas funções de guardas de alojamento, 1 mensageiro e 1 corneteiro, 8 estavam doentes e presos, 4 servindo como ordenanças, 14 em serviços no teatro Rink, na estação ferroviária, nos jardins, no mercado municipal e pelas ruas, 20 estavam sempre de folga, 12 nos serviços de vigilância e diligências. Quanto à distribuição hierárquica, em 1908, o batalhão da força pública era composto de 1 capitão comandante, 3 tenentes, 1 primeiro sargento, 3 sargentos inferiores, 6 cabos e 139 praças.(4)

No relatório do Movimento Policial de Campinas referente a 1907, apresentando ao Sr. Washington Luiz Pereira de Souza, Secretário dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o delegado de Polícia Bandeira de Mello dizia: "tenho-me empenhado em assegurar a ordem e manter a paz no seio do nobre e pacífico povo campineiro, fazendo outrossim, o possível para garantir a sua prosperidade de ataques de sicários. Ajuda-me, sobremaneira, no desempenho do meu espinhoso cargo a índole pacífica e respeitadora do povo.

Todavia, como embaraço aos meus esforços e boa vontade existe a má vontade da imprensa campineira, que tem procurado todos os meios para desgostar-me, por qualquer nonada, por uma nuga.

Não me causa irritação semelhante agressão, nem é ela de admirar.

É sabido que em todos as épocas e em todos os lugares a polícia foi, é e será sempre vítima de ataques rudes e impertinentes, às vezes, ela é, até atacada de modo violento e indecoroso.

É a tal história: preso por ter cão e preso por não ter...

Infelizmente não se pode administrar sem imprensa".

Ainda no mesmo relatório, o delegado fez uma série de elogios ao mesmo tempo que externalizava suas mágoas em relação à imprensa e suas campanhas contra a arbitrariedade e a violência policial, justificando que "a arbitrariedade é necessi-

dade da polícia em certas ocasiões máxime, tratando-se de casos em que se ache empenhada a honra das pessoas... por mais incorreto que pareça ser o ato da autoridade, certamente, a arbitrariedade que ela usou a propósito merece a aprovação das pessoas sensatas e honestas.

Nunca devemos queixarmos das violências das autoridades, uma vez que se verifiquem com oportunidade e quando não encontre na lei outro meio de prevenir um mal que se tem em vista prevenir. Antes devemos censurar a liberdade das nossas leis das quais muitas devem sofrer uma reforma radical".

O relatório informava que existiam em Campinas 7 distritos policiais, cada um com 1 sub-delegado: Conceição e Santa Cruz, urbanos; Valinhos, Rebouças, Villa Americana, Arraial de Souza e Cosmópolis, suburbanos. Informava também que foram detidos, no ano, 1.177 indivíduos, sendo 923 homens e 254 mulheres, pelos motivos de: vagabundagem 176; embriaguez 385; desordens 288; averiguações 117; gaturagem 84; dementes 36; lesões corporais 40; desobediência 10; jogos proibidos 9; defloramento 9; mendicidade 7; notas falsas 2; tentativas de homicídio 2. Faz o delegado também algumas lamentações: "Outrora, isto é, quando a polícia não era de carreira, não havia dificuldade de nomeação, porque em geral estes cargos eram privilegiados dos chefes políticos ou então eram ocupados por seus apaniguados."

É o que sói acontecer ainda hoje nos distritos policiais suburbanos, cujas autoridades geralmente são os chefes do lugar.

Mas na parte urbana o caso muda de figura e o resultado é, cada vez que se verifica uma vaga arvorar-se o delegado em moderno Diógenes à cata de um homem que por ... obséquio queira aceitar tão pesado ônus...".

Criticava o desinteresse dos seus auxiliares e suas irresponsabilidades, pois só queriam ser policiais "os que tem mania de mando". O relatório falava das medidas preventivas e punitivas, da legislação e da sua aplicação citando o artigo 78 do Decreto 1349 de 23 de fevereiro de 1906 e o artigo 58 das Instruções Policiais que "legitima" os indivíduos recém-chegados na Cidade, os quais eram objetos de "maior vigilância" quando "parecem suspeitos" "medida de grande importância e eficácia". "em prevenir o mal"... "Pensando desta maneira... tenho... por mim ... um agente hábil... na Estação da Estrada de Ferro, a fim de por-me a par de todas as pessoas que aqui desembarcam, levando à minha presença, as suspeitas.

Para o mesmo fim fiscalizo assiduamente os hoteis e casas de prostituição, obrigando os respectivos proprietários a terem um livro especial, com inscrição regular, diárias, das entradas e saídas dos seus hóspedes.

... razão porque pequena é a estatística criminal neste município, onde são raros os atentados à propriedade.

Quando aos atentados contra as pessoas, cujo fator primordial, como se sabe, é o álcool, tenho procurado a evitar conseguido mesmo sua diminuição ... impondo o fechamento dessas casas às 10 da noite...".

Diz também que a cadeia está em bom estado é que os presos não se queixaram contra o carcereiro ou contra a comida que era "abundante", "boa" e "saudável". Acrescentando que "todos gozam de perfeita saúde" e que "os livros estão em ordem, que o número de loucos é expressivo extraordinariamente entre os estrangeiros recém-chegados", constituindo-se numa espécie de bando de europeus, provocada pela mudança e muitas vezes pelo arrependimento de ter vindo para o Brasil.

Os meios de transporte da polícia constituíam-se em 3 carros: uma imprestável "victória", um "trolley" americano e uma ambulância. (5)

Conclui-se que a força policial, embora relativamente pequena, mal equipada e deficiente, tinha uma atuação significativa face às prisões, tumultos e ocorrências diversas nas quais participa e era composta de maioria negra nos escalões subalternos.

Pela imprensa de Campinas, entre 1888 e 1926, as punições recebidas por praças de polícia aconteceram por, principalmente, seis motivos: primeiro, por importunar senhoras de família e famílias em si, 18 casos; segundo, por importunar pessoas influentes da sociedade, 14 casos; terceiro, por embriaguês e desordem em vias públicas, 13 casos; quarto, por insubordinação, 6 casos; quinto, por deserção, 5 casos; e sexto, por colaborar com fuga de presos, 2 casos. (6)

Em 1905, os soldados iam tomar posse das armas e munições, tomar o quartel, a cadeia e iam soltar os presos, em reação o tratamento recebido dos superiores, idênticos ao tratamento dado aos escravos quando estes existiam, aos marinheiros e alguns tipos de trabalhadores da época, isto é, na base da chibata. Porém o movimento logo foi debelado. (7)

Pelo Almanach Histórico e Estatístico de Campi

nas, 1912, organizado por Benedicto Octávio e Vicente Melillo, a polícia compunha-se de: 1 delegado, 2 suplentes, 1 escrivão, 1 médico legista, 2 agentes de segurança, 2 cocheiros, 7 sub-delegados, 11 suplentes de sub, 13 inspetores. Em 1920, o destacamento militar compunha-se de 220 homens de infantaria e 15 de cavalaria, porém de 1924 ainda se reclama da falta de policiamento, destacando-se os assaltos ocorridos e o fato de a patrulha local ter apenas 20 soldados. (8)

Encerrando o período, em 1926 ainda "decididamente Campinas está a mercê dos larâpios e desordeiros.

Crimes, roubos, furtos, desrespeitos à moral, um pandemônio de males que envergonham e enlutam a cidade..." A falta de policiamento é a causa disso tudo. Segundo o Diário de Campinas "Os soldados da Força Pública são poucos e os agentes de segurança, reduzidíssimos". Como solução sugeria-se a utilização dos homens do Tiro de Guerra 176. (9)

1.2. O Recrutamento

Um mês depois de assinada a Lei Áurea o governo retoma o argumento da lei de 1874 pela qual foi autorizado o recrutamento forçado em todo país, para completar os quadros do exército, fato que se repete em janeiro de 1889. O recrutamento forçado não foi recuperado enquanto instituto legal, mas continuou sendo uma das formas de recrutamento das forças militares. Há fortes indicações de que praticamente toda soldadesca da força policial de Campinas foi nesse período, composta de negros recrutados dessa forma.

À falta de outra opção de trabalho, ser policial era uma forma de garantir cama e comida, além de ser, também, uma forma de se passar para o lado da legalidade, isto é, transitar de "vagabundo" a "autoridade". Incluem-se aqui alguns casos de pedidos voluntários de engajamento e as indicações diretas de algumas autoridades como forma de "dar" trabalho a um "protégido".

Desta forma, a permanente ameaça de repressão promovida pela própria polícia e a falta de perspectivas de outros empregos, funcionavam como fatores para induzir os negros a entrarem na corporação policial militar. Apenas para complementar o argumento, é necessário lembrar também a questão psicológica do exercício do poder. Isto é, o direito de reprimir que passa a ser desfrutado pelo homem negro que sempre fora o objeto do exercício do poder repressivo e da violência. Acredita-se que esse fator também possa ter constituído um veículo de atração da polícia enquanto espaço de trabalho e fonte de sustentação.

Um editorial de janeiro de 1889 no Diário de Campinas tem trechos interessantes a esse respeito. Ele comentava que depois da simpatia que o Ministério tinha ganhado com a abolição sem critérios, também sem critérios, colocava-se contra a liberdade dos cidadãos. Em ambos os casos, da abolição e do recrutamento, os atingidos eram os pretos. O recrutamento forçado pretendia ser uma medida repressiva contra a vadiagem na qual se reproduzia a caça a trabalhadores negros escravizados fugitivos.

O artigo criticava os políticos em oposição às classes sociais que estes deveriam representar, destacando algumas denúncias de diversos jornais do país sobre alianças escusas entre políticos e autoridades corruptas. Criticavam de forma apaixonada a vadiagem, enquanto geradora de males morais e aceitava a necessidade de reprimi-la, sugerindo que: primeiro, fossem criados tribunais correcionais para julgarem os delitos quase sempre oriundos da vadiagem; segundo, que fosse organizado um sistema policial mais eficiente; terceiro que fossem criados núcleos coloniais militares e escolas de trabalho, como forma de extinguir o ócio.

A parte do artigo importante é a afirmativa de que "o governo já não quer mais o recrutamento como repressão à vadiagem" e reafirma "o motivo agora é outro", isto é, preencher os quadros dos batalhões policiais recém-criados por lei.

Entretanto, Heloísa Rodrigues Fernandes afirma que a seleção, promoção, engajamento e reforma de praças obedecia aos critérios de voluntariado e premiações. Acrescentando que em 1896, os prêmios por engajamento e reengajamento passam a ser agregados aos salários, dando inclusive seus valores até 1924.(10)

1.3. A Cadeia

Após visitarem o edifício da cadeia pública em fevereiro de 1891, os jornalistas do Diário de Campinas dali se retiraram "deveras impressionados", afirmando que embora "a cada passo lê-se pela imprensa que os dignos cidadãos, delegado de polícia e promotor público fazem freqüentes visitas aquela casa, achando todos os compartimentos em bom estado e asseio satisfatório... sucede que o sistema adotado ali para dar escoamento aos resíduos humanos destrói inteiro os maiores esforços envidados por aquelas zelosas autoridades e pelo Sr. carcereiro a fim de fazerem sobressair a maior limpeza possível.

São usados na cadeia para guardar os excretos

humanos uns barris altos e proporcionalmente finos, de asas, com tampas, semelhantes às tampas de cafeteira.

Nessas vasilhas colocadas num canto da prisão (uma para cada enxovia) ao ar livre, faz o indivíduo todo o despejo necessário a sua subsistência ordinária.

Daí são retiradas e conduzidas para um pequeno compartimento, escuro, lavado de urina podre e salinas, nada ventilado que fica à direita de quem entra, ao lado da sala onde descansa o corpo de guarda.

Esse pedacinho da cadeia é que assombra o visitante. Permanecem ali vários barris servidos e em uso, destampados, infectando horrivelmente o ar que respiram os infelizes habitantes dos espaços que se abrem entre aquelas grossas paredes".

Depois de outras considerações acabam por pedir providências às autoridades "a bem da cadeia e do estado sanitário da cidade"(11).

Em dezembro de 1892 foram feitas "mais uma vez" reclamações contra a colocação de presos no mesmo cubículo da cadeia onde guardavam os dejetos, por medida de higiene. Quatro meses depois o Promotor Público fez uma visita à cadeia e "nada constatou de anormal", frisando inclusive que os "presos de nada reclamaram"(12).

Em junho de 1896, um repórter do Diário de Campinas tentou novamente visitar a cadeia mais foi impedido. Houve vários "disse não disse" entre o jornal, o sentinela e o delegado. Este último acusava o sentinela de interpretar mal sua ordem de não permitir entrada de estranhos na cadeia após a segunda chamada, isto é, após anoitecer. O sentinela dizia que o delegado não queria nenhum xereta bisbilhotando a cadeia e o repórter afirmava que tinha ido de dia. A intenção do repórter era verificar o estado da cadeia e dos presos. A cadeia, em vista das precárias condições do prédio, foi transferida para um novo prédio em fevereiro de 1897. Mas que em dezembro de 1898 também já apresentava problemas de "fragilidade, estuque rachado, grades caindo e portas quebradas". Quanto aos presos, a referência maior foi a demissão do carcereiro, em agosto de 1899, por abusos cometidos contra aqueles. (13)

De fato, a visita feita em janeiro de 1903 pelos repórteres do Cidade de Campinas à cadeia, ocasião em que ouvem 31 presos, revela que as reclamações são muitas. Em maioria as reclamações dos presos eram contra a violência dos carcereiros

e guardas, destacando o sumiço que estes davam nos seus pertences, fossem os trazidos por eles próprios no ato da prisão ou por seus familiares. Em segundo lugar reclamava-se da proibição dos presos terem nas celas folhinhas, imagens, tintas, canetas, papéis e livros. A terceira maior reclamação era contra a condenação de presos à solitária sem motivo ou por motivos fúteis. Nessa ocasião os presos negaram qualquer constrangimento por parte do delegado, embora pedissem que alguém desse um jeito no fato de que 16 presos estavam comprimidos numa cela feita para apenas 5. (14)

Uma outra visita à cadeia foi feita pelo político Heitor Penteado que acompanhado do delegado "ouviu" todos os presos, carcereiros e guardas, concluindo que "tudo ali foi achado em ótimas condições de asseio e ordem" não tendo havido nenhuma "reclamação de importância por parte dos detidos" (15).

Mesmo assim em abril de 1909, a descrição da cadeia feita pelo Cidade de Campinas era de que "O edifício em que funciona a delegacia policial de Campinas, é o mesmo prédio em que se acha aquartelado o destacamento de praças de polícia. O velho casarão... à rua Marechal Deodoro" estava "em mau estado não só quanto a exigível descência de um tal estabelecimento, mas quanto à sua segurança e confortabilidade, não tendo nem aspecto de habitação humana, semelhando antes a furnas perigosas e infectas". Logo o prédio, conforme o jornal, "necessita reformas... novas construções para favorecer de razoável alojamento os funcionários de polícia e da força pública".

O jornal acrescentava ainda que "quando o governo adquiriu esse edifício, a força policial destacada nesta cidade era de 80 homens apenas, dos quais uma parcela era ali instalada, por se retirarem daquele número as guarnições dos bairros que reduzem a menos de 50 homens de pretos arranhados.

Naquele período portanto, a repartição atendia perfeitamente ao critério da acomodação e de espaço o que não sucede agora, aumentado com se acha de 80 para 180 o número de policiais que, ainda desfalcado com o serviço dos bairros, excede a 120 alojados" (16).

Nessa época quando a Comissão de Conferência de São Vicente, órgão das Associações Católicas de Campinas, tirou em reunião, a tarefa de visitar a cadeia todas quartas-feiras, distribuindo livros, revistas, papel, tinta, penas, canetas, lápis e fumo, pareceu que ia melhorar a situação dos presos.

Em 1913 uma parede da cadeia desaba e foi então iniciada a construção do quartel, cadeia e delegacia juntos. Nesse ano, Bandeira de Mello, o delegado, proibiu a entrada de jor

nalistas no interior da cadeia que tinha 105 presos em 1917, cujos condenados foram em 1920 transferidos para a Penitenciária do Estado em São Paulo. Até 1922 as visitas à Cadeia apenas registraram "tudo em 1.^a ordem" (17).

Nesse quadro de precariedade da cadeia até que os presos fugiam pouco. Em duas ocasiões, 1895 e 1898, os presos conseguiram fazer chegar até a Redação do Diário de Campinas cartas onde expunham, sem censura, suas reclamações por melhor alimentação, pelo sabão para lavar roupa, contra os sentinelas bêbados e violentos, contra as arbitrariedades e subornos em relação às visitas e pediam que o carcereiro fosse revistado antes de entrar na cadeia para evitar que ele tomasse coisas dos presos e depois afirmasse lhe pertencer. Faziam ainda o pedido de que fossem separados os presos reconhecidamente fujões dos outros de bom comportamento, evitando-se assim problemas e sofrimentos para esses últimos. As cartas eram expressão da vontade desses. (18)

A fuga de presos em geral tinha a cumplicidade ou do carcereiro ou do sentinela ou de ambos, quando não do próprio delegado, se o preso tivesse alguma importância. Francisco Francesco, chefe de uma quadrilha, ao ser preso declarou que a cadeia era uma espelunca da qual ele sairia na hora que quisesse, e assim o fez.

As paredes rachadas, as portas frágeis e as grades quebradas da cadeia facilitavam a fuga, mas ao mesmo tempo, a facilidade com que os fugitivos eram recapturados parece que desanimava os presos. Parece inclusive que os presos ao fugirem, de frontavam-se com opções de vida em liberdade muito reduzidas e facilmente, na maioria dos casos, eram reconduzidos à cadeia que superlotada abrigava criminosos, inocentes, prostitutas, loucos e mendigos.

1.4. O Código de Posturas e o Termo de Bem Viver

O Diário de Campinas em várias ocasiões publicou disposições de polícia administrativa, sobre as quais a Intendência Municipal local chamava a atenção das autoridades policiais, lembrando que sua "observância muito concorrerá para a tranquilidade, ordem e moralidade pública". Essas disposições tratavam da repressão à vadiagem e datam de 1876. No Código de Posturas deste ano, o artigo 147, que tratava da vadiagem, previa 10\$000 de multa e 10 dias de prisão para seus infratores.

O Código de Posturas aprovado pela lei número

20, da Assemblêia Provincial de 10 de junho de 1880 e que sofreu alterações conforme as Leis números 43 e 44 da Câmara Municipal de Campinas, também ainda era aplicado em muitos dos seus artigos. Alguns desses eram bastante abrangentes e possibilitavam enquadrar, com facilidade muitos pretos, quando o próprio Código não explicitava a cor. O artigo 25, por exemplo, dizia: "São proibidas na cidade os bailes de pretos, chamados batuques e outros idênticos, salvo com licença da autoridade policial". Previa ainda multa de 10\$000 e 3 dias de prisão, acrescentando no seu § Único previsão da mesma multa e prisão para "não só aos que prestarem casa para eles, como os que de qualquer forma os dirigirem". Pela Lei nº 44 era proibido aos condutores de meios de transportes públicos "trazer nas boléias pessoas mal trajadas ou descalças". Tal cláusula incide diretamente sobre a população pobre, logo atinge os negros que constituem parcela significativa dos pobres. (19)

O "Termo de Bem Viver" era uma outra categoria de legislação muito aplicada aos negros e a todos em geral. Constituir-se de um compromisso formal assinado pelo preso por ocasião da sua soltura e era destinado a coagir moralmente bêbados habituais, prostitutas e desordeiros que perturbassem, por palavras e ações, o sossego, os bons costumes a tranqüilidade e a paz pública e das famílias. Pretendia-se com o Termo fazer os infratores prometer a não reincidência e impedir o aumento vertiginoso de detidos por pequenas causas. (20)

A maioria das notícias sobre pessoas presas, que após assinarem o termo de bem viver eram em seguida, postas em liberdade, não relata o motivo da prisão. Nestes casos o modelo predominante da notícia era: "assinou o termo de bem viver o preto..."; "de novo na cadeia a mulata... assinou o termo" e; uma manchete "Termo de bem viver", com os dados da pessoa.

Deve-se notar que a grande parte das pessoas presas por crimes sujeitos a Termo de Bem Viver, como vagabundagem, desordem, embriaguêz, furtos e averiguações, eram negros, conforme se percebe pelos comentários dos jornais que permanentemente recomendam a repressão contra a vadiagem de pretos, geralmente assim colocados:

"Desocupados, vagabundos... reclamamos mais uma vez... na rua Conceição... negros..."; ou "Vagabundagem... todo rigor é pouco... rua do Rosário... 8 mulheres de cor"; ou "Vagabundos presos... 9 indivíduos e 6 pretas"; ou "Caça a vagabundos... pretos..."; ou "Bom serviço... presos 35 vagabundos...",

embora "vimos trans-anteontem a noite... uma patrulha da rua Visconde do Rio Branco não permitir que um grupo de pretas e caboclos entrasse na cidade, intimando a voltar e acompanhado-os até grande distância" (21).

Conclui-se que a legislação escravista ainda era aplicada aos negros nos primeiros anos da república.

1.5. As Prisões e as Estatísticas Criminais

A população negra, neste quadro de arbítrio e violência era uma vítima das mais visadas. Pretos, pardos e mulattos eram presos e espancados pela simples suspeita de um cidadão qualquer: Vitorino Calixto, preto, foi preso e espancado porque estava no corredor de um prédio onde fora levar uma encomenda (22); Fabiano, preto, foi preso e espancado porque causava problemas "andando" pelo Taquaral (23); Grupos negros foram presos na Avenida Glicério por causa da "algazarra" que faziam ao andar (24). Os jornais locais diariamente publicavam relações de presos por "suspeita" com fundamento na cor da pele que os colocava como possíveis ladrões, vagabundos, prostitutas, etc.

Em certos casos a suspeita era fundamentada em outros fatos sem contudo justificar a violência da ação policial. Quando o delegado recebeu a denúncia de que próximo à estação de Rebouças existia um "quilombo", em fevereiro de 1898, a força policial organizou, o cerco na região e a prisão de 7 homens aos quais se atribuíam autoria de diversos roubos e de mais desertores do batalhão de polícia, assumiram proporções de verdadeira guerra a quilombo tal e qual acontecia antes de 1888. Todos presos eram negros desempregados e sem moradia. (25)

Qualquer cidadão podia e exercia a denúncia, levantava suspeitas e mobilizava a força policial contra a vítima que, se não tivesse como defender-se acabava por tornar-se autor do crime objeto de suspeita, pela força da tortura. Bater em negros, suspeitar e desrespeitá-los parece ter sido uma prática que não muda nestes primeiros anos da liberdade. Ou seja, a tradição escravista de que todo negro era suspeito, continuou.

O ano de 1909 foi particularmente rico em prisões de suspeitos, conforme notícias do Diário do Povo. Um preto preso durante 40 dias, por suspeita, morreu de fome no xadrez. Um outro preto trabalhador da Mogiana foi preso por suspeito, ao sair do trabalho. O cozinheiro preto do hotel Paulista, também. Um preto ex-escravo foi colocado 7 dias na solitária por suspei-

ta de ladrão porque possuía um cordão de ouro no pescoço dado pelo seu antigo patrão. Conforme denunciou ao jornal, foi ele ainda roubado de sua jóia pelo delegado Bandeira de Mello. (26)

A ação policial contra a vadiagem era a prisão feita como resultado das "caçadas", quando eram presas, de uma só vez, até 50 pessoas, como aconteceu em diversas ocasiões. Certas dessas caçadas, como a que foi ver um "quilombo", às vezes, tinham o caráter específico de atingir pretos e caboclos. Aliás, até previa-se que "se todas praças e agentes seguirem à risca as acertadas providências dadas pelas autoridades, em breve teremos a nossa terra livre dos desocupados e desordeiros" (27). E também chegava-se a afirmar que as caçadas eram "louváveis tarefas pois que muito fazem em bem do sossego público" (28).

Os jornais publicaram inumeráveis artigos criticando o espancamento mas ele permaneceu vitimando a todos independente de idade, sexo, cor, nacionalidade ou aparência. Tais críticas, em geral, eram dirigidas, contra as praças e com pedidos às autoridades para tomarem providências.

Nas prisões por desordens incluem-se as de figuras como João Alemão, que durante muito tempo foi desordeiro, sofreu espancamentos, assinou Termos de bem viver, teve diversas passagens na cadeia e processo criminais. Esse malfeitor acabou sendo o principal auxiliar de um delegado de polícia. Aliás, entre 9 amostras de prisões por desordens colhidas nos jornais entre março de 1891 e setembro de 1904, dos implicados, um era João Alemão, outro era um italiano, 6 eram pretos, 3 pretas e 2 pardos.

As prisões por furtos e roubos eram as mais abundantes e os autores eram chamados de "gatunos" e as quadrilhas chamadas de "ninhadas". Os objetos mais furtados dos indivíduos eram relógios e dinheiro. Das casas, eram as galinhas, perus, roupas e alimentos.

Contudo se se depreende que o objeto de furto podia ser qualquer coisa, não se estranha o furto de velas, vinho e cavalos como bastante praticados.

Quando passavam pelas ruas tendo algo nas mãos ou na cabeça, muitos negros eram presos sob suspeita de furto. O fato de portar algo era motivo da suspeita, que provocava a abordagem dos policiais ou as denúncias e queixas que mobilizavam as forças policiais e prisão do "suspeito". Os exemplos mais significativos, já abordados, foram o do preto que recebera de presente um saco de frutas e porque passava pela rua carregando-o, foi to-

AMOSTRA DO MOVIMENTO DA CADEIA DE CAMPINAS EM NÚMERO DE PRISÕES POR SEXO, NACIONALIDADE, COR E DELITO

SEXO	1904		1905				1906				1909				1920		1921		1926	
	Out.	Jan.	Março	Maio	Julhc	Setem	Out.	Novem	Jan.	Junho	Julho	Setem	Out.	Novem	Dezem	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	
M Ê S	071	157	160	126	119	102	174	123	104	60	92	115	154	135	186	1.071	-	-	1.586	
TOTAL	-	133	136	105	97	80	102	94	73	52	56	80	118	106	148	-	-	-	-	
Homem	-	24	24	21	22	22	72	29	31	8	36	35	36	29	38	-	-	-	-	
Mulher	-	111	108	83	84	69	92	-	73	45	-	-	-	107	-	-	-	-	-	
Brasil	-	21	24	25	14	-	-	-	13	7	-	-	-	16	-	-	-	-	-	
Itália	-	11	17	10	9	-	-	-	6	3	-	-	-	5	-	-	-	-	-	
Portg.	-	8	-	-	7	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanh.	-	8	5	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alem.	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	35	36	31	31	-	-	18	25	13	1	1	8	2	-	-	-	-	600	
Vagabun.	18	18	30	-	28	-	-	31	16	6	15	16	26	14	5	-	-	-	258	
Desord.	38	54	46	-	42	-	-	45	28	24	40	74	70	41	8	-	-	-	370	
Embrig.	-	24	26	19	-	-	-	16	8	6	15	14	36	65	168	-	-	-	182	
Áverig.	24	9	1	-	4	-	-	-	12	1	3	3	-	1	-	15	-	-	-	
Furtos	24	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	10	37	-	-	
Homícidio	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Loucura	-	1	7	-	-	-	-	-	-	3	5	4	5	7	-	-	-	-	-	
Tent.Hom.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	
Ferimento	-	12	7	-	6	-	-	-	-	-	5	2	1	7	-	56	117	-	-	
Preto	-	-	-	63	58	50	66	77	60	41	60	63	89	75	106	-	-	-	-	
Branco	-	-	-	63	61	52	68	46	44	19	32	52	65	60	80	-	-	-	-	

- Não foram tabelados aqui certos crimes que aparecem esporadicamente como: desrespeito a autoridade, desobediência, raptos, estupro e falsificação. Não foram tabelados também as queixas, incêndios e expulsões do país. - A deserção será tratada de forma específica. - Vadiagem, ma-landragem e ociosidade foram incluídos no item vagabundagem.

FONTES: Cidade de Campinas de 06.11.1904, 04.02, 05.04, 03.06, 05.08, 03.12, 05.10, 07.11 de 1905, 06.02.1906, 07.07.1907, 18.11 e 15.12 de 1909. Comércio de Campinas de 07.08, 05.09, 12.10, 18.11 de 1909 e 19.01.1910. Diário do Povo de 27.01 e 14.01 de 1921, 06.01.1922 e 30.01.1927. Gazeta de Campinas de 06.01.1922; todos reproduzindo relatórios de delegados de polícia.

mado como suspeito, perseguido e assassinado por policiais, e o do preto que fora preso por portar uma jóia de ouro no pescoço.

Do total de 17.387 prisões efetuadas em todo Estado de São Paulo no ano de 1895, Campinas contribuiu com 1.170, só sendo ultrapassada pela Capital com 6.051 prisões e Santos com 2.799. Entretanto, guardadas as proporções, Campinas teve muito mais prisões em 1895 do que a Capital uma vez que calculando-se a relação entre prisões e população média, verifica-se 43,4 prisões por mil pessoas em Campinas e 25,2 prisões por mil pessoas na Capital do Estado.

Estes números acima, publicados pelo Diário de Campinas são diferentes, na parte referente a Campinas, dos dados fornecidos pela própria Cadeia que anuncia terem passado por ali no ano de 1895, o número total de 1.260 presos. Embora em outubro de 1896 estivessem na cadeia apenas 29 presos, dos quais 10 condenados por sentença e 19 aguardando julgamento. (29)

Em Campinas as profissões dos presos eram, pela ordem decrescente, jornaleiros, isto é, trabalhadores em regime de assalariamento, sem profissão ou profissão ignorada, lavradores e artistas que presume-se sejam artesãos e negociantes.

Quanto aos motivos, também pela ordem, figuram: desordens; diversos não identificados; gatunagem; embriaguez; vagabundagem; homicídio; ofensas físicas e tentativas de morte não concretizadas.

A tabela da página 148 demonstra, em primeiro lugar, que a partir de 1906 a relação de proporção de negros presos tende a aumentar, embora os dados sejam insuficientes para um quadro mais completo. Em segundo lugar, nota-se que, nos anos estudados, há uma média mensal geral em torno de 120 prisões, onde também em média, 52% dos presos são pretos, 20% são brancos estrangeiros e 28% são brancos nacionais. É necessário relembrar que a participação de negros no total populacional era, nesse período, no máximo de 20%.

Também nota-se que o percentual de participação da mulher nas estatísticas de prisões, é baixo, cerca de 20%, enquanto sua participação na composição da população era quase sempre próximo aos 50%.

1.6. Corrupção e Arbitrariedade

A corrupção das autoridades policiais estava ligada principalmente às cobranças ilegais de taxas de prisão e

carceragem, combinadas com o não lançamento dessas taxas nos livros de registro. Havia também o suborno para libertar presos sem culpa formada. Dos casos de corrupção que se tornaram públicos, um envolvia o famoso delegado Mendes que tinha a proteção do jornal Correio de Campinas por causa de suas ligações com seus proprietários, com forte influência política na época. O delegado Mendes cobrava aos presos 300\$000 para dar "andamento aos processos", além de mais 20\$000 a serem pagos ao escrivão pelos "serviços" prestados". A denúncia feita pelo Diário de Campinas dessas irregularidades, apenas resultou em briga entre jornalistas. Quatro meses depois dessa denúncia, uma outra foi feita também sem nenhum resultado. Conforme esta nova denúncia, os soldados, a mando do Delegado Mendes, vigiavam aqueles que portavam quantia significativa de dinheiro e os prendiam, alegando suspeita. Assim lhes tomavam o dinheiro e outros pertences. (30)

Continuando a sua campanha contra a corrupção na polícia, Diário de Campinas publicou em meados de 1900 vários artigos intitulados "Ridículo Policial" nos quais criticava o panfleto, assinado pelo escrivão de polícia e fartamente distribuído pela cidade onde era dito que todos criminosos locais já estavam presos, principalmente os ladrões e que os objetos apreendidos tinham sido enviados para São Paulo, Santos e Itu. O panfleto falava mal da imprensa em geral e gastava mais da metade de seu espaço louvando as qualidades do Delegado Mendes. Tal panfleto fora feito para rebater as denúncias de que o delegado estava apossando-se dos objetos apreendidos dos ladrões presos. (31)

O delegado Mendes já tinha fama de gostar de aprisionar negros para o trabalho forçado na fazenda de café de sua propriedade, além de estuprar as prisioneiras condenadas ou presas para averiguações. Ele costumava "embarcar" os presos "incômodos" para São Paulo onde em geral nunca chegavam. (32)

Na prática, houve tentativas de se criar um tipo de exploração de trabalho forçado por parte de algumas autoridades policiais. O exemplo mais importante foi o caso do Delegado Mendes que escravizava negros aprisionados por vadiagem, por acusação de roubo e furto, ou por acusação de prostituição. Inclusive em outubro de 1899, o Diário de Campinas publicou um artigo intitulado "Os vagabundos e a polícia" no qual criticava a defesa que Correio de Campinas fazia do restabelecimento do trabalho forçado. Esse segundo jornal, sem citar o nome da autoridade, elogiava sua ação de colocar presos a trabalharem para ele, em terras de sua propriedade, sem pagamento algum. Além disso, sugeria a

criação de uma prisão agrícola para que os presos produzissem os gêneros de primeira necessidade que consumissem.

Em 1902 uma mulher foi encontrada morta, na vala dos fundos do Ginásio de Campinas. Dois tiros na testa dados por um alemão que confessou o crime dizendo que estava embriagado e queria manter relações sexuais com ela, uma parda. A morta, "nos tempos da escravatura, fora uma rapariga honesta, amiga do trabalho, vivia folgadoamente na casa de seus senhores onde era muito estimada, deixou-se nestes últimos tempos arrastar-se pelo caminho da perdição, começando por prostituir-se.

Frequentava assiduamente aos lupanares e aí entregava-se ao vício da bebedeira. Já ultimamente não se ocupava de coisa alguma".

O assassino limitou-se a declarar que praticara o crime por estar embriagado e que a vítima "depois de ter em seu poder diversas quantias de dinheiro que ele lhe dera recusou-se a fazer o que prometera". Foi então que ele "declarou cinicamente, que, levado pela raiva, sacou o revólver e a queima roupa deu-lhe os dois tiros.

O revólver, não se lembra onde está e tem uma vaga lembrança de atirá-lo fora"(33).

Risoleta, assassinada, tinha sido testemunha em um dos processos crimes do Major Mendes, o delegado. O desenvolvimento do caso revelou que na realidade o alemão tinha sido contratado pelo delegado para eliminar uma testemunha incômoda. Como ele, o delegado, era a justiça, o assassino continuou pelas ruas contando as vantagens do seu feito.

Aliás, a corrupção policial já tinha gerado uma revolta de policiais comandados por um sargento, no início de 1898, quando houve um desentendimento interno por causa da partilha do montante tomado dos presos. (34)

O artigo, desta vez intitulado "Edificante! Rendas Policiais Mendes Chaves & Cia", tratando das acusações ao Major Mendes Delegado de Polícia, e ao sub-delegado da Freguesia da Conceição, Antonio Maria Chaves, denunciava o fato de que aqueles dois corruptos, delegado e seu auxiliar, chegaram mesmo a brigar entre si por causa das "contribuições" exigidas dos presos como taxas para lavrar autos de prisões e alvarás de soltura, além dos dinheiros recebidos em combinação com carcereiros para facilitar fuga de certos presos como no caso do italiano Francesco. Os dinheiros arrecadados deveriam ter equivalentes em selos afixados nos pa

péis. Não podiam ser rendas de autoridades. O artigo pedia que o Major depositasse, em cartório, os livros de alvarás de solturas e prisões para serem examinados. Mas ele não o fez.(35)

Ao mesmo tempo Diário de Campinas denunciava as corrupções, arbitrariedade e violências das autoridades policiais e reafirmava seu apoio à campanha contra a vadiagem, insistindo que esta fosse feita dentro da lei. Nesse sentido, publica uma série de leis aplicáveis ao caso e também continua suas críticas contra as praças desordeiras, embriagadas, arbitrarias e contra os espancamentos, fazendo uma série de denúncias.(36)

A corrupção da polícia ainda foi, em junho de 1905, motivo de uma acirrada briga entre os jornais Comércio de Campinas e Cidade de Campinas por causa da campanha do primeiro contra a cobrança de uma taxa de carceragem no valor de 9\$500 para cada preso, sem que tal taxa fosse em selos do governo e nem a quantia arrecadada aparecesse em nenhum livro da cadeia.(37)

A violência da polícia penetrava também lugares de trabalho. A polícia era chamada a resolver todos e quaisquer conflitos, além de intervir sem ser chamada, ou mesmo, dela própria promover os conflitos com ações características de abuso do poder e falta de bom senso. Como exemplo destacam-se alguns episódios: Na área rural, tem-se o caso de um colono que tendo ido a uma fazenda vizinha à sua buscar uns seus pertences, avistou dois soldados e tentou desviar amedrontado por algum motivo não identificado. Os policiais então lhe deram voz de prisão, tomaram-lhe os pertences e espancaram-no violentamente. Outros exemplos de violência da polícia na área urbana, reúnem três episódios de prisão de operários de jornais que trabalhavam até tarde da noite, foram tomados como suspeitos em vista da hora que foram encontrados na rua às "10 horas da noite", "às 21 h 30 min" e "de madrugada". Estes episódios de prisões de trabalhadores merecem vários artigos e protestos de jornais, e há outros relatos de operários e músicos negros também espancados, por policiais, sem motivos.(38)

Outro exemplo foi o fato ocorrido no início de abril de 1909 e relatado pelo Cidade de Campinas: O delegado de polícia preocupado com a caça de um criminoso negro, perdeu a noção do que era ação policial e empreendeu verdadeiro terrorismo sobre os negros a título de prisões por suspeitas, para averiguação e para interrogatório. O caso somente foi noticiado porque um empregado de uma funerária tinha sido preso no local de trabalho e estava moribundo após ser violentamente espancado. Como o rapaz estivesse sozinho na hora da prisão, a funerária ficou abandonada até a noi-

te quando chegou o proprietário. Elyseu de Paula Pedroso, dono da funerária, indignado com tal irresponsabilidade da polícia e confiando no seu empregado, o qual conhecia bem, empreendeu uma luta no sentido de libertar seu trabalhador que foi solto após ampla cobertura do fato pela imprensa. O caso foi encerrado sob a explicação de que o trabalhador tinha sido confundido com o criminoso.

1.7. Relações Praças e Populares

Haviam soldados que quando embriagados, promoviam desordens, arbitrariedades e violências. Eles utilizam-se de facas, navalhas, cassetetes, açoites, armas de fogo e espadas, além da popular "reflada" com a baioneta da carabina que carregam.

Há os casos de conflitos entre praças desordeiros e populares que assumem proporções violentas como o caso ocorrido em setembro de 1900, quando 2 sargentos, um cabo e dois soldados resolveram cercar uma rua e quebrar todas as portas e janelas de 18 casas, além de refflar cerca de 30 pessoas, deixando 1 morto, 10 feridos graves e 19 feridos leves.

Um dos divertimentos preferidos dos soldados era empurrar as pessoas das calçadas por onde passavam, fazê-las retrocederem em suas caminhadas e dispersar grupos de pessoas reunidas. Um outro divertimento muito comum era a briga, em praça pública, entre grupos de soldados da cavalaria com os do corpo policial. Seus pontos preferidos de arruaça eram exatamente os locais onde tiravam serviço: a estação ferroviária, a frente do Teatro Rink, os jardins, as portas dos bares e as calçadas.

Em geral as vítimas de prisões reclamavam de terem sido roubadas pelos policiais tanto em seus pertences pessoais como em seus pertences domésticos, quando suas casas eram invadidas.

Um outro comportamento comum dos soldados bêbados era desfilar pelo centro das ruas desacatando a todos com palavras, desafiando-os e ameaçando a prendê-los.

Nesse sentido, aparece então o tipo também muito comum e muito criticado dos "praças abusados" que se aproveitam do terror que impõem para perseguir as mulheres, casadas ou não, velhas e moças, acompanhadas ou sós. Havendo casos de conflitos entre maridos e pais com soldados, os quais aproveitam a bebida para visitar as redações dos jornais para reclamar de uma ou outra notícia que não lhes agrada.

A prisão por passar dinheiro falso parece ser a menos violenta. Não se registrou nenhum espancamento bárbaro nessas prisões embora tenhamos encontrado nos jornais 11 casos de pretos passadores.

Dentro do quadro da ação policial mais geral colocam-se os episódios em que a tônica era o conflito entre praças e populares indiscriminadamente e que resultaram em ferimentos ou mortes de um dos lados ou em ambos. A característica desses conflitos, em maioria, era o protesto popular contra a arbitrariedade e violência da ação policial.

Em março de 1891, empregados de uma fábrica de cerveja, seus proprietários e parentes em número de 15 pessoas, travaram verdadeira batalha com 19 praças. O motivo foi a arbitrariedade dos praças que invadiram a fábrica porque não gostaram das risadas dos trabalhadores que lá dentro estavam num momento de folga. (39) Contudo, os policiais de rua foram também objeto de agressões gratuitas de populares. Provavelmente tais agressões eram vinganças. A série de facadas e navalhadas que vitimaram algumas praças que faziam ronda noturna nos inícios de 1894 e 1895 reforçam essa suspeita. (40)

Um outro tipo de agressão sofrida pelas praças por parte de populares eram resultantes da inconformação pública frente ao tratamento dispensados aos suspeitos de crimes e a outros infelizes que eram presos. Em seis casos encontrados o espancamento público de preso resultou em grande tumulto entre praças e populares.

Nas festas populares como aleluia ou malhação de Judas, principalmente, havia sempre conflitos pois o "Judas" mais malhado é um "soldado". O carnaval, em segundo lugar, era a época de maiores conflitos entre praças e populares.

As prisões sem motivo e com espancamento são a expressão máxima da arbitrariedade e violência. Essas prisões eram feitas contra pacatos cidadãos sozinhos, senhoras de boa aparência sós ou acompanhadas, grupos de pessoas ou contra uma só pessoa, desde que houvesse alguma suspeita ou denúncia.

O espancamento de presos no interior da cadeia pública também era motivo de muitas reclamações e a campanha da imprensa contra as violências em nada contribuía para seu fim efetivo, havendo inclusive, casos diversos, mais graves, de 10 a 30 praças espancaram um só homem em público, ou de praças bêbados que efetuam espancamentos e prisões sem motivo. Em novembro de 1907,

por exemplo, dois soldados prenderam um preto que foi brutalmente espancado em público. O jornal Cidade de Campinas noticiou, criticou e pediu mais humanidade. O comandante do destacamento não quis se manifestar e um sargento e dois soldados foram à redação do jornal "informar" que a notícia tal como tinha sido publicada era falsa e que quanto a agressão do preto, "ele mesmo a provocara ao morder o dedo do sargento"(41).

Conclui-se que neste período em Campinas da polícia o que ficou destacado foram a corrupção, a arbitrariedade e a violência que a caracterizavam. Como a maioria dos presos são negros pode-se inferir que são eles as maiores vítimas da arbitrariedade e violência. Entretanto como a maioria dos soldados rasos é negra retira-se daí que a violência atinge a população negra como agente e vítima.

Como os recursos de repressão ao crime eram poucos a violência adquiria importância e a corrupção podia ampliar-se.

Por outro lado ser policial era uma ocupação indesejável mesmo nos seus escalões médios.

Os baixos soldos, as péssimas condições de serviço, alojamento, alimentação e tratamento não atraíam candidatos para os escalões inferiores. Era mais um trabalho sujo realizado por negros. Nos escalões mais altos a corrupção, arbitrariedade e violência serviam para fins diversos conforme os interesses particulares de autoridades.

O trabalho forçado, as chibatadas punitivas, as refladas, os espancamentos públicos e prisões violentas sem motivo formam um quadro em que a figura do negro em Campinas estava presente, configurando uma realidade de violência a que são levados pela corrupção e arbitrariedade do poder que deveria combatê-la.

2. DISSENSÕES, AGRESSÕES E CRIMES

2.1. Casais, Pais e Filhos

São muito comuns as notícias acerca de brigas entre casais negros. A figura da amante ou do amante que em geral está presente nesses episódios. As armas utilizadas tanto pelos homens como pelas mulheres, são pela ordem de incidência: faca, navalha, canivete, pedaço de madeira e pedra. De 20 casos de brigas

tomados como amostra para o período, 6 são facadas de homens em amásias, com 4 mortes, 5 são de facadas e navalhadas de mulheres em homens, com 2 mortes, caso de briga a sopapos entre dois homens por ciúmes de mulher, 1 caso de discussão entre casal que ao ser repreendido por transeuntes, o homem sacou uma navalha e feriu diversos populares, 1 caso de briga entre um casal onde a arma foi um tição de lenha utilizado pelo homem e no restante dos casos são apenas utilizadas as mãos nas brigas entre os casais. (42)

A maioria dos casos de agressões violentas de pais contra filhos, aparecem após 1900 e apenas noticiados pelo Cidade de Campinas com matérias detalhadas. Parece que havia lá um repórter especialmente interessado em fatos dessa natureza.

Nas notícias da imprensa campineira na relação de pais e filhos negros evidencia-se crime de infanticídio e espancamento de crianças por seus pais. Os dois casos a seguir são típicos. No primeiro a crioula Emília, solteira, sem família, sem recursos, "empregada a 4 meses numa casa" matou o filho recém-nascido. "A infanticida, interrogada, procurou excusar-se dizendo que a fratura no crânio que causou a morte do recém-nascido é devido a uma queda que o mesmo sofreu do leito, logo em seguida ao nascimento, mas não explicou aceitavelmente as lesões encontradas no pescoço e no rosto do feto, indicadoras de tentativa de estrangulamento" (43). No segundo caso, Germana de Assumpção empregada da fazenda São Bento, preta, 35 anos, muito conhecida na região, e mãe solteira, matou filho de 2 meses, motivo "grande miséria em que se encontrava" (44). Num terceiro, uma mendiga matou seu filho de 1 mês. Disse que "caiu no chão" (45).

Entre janeiro de 1909 e agosto de 1910 foram coletados 15 casos de mães pretas que matam seus recém-nascidos. Em 5 desses casos, as crianças foram colocadas em chiqueiros de porcos. (46) O padrão da notícia é esse: "Lauzinha Joana Maria Francisca, mãe solteira, preta deu luz a uma criança, deixando-a no pasto" (47).

Em 1913 aconteceram mais dois casos. No primeiro, "mãe parda mata recém-nascido" (48). No segundo, um casal, ele preto, ela parda, matam e enterram filho de 33 dias. (49)

Desses 17 casos de infanticídio, em 7 os autores eram mães ex-escravas e em 8 solteiras. Parece que o fato de algumas mães trabalharem como domésticas ou em fazendas não melhorava suas perspectivas de criarem filhos. Nos casos de infanticídio praticados apenas por mães solteiras, a explicação do crime poderia ser o próprio fato de serem solteiras e sem recursos. Entretanto

como haviam casos em que ambos os pais, casados ou não, eram os autores do crime, deduz-se que além da vergonha das mães solteiras, somavam-se o medo de sofrimentos futuros, o temor da falta de perspectiva de condições dignas de vida, as próprias condições de precariedade e violência em que viviam ambos pais ou somente as mães, levando-os a tais ações como forma de tentarem evitar a ampliação de seus sofrimentos. (50)

Quanto ao espancamento de filhos parece que sua ocorrência freqüente tem a ver com a tradição geral da solução dos problemas sociais pela violência, agravada pela própria falta de estruturas emocionais dos pais recém-saídos do escravismo mas ainda vivendo sob sua influência, situação psico-social agravada pelo desemprego, pela deficiência alimentar, pela saúde debilitada e pelas p^{er}sas condições de moradia.

.3. Branços e Negros

Em 16 de abril de 1890 um "preto" foi morto por vários "moços", sem nenhuma referência de motivos. Em agosto de 1893, um preto recebeu um tiro na coxa, dado por um português, sem motivo explicitado. Em 1895 um preto de 40 anos foi morto a facadas em briga com brancos. No mesmo ano um italiano e dois espanhóis matam um preto. (51)

Havia muitos crimes específicos de brancos contra negros, estes exemplos acima são alguns dos 15 casos encontrados no período de 1888 a 1910. As características gerais das notícias são: primeiramente, curtas, sem outras informações além da cor e sexo, às vezes tem o nome das pessoas envolvidas; em segundo lugar, nessas notícias as armas mais utilizadas, pela ordem, são espingardas, facas, cacetes e instrumentos agrícolas, como foices, facões e enxadas. A bengala aparece como uma arma que mata negros também. Até uma campanha da polícia foi feito em 1896 recolhendo as bengalas dos cidadãos; em terceiro lugar, os motivos, em geral, parecem fúteis ou ignorados. (52)

Um motivo de briga entre brancos e pretos que merece destaque é o chingamento. Há muitos casos de desavença provocadas ou agravadas por motivo de branco chamar homem de cor de "negro" como forma de insulto. Nestes casos fica bem caracterizado a denotação da cor escura da pele como um "defeito" ou uma desvantagem que os próprios negros incorporam e aceitam.

As três ocorrências que seguem exemplificam o geral. Na primeira, um branco, por "efeito de pinga", "sem motivos",

"deu violenta pancada na cabeça da preta Maria de Jezus" que ficou em estado grave. (53) Na segunda, houve briga entre brancos, um preto tentou apartá-los em conseqüências do que foi morto com 2 tiros. Os brancos fugiram. (54) Na terceira, um sírio matou um preto a pauladas por motivo não esclarecido. O sírio já era um assassino conhecido no local enquanto o preto era, reconhecidamente, um pacato cidadão. Nenhuma providência foi tomada. (55)

Quando a situação é de negros ofendendo brancos, as notícias adquiriam uma característica a mais, além das já conhecidas, isto é, quase todas explicitavam o destino do ofensor com um "foi preso", "fugiu", "está detido" etc. Explicação essa que raramente há nos casos onde o autor da ofensa é branco. Entre cada 20 casos de negros ofendidos (ferimentos leves e graves, assassinatos e linchamentos), mais da metade não tem autoria explicitada, ao contrário dos casos em que brancos foram ofendidos.

Aqui as principais armas ainda são a faca e a na valha, com pequena incidência do instrumento agrícola, a foice. A denúncia ressurgue como força repressora, quando um indivíduo de cor branca ou de cor não explicitada se queixa de ofensas promovidas contra si por negro.

Ainda um outro aspecto que aqui se ressalta, é a ação repressiva contra toda comunidade negra quando ocorria algum crime onde o ofensor era suspeita ou confirmadamente negro. Neste caso as caçadas tornavam-se mais intensas. O assassinato do soldado José Esteves demonstra isso. Na ocasião haviam três pretos suspeitos que não foram achados, mesmo assim 16 pessoas pretas foram presas e 5 torturadas como parte das "investigações" (56).

Talvez a violência mais extremada contra os negros seja o linchamento. Dos 7 casos encontrados, em 4 os linchadores foram "desordeiros" que invadiram casas de pretas ou famílias de pretos, sendo estes arrastados para a rua e linchados. Em ne nhum desses 4 casos houve motivo claramente explicitado para o linchamento, a não ser a própria "desordem". Em dois desses casos, foi exatamente a reclamação dos linchados contra a perturbação dos desordeiros que motivou a ação de linchar. (57)

Parece que a imputação de crime a alguém, nesses casos, era um processo difícil e demorado, resultando na impunidade. Aliás a classificação dos linchamentos como "rolo" ou "desordem" justifica o immobilismo da polícia na tomada de providências. Isso acabava por incentivar mais linchamentos, tal como aconteceu com o preto Romualdo, acusado de crimes sexuais, que foi arrasta-

do, fuzilado, enforcado e queimado por populares revoltados. (58)

Um outro linchamento caracteriza a extrema impotência dos negros diante da sociedade branca: Antonio Zacarias matou o fazendeiro Modesto de Abreu por causa de desentendimento entre ambos na medição do café colhido pelo primeiro como empregado, na fazenda do segundo. O preto assassino entregou-se à polícia que o prendeu fortemente amarrado. Nessa condição, no interior da prisão, ele foi linchado por populares que invadiram a prisão. (59)

Outra forma de ofender pretos foi o incêndio de suas casas. Três casos foram encontrados nos jornais, dos quais, o mais horrível aconteceu em 1890 quando pessoas não identificadas atearam fogo na casa do preto Reinaldo Luiz Pereira, matando-o juntamente com seus filhos. (60)

Nem sempre essas relações violentas envolviam pessoas de raças diferentes. Havia muita briga entre negros, ou seja, estas eram mais comumente noticiadas. Seguindo as características gerais, as notícias de desentendimentos entre negros eram curtas. Em 27 casos encontrados, pelo menos envolvem mais de duas pessoas.

As brigas eram com facas e navalhas, nas fazendas, nos bares e nas ruas. Raramente os motivos eram explicitados. Dos motivos explicitados, 4 foram por dívidas. Um caso curioso foi de uma briga havida em Souza, sem explicitação de motivos, em que a uma grande briga entre negros junta-se confusão maior de outra briga entre italianos. (61)

Também haviam brigas entre brasileiros e imigrantes, onde a cor não era o elemento de maior repercussão, ou seja, destacam-se os casos onde nativismo e/ou nacionalismo assumem o papel de componentes fundamentais nos conflitos. Então surgem as diversas desavenças entre colonos italianos e nacionais brancos e negros, e que envolvem crianças e adultos. Três exemplos são suficientes para ilustrar tal situação. No primeiro, destaca-se que quando aconteceu um conflito entre colonos italianos e brasileiros na fazenda Boa Esperança, o único ferido foi um preto. No segundo exemplo o conflito ocorreu no centro da cidade, quando colonos italianos se recusaram a pagar, a um grupo de negros, certo trabalho combinado e executado. O terceiro, em 1902, entra no rol dos linchamentos. Um "caboclo", "pacífico" fora linchado por um grupo de italianos, recebendo vários tiros, facadas e cassetadas pelos motivos que "são os instintos perversos, acendidos pelo álcool determinaram". O importante aí é que o crime, conforme o Cidade de Campi-

nas era de natureza tal que "se tivessem invertidas as posições, isto é, se a vítima fosse um italiano e os algozes brasileiros, a imprensa colonial (da colônia italiana) já teria gritado por 'vingança', por 'penas severas' e por 'indenização'". Exatamente como faziam sempre que um seu compatriota sofria injustiças e violências. (62)

Para finalizar, destacam-se as ofensas sofridas por crianças e jovens negras na forma de estupros e defloramentos. De 18 casos encontrados, em 9 os crimes eram de patrões contra suas empregadas ou crianças agregadas. Os outros 9 casos não tiveram autoria explicitada.

Conclui-se que as relações sociais e raciais dos familiares dos casais, dos pais e filhos, dos vizinhos e concidadãos eram também atingidas por uma violência gerada na tentativa de resolver, pela força física, os seus conflitos. Tal violência manifestava-se em forma de brigas, assassinatos e linchamentos.

3. NOTAS

1. Diário de Campinas 18.12 e 08.05 de 1890, 13.03.1891 e 25.10.1893.
Cidade de Campinas 12.03.1905 e 06.12.1904.
2. Diário de Campinas 31.01, 15.06 e 23.06 de 1890; 09.01, 21.01 e 12.04 de 1892; 11.07.1894 e 27.05.1900.
3. Cidade de Campinas 11.01 e 24.03 de 1902 e 20.09.1904.
4. Cidade de Campinas 20.09.1904 e 13.04.1905.
Correio de Campinas 08.01.1909.
5. Correio de Campinas 24, 25, 26, 28 e 29.01.1908.
6. Não é possível fazer um levantamento do número exato de praças punidos, porque as notícias da imprensa falam de praças e praças sem especificar, em todos casos, quantos. De forma que aqui são dados os números de casos, os quais em sua maioria englobam praças, isto é, mais de um. Deve-se também destacar que nos casos de embriaguês e desordem aparecem 3 sargentos e nos de importunar senhoras, 5 sargentos e 2 tenentes.
7. Cidade de Campinas 29.06.1905 e 18.11.1905.
8. Diário do Povo 26.03.1920 e 12.04.1924.
9. Diário de Campinas 23.02.1926.
10. FERNANDES, Heloisa Rodrigues. A Força Pública de São Paulo: Origem, determinações e fundamentos históricos - 1831-1926. Mestrado. mimeo. Deptº Ciências Sociais. F.F.L.C.H. USP. SP. 1972, p.217.
11. Diário de Campinas 19.02.1891.
12. idem 01.12.1892 e 29.04.1893.
13. idem 15 e 19.06.1896, 02.02.1897, 31.12.1898 e 22, 23.08.1899.
14. Cidade de Campinas 10.01.1903.
15. idem 01.04.1905.
16. idem 24.04.1909.
17. Diário do Povo 02.11.1922, 12.07.1913, 14.08.1913, 17.01.1917, 02.09.1920, 13.01.1921.
Gazeta de Campinas 04.06.1922.
18. Diário de Campinas 24.08.1895 e 30.12.1898.
19. Leis e Resoluções 1890 a 1900. Mesa da Câmara. Leis Orgânicas da Câmara Municipal de Campinas. Tipografia Livro Azul. 1892.

20. O "Termo de Bem Viver" era regulamentado pelos artigos 111, 112 e 113 do Código de Posturas Municipais de 1880 e pelos artigos 121 a 124, 206 a 210 e 294 do Código Penal.
21. Cidade de Campinas 30.11.1907, 14.10.1902 e 20.05.1902.
Diário de Campinas 16.03.1895 e 11.03.1891.
22. Diário de Campinas 30.01.1890.
23. Diário de Campinas 18.09.1890.
24. Diário de Campinas 10.06.1890.
25. idem 22.02.1898. A palavra "quilombo" continuou, após 1888 a significar comunidade, de negros. Atualmente ainda são encontrados bairros ou vilas onde há predominância de negros que são denominados quilombos.
26. Comércio de Campinas 25.03, 15.04, 18.04, 22.04, 28.04 e 02.06 1909.
27. Diário de Campinas 24.09.1896.
28. Cidade de Campinas 10, 11, 12 e 13.11.1907.
29. Diário de Campinas 02.05 e 06.08.1896.
30. idem 24.08.1895 e 30.12.1898.
31. idem 01, 08.03 e 30.07.1898.
32. idem 29.05 e 30.05.1900.
33. Cidade de Campinas 28.01.1902.
34. idem 20.02.1898.
35. O jornal lembrava que "O artigo 95, do decreto nº 217 de 27 de novembro de 1893 baixado para a execução do art. 6º da Lei nº 92 de 12 de setembro de 1893 diz "A carceragem que competir aos carcereiros passa a ser renda do Estado e será arrecada por meio de selo na ordem de soltura".
36. idem 29.01.1898.
37. idem 19.11.1899.
38. idem 30.04.1909, 20.04.1910 e 07.12.1910.
idem 29.06.1905 e 18.11.1905.
39. Diário de Campinas 25.03.1891.
40. idem 14 e 28.02.1894, 28.12.1894 e 01.01.1895.
41. Cidade de Campinas 10, 11, 12 e 13.11.1907.
42. Diário de Campinas e Cidade de Campinas diversas datas entre 1888 a 1910.

43. Cidade de Campinas 17.08.1904.
44. Cidade de Campinas 14.07.1907.
45. Diário de Campinas 08.11.1889.
46. Comércio de Campinas entre 01.01.1909 e 30.08.1910.
47. idem 20.08.1910.
48. Comércio de Campinas e Diário do Povo 09.12.1913.
49. Comércio de Campinas 11.02.1913.
50. Não são o infanticídio como também o aborto foram utilizados, já antes de 1888 como forma de evitar problemas ou "criar filhos para o cativoiro" como lembra Queiroz Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em São Paulo. Livraria José Olympio/MEC. Rio de Janeiro/Brasília, 1977. p. 130.
51. Diário de Campinas entre 16.04.1890, 30.08.1893 e 17.12.1895.
52. Diário de Campinas 29.12.1896. No qual dizia que era arbitrariedade do delegado de polícia a ordem de recolher as bengalas que estivessem sendo usadas pelo povo, sob o argumento da inconstitucionalidade da ordem.
53. Comércio de Campinas 15.06.1919.
54. Diário do Povo 02.07.1915.
55. idem 13.03.1917.
56. Diário de Campinas 01.07.1890.
57. Diário de Campinas 26.01.1892 e 10.12.1896.
Cidade de Campinas 08.05.1906.
58. Diário de Campinas 14.07.1891 e 24.01.1895.
59. idem 30.10.1891.
60. idem 04.10.1890.
61. idem 17.08.1892.
62. idem 11.09.1895 e 11.07.1897.
Cidade de Campinas 30.03.1902.

VI - PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO

1. BRANQUEAMENTO E NACIONALISMO

Houve um projeto político mais amplo e geral que orientasse a ação das entidades, dos políticos ou mesmo das ações individuais dos negros?

Em princípio parece que os únicos traços comuns dessas ações foi o desejo de integração ao conjunto da sociedade. Primeiramente através do reconhecimento da nacionalidade brasileira, isto é, o direito à cidadania. "O negro é um estrangeiro no Brasil", dizia Getulino. (1) Esta cidadania, para alguns, poderia ser conquistada através do embranquecimento não só da pele, como também da cultura.

Considerando Getulino um veículo representativo da expressão do projeto político mais abrangente dos negros campinenses, identifica-se aí o branqueamento e o nacionalismo como principais eixos de luta para consecução da integração social, a qual foi assim exposta: "em realidade os primeiros passos eficazes para a condição primordial de nossa nacionalidade se arriba tão só na fusão das raças" (2).

Percebe-se então que o ideal de branqueamento era muito forte. Uma série de artigos do Getulino demonstrou isso. Esse branqueamento, realizado na fusão das raças implicaria no desaparecimento do negro conforme - até os negros acreditavam - previa-se fosse ocorrer, porque era um processo "matemático" (3).

Entendendo que o desaparecimento do negro era irreversível Getulino não constrangia-se em propor que a fusão das raças fosse apressada porque mais rapidamente resolveria o problema. Isto é, o negro desapareceria pela miscigenação, tida como "uma necessidade nacional" (4).

Assim pode-se explicar as posições do Getulino favoráveis à imigração de brancos e contra a imigração de negros para o Brasil.

Em relação à imigração de brancos, Getulino publicou uma série de artigos onde discutia toda uma justificativa teórica da relação raça, povo, nacionalidade e cidadania, objetivando reforçar o argumento de que se o Brasil precisava de imigrantes, estes deveriam ser brancos. O articulista manifestava sua opinião pessoal como contrária a qualquer imigração, entretanto considerava que sendo ela uma realidade contra a qual ele nada

podia fazer e considerando também que essa imigração obedecia a uma política racista contra negros, índios e asiáticos, a questão deveria ser posta em termos de que dentre os brancos "quais imigrantes nos convêm" (5).

A argumentação tentava demonstrar que "no sub-grupo" de ibéricos, o "português" era "de todos o preferível, pela raça e pela religião" (6).

Em relação a imigração de negros para o Brasil a questão foi vista pelo Diário do Povo da seguinte forma: Primeiramente reproduzia o editorial da revista América Brasileira onde era combatida a idéia lançada no Congresso Nacional pelos deputados racistas de proibir a entrada de negros norte-americanos no Brasil. Entretanto Diário do Povo argumentava favorável a essa proibição alegando a defesa dos interesses nacionais pela seleção dos imigrantes. "O negro brasileiro é dócil e incorporado à vida nacional e o americano é orgulhoso, revoltado, ambicioso, aventureiro de precedentes pouco recomendáveis". Sua vinda seria uma "infiltração perniciosa ao desenvolvimento e à paz". Logo era preciso "impedir a entrada de imigrantes que não sejam de raças fortes e de fácil caldeamento com os nacionais" (7).

Diário do Povo, inclusive, dizia estar falando em nome do preto nacional que também não queria imigração de outros negros. (8).

De fato, Getulino dizia que a vinda de negros norte-americanos seria um "golpe de morte para aquela obra do desaparecimento gradativo da raça negra no Brasil" e acrescentava que "não nos parece seja essa imigração o alvitre único e salvador capaz de resolver o grave problema" (9).

Aliás, a esse propósito, é de se destacar que apesar de todo esforço feito, por todas entidades negras, no sentido de lhes melhorar a vida, "aguarda ainda uma solução satisfatória o problema do preto entre nós. Não se negue a existência do problema porque no Brasil reina verdadeiro indiferentismo para com os homens de cor. Não os odiamos, é certo, mas não os queremos mais importados. E por quê?" os que aqui estão "já são um problema", "uma dificuldade" (10).

O grupo de pessoas negras representadas pelo Getulino, jamais se coloca noutro lugar que não seja dentro da comunidade nacional, mesmo tendo conhecimento que o próprio governo brasileiro era racista, na medida em que colocava "dificuldades sistemáticas oposta a homens de cor que pretendem nos consulados

brasileiros da Norte América obter passaporte para o Brasil"(11). Daí retira-se que havia no Getulino manifestações contra a discriminação desse tipo de imigração.

Na realidade o motivo alegado pelo Getulino para que os negros brasileiros fossem contra a vinda de imigrantes negros americanos ou africanos era a ideologia de branquear a raça brasileira. Isso implicava em outra questão, ou seja, as relações entre pretos e mulatos.

"Somos tão malquistos que há ocasiões, que com o intuito de nos insultar, os outros negros nos chamam também de negros!! ...", "quando não é o próprio mulato que se revolta contra nós taxando-nos de pretos!! ...".

"Há quase 20 anos existiu em Campinas uma sociedade dançante composta somente de mulatos e que não admitia pretos como sócios nem como convidados, mas apenas eles e os brancos!". Entretanto essa entidade foi dissolvida em consequência da oposição ferrenha empreendida por Benedito Florêncio, jornalista negro, através de uma série de artigos intitulados "Pretos e Mulatos" escritos no Comércio de Campinas.(12)

Para Getulino os pretos deviam lutar "contra brancos, mulatos e estrangeiros sempre que manifestarem preconceitos contra nós"(13).

Entretanto, ao mesmo tempo que eram feitas, pelos negros, manifestações contrárias à entrada de imigrantes negros, defendiam os mulatos das afirmações dos teóricos racistas que colocaram ser a miscigenação uma degenerescência. Principalmente procuravam defender no mulato o ideal de beleza helênica. Isso parece confirmar o lugar especial dos mulatos na sociedade brasileira.

Aliás, Fidelis Reis, o deputado racista teve um dos seus discursos publicado no Diário Oficial do Congresso Nacional onde ele afirmava os princípios estéticos, morais, éticos, políticos, sociais e econômicos pelos quais ele era contra a imigração de pretos e asiáticos, onde dizia, como argumento do ponto de vista estético, que a concepção da beleza brasileira era helênica e que pretos e asiáticos não se enquadravam nela, portanto melhor impedir a entrada de outros além do que já estavam.

O Getulino, a esse respeito, retrucava que "nem todos os amantes do belo" tinham a mesma concepção. Cita Sylvio Romero, branco "autêntico" que elogia a "raça negra" como produtora da riqueza do Brasil tanto material quanto cultural, destacan-

do as páginas do autor em História da Literatura Brasileira, 2.^a edição de 1902, onde ele se refere ao feliz surgimento de um novo tipo de pessoas: os mestiços, 'massa da nossa população', 'beleza da nossa raça', 'em cujas veias circulam, por certo já bem diluídas, muitas gotas de sangue africano'.

Getulino também aproveita para rebater o deputado racista com o argumento de que em Campinas tinham muitos brancos nada helênicos, e argumentar que os brancos eram contra a imigração de colonos negros norte-americanos porque pensavam que com eles chegaria também a luta de classes entre os negros brasileiros. (14)

Conforme Getulino, o desejo de ser branco era ideologia nacional e "contrariar esse ideal é falta de patriotismo" (15)

Desta forma, o contínuo da cor pode ser observado no quadro da estratificação social determinada pelo processo de surgimento das classes na transição.

Em termos de melhor perceber a prática determinada pelo ideal de branqueamento diz-se que esta prática, no que se refere aos negros, cristalizava-se na adoção dos valores brancos e na aliança com brancos; no que se refere aos mulatos, além desses aspectos apontados, está ainda o fato concreto de que os próprios negros observavam as vantagens que os primeiros tinham porque eram mais claros. Logo, para os negros e mulatos o contínuo da cor era fator de divisão do grupo.

O ideal de branqueamento explica uma mobilidade ascendente, conforme se seja mais claro dentro do contínuo da cor, faz aparecer uma sociedade onde há a ilusão de uma igualdade racial e pode-se, inclusive, afirmar que não há problemas de cor. Nos casos de conflitos públicos, a culpa cabe aos negros que não reconhecem seus lugares. (16)

O ideal de branqueamento manifestava-se a nível individual, tanto quanto ao nível dos negros que se organizavam copiando a sociedade branca. Tal cópia ocorria no sentido de seguir uma orientação social nacionalista de tradição branca cristã ibero-latina. Neste contexto, entra em cena o papel dos portugueses brancos e os mestiços. É também nesse contexto que percebe-se o estabelecimento do princípio do contínuo da cor e da hierarquização da inferioridade.

Nota-se que há uma contradição implícita na aceitação do ideal de branqueamento, uma vez que ele implica na ne

gação da cor negra. A questão para a época colocava-se ao nível de adequar o ideal de branqueamento, sem negação da cor.

O Getulino tenta sair da questão pela via do nacionalismo; já que, para seus redatores, constituía-se um problema nacional a necessidade da fusão das raças. O ideal branco surge então como um desejo nacional e a fusão das raças como algo desejado nacionalmente e colocado ao nível da importância da política econômica do café.

Desta forma quando Getulino via as questões de preconceito de cor, discriminação racial e racismo de forma direta, o fazia colocando tais questões como assunto de abordagem moral, isto é, um mal do qual o "Brasil foi vítima". Isto faz com que o nacionalismo apareça como um assunto da maior importância na ordem dos problemas a serem discutidos.

Como o nacionalismo era determinante no discurso do jornal, seus artigos acabam revelando algumas idéias aceitas na época. Uma delas é de que o racismo nos EUA era pior que o do Brasil. Nesse sentido, chama-se a atenção para a existência do preconceito racial em Campinas, embora seja ressaltado o seu caráter mais suave comparativamente ao dos EUA, onde os negros "eram queimados vivos em fogueiras públicas e linchados pelas multidões" (17).

"Lá, a animosidade... é franca, legal e sincera; pelo menos... o negro tem a certeza de encontrar-se em face do inimigo a todo instante".

Aqui, a titubeação do infeliz entre a estima e o ódio; estima aquela geralmente coberta com o manto... da hipocrisia!".

Lá, a expressão franca, face a face, do ódio que domina... aqui em face a cortesia, a delicadeza, e o respeito e depois às costas, a chaçota, a injúria, o despeito, o pouco caso" (18).

Tal argumentação, abre espaço para a afirmação da existência de uma relativa democracia racial brasileira.

Num processo de aprofundamento na abordagem do assunto, analisa-se a prática racista durante a escravidão, contra negros e mulatos livres, relacionando uma série de leis proibitivas como: proibições do uso de certos utensílios pessoais; proibições de passarem por determinados locais da via pública e; proibições de portarem certos objetos, como jóias. Além de severas restrições aos direitos de cidadania. Destacando que elas continuaram ainda nos anos da década de 1920. (19)

A luta contra o racismo tomava então aspectos diversos e complexos.

2. LUTAS POLÍTICAS

Em 1889, os homens de cor já se reuniam no Largo de São Benedito para assembléias públicas onde decidiam posicionamentos políticos face aos acontecimentos mais gerais.

O documento intitulado "Protesto dos Homens de Cor" de 17 de fevereiro de 1889, assinado pelo presidente da Irmandade de São Benedito, é muito importante nesse sentido, pois dá uma visão dos homens de cor sobre os problemas que os afligiam. Tal documento surgiu aproveitando-se da oportunidade que se lhes ofereceu uma festa em honra do padroeiro dos pretos. Em frente à respectiva capela, depois da missa que ali se rezou, os homens de cor, reuniram-se, "sem intuito políticos", para protestarem contra a organização da Guarda Negra e contra o recrutamento forçado, tendo numerosa presença na reunião, "apesar da chuva torrencial que caiu" (20).

Pois bem o "Protesto" diz:

"Os libertos aqui reunidos em Assembléia popular para tratarem do interesse de sua classe, vem declarar que de modo algum concordam com a organização da Guarda Negra, com o fim de defender o trono da Princeza.

A Emancipação foi feita pelo povo e pelo exército brasileiro, e nós devemos gratidão a todos os abolicionistas sem distinção de cor política. Não nos julgamos obrigados a defender o trono da Sra. Princeza D. Isabel a quem votamos respeito igual ao que tributamos a tantos quanto, nacionais ou estrangeiros, se empenharam na luta abolicionista. Somos gratos a todos, mas somos brasileiros também e não queremos ódio de raça. Aproveitamos a ocasião para protestar contra o recrutamento com todas as nossas forças e estamos dispostos a fazer alianças com os patriotas para reagirmos contra a caçada de homens livres que faz lembrar as pegadas dos antigos escravos. Somos brasileiros, saímos do cativeiro e queremos viver como homens livres" (21).

Na ocasião de mudança de regime de monárquico para republicano, os homens de cor produziram um outro documento declarando a sua lealdade ao novo regime: "Considerando que a forma de governo republicano proclamada no dia 15 do corrente é uma garantia para a classe dos homens de cor e que sob a bandeira desse partido patriótico devem desaparecer as distinções de classes; considerando que o atual governo vai por em prática medidas relativas à instrução popular e à educação dos libertos; considerando que seria uma falta de patriotismo conservar a classe dos homens

de cor indiferentemente à transformação política porque acaba de passar o país; a classe dos homens de cor resolve: 1º - aceitar em absoluto a forma de governo - República Federal dos Estados Unidos do Brasil; 2º - prestar inteira adesão ao ministério, ao governo provisório do Estado de São Paulo e ao governo local desta cidade, oferecendo a todos a maior completa solidariedade em qualquer contingência quer de paz ou de luta.

Entendendo de grande necessidade a existência de uma comissão que trate dos interesses da classe junto dos governos constituídos, resolvem mais que fiquem nomeados os cidadãos Antonio Lobo, Alberto Sarmento e Albino Aranha que depois de ouvirem a maioria dos membros da classe, ficarão com poderes para representar-se em todos os negócios relativos ao bem estar e interesses da classe"(22).

As regras do jogo eram o reconhecimento e aceitação, pelo negro, da posição de mando do branco como "natural", embora para que tal relação ocorresse, em termos de igualdade democrática, o branco devia admitir, em teoria, a não existência de diferenças desvantajosas para o negro na relação com o branco. Assim ser negro participante e consciente significava estar ligado por laços diversos ao mundo branco. Uma opção de vida, voltada para o interior do grupo negro, seria percebida como postura contrária ao democratismo racial branco. Aqui ressurgem então, as tradicionais figuras do "preto de alma branca" e do "negro rebelde".

O Diário do Povo, comentando o 13 de maio em 1914, tinha deixado claro que "a raça negra lucrou porque aperfeiçoou-se pela mestiçagem e pela convivência num meio social de civilização apreciável e tolerância admirável por parte dos brancos".

O que se quer defender é a idéia de que na luta contra o racismo e suas manifestações, os negros dispunham de pouquíssima força política e econômica.

Um episódio que teve grande repercussão em Campinas em 1920, ilustra bem isso. Um restaurante negou-se a servir um grupo de negros e a grande imprensa deu cobertura ao fato. Houve protestos vários, todos sabiam que o dono do restaurante era racista por declaração própria, mas não se conseguia nenhuma punição jurídica, porque o restaurante alegara que não atendera aos negros por motivos da "boa ordem", e não por racismo. De certa forma, pelo menos na parte dos negros, o caso foi encerrado com uma nota assinada pelo Presidente da Federação Paulista dos Homens de Cor, publicada pelo Diário do Povo, onde se lê: "Está ainda bem viva na

mente de todos o ruidoso escândalo que provocou a atitude odiosa dos garçons da 'Casa Fôlle' de não servirem um grupo de cidadãos brasileiros, na plena posse de seus direitos morais e materiais sob o fundo ridículo de ser o mesmo composto de homens de cor preta.

Conhecida que foi a vergonhosa ação daqueles serventes pela queixa que uma das vítimas fez, houve protestos e todos pretos e brancos mostravam surpreendidos contra esta estranha manifestação do odioso exclusivismo, especialmente por ter partido dum estrangeiro aqui acolhido com fidalguia.

A assemblêia geral da classe dos homens pretos, realizada, por especial obsêquio do 'G. José do Patrocínio' onde se tomou conhecimento do revoltante ato, foi encarregado de se entender pessoalmente com o proprietário daquele bar, o Sr. Prof. Francisco de Oliveira, que se desobringando da sua incumbência assim oficiou a assemblêia:

'Ilmo Srs. Presidente e mais dignos membros do Grêmio D. F. José do Patrocínio.

Tendo sido comissionado em sessão do 11 do corrente mês para entender-me pessoalmente com o Sr. J. Machado Jr. proprietário da 'Casa Fôlle', sobre a estranha atitude de alguns empregados desse Sr. de não servirem no respectivo bar às pessoas de cor, ainda que decentemente trajadas, em desempenho da grata missão que me foi confiada, procurei-o na referida casa, e na exposição dos fins que me levaram a sua presença, o Sr. Machado disse-me que não nutria animosidade ou preconceito algum contra as pessoas de cor, apenas reservara a si o direito de não servir àquelas que julgasse inconvenientes por motivos peculiares a boa ordem de seu estabelecimento comercial.

Ao retirar-me agradecido ao Sr. Machado as atenções dispensadas a mim no caráter de enviado especial para dirimir a questão existente e transmitindo a V.Sa. o resultado da minha missão oficial, cumpro o imperioso dever de aconselhar aos meus irmãos de cor a absterem-se de frequentar casas onde possamos ser vítimas de qualquer manifestação acionada por preconceitos sugeridos pelo receio do nosso futuro dominante" (23).

Fica desta forma, esclarecido que o poder de negociação dos negros era pequeno e que a participação existia exatamente na medida em que "os irmãos de cor" evitassem frequen-

tar áreas específicas, e participar em certos níveis.

O emparedamento maior dos negros em Campinas de que fala Florestan Fernandes, pode ser observado pelos costumes, por exemplo, em Campinas de 1923 e 1924, de tentarem evitar a permanência de negros nas vias públicas, principalmente nos feriados e fins de semana e pela recusa de empregos a operárias negras; pela violenta perseguição policial contra as mulheres residentes em cortiços; pela necessidade imposta, de quinzenalmente as associações recreativas terem de, para funcionarem, suportar a presença de delegados de polícia "civilizando-as"; pela proibição da entrada de negros como associados de determinadas associações de beneficência; pelos comentários claramente racistas do jornal Il Pasquino, feito por italianos, a respeito da comunidade negra de Campinas; e pela preocupação das forças policiais, em dispersar quaisquer grupos negros vistos em vias públicas. (24)

Diante da prática de impedir, por parte dos brancos de Campinas, a presença de negros no jardim público da Praça Carlos Gomes, o Getulino inicia uma campanha convocando a população negra a não se intimidar, comparecendo à praça, numa espécie de manifestação pública contra o racismo. Tal campanha teve resultados positivos, conforme avaliação do jornal. Pois, em seguida, saem vários artigos de auto-elogio pelo fato de terem conseguido mobilizar um número significativo de pessoas para o ato e, pela consideração de que tal ação teria ampliado a consciência dos participantes sobre os problemas da comunidade.

Getulino também ironiza, as mais conhecidas manifestações do senso comum da época, destacando o que era conhecido como o mais honroso da civilização brasileira: a harmoniosa convivência entre as raças e sua pacífica fusão. Para isso denuncia casos de discriminação no trabalho, na cultura, na política imigratória e nas relações sociais. Um episódio apenas ilustra ironia: Os trabalhadores da Cia Mogiana que entraram em greve, em 1920 eram em quase totalidade negros. A greve logo acabou dada a violência da polícia que matou 2 pessoas e feriu diversas e dadas as demissões punitivas. Houve uma grande reunião de diretores de entidades negras, passeata pública de negros. Entretanto, de concreto entre as reivindicações apresentadas, a única que mereceu destaque nos jornais foi a de que uma comissão de negros levava à Câmara Municipal local um documento protestando contra a retirada da placa com o nome do abolicionista negro, Luiz

Gama, de uma das ruas da cidade.

As manifestações de descontentamento com o padrão de realização das relações raciais em Campinas, foi determinada por condições objetivas específicas engendrando formas de relações raciais que lhe foram especiais, porém tal não impedia que os homens da época pensassem suas condições de vida e luta em termos comparativos com outras regiões do Brasil e do mundo.

As propostas de luta foram as mais variadas e acordes com os grupos organizados que tentavam pô-las em prática, fossem trabalhadores intelectuais, operários, desempregados ou semi-empregados. Assim como o jornal Getulino pregava que "as palavras escritas são traços que ficam gravados passando de geração em geração" e convocava atos públicos de manifestação contra o racismo, outros grupos percorreram outros caminhos.

A tendência ao agravamento das relações raciais em Campinas teve seu momento mais significativo na primeira metade da década de 1920. A partir de então essas relações mudam. Esse fato é revelado pelo aspecto de que o aumento do número de entidades negras desde 1888, tende a diminuir a partir da segunda metade dos anos vinte. "Notória é a diminuição de associações de homens pretos em Campinas. Fato esse que lamentamos sinceramente e que sentimos mas não sem pensar de que muito em breve não existir nenhuma mais" (25).

3. NOTAS

1. Getulino 23.08.1923.
2. idem 02.03.1924.
3. idem 23.09.1923.
4. idem 07.10.1923.
5. idem 20.01.1925.
6. idem 07.10.1923, 02.03.1924 e 01.02.1925.
7. Diário do Povo 25.12.1921.
8. idem.
9. Getulino 23.09.1923.
10. Diário do Povo 27.05.1925.
11. Getulino 10.02.1924.
12. idem 02.11.1924.
13. idem.
14. idem 13.01.1924.
15. idem 02.03.1924.
16. HASENBALG, Carlos A. Desigualdades e Discriminações... 1979. p.234.
17. Getulino 21.10.1923.
18. idem 09.11.1924.
19. idem 21.10.1923.
20. Diário de Campinas 19.02.1888.
21. idem.
22. idem 27.11.1889.
23. Diário do Povo 24.03.1920.
24. Getulino 04.11, 11.11, 16.12, 23.12 e 30.12.1923.
25. idem 21.09.1924.

VII. CONCLUSÕES

1. COMEÇAR DE NOVO...

Aqui se quer dar por encerrado este trabalho de investigação histórica cujo tema foi o negro, no período de 1888 a 1926, na localidade de Campinas, cidade e município.

A intenção foi estudar as relações raciais tendo como enfoque a vida dos negros.

Para isso partiu-se dos estudos já existentes sobre os negros. Por isso foi importante o estudo dos autores relacionados que sedimentaram as bases teóricas da investigação.

Pela leitura crítica desses autores, pelas dúvidas, pelas insatisfações chegou-se à formulação do problema a ser enfrentado e as hipóteses das quais derivaram as investigações.

A primeira conclusão tirada desse trabalho é: muita pesquisa há, ainda, que ser feita sobre os negros de Campinas para que se afirme qualquer coisa a seu respeito.

A segunda é que a raridade dos documentos, embora dificulte, não impede a pesquisa.

A primeira e mais abrangente hipótese foi: Campinas foi uma cidade, comparativamente a outras localidades, considerada racista.

A intenção da parte I, DISCRIMINAÇÕES RACIAIS, foi demonstrar isso conforme alguns exemplos extraídos das fontes.

Na parte II, CAMPINAS E A POPULAÇÃO NEGRA, quis-se demonstrar que o município passava, no período, por intensa transformação decorrente de acentuado crescimento urbano e industrial. Apesar disso, economicamente a produção agrícola ainda era a maior riqueza. O desenvolvimento das estradas de ferro, o surgimento de novas fábricas, o aparecimento do bonde e dos automóveis marcam esta época.

As febres epidêmicas, amarela e varíola, foram as doenças que maior problema causaram à população.

No período, apenas uns poucos privilegiados tinham atendimento médico para tratamento de suas doenças. Além de taxas altas de mortandade, principalmente entre crianças, existiam também os problemas de abandono de cadáveres insepultos.

Nesse contexto, a população negra, dada as péssimas condições econômicas, torna-se vítima privilegiada dos surtos epidêmicos e das demais contaminações engendradas pelas más

condições de alimentação básica, más condições de habitação, ausência de assistência médica e falta de condições para compra de remédios. Logo, no meio negro, os curandeiros ampliam sua atuação e aumentam sua clientela.

O cortiço era a principal moradia dos negros que dispunham de recursos para tal, e mesmo esse tipo de habitação era objeto da especulação imobiliária e os aluguéis muito caros.

A alta densidade demográfica e a grande pobreza dos cortiços criam as condições básicas para uma grande incidência de conflitos sociais, violência e doenças.

As principais reivindicações populares que dizem respeito mais de perto aos negros são as referentes ao custo de vida, de moradia, de saúde e de educação.

Os negros estavam totalmente fora de reivindicações de caráter político partidário enquanto eleitores e cidadãos. Todas suas reivindicações eram feitas através das entidades trabalhistas, assistenciais, educacionais, culturais, etc., que congregavam número significativo deles.

Apesar do significativo crescimento econômico, refletido principalmente no comércio, transportes, serviços, lavou^{ra} e indústria, poucos são os negros que dele se beneficiam.

Entretanto são os que mais sofrem com as crises econômicas.

Os serviços públicos sofrem grandes transformações e melhorias, porém os negros são a eles incorporados, inicialmente, apenas como força de trabalho manual, principalmente nas tarefas de limpeza urbana, manutenção de estradas, redes de abastecimento e canalizações de águas e esgotos, onde predominam os trabalhos de equipe e os mais baixos salários.

Para a abordagem da população o ponto de partida foi a escassez dos dados, além dos problemas referentes à incertezas em certos casos, e falta de crédito, noutros casos, das fontes e/ou dos dados. Procurou-se então rever todos dados e fontes possíveis para primeiro, trabalhar as hipóteses de que o negro não estava desaparecendo como pensaram certos observadores sociais e, segundo, dar uma contribuição no sentido de determinar as linhas gerais de transformação da composição populacional.

Todos os prognósticos e teses racistas que afirmavam a inferioridade racial do negro e o seu desaparecimento pela miscigenação e morte eram falsos e sem bases, apesar da força que

adquiriram via atuação de seus divulgadores.

Aliado a isso havia também a manipulação de dados estatísticos, no mínimo, não confiáveis.

Apesar da vertiginosa queda do percentual de negros no total da população em vista da massiva entrada de imigrantes brancos, os negros continuaram mais ou menos estabilizados em números absolutos, tendo uma tendência a aumentar, principalmente, a partir dos anos vinte, quando começam a penetrar, de forma mais ajustada, no mercado de trabalho.

A parte III, CULTURA E SOCIEDADE, teve a intenção de descrever alguns aspectos culturais e sociais da vida dos negros para que, a partir dessas descrições, se pudesse pensar a hipótese de que os negros foram prejudicados por práticas racistas após 1888(1) que primeiro, lhes retiram oportunidades de trabalho, e em seguida, lhes restringem o direito de cidadão, ou seja, lhes impedem o exercício pleno da liberdade religiosa, de ir e vir e de organização.(2)

As práticas racistas estabelecidas após 1888 se caracterizam por suas tendências a, com o tempo, institucionarem em forma de princípios, normas e leis.

Demonstrou-se também que os negros não estavam alheios ao que lhes ocorria, pelo contrário, estavam atentos e, dentro do que lhes era permitido pelo jogo de suas escassas e débeis forças políticas e econômicas, resistiam e lutavam contra a opressão, fosse ela manifestada na violência policial ou no simples preconceito. As evidências maiores da resistência e luta foram as entidades e a imprensa. (3) A grande imprensa, branca foi importante para os negros na medida em que denunciava o racismo e a violência policial.

Com relação à data de 13 de maio como marco do fim da escravidão em 1888 concluiu-se que:

- a) houve em Campinas casos de tentativas de continuar relações sociais e de trabalho escravistas, mesmo após 1888;
- b) as comemorações de 13 de maio que inicialmente eram promovidas pelas entidades e indivíduos ex-abolicionistas, passam a ser feitas pelas entidades negras, ao mesmo tempo que os brancos param de comemorá-la.

Homens de Cor foi a denominação referencial mais comum para os negros de Campinas. Em segundo lugar pretos era a palavra mais usada. Pardo e mulato são as únicas expressões uti

lizadas para os mestiços.

A pequena elite negra é sempre referida como de cor, nunca como preta. Dos vocabulários utilizados para referenciar os negros, "raça" e "classe" são muito comuns, assim como são "homens de cor" e "pretos".

As mais antigas entidades negras parecem estar voltadas para o lazer, cultura e assistência. Destacando-se, em primeiro lugar, as que se identificavam como dos "homens de cor". Em segundo lugar destacam-se aquelas que se identificavam por homenagear pessoas ou datas abolicionistas e em terceiro, as que se identificam como dos "pretos".

Alguns profissionais autônomos e funcionários públicos e outros trabalhadores negros de pequenas empresas formam o quadro mais geral de uma classe média baixa que acaba sendo considerada elite, dado o estado geral de miséria. Entretanto essa classe média baixa é muito afetada pelas crises econômicas, de forma que, facilmente, ela é desarticulada com políticas econômicas recessionistas. Esse é o elemento marcante na década de 1920 que contribuiu para o fim do Getulino e diminuição do número de entidades negras.(4)

Na grande imprensa campinense há pouquíssimas referências à imprensa negra e na historiografia local não há nenhuma. Entretanto existiram diversos jornais de negros que, além do caráter integracionista, intencionavam também a organização da comunidade e veiculação de informações e reivindicações.

A imprensa negra, embora pequena e irregular, teve sua importância enquanto veículo de manifestação do pensamento e de organização social do negro campinense, que premido pelo racismo procurou combatê-lo.

A religião dos negros em Campinas era marcada pelo catolicismo predominante. As influências africanas são colocadas no interior das bruxarias, feitiçarias, adivinhações e curandeirismo.

A Igreja cruza os braços ou até mesmo incentiva a violência policial contra estas formas populares e antigas de manifestações de fé. Apesar disso essas influências são difundidas e são até aceitas por muitos brancos.

Através do uso da legislação contra a mendicância e a vagabundagem, uma violenta ação repressiva foi mantida sobre os negros. Tal legislação e tal ação policial repressivas aca-

baram por cristalizarem uma aparência de que "mendigo" e "vagabundo" eram iguais a "negro". Assim o tratamento recebido pelos que estavam fora do mercado de trabalho ficou uniformizado.

Enfermos abandonados, loucos, mendigos, desempregados, incapacitados para o trabalho, todos eram reprimidos com violência.

Na parte IV, TRABALHO, foi intenção demonstrar que o racismo atuava no mercado de trabalho selecionando os trabalhadores pela cor. A abolição da escravidão fizera desaparecer o interesse pelo trabalho do negro porque já não era mais trabalho escravo. O caso do Major Mendes, que exemplificou tentativas de continuar as condições de trabalho escravo, constitui-se uma amostra de práticas que se extinguíam, a prática que surgia era a de não mais aceitar trabalhadores escravos. A política imigrantista despertava e acendia o interesse pela força de trabalho livre dos imigrantes europeus brancos.

Como o 13 de maio de 1888 significa exatamente a data da lei modificadora do regime de trabalho, a preocupação social mais premente foi: o que fazer com os ex-escravos (principalmente os despossuídos, os analfabetos, os doentes, os acidentados, os mendigos, etc.). Uma avalanche de desemprego se abateu sobre os negros que perdem seus trabalhos escravos ou não escravos (domésticos, industriais e comerciais, urbanos e rurais).

Neste mesmo período os negros percebem também que muitos brancos "melhoravam de vida" rapidamente, enquanto eles passavam por um movimento de piora e/ou estagnação em suas condições sociais de vida.

Enquanto a polícia reprimia os nacionais (negros principalmente) fora do mercado de trabalho, ao mesmo tempo, levadas de trabalhadores brancos estrangeiros chegavam trazidos pelo governo, e falava-se em falta de trabalhadores.

Nas empresas de transporte ferroviário, os negros encontraram os melhores salários.

Na parte V, VIOLÊNCIA, procurou-se demonstrar que a violência policial era uma constante na vida da população negra e ela era também incentivada pelas famílias, por populares e por autoridades, principalmente, através da imprensa que levantava suspeitas e fazia denúncias fundadas em preconceitos racistas.

As prisões eram abarrotadas de presos onde maio

ria constituída de negros para lá eram levados, principalmente, por crime de vadiagem.

A maioria dos soldados rasos eram pretos e suas condições sociais não eram muito diferentes daqueles contra os quais sua ação repressora era dirigida. A violência atingia a população negra como agente e vítima.

Os crimes, as agressões e as dissensões, no meio negro, estavam muito ligadas às condições de vida ali reinantes.

As ofensas de brancos contra negros nas formas de simples chingamento até o linchamento revelam ações sem motivações outras aparentes que não seja o racismo.

Também destacou-se que a violência policial constituiu-se uma forma pela qual a ideologia racista manifestava-se concreta e objetivamente no cotidiano dos negros, enquanto que o branqueamento e o nacionalismo constituíam formas derivadas da política racista nacional. Aliás, a conclusão básica da parte VI, PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO, é a de que entre os anseios dos negros manifestados na imprensa, destacam-se o branqueamento como forma de integração ao conjunto social de classes e o nacionalismo como elementos garantidores dos direitos de cidadania ainda não conquistados, apesar de 13 de maio e de todas afirmativas em contrário.

2. NOTAS

1. HASENBALG recapitulando as principais linhas de argumentação e conclusões a que chegara em suas pesquisas anteriores, diz em "As desigualdades revisitadas" in Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Ensaios. ANPOCS. Brasília. 1983. p. 179, que "(a) preconceito e discriminação raciais não se mantêm intactos após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social e (b) as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão funcionalmente relacionadas aos benefícios simbólicos e materiais que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro e mulato".
2. Para melhor entender essa conclusão é importante considerar as colocações de GEBARA, Ademir em "Escravidão: Fugas e Controle Social". in Cadernos IFCH-UNICAMP. nº 12. Hucitec. São Paulo. Fev. 1984, onde o autor examinando posturas municipais do período anterior à abolição da escravidão tira conclusões como de que a lei repressora feita inicialmente para atingir escravos acaba sendo estendida a livres. "muitas das proibições feitas ao escravo eram também, por extensão, proibições feitas ao negro:... muitas vezes sem se referirem ao escravo, referem-se ao negro de forma bastante clara". (p.13). Isto significa que muitas das restrições sociais surgidas para reprimir escravos, ao fim do regime escravista, são repassadas e renovadas para serem aplicadas ao negro livre.
3. RODRIGUES DA SILVA, Carlos Benedito em seu artigo "BLACK SOUL: Aglutinação espontânea ou identidade étnica - Uma contribuição ao estudo das manifestações culturais no meio negro" in Movimentos Sociais Urbanos ... p. 257 diz que "...são constantes os agrupamentos de negros em torno de suas associações com o objetivo de impor uma resistência organizada a essa exploração. E qualquer que seja a forma de manifestação, esses agrupamentos são o reflexo da discriminação arrasadora que o negro vem sofrendo em todo processo de desenvolvimento histórico da sociedade brasileira", generalização feita depois de analisar grupos e entidades negras de Campinas dedicados à dança, tendo como referencial teórico a mesma linha que passa de FERNANDES a HASENBALG.
4. Nesse sentido, existe o trabalho de FONTAINE, Pierre-Michel. "The Brazilian 'model' and Afro-brazilian identity, mobility, and mobilization" in Movimentos Sociais Urbanos... onde o autor manifesta na página 154 idéia muito semelhante, embora esteja referindo-se ao Brasil e apoiado em Bastide.

VIII. FONTES

1. INSTITUIÇÕES

1.1. Bibliotecas

Biblioteca Municipal de Campinas
Biblioteca Municipal de São Paulo
Biblioteca do IFCH da UNICAMP
Biblioteca do Deptº de Ciências Sociais da USP
Biblioteca do Deptº de História da USP
Biblioteca da Escola Livre de Sociologia e Política
Biblioteca do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas
Biblioteca do IBGE
Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas
Biblioteca do Sistema Estadual de Análise Estadual de Dados Estatísticos

1.2. Arquivos

Arquivo Edgar Leuenroth
Arquivo do Estado de São Paulo
Arquivo da Câmara Municipal de Campinas
Arquivo da Associação Beneficente Salles de Oliveira
Arquivo da Liga Humanitária dos Homens de Cor

2. JORNAIS

Cidade de Campinas
Comércio de Campinas
Correio de Campinas
Diário do Povo
Diário de Campinas
Gazeta de Campinas
Getulino
O Baluarte

3. ENTREVISTA

Gomes, Sebastião. Nascido em 1899. Aposentado da Cia Mogiana, presidente da Irmandade de São Benedito. Entrevistas realizadas durante os meses de dezembro de 1980, janeiro e fevereiro de 1981. Campinas.

4. LIVROS, TESES, ARTIGOS e RELATÓRIOS

AMARAL, Leopoldo. A Cidade de Campinas em 1901. Casa do Livro Azul. Campinas. 1901.

..... A Cidade de Campinas em 1900. Casa do Livro Azul. Campinas. 1900.

..... Campinas. Recordações. Edição do autor, 1927.

Associação Beneficente Salles de Oliveira. Atas de Assembléias Ordinárias e Extraordinárias. 1919-1939. Manuscrito. Campinas.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Branços e Negros em São Paulo. Cia Editora Nacional. SP. 3.^a edição. 1971.

..... Estudos Afro-Brasileiros. Editora Perspectiva S/A. São Paulo. 1973.

BORGES PEREIRA, João Baptista. Cor, Profissão e Mobilidade. O Negro e o Rádio de São Paulo. Pioneira/SP. 1967.

BRITO, Jolumã. História de Campinas. Edição do Autor. Impressão Saraiva. Campinas. 1957.

BRASÍLIO, João Sallum Junior. Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista - 1888-1930. Tese doutoramento em Sociologia. F.F.L.C.H. USP, SP. 1979.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. (org.) Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Nova Fronteira. 1.^a ed. RJ. 1975.

CARDOSO, Fernando H. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. 1977. RJ. Paz e Terra.

CARDOSO, Fernando H. e IANNI, Octávio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. SP. Cia. Editora Nacional. 1960.

CASTRO, Antonio de Barros. "A Economia Política. O Capitalismo e a Escravidão". in Modos de Produção e Realidade Brasileira. Vozes. Petrópolis. 1980.

- Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese de doutoramento. mimeo. Campinas. 1976.
- CASTRO, Norberto de. Organização Policial do Estado de São Paulo na Presidência do Ex^{mo}. Sr. Dr. Júlio Prestes de Albuquerque. Sociedade Imprensa Paulista. SP. 1929.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense. São Paulo. 1980.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio e FEDERERIC, Hilton. A Terra Campineira (análise do quadro natural). Campinas. 1972, Indústrias Gráficas Mousinho.
- CÂMARA Municipal de Campinas. Leis e Resoluções 1890 a 1900. Leis Orgânicas da Câmara Municipal da Cidade de Campinas. Tipografia Livro Azul. Campinas. 1892.
- Leis, Resoluções e Provimentos. 1905, 1913 e 1916. Livro Azul e Casa Mascate. Campinas. 1906, 1914 e 1917.
- Relatórios da Prefeitura Municipal (pelos diversos Prefeitos, Presidentes das Câmaras ou Comissões da Prefeitura). Tipografia Livro Azul, Tipografia do Comércio de Campinas e Linotípiã da Casa Genoud. 1899, 1901, 1908, 1911, 1913, 1915, 1916, 1917, 1918, 1920 a 1923 e 1921.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Difel. RJ/SP. 1977.
- CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil - 1850 - 1888. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1978.
- CORDONA E ROPHA, Francisco e José. Almanach de Campinas. Edição dos autores. Campinas. 1892.
- CORREA, Mariza. Cara, cor e corpo especulação sobre a intuição feminina. mimeo. IFCH UNICAMP. maio 1980.
- DAVID, Jorge J. Campinas. Notas Históricas. Última Hora. 21 de outubro de 1959.
- DEGLER, Carl N. Nem Preto nem Branco, Escravidão e Relação Raciais no Brasil e nos EUA. Editora Labor do Brasil. RJ. 1976.

- Departamento Estadual de Estatística. São Paulo 1889-1939.
- Departamento Estadual de Estatística. Anuário Estatístico de São Paulo. 1927
- Diretoria Geral de Estatística. Idades da População Recenseada em 31.12.1890. (Rio - Oficina da Estatística, 1901).
- Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Realizado em 19 de setembro de 1920.
- Diretoria Geral de Estatística. Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo População Recenseada em 31.12.1890. (Rio - Oficina da Estatística, 1898).
- Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Anuário Demográfico. Secção de Estatística Demográfico-Sanitária. Anno XXVI, 1919. volume II. SP. 1921.
- EISENBERG, Peter Louis. "A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878". in Modos de Produção e Realidade Brasileira. Vozes. Petrópolis. 1980.
- _____. "Escravo e o Proletário" in Revista de Estudos Econômicos. Jan-abr. 1983.
- ELLIS JR., Alfredo. Populações Paulistas. Cia Editora Nacional. SP. 1934.
- Estado de São Paulo. Album de Propaganda de Campinas. Tipografia Livro Azul. 1930.
- FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. SP. Difel. 1972.
- _____. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Vols. I e II. Ática 3^a ed. SP. 1978.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A Força Pública de São Paulo: origem, determinações e fundamentos históricos - 1831 - 1926. Mestrado. Mimeo. Depto Ciências Sociais . F.F.L.C.H. USP. SP. 1972.

FERRARA, Miriam Nicolau. A Imprensa Negra Paulista (1915-1963) Estudo Monográfico - Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. SP. 1981. xerox.

FERRARI, Alfonso Trujillo. "O Estudo do Preconceito Racial através da Path Análise não-paramétrica". in Revista Brasileira de Sociologia. julho-dezembro. 1975. vol. 1 nº 2.

FERREIRA BARBOSA, Irene Maria. Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas. Tese mestrado antropologia social. mimeo. USP. SP. 1978.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Graal. RJ. 1979.

GEBARA, Ademir. Campinas (1869-1875) - Republicanismo, Imprensa e Sociedade. Tese de mestrado. USP. 1975.

_____. "Escravidão: Fugas e Controle Social" in Cadernos IFCH-UNICAMP nº 12. fev. 1984.

HOLLOWAY, Thomaz H. Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo. 1885-1915. Uma análise preliminar in Estudos Econômicos. Vol. 2 nº 6 SP. 1972.

IANNI, Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. Civilização Brasileira. RJ. 1972.

_____. "Negritude e Cidadania" in Cadernos PUC nº 2 EDUC/Cortez ed. SP. 1980.

_____. As Metamorfoses do Escravo. Difel. SP. 1962.

_____. "Escravidão e História" in Debate & Crítica. Revista de Ciências nº 6. HUCITEC. SP. 1975.

Instituto Nacional de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Anno III. Rio de Janeiro. 1937.

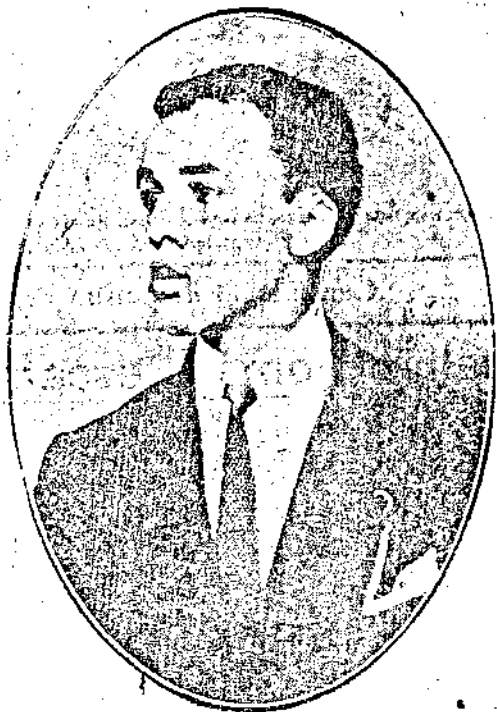
_____. Anuário Estatístico do Brasil. Anno IV. Rio de Janeiro.

- LADEIRA, José M. e OTÁVIO, Benedito. Almanack de Campinas 1908. Casa Mascote. Campinas. 1908.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Primeiras notas para Bibliografia da Histórica de Campinas (separata da Revista de Estudos Históricos). Marília. 1966.
- Liga Humanitária dos Homens de Cor. Atas de Assembleias 1915-1930. Manuscrito. Campinas.
- LOBO, T. de Souza. São Paulo na Federação. Problemas Sociais, questões raciais, política imigrantista, estudos econômicos. SP. 1934.
- LOWRIE, Samuel Harman. "O Elemento Negro na População de São Paulo". in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. julho 1938.
- LUIZETTO, Flávio Venâncio. Os constituintes em face da imigração. (estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934), mestrado. mimeo. USP. SP. 1975.
- MARTINS, José de Souza. "Prefácio" José Vicente Tavares dos Santos in Colonos do Vinho. Estudo sobre a Subordinação do Trabalho ao Capital. HUCITEC. SP. 1978.
- MARTINEZ- ALIER, Verena. Cor como símbolo de classificação social. mimeo, Campinas. IFCH. UNICAMP.
- MOURA, Clóvis. O Negro de Bom Escravo a Mau Cidadão? Conquista. RJ. 1977.
- _____. Organizações Negras. in São Paulo: o povo em movimento. Vozes Petrópolis/CEBRAP. 1980.
- _____. Rebeliões da Senzala. Livraria Editora Ciências Humana. São Paulo. 1981.
- NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro. O processo de um racismo mascarado. Paz e Terra. RJ. 1978.
- OTÁVIO e MELILLO, Benedito e Vicente. Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas 1914. Casa Mascote. Campinas. 1914.

- OTÁVIO, Benedito. Campinas. Apontamentos Históricos e Estatísticos. edição do autor. Campinas. 1907.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em São Paulo: Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. José Olímpio/MEC. RJ. 1977.
- ROMUALDO, Jonas de Araújo. "Linguagem e Estratificação Social". in Cadernos de Estudos Lingüísticos nº 2 IEL UNICAMP. Campinas. 1981.
- SKIDMORE, Thomaz. Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1976.
- Sociedade Dançante União da Juventude. Atas de Assembléias 1901-1922. manuscrito. Campinas.
- Vários. Monografia Histórica do Município de Campinas. Serviço Gráfico do IBGE. Rio de Janeiro. 1952.
- "O Brasileiro Negro, 90 anos depois" in Encontros com a Civilização Brasileira nº 1 Civilização. RJ: 1978.
- Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Ensaios. ANPOCS. Brasília. 1983.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. Ed. Ciências Humanas. 2.^a ed. SP. 1979.

IX. ANEXO: RECORTES ILUSTRATIVOS

1. Getulino. Coleção Arquivo Edar Leuenroth.
2. idem.
3. idem.
4. idem.
5. idem.
6. idem.
7. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. 1912, organizado por Benedicto Octávio e Vicente Milillo e editado pela tipografia 'Casa Mascote'.
8. Getulino. idem.
9. idem.
10. Almanach Histórico...
11. Getulino. idem.



PROF. NORBERTO DE SOUSA PINTO

No dia 6 do corrente transcorreu o aniversário natalício do prof. Norberto de Souza Pinto, nosso apreciado colaborador, que por esse auspicioso acontecimento recebeu inúmeras felicitações, as quais, embora tardiamente juntamos as nossas.

É um perfeito cavalheiro, muito acessível, soa em o n sso meio social de largo círculo de amizades, em virtudes das nobres qualidades que exornam o seu lucido espirito.

Em outro meio ambiente, em que a modestia não constitui-se, por vezes, um tropeço à realização de justas aspirações, o prof.

Norberto de Souza Pinto, pelo seu preparo geral, teria conseguido lugar de destaque no magistério publico, sem essas injustas preterições que, ainda a pouco tempo experimentou.

E se facto, porém, ao em vez de que se poderia esperar, constituirá para elle um forte estímulo para as pelezas da vida.

Ornamento do magisterio local, o prof. Norberto, que

Um abito como a tempestade do qual nenhuma responsabilidade, depois da fundação desta



LUIZ GONZAGA PINTO DA GAMA, um dos maiores jornalistas que muito se bateu para livrar sua Patria da "dincha negra" da escravidão, tirando as algemas que martyrisavam os seus irmãos, resurgendo-lhe o moral e tornando-os uteis à Patria e à humanidade.

Vida social

Milhetes

Finalmente, depois de uma indifinida ausencia voltaste para alegria de muitos amigos que envereda por invios caminhos deixando-os juncados de roxas saudades dos dias felizes, cheios de pol que já se foram.

Em ansia, soffria e sonhava e desejava beijar te a flor nimo, os dos labios, numa dessas tardes mysticas de Maio, emolduradas por crepusculos de rosas esmaecidas num fundo azul, muito azul, onde as andorinhas fazem espiras escuras compridas e caprichosas.



CIDINHA

O sr. Benedito Maria e sua senhora d. Didi do Sousa, festejam hoje o segundo aniversario de sua filha Cidinha, motivo porque lhes cumprimentamos cordalmente.

Aniversarios

Festejou no dia 3 a sua data gonethiaca a gentil senhorinha Honorata de Loly.

Camargo, filha adoptiva do sr. Augusto Claudio e sua exma consorte d. Paula de C. Claudio.

Entre os muitos cumprimentos, que por certo, receberam a distinta nataliciante incluímos os nossos.

D. CELINA WERNCK

Festa de hoje a data natalicia da exma. sr. d. Selma Wernck dilecta esposa do sr. Laércio Wernck, nosso collaborador.

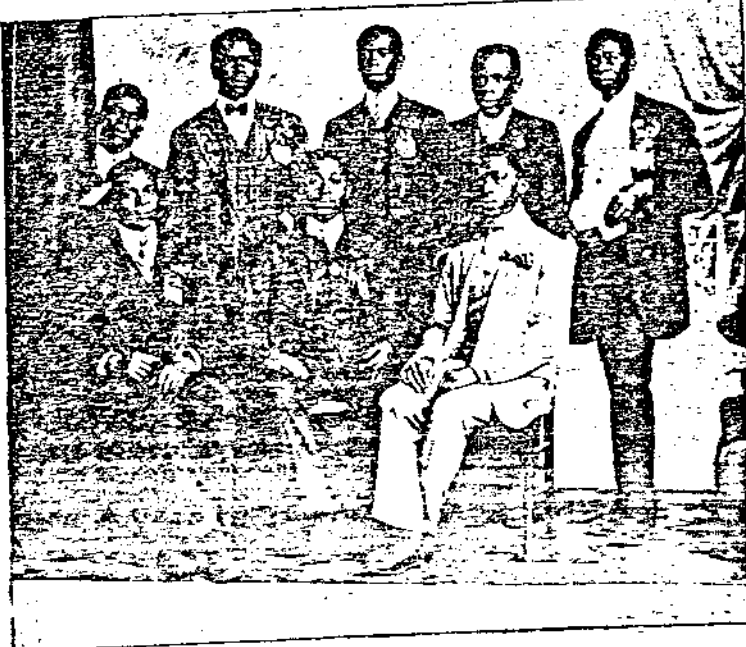
A' anniversariante apresentamos nossas saudações, fazendo votos para que essa data se reproduza por multiphas vezes, para felicidade do seu venturoso lar.

—Em 26 do mês passado, fez annos o pequeno Laercio, filhinho do sr. Constancio Vitorino.

Em Limeira, onde reside festejou no dia 3 do corrente o seu anniversario o sr. Francisco Franco do Amaral.

—Completo mais um anno de vida no dia 9 do corrente o sr. Alvelino Sebastião.

S. R. FAMILIAR ESTRELLA DO NORTE



Pres. — Avelino de Freitas
Vice — Celso Batista
1.º Sec. — Antonio Gonçalves
2.º — Marciano de Camargo

1.º Pres. — Francisco Simeira
2.º — Hyacintho de Arruda
1.º Sec. — Oscar de Camargo
2.º — Paulo Estevo



Fez annos no dia 27 do corrente a senhorinha Zélia Ferreira, que vive a honra e a gloria da bella e insubstituivel collocação.

Collegio São Benedicto

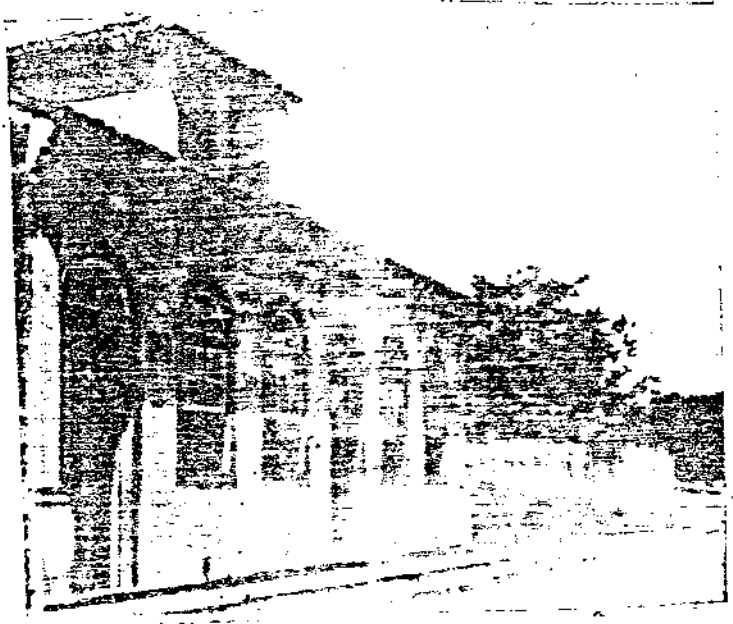
Estabelecimento de ensino primario, commercial e secundario
Sede: Rua Dr. Moraes Salles, 109
Telephone, 193 - CAMPOINAS

Fundado em 15 de Julho de 1902 pelo seu actual director, Sr. professor Francisco José de Oliveira, este conceituado estabelecimento de ensino destina-se á preparar candidatos nos respectivos cursos, habilitando-os para matricula geral nos Gymnasios, Escolas Complementares e Grupos Escolares do Estado.

Dispõe de corpo docente numero-o e idoneo e funciona dividido em duas grandes secções, denominada urbana e suburbana; funcionando a primeira a rua Moraes Salles n. 109, e a segunda em Villa Industrial, á rua Alferes Raymundo n. 21.



ZELIA FERREIRA — Classificada em 6.º lugar.



JOSE' AUGUSTO MARQUES



Festejou no dia 25 o seu natalicio o sr. José Augusto Jovita Marques, jornalista dos mais de notorios, já grandemente experimentado nas lides typographicas.

O natalicio que de 20 os precedeu dias do estylo, tem lhe conferido com a idade sua a uma privilegia e a a vontade ferca, temperamento condizente que não escurece o seu brilho e o encanto das bellas e da vida, que não raro ennobrecem a especie.

Companheiro, insusavel e companheiro, enviamos-lhe nesto link o um abraço de todo o pessoal da redacção do Getulino.